**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

CAROLINA YUUBI YABASE

**Os sentidos de Justiça Restaurativa para os facilitadores e suas
consequências para uma prática transformadora**

**São Paulo
2015**

CAROLINA YUUBI YABASE

**Os sentidos de Justiça Restaurativa para os facilitadores e suas
consequências para uma prática transformadora**

(Versão original)

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia
da Universidade de São Paulo, como parte dos
requisitos para obtenção do grau de Mestre em
Psicologia

Área de concentração: Psicologia Social

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Martineli Massola

São Paulo

2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Yabase, Carolina Yuubi.

Os sentidos de justiça restaurativa para os facilitadores e suas consequências para uma prática transformadora / Carolina Yuubi Yabase; orientador Gustavo Martineli Massola. -- São Paulo, 2015.

184 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Justiça restaurativa 2. Direitos humanos 3. Conflito 4. Movimentos sociais I. Título.

K970

NOME: YABASE, Carolina Yuubi

Título: Os sentidos de Justiça Restaurativa para os facilitadores e suas consequências para uma prática transformadora

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Aprovado em: ____/____/____

Banca examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Este trabalho não teria se finalizado sem o apoio de muitas pessoas, que me ajudaram a continuar em frente nos momentos mais difíceis. Gostaria de agradecer a todos que fizeram parte da minha vida nos últimos dois anos. Sem vocês tudo isso não teria sido possível!

Ao Eduardo, obrigada pela companhia, pelas conversas, pelo apoio. Obrigada por dividir a sua vida comigo, e por ter estado ao meu lado todo esse tempo.

À toda a minha família, aos meus pais, Marta e Luis, e à minha irmã, Yuri, obrigada pela presença constante na minha vida, ajudando a me distrair nos momentos em que isso era preciso, e pelo apoio incondicional.

A todos os amigos, que fazem da vida um prazer! Ao pessoal do Segunda e Drinks, Lu, Luli, Tom e Glauber. Aos colegas de escola, Marcio, Marcus, Larissa. Aos amigos próximos, Julia, Flor, Katie. Aos colegas de orientação. A todos os companheiros RDs e colegas de Psico, Thi, Má, Ro, Zé Fernando, Alan, entre tantos outros que fazem do dia-a-dia especial. Aos professores, funcionários e outros membros da comunidade IP que tanto me ajudaram nesse percurso.

Ao Gustavo pela orientação e pelo apoio já de tantos anos.

Agradeço especialmente ao CDHEP e a todo o pessoal que me ajudou com este projeto, Andrea, Nelly, Fernanda, Mari, Alessandra, Ane, Denys, Milena. A todos os outros funcionários e parceiros do CDHEP que estiveram presentes e me receberam nesses dois anos. Aos meus colegas dos cursos de formação em JR, que fizeram dessa experiência tão especial.

À CAPES pelo apoio financeiro que contribuiu com a realização dessa pesquisa.

Resumo

Yabase, C. Y. (2015) *Os sentidos de justiça restaurativa para os facilitadores e suas consequências para uma prática transformadora*. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O presente trabalho apresenta um esforço de investigação sobre uma modalidade de alternativa penal que tem ganhado força mundialmente: a Justiça Restaurativa (JR). O objetivo principal deste projeto foi aprofundar o conhecimento sobre os efeitos que a JR é capaz de provocar, a partir de uma investigação focada no Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo (CDHEP), na formação de facilitadores que o CDHEP promove, e nos facilitadores de práticas restaurativas que atuam junto a esta instituição. A pesquisa utilizou-se de dois métodos principais, a etnografia, utilizada para conhecer o campo de estudo e observar algumas das atividades realizadas no CDHEP, e a entrevista semiestruturada, utilizada para investigar as significações e reflexões que os facilitadores desenvolvem sobre a JR. Os resultados obtidos indicam que a formação de facilitadores do CDHEP tem como diferencial a sua inspiração na Escola de Perdão e Reconciliação e o seu foco na autorreflexão como fundamento para a prática do facilitador. Além disso, o CDHEP construiu, ao longo dos anos, um entendimento muito particular sobre a JR, o que confere ao trabalho lá realizado uma base sólida de atuação alicerçada em um entendimento compartilhado sobre o tema. As entrevistas com facilitadores demonstram que cada um deles construiu uma relação muito particular com a JR, bastante marcada pelas experiências pessoais desde a formação até a sua aplicação prática. O contato com a JR deflagra um processo de autoconhecimento que ressignifica a posição da pessoa no mundo, modificando a forma de encarar a si mesmo, o outro, as relações e a comunicação. Apesar disso, há diferenças na reflexão crítica sobre a própria atividade e sobre a JR como um campo do conhecimento. Todos os entrevistados afirmaram acreditar que a JR funciona, mas as hipóteses explicativas apresentadas diferiram. Os facilitadores entrevistados disseram acreditar que a JR provoca mudanças nas pessoas que passam pela formação ou pelo processo restaurativo, e dizem que foram pessoalmente muito impactados por ela; também acreditam que transformações na sociedade são possíveis, embora não saibam dizer exatamente como. Concluímos que a JR provoca mudanças profundas nos facilitadores que trabalham com o tema, que afetam a maneira como entendem a sua posição no mundo e suas possibilidades de ação sobre ele. Apesar disso, não consideramos que o curso de capacitação de facilitadores permita uma formação individual, no sentido utilizado por Adorno, pois embora desenvolva a autoconsciência, é preciso ainda desenvolver outros elementos de crítica social que não são totalmente contemplados pela estrutura atual. Por outro lado, a prática do CDHEP tem como foco o próprio processo da JR ao invés de outros resultados, como os acordos, o que permite um uso não-instrumental das técnicas e que podem ter efeitos libertadores. Ainda é preciso entender melhor outros aspectos da aplicação da JR por parte do CDHEP, como os efeitos produzidos na relação da população atendida com o Judiciário. Apesar disso, concluímos que a atuação do CDHEP tem provocado transformações importantes nas pessoas e nas relações, uma vez que os facilitadores ali formados apresentam mudanças pessoais significativas atribuídas a esse contato.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa; Direitos Humanos; Resolução de Conflitos; Movimentos Sociais; Facilitador; Alternativa Penal.

Abstract

Yabase, C. Y. (2015) *The meanings of Restorative Justice to facilitators and their effects on a transformative practice*. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

This work presents an investigation on an alternative to criminal penalties that has been gathering force worldwide: Restorative Justice (RJ). The main objective of this project is to broaden the knowledge of the effects of RJ by investigating the Center for Human Rights and Popular Education of Campo Limpo (Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo – CDHEP) and by looking into the facilitator formation course promoted by CDHEP and the facilitators of restorative practices that work in this institution. This research has made use of two methods. The approach to the field of study and the observation activities was done using the ethnographic method and the facilitators were interviewed about how they understand and think about RJ. The results indicate that the formation course examined differs from others because it is based on the School of Forgiveness and Reconciliation (Escola de Perdão e Reconciliação) and grounds the facilitating practice on self-reflection. Over the years, CDHEP has built a very particular understanding about RJ, giving their work solid foundations built upon a shared understanding on this subject. The interviews with the facilitators show that they have a very personal relation with RJ, marred by their own experiences with training and practice. RJ deflagrates a self-knowledge process that modify the way the facilitators understand their place in the world, changing the way they view themselves, other people, relations and communication. Nonetheless, there are differences on how each of the participants reflects upon their practice and RJ as a field of knowledge. All interviewees consider that RJ works, but each one presents a different explanation for this fact. They also believe that RJ changes those that go through the formation course or through a restorative process and that they were personally affected by their own experiences with RJ. Likewise, they believe RJ can transform society, but are not entirely sure how. We conclude that RJ deeply changes the facilitators that work with it. Nevertheless, it cannot be concluded that the formation course allows an individual formation as Adorno would understand it. Even though self-awareness is improved, the course itself does not fully develop the ability of social analysis necessary for *erudition*. On the other hand, the practices of CDHEP focus on the process itself instead of emphasizing final results like agreements. This allows for a non-instrumental use of the techniques which can have liberating effects. It is still necessary to better understand certain aspects of the way CDHEP practices RJ, for example, how it affects the way the people helped relate to the judicial system as a whole. Still, we conclude that CDHEP has been significantly changing people and relations, as the facilitators that studied there report that they have changed and attribute these changes to RJ.

Key words: Restorative Justice, Human Rights, Conflict Resolution, Social Movements, Facilitator, Alternative Penalty

Lista de Siglas

CAM – Centro de Atendimento Multidisciplinar

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CCA – Centro para Crianças e Adolescentes

CDHEP – Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo

CDP – Centro de Detenção Provisória

CNV – Comunicação Não-Violenta

CP – Círculo de Paz

CRAVI – Centro de Referência e Apoio à Vítima

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DPESP – Defensoria Pública do Estado de São Paulo

ESPERE – Escola de Perdão e Reconciliação

IML – Instituto Médico Legal

ITTC – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania

JECRIM – Juizado Especial Criminal

JR – Justiça Restaurativa

LA – Liberdade Assistida

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SAICA - Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

SASF – Serviço de Assistência Social à Famílias

UBS – Unidade Básica de Saúde

USP – Universidade de São Paulo

VOC – Círculo Vítima-Ofensor-Comunidade

Sumário

Apresentação.....	10
Introdução.....	15
Capítulo 1 – A pesquisa sobre a Justiça Restaurativa	19
1.1 Diálogos com a Criminologia: uma hipótese sobre o surgimento da Justiça Restaurativa.....	19
1.2 A Justiça Restaurativa como um conjunto de práticas	22
1.3 A formação e o facilitador como focos da pesquisa	26
Capítulo 2 – Percurso	30
2.1 Contatos iniciais, observação participante e método etnográfico	30
2.2 Definição dos objetivos e etapas da pesquisa	33
2.2.1 Formação	34
2.2.2 Levantamento de informações sobre o desenvolvimento da JR no CDHEP	35
2.2.3 Entrevistas com facilitadores.....	35
2.3 Análise dos resultados.....	36
Capítulo 3 – O CDHEP e a Justiça Restaurativa	38
3.1. Um pouco sobre o CDHEP	38
3.2 Uma história sobre a Justiça Restaurativa no CDHEP	40
3.3 O presente: os projetos atuais do CDHEP com a JR	43
3.3.1 Núcleo Comunitário de Práticas Restaurativas	44
3.3.2 Projeto “Jovens Facilitadores de Práticas Restaurativas”	45
3.3.3 Projeto “Redução da violência de gênero e da cultura punitiva no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente: as práticas de justiça restaurativa e a formação em gênero e sexualidade como aportes teórico-metodológicos”	46
3.3.4 Outras ações do CDHEP envolvendo a JR	47
3.4 O lugar de desenvolvimento da JR para o CDHEP: a comunidade	48

Capítulo 4 – A Formação de facilitadores de JR no CDHEP.....	53
4.1 Fundamentos de Justiça Restaurativa – Escola de Perdão e Reconciliação (ESPERE).....	54
4.2 Práticas de Justiça Restaurativa.....	58
4.3 Análise sobre a formação	61
Capítulo 5 – Entrevistas com facilitadores de JR.....	67
5.1 Sara	68
5.2 Julie	87
5.3 Catherine	98
5.4 Gil	109
5.5 Análise comparativa	118
Considerações Finais	127
Referências	131
Apêndices	134
Apêndice A – Questionário sobre a Justiça Restaurativa no CDHEP.....	134
Apêndice B – Questionário utilizado para as entrevistas com facilitadores de Justiça Restaurativa	135
Anexos	136
Anexo A – Entrevista com Nelly.....	136
Anexo B – Entrevista com Sara	146
Anexo C – Entrevista com Julie	160
Anexo D – Entrevista com Catherine.....	169
Anexo E – Entrevista com Gil	177

Apresentação

-Mas sabe de uma coisa? Ao frequentar o tribunal e assistir a vários julgamentos, comecei a sentir um estranho interesse nos casos que estavam sendo julgados e nas pessoas envolvidas. É como se, pouco a pouco, eu não conseguisse mais acreditar que se tratava de terceiros. Me senti muito estranho. Afinal, quem está lá para ser julgado, queira ou não, é um outro tipo de pessoa, diferente de mim. São pessoas que vivem num mundo diferente, pensam diferente, e agem de maneira diferente. Entre o mundo em que vivem essas pessoas e o mundo em que vivo há uma parede bem firme e alta. No começo, eu pensava assim. Afinal, a possibilidade de eu vir a cometer um crime hediondo é praticamente nula. Sou pacifista, altruísta e, desde criança, nunca bati em ninguém. Por isso, quando eu assistia aos julgamentos, me mantinha num pedestal, apenas como mero espectador. Como quem não tinha nada a ver com aquilo.

(...)

-Mas, indo ao tribunal e ouvindo os depoimentos dos envolvidos, as declarações dos promotores, os argumentos dos advogados e do próprio réu, fui perdendo a autoconfiança. O que estou querendo dizer é que comecei a pensar de outra forma: que, na verdade, não existe uma parede separando os dois mundo, e, mesmo que exista, esta parede seria tão fina e frágil como um papel machê. Só de constatar nela, ela se romperia e cairíamos do outro lado. Ou seja, pode ser que o outro lado já tenha se infiltrado do lado de cá, secretamente, e se encontre dentro de nós. Apenas não nos demos conta. Comecei a sentir isso. É difícil pôr em palavras esse sentimento.

(...)

-E, quando você começa a pensar assim, passa a ver as coisas de modo diferente. Para mim, o próprio sistema judiciário transformou-se num ser vivo especial e anômalo.

-Um ser vivo anômalo?

-É como se fosse um polvo. Um polvo gigante que mora nas profundezas do mar. Um polvo com uma força vital poderosa e com inúmeros e enormes tentáculos que serpenteiam pelo mar escuro. Enquanto assistia aos julgamentos, era inevitável fazer esse tipo de associação. Essa criatura pode assumir várias formas. Pode tomar a forma de uma “Nação” ou de “Leis”. Há casos em que pode assumir ainda mais complexas e inconvenientes. Você pode cortar, cortar, e cortar seus tentáculos mas não adianta, rapidamente eles nascem de novo. Ninguém pode matá-la. Ela é forte e mora num local muito profundo. Não sabemos ne monde fica seu coração. O que senti naquela hora foi um profundo medo. Também me senti desesperado só de pensar na impossibilidade de fugir para bem longe dela. Essa coisa não está nem aí para você ou para mim. Quando estão diante dela, as pessoas perdem a identidade e o rosto. Todos nós passamos a ser um código. A ser apenas um número.

(...)

-O que estou tentando dizer é o seguinte: se uma pessoa – qualquer uma – for capturada por essa criatura que se parece um polvo gigante, ela será tragada pela escuridão. Não importam os argumentos, o resultado será sempre o mesmo espetáculo de intolerância.

(Haruki Murakami, Após o Anoitecer)

Olhando a estante que contém meus livros de infância na casa dos meus pais, livros como *Pântano de Sangue*, de Pedro Bandeira, diversos volumes de Agatha Christie, Sir Arthur Conan Doyle, entre tantos outros títulos, chamam a minha atenção. Todos esses livros têm em comum o fato de que suas histórias contam sobre a investigação e resolução de um crime. O crime é frequentemente objeto de produções culturais, como a literatura e o cinema, e por meio destas participa intensamente da vida de todas as pessoas. A partir de livros como os citados acima, de filmes, de seriados de tevê, o crime e todo o universo que o circunda marcou intensamente a minha infância.

Com o tempo e com a maturidade, aquilo que inicialmente fazia parte de um mundo de imaginação foi ganhando mais realidade. Já na faculdade, o crime passou a ser uma questão. Porque ele existe? Porque algumas pessoas cometem crimes? Surpreendentemente, o curso de Psicologia parecia não estar tão preocupado em responder esse tipo de pergunta. Não obstante, foi possível encontrar caminhos para buscar essas respostas.

Apesar de ainda não fazer parte do currículo de grande parte dos cursos de graduação em psicologia no Brasil, incluindo a Universidade de São Paulo (USP), a psicologia jurídica, às vezes chamada também de psicologia forense, é uma área da psicologia que vem se desenvolvendo rapidamente no país. Nos últimos anos, com a abertura de vagas para psicólogos em instituições como a Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP), as possibilidades de atuação no sistema jurídico a partir de concursos públicos estão aumentando. Para acompanhar esse tipo de demanda, é importante que os cursos de psicologia possam integrar a psicologia jurídica nas suas grades curriculares, a fim de formar profissionais que estejam preparados para as especificidades desse campo.

Mesmo sem uma disciplina específica para tratar do tema, a minha graduação em psicologia foi marcada por uma aproximação progressiva com a área jurídica. Duas experiências de estágio foram especialmente marcantes nesse percurso: a DPESP e o Projeto Estrangeiras.

No final de 2010, fui convidada para participar como estagiária de um parceria entre o Serviço de Acompanhamento Psicológico da Psicologia USP e a DPESP. O objetivo do estágio era oferecer aos usuários de algumas unidades da defensoria um plantão psicológico, um espaço de escuta para além da atenção jurídica. A iniciativa para a criação dessa parceria veio da própria defensoria, por parte do Centro de

Atendimento Multidisciplinar (CAM) das unidades de Santo Amaro e Osasco. Esses centros são compostos por profissionais da psicologia e do serviço social, e têm como objetivo complementar as ações dos defensores públicos de modo que o usuário possa receber atendimento integral na busca pelos seus direitos. Por exemplo, uma mulher vítima de violência doméstica pode precisar de abrigo para ter a sua segurança garantida. Além disso, os agentes do CAM, como eram chamados esses psicólogos e assistentes sociais, também podiam auxiliar os defensores com assessoria técnica nos casos em que isso era necessário, por exemplo, em resposta a um laudo psicológico.

Na defensoria, as minhas questões sobre o crime desenvolvidas em disciplinas de outras unidades da universidade e em grupos de estudo foram ampliadas, e passaram a incluir o Judiciário e os conflitos de maneira geral. Durante dois semestres participei da implantação desse serviço, ao mesmo tempo em que pude aprender sobre o trabalho do CAM, acompanhando os profissionais desse setor nos seus atendimentos, em reuniões com defensores, na formação dos estagiários sobre os equipamentos de saúde e assistência social, entre outras atividades. Participar dos atendimentos realizados no CAM proporcionou a mim um grande aprendizado sobre o papel da Psicologia no Judiciário e sobre o trabalho de uma equipe multidisciplinar, mas também sobre os problemas e dificuldades que afligem o sistema de justiça brasileiro.

Foi na defensoria também que tive meus primeiros contatos com a resolução de conflitos. Como a unidade da defensoria onde eu realizava meu estágio lidava com casos das varas cíveis e de família, o tipo de casos trazidos pelos usuários podia muitas vezes ser resolvido por medidas alternativas à abertura de um processo judicial. Assim, havia um esforço para tentar resolver alguns casos por meio da conciliação, e isso era tarefa dos agentes do CAM. Em grande parte, o interesse nesse tipo de alternativa era entendido pelos agentes que eu acompanhava como uma tentativa de desafogar o sistema, sempre sobrecarregado de processos, que demoram a ser resolvidos justamente por esse excesso. Mas a iniciativa também era considerada interessante, e os agentes se esforçavam para buscar uma formação em técnicas como a mediação.

A partir do segundo semestre de 2011, ainda envolvida no estágio na defensoria, comecei a estagiar em uma organização não-governamental (ONG) chamada *Instituto Terra, Trabalho e Cidadania* (ITTC), no Projeto Estrangeiras, um

projeto de atendimento social e jurídico a mulheres estrangeiras presas no estado de São Paulo. Grande parte das mulheres atendidas pela equipe caracterizava-se por trabalhar como as chamadas “mulas” do tráfico de drogas, pessoas contratadas para carregar drogas através de fronteiras. Como parte da atuação do projeto, realizávamos atendimentos semanais na penitenciária, de modo que o contato com as mulheres presas era muito intenso. Essa experiência tornou muito mais reais as diversas críticas ao sistema penitenciário que eu conhecia a partir da literatura sobre o tema, a partir de autores como Michel Foucault e David Garland, entre outros. Mais do que nunca, passou a ser importante entender a relação da sociedade com o crime e com a prisão.

Mas se existe algo em comum entre a experiência da mulher presa, longe da família e filhos, em um país distante, e a experiência das pessoas que buscavam a ajuda da DPESP e do CAM para resolver conflitos familiares, de herança, divórcios, etc., é a maneira como a máquina jurídica trata a todos os que entram nela. Para além de problemas de ordem prática como a vagarosidade, a baixa eficiência, a estruturação do sistema (Akutsu & Guimarães, 2012; Cerneka, Jesus Filho, Matsuda, Nolan & Blanes, 2012; Sadek, 2004), um dos grandes problemas da justiça é a maneira como, uma vez dentro do sistema, os indivíduos deixam de ser sujeitos inteiros, com uma história, com sentimentos e motivações para se tornarem apenas pecinhas em um processo. Apenas mais um dentre tantos outros que já passaram por aquele lugar, e que ainda virão a passar. Elas estão diante do *polvo*.

Grande parte das mulheres estrangeiras, em especial aquelas que não tinham envolvimento prévio com qualquer tipo de atividade ilegal, viam a audiência com o juiz com grande esperança, e esforçavam-se para tentar fazer chegar aos ouvidos deste a sua história. No final, o texto da sentença era quase sempre igual ao das outras estrangeiras na penitenciária.

Na defensoria, essa expectativa quanto à decisão do juiz era muitas vezes um tanto parecida. As pessoas chegavam para serem atendidas contando a sua história, o que tinha acontecido, e muitas vezes verbalizavam a esperança de que o juiz veria que ela tinha razão, e que portanto ela ganharia o processo. Ou então diziam que o juiz diria quem estava com a razão no final. Esse tipo de fala causava em mim, nos outros estagiários de psicologia e nos agentes do CAM, um grande incômodo. A sensação que tínhamos era a de que fazia pouco sentido que recorrer a um juiz parecesse às pessoas a melhor forma para resolver um divórcio, ou com

qual dos genitores a guarda de uma criança deveria ficar. Talvez a questão fosse que o juiz teria certamente o poder de determinar o cumprimento de sua decisão. Mas esse recurso a um terceiro, à autoridade juiz, parecia revelar uma forma de delegar a resolução do conflito, de modo que a própria pessoa deixava de ser a responsável por aquele conflito no qual se encontrava envolvida.

Essas preocupações levaram a um questionamento sobre a institucionalização da justiça na forma que conhecemos. Mesmo que o atendimento do defensor seja atencioso, para o sistema o que importa são apenas certos aspectos formais de um conflito, o que foi feito, de que jeito, quando, etc. As relações complexas entre as pessoas, e entre as pessoas e a sociedade, ficam sujeitas a uma decisão sobre quem está certo e quem está errado, quem é criminoso e quem é inocente. Toda a experiência e complexidade humanas são brutalmente reduzidos para se fazer justiça.

Foi depois desse percurso que eu conheci a Justiça Restaurativa (JR). Tendo reconhecido no Judiciário tantos problemas, uma proposta alternativa a ele pareceu extremamente interessante, e era preciso entender mais sobre o tema. Assim surgiu o projeto de transformar essas indagações num mestrado, e essa dissertação é resultado de todo esse percurso, na busca de entender esses fenômenos que são tão fascinantes na literatura, mas que causam tanto sofrimento na vida real.

Introdução

Quando eu primeiro ouvi falar sobre a JR a principal pergunta que me ocorreu foi: será que isso pode realmente transformar a maneira como as pessoas se relacionam com a justiça? Uma pesquisa simples sobre o tema na internet resulta em diversos textos que apresentam a JR como uma novidade em termos de justiça, como algo que se contrapõe aos sistemas de justiça existentes, e como uma possibilidade de mudança. No entanto, a passagem de uma ideia para a prática nunca ocorre exatamente como se espera, de modo que é necessário nos perguntarmos como essa passagem tem ocorrido, e que resultados têm sido conseguidos.

Existem diversas possibilidades de como se fazer isso. Muitas pesquisas, acadêmicas ou não, têm buscado respostas sobre a eficácia da JR. No entanto, será que os resultados da JR podem ser medidos em termos similares aos do Judiciário normal? Talvez ainda seja preciso refletir sobre quais perguntas devem ser feitas para a JR, para então poder procurar respondê-las.

Essa pesquisa foi inspirada pela indagação apresentada no começo desta introdução, a respeito da possibilidade transformativa da JR. Depois de um longo caminho de desenvolvimento das questões que viriam a guiar esta investigação, cheguei à conclusão de que seria interessante começar a entender a JR a partir daquelas pessoas que mais sabem sobre ela e que fazem dela uma prática real: os facilitadores. São os facilitadores que realizam a complexa tarefa de mediação entre teoria e prática da JR, e são eles que melhor podem nos dizer sobre isso que eles estão tentando fazer virar uma realidade no mundo. O objetivo desta pesquisa foi então buscar um aprofundamento na maneira como os facilitadores são formados, como entendem a JR, como a significam e como a praticam.

Para isso, essa dissertação começa com um capítulo que busca explicar o que é a JR, de acordo com a literatura existente sobre o tema. Mais do que em uma busca ampla, de âmbito mundial, decidi me focar principalmente na produção brasileira sobre o tema, em uma tentativa de entender como tem sido o desenvolvimento do conhecimento sobre a JR em nível nacional. Neste capítulo também é apresentada uma discussão sobre a JR a partir de um diálogo com autores do campo da criminologia, em uma tentativa de entender o contexto de surgimento e de expansão da JR pelo mundo.

O capítulo 2 descreve o processo de realização da pesquisa. Em primeiro lugar, em uma tentativa de me aproximar do campo, comecei a participar de reuniões de supervisão de um Núcleo Comunitário de Práticas Restaurativas, no papel de observadora participante. A partir das questões levantadas nessa fase inicial, a pesquisa foi realizada principalmente a partir de dois métodos: a etnografia e a entrevista semiestruturada. A etnografia se aplicou ao acompanhamento de um processo de formação de facilitadores, dividido em duas etapas e ao longo de aproximadamente três meses. Depois, foram realizadas entrevistas com alguns facilitadores de práticas restaurativas, que foram transcritas e analisadas por meio de um procedimento de análise de conteúdo.

O capítulo 3 apresenta o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo, o CDHEP. O CHDEP é uma instituição com um longo histórico de luta pelos direitos humanos, e tem realizado projetos em JR já há vários anos, sendo uma referência nacional sobre esse tema. Além de um pouco da história da instituição, é apresentado também um pouco sobre a sua organização e sobre os seus projetos em andamento. Diferente de muitos dos projetos desenvolvidos no Brasil, essa ONG tem como seu foco de atuação a comunidade, e esse aspecto é apresentado no final do capítulo.

O capítulo 4 apresenta o curso de formação de facilitadores do CDHEP. O curso é dividido em duas etapas: os Fundamentos de Justiça Restaurativa - Escola de Perdão e Reconciliação e o curso Práticas de Justiça Restaurativa. O capítulo apresenta algumas considerações sobre o curso e sobre os impactos que ele parece causar nas pessoas que passam pela formação.

O capítulo 5 apresenta os resultados das entrevistas com alguns facilitadores de JR que desenvolvem suas atividades no CDHEP. Foram entrevistados quatro facilitadores, com diferentes graus de experiência com a JR. A entrevista tinha como objetivo investigar como o facilitador entende a JR e como reflete sobre ela e sobre a sua prática. Por fim, são apresentadas também algumas conclusões e considerações finais.

Este trabalho, acima delineado, insere-se em uma tradição de crítica às práticas do sistema judiciário brasileiro que teve na Psicologia uma de suas principais inimigas e uma de suas principais aliadas. Os movimentos sociais que propuseram mudanças na relação entre Estado e sociedade o fizeram de maneiras variadas e com objetivos muito diferentes. Em alguns casos, a ênfase era

econômica e exigia maior participação do Estado na garantia de condições financeiras para uma parcela da população que, de outro modo, não poderia consumir o mínimo suficiente para sua sobrevivência. Em outros casos, a ênfase tinha caráter político e visava garantir que o Estado respeitasse o indivíduo ao relacionar-se com ele – neste caso, provendo a garantia dos direitos individuais, fundamentais, por exemplo, na Constituição brasileira, mas frequentemente desrespeitados ao longo de nossa história.

Uma outra tradição questiona o próprio poder do Estado e pôde ser observada nos movimentos contraculturais da década de 1960 em diante. O caráter natural de formas de poder antes não plenamente evidenciadas nas relações sociais, como o poder de gênero, o poder geracional e o poder étnico-racial, gerando formas específicas de desigualdade, só muito recentemente passaram a ser questionadas sistematicamente. Os estudos de Foucault, que se inspiraram, certamente, em uma longa tradição crítica, que vai dos anarquistas a Marx e à teoria crítica, como ele mesmo declara em seu *Vigiar e Punir*, são emblemáticos neste sentido. Tornou-se parte da tarefa da postura crítica não apenas apontar saídas para os conflitos vividos no mundo do trabalho, como propunham de maneira geral os muitos marxismos, mas escavar nos mais insuspeitados âmbitos da vida social aqueles signos da desigualdade e da dominação – para usarmos uma linguagem não plenamente foucaultiana – que permitiam verificar nas relações cotidianas quão profundamente sua tessitura sustentava-se, em última análise, sobre relações de poder invisíveis. Seguindo esta trilha, o poder médico foi, por parte dos setores críticos da Psicologia brasileira após o fim da ditadura militar, duramente atacado no Brasil, seguindo a esteira da luta antimanicomial, após haver sido por muitas décadas apoiado por esta mesma Psicologia. O poder pedagógico escolar também foi alvo do mais radical ataque por parte dos psicólogos preocupados com o uso inadequado e subjugador do saber psicológico para manter grandes contingentes populacionais apartados do pleno acesso ao mundo da escolarização, do letramento, da alfabetização, enfim. Não espanta que os psicólogos tantas vezes tenham sido chamados para avaliar e atestar o valor corretivo da punição prisional, tantas vezes tenham sido chamados para se pronunciarem sobre a trajetória delinquencial de homens e mulheres presos, muitas vezes propondo para o discurso jurídico explicações antecipatórias sobre as condutas criminais, dando roupagem científica a uma instituição cuja autoevidência a punha acima de qualquer crítica

sistemática, mesmo por parte dos setores críticos da esquerda – a prisão. Também aqui a crítica às relações cotidianas de poder incidiu, e também aqui a Psicologia brasileira teve algo a dizer. Os Conselhos profissionais de Psicologia pronunciaram-se diversas vezes sobre como os profissionais que atuam junto ao Poder Judiciário deveriam portar-se para evitarem atuar – no sentido de realizarem um *acting out* – em favor das relações de poder desiguais impostas por este sistema. Em alguns casos, o extremo desta crítica foi entendido como a propositura do abolicionismo, ou seja, do fim da interferência do Estado nas disputas jurídicas. Após ganhar alguma força, essas propostas foram perdendo espaço em favor de alternativas que admitem que tais sistemas encontram-se tão fortemente instalados que não será possível, simplesmente, eliminá-los, e talvez não seja desejável. Por outro lado, este momento de aparente refluxo pode estar a indicar uma nova tarefa – o exame crítico e minucioso das alternativas, o estudo detalhado das tentativas de sua implantação e o acompanhamento sistemático de suas consequências. No sentido usual ao discurso político, talvez o desejável esteja nesse momento muito longe de nosso alcance. O que se impõe às instâncias críticas do conhecimento científico pode ser, então, tornar possível o necessário. Ao mesmo tempo, esta não parece uma tarefa desprezível e pode ser considerada um objetivo de caráter urgente. Tentaremos avançar, com o presente trabalho, dentro dos limites institucionais e dos limites de nossas forças, na realização, sempre parcial e fragmentada, sempre questionável e insegura, deste objetivo.

Capítulo 1 – A pesquisa sobre a Justiça Restaurativa

1.1 Diálogos com a Criminologia: uma hipótese sobre o surgimento da Justiça Restaurativa

A JR surge em um contexto de descontentamento com os sistemas oficiais de justiça em diversos lugares do planeta, e se expande até atingir um âmbito mundial¹. As razões para esta expansão são pouco conhecidas e exploradas. No entanto, a criminologia tem feito esforços para diagnosticar uma série de mudanças que afetam a estrutura de controle e de justiça criminal desde a década de 1970 em diversos países do mundo. Sendo um fenômeno posterior a essa época, a JR pode ter o seu desenvolvimento relacionado a essas mudanças, de modo que é possível que a sua força mundial seja em parte explicada por esse processo.

As mudanças observadas no âmbito da justiça criminal parecem se associar a mudanças sociais e culturais mais amplas e têm como consequência uma reformulação geral no entendimento social sobre as questões relacionadas à justiça e ao crime.

Garland (2001) apresenta uma série de mudanças que podem ser percebidas na Inglaterra e nos Estados Unidos desde a década de 1970, iniciando-se por um declínio da crença no ideal reabilitativo do sistema penal, ou seja, a reabilitação do criminoso deixa de se apresentar como o objetivo principal da justiça criminal. Com isso, há o ressurgimento de sanções essencialmente punitivas e a justiça readquire um caráter expressivo, de modo que os seus operadores não mais escondem sentimentos de raiva e ressentimento, que são abertamente comunicados à sociedade. Esse processo é acompanhado por uma modificação geral do tom emocional da justiça criminal, que passa a responder a um público raivoso e indignado, e que demanda um modelo retributivo de justiça. Isso quer dizer que tanto o público quanto os profissionais da justiça criminal passam a ter expectativas diferentes daquelas do início da década de 1970 sobre a função e objetivo deste tipo de justiça, e um sentimento vingativo, anteriormente considerado obsoleto, volta a ser expressado por esse sistema.

¹ Discussões sobre o histórico da JR podem ser facilmente encontradas na literatura sobre o tema. Alguns bons resumos da história da JR no mundo podem ser encontrados em Boonen (2011) e Pacheco (2012).

Ainda de acordo com este autor, a vítima retorna ao centro das políticas de justiça criminal, mas como uma figura simbólica e geral, permeada pelo entendimento de que todos são vítimas em potencial. Assim, a ideia de que, acima de tudo, o público deve ser protegido passa a ser central nas políticas criminais, o que faz ressurgir o confinamento e o controle como um dos objetivos principais para as prisões e penas, e o que justifica também uma maior despreocupação com os direitos civis de suspeitos.

Outro processo importante citado por Garland (2001) é a politização do controle criminal. Este passa a ser um tema importante nas campanhas políticas, que procuram responder às experiências e à vontade popular mais do que desenvolver suas propostas políticas a partir das pesquisas e opiniões de especialistas. Isso gerou um tipo de envolvimento entre a política e a justiça criminal que não existia com tanta intensidade antes. Neste contexto, a prisão passa a ser um dos pilares da ordem social contemporânea, com sua função de incapacitação e punição amplamente reconhecida pelo público, o que acarreta um aumento massivo nas taxas de encarceramento.

O autor identifica ainda transformações no pensamento criminológico, que passa a explicar o crime como um evento resultante de uma deficiência de controle, entendendo que tendências ao crime ou comportamentos antissociais encontram-se sempre presentes nas pessoas e que essas tendências precisam ser inibidas por meio de controle e disciplina. Isso leva a uma expansão infraestrutural das atividades de prevenção do crime e de segurança, que passam a ser também de responsabilidade da comunidade. Essas atividades passam a se desenvolver em contextos locais, como anexos ao sistema de justiça criminal tradicional e com um foco preventivo, o que provoca uma mudança na relação entre a sociedade civil e o controle criminal. A participação civil no processo de controle criminal é cada vez mais reconhecida pelo estado, que passa a enxergar as iniciativas privadas de segurança como parceiras nos seus esforços.

Surgem novos estilos de administração e práticas de trabalho, que afetam todas as instituições da justiça criminal de maneira tensa e contraditória, focando os recursos às vezes em casos mais sérios e outras vezes em demandas populacionais; e por fim, Garland (2001) identifica que há uma sensação permanente de que a sociedade está em crise, ligada a uma percepção de que as teorias existentes sobre o crime não se adequam mais ao problema e não são

coerentes. Ou seja, de uma maneira geral, o conhecimento dos especialistas em crime não tem a confiança nem da população, nem dos próprios especialistas.

Para Garland (2001), essas mudanças se relacionam ao que ele descreve como o advento da modernidade tardia. Esse processo está ligado a uma percepção social sobre riscos, insegurança e problemas de controle que tem um papel crucial no modo como as sociedades organizam suas respostas ao crime. Um dos argumentos deste autor é que as experiências cotidianas de ter que lidar com altas taxas de criminalidade fez com que a população criasse estratégias de proteção próprias, e essa preocupação geral com a questão da criminalidade permitiu o florescimento de uma série de estratégias que requerem a participação populacional. Essa mudança cultural – da importância cultural do crime – é o que permitiu que a história desse uma guinada tão surpreendente após a década de 1970, levando o controle criminal a uma direção que não era esperada. Garland entende que o desenvolvimento da JR se deu como uma forma de resposta a essa crise generalizada da justiça criminal, mas como um tipo de ação marginal, com pouco impacto no sistema de uma forma geral (Garland, 2001, p. 104).

Outro autor que pode contribuir para uma análise sobre o lugar que a JR ocupa em relação aos sistemas de justiça criminal contemporâneos é Cohen (1985). Ele vai observar as mudanças que ocorrem a partir dos anos 1980 nas práticas de controle social, entendidas em sentido amplo, principalmente na Inglaterra e Estados Unidos. Para ele, controle social são as “...formas organizadas pelas quais a sociedade responde a comportamentos e pessoas considerados como desviantes, problemáticos, preocupantes, ameaçadores ou indesejáveis de uma forma ou de outra.” (Cohen, 1985, p. 1). O autor considera que houve uma mudança nas estratégias de controle social utilizadas, que culminam em uma expansão geral do sistema: tanto o aprisionamento quanto outras formas de controle comunitário estão aumentando, e cria-se uma nova esfera de clientes que são encaminhados para “penas alternativas”, mais brandas, que não teriam sido inseridos no sistema punitivo caso essas possibilidades não existissem.

Essa discussão é importante para entendermos que tipo de função a JR tem exercido, mais recentemente, a partir da década de 1990, mas principalmente a partir dos anos 2000, em relação ao crime e ao conflito. Caso ela esteja atingindo pessoas que não seriam inseridas no sistema se esse tipo de alternativa mais “leve” às penas tradicionais não existisse, isso pode indicar que a JR contribui para um

aumento significativo nas formas de controle e intervenção sobre a vida privada das pessoas, que deixam de partir apenas do governo para serem também implantadas pela própria sociedade civil. Nesse caso, a JR poderia representar uma forma atual de expansão do sistema de justiça criminal, o que poderia criar uma situação paradoxal uma vez que um dos princípios fundamentais da JR é a valorização da autonomia e responsabilização das pessoas pelos seus próprios atos.

Esse aspecto da JR é controverso dentro da literatura sobre o tema, com alguns autores defendendo que ela deve existir em paralelo à justiça tradicional, justamente como uma expansão do sistema, enquanto outros apostam na sua capacidade de transformação da justiça de uma maneira geral. Essa preocupação com o lugar que a JR ocupa e pode ocupar na nossa sociedade é uma das motivações para a realização desta pesquisa. Mas para tentar responder a questão inicial que motivou esta pesquisa, sobre a possibilidade de transformação do modo como as pessoas se relacionam com a justiça, é preciso também entender como a JR afeta as pessoas, tanto aquelas que trabalham com ela continuamente, quanto aquelas que têm apenas um breve contato com essa prática. É na interação entre estes dois níveis de análise que esta pesquisa se coloca.

1.2 A Justiça Restaurativa como um conjunto de práticas

Justiça Restaurativa é uma expressão associada a um conjunto de práticas de resolução de conflitos, que têm em comum a restauração como um dos seus objetivos. O termo foi utilizado pela primeira vez em 1977 por Albert Eglash para descrever um tipo de resposta ao crime que buscava a restauração da relação entre os envolvidos (Benedetti, 2009 e Zehr, 2008). Mas a JR passou a configurar-se como um conjunto específico de práticas apenas a partir do final da década de 1980 quando um primeiro programa foi criado na Nova Zelândia², baseado no modelo de resolução de conflitos da cultura maori e modificando a maneira como a justiça da infância e da juventude era entendida naquele país.

² Embora a Nova Zelândia seja comumente citada como o local de origem das práticas de JR, existe alguma discordância sobre a sua origem exata. Spagna (2012), por exemplo, localiza a origem da JR no Canadá, durante a década de 1970. Mas todos os autores consultados citam as práticas de povos tradicionais, como os *Maori* da Nova Zelândia e as *Primeiras Nações* do Canadá, como influências importantes para a criação da JR como existe hoje. Para apresentações mais detalhadas sobre o histórico da JR ver também Baroni (2011), Benedetti (2009), Boonen (2011), Pacheco (2012) e Santana (2011).

Essa proposta inicial foi aos poucos sendo apropriada por grupos em outros países, sofrendo transformações e adaptações. Na década de 1990 os bons resultados obtidos pela JR nos locais onde já tinha sido implantada chamou a atenção da Organização das Nações Unidas, impactando a Declaração de Viena do ano 2000, na qual a JR é incentivada a ser praticada no mundo inteiro (Benedetti, 2009). Hoje, práticas de JR já podem ser encontradas em todos os continentes.

Apesar da sua popularidade mundial (ou talvez, podemos supor, por causa dela), não existe uma definição de JR que seja predominantemente aceita pelos autores do campo, embora existam tentativas de organizar e delimitar o seu significado³. Howard Zehr (2008), autor consagrado no campo e um dos grandes responsáveis pela disseminação da JR, caracteriza-a como uma lente, que permite enxergar a questão do crime de maneira nova. Esse tipo de denominação é comumente encontrado na literatura sobre o tema: lente, processo, paradigma, movimento. Esses são termos que explicitam essa não definição, e apontam para um conjunto muito diverso de práticas que se denominam JR.

Alguns autores como Baroni (2011), Spagna (2012) e Züge (2010) referem-se à JR como um conceito aberto ou conceito em construção. Na perspectiva destes autores, não é possível, nem desejável, que a JR passe a ter uma definição fixa, que limitaria as suas possibilidades. Spagna (2012), por exemplo, reconhece a existência de um debate tenso entre aqueles que acreditam que é preciso desenvolver uma visão clara da JR, de forma a diferenciá-la de outras práticas de justiça, e aqueles que relutam em formular uma definição, nas palavras da autora, rígida e universal que poderia limitar o seu desenvolvimento. Esses autores recorrem então a alguns princípios organizadores, como a própria ideia de restauração do dano ou a utilização de técnicas restaurativas, que seriam essenciais para caracterizar uma prática como JR. No entanto, também não existe um consenso sobre quais princípios seriam esses (Alencar, 2013; Boonen, 2011; Gomes, 2013 e Spagna, 2012).

Outros autores como Anunciação (2009), Pacheco (2012) e Santana (2011) explicam a JR a partir de uma oposição a outras formas de justiça mais conhecidas pelo público em geral. A JR é então contrastada com os modelos predominantes a partir de aspectos como objetivos, valores e procedimentos. Souza e Züge (2011),

³ A Resolução 2002/12 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em nível internacional, e a Carta de Araçatuba, em nível nacional são exemplos desse esforço.

por exemplo, contrastam a JR com a Justiça Retributiva e com a Justiça Distributiva que se focariam, respectivamente, na punição do ato infracional e na reeducação da pessoa julgada criminosa como uma forma de reintegrá-la à sociedade. Boonen (2011) apresenta a comparação feita por Lode Walgrave, contrastando o Direito Penal, o Direito Reabilitador e o Direito Restaurador como três modelos de direito que diferem quanto ao seu ponto de referência, seus objetivos, o meio de obtenção desses objetivos e a posição das vítimas nesse processo, entre outros. Esses autores estão apresentando modelos e discursos que existem atualmente e que disputam espaço nos sistemas oficiais de justiça e, ao mesmo tempo, realizam uma crítica aos modelos predominantes, denunciando os problemas que identificam na justiça criminal convencional, baseada em um modelo de direito no qual a vítima de um crime tem pouco ou nenhum papel.

De acordo com o entendimento de JR adotado, uma série de métodos e técnicas pode ser empregada para que os objetivos restaurativos sejam alcançados, como o Círculo de Paz, desenvolvido por Kay Pranis, a Comunicação não-violenta, desenvolvida por Marshall Rosenberg, o Círculo Vítima Ofensor-Comunidade, a Conferência Familiar, entre outros, incluindo técnicas de conciliação e mediação⁴.

De um modo geral, a JR é definida em relação ao crime, embora ela seja comumente aplicada para diversas outras situações de conflito (Aguinsky & Capitão, 2008; Boonen, 2011; Benedetti, 2009; Ednir, 2007; Salm & Leal, 2012; Schuch, 2012; Schuler & Henning, 2012; Souza & Züge, 2011). O que a caracteriza é o entendimento de que o crime ou conflito causa um dano nas relações sociais que precisa ser reparado. Autores como Boonen (2011) e Zehr (2008) afirmam que a JR apresenta um entendimento mais abrangente sobre o crime, que supera a definição jurídica de infração de uma lei. Esses autores entendem que o crime é uma ação que ocorre dentro de um contexto, envolvendo pessoas, e que os principais afetados são essas pessoas, de modo que esse deve ser o foco das intervenções.

Uma vez que são priorizadas as consequências de um crime ou conflito na forma como elas afetam diretamente os envolvidos, a experiência dessas pessoas passa a ter importância central na busca de uma resolução para o ocorrido. Ao envolver vítimas, ofensores, familiares e outras pessoas próximas de cada um, a

⁴ A conciliação e a mediação são métodos conhecidos de resolução de conflitos. Elas se diferenciam basicamente por diferenças no entendimento sobre o papel que o conciliador ou mediador assumem em relação ao seu nível de interferência na construção de um acordo entre as partes.

expectativa existente é a de que esse contato próximo possa proporcionar a todos uma visão diferente sobre a outra parte no conflito. O compartilhamento das experiências pode permitir à vítima uma visão sobre o contexto que levou o ofensor a cometer o ato criminoso, e ao ofensor compreender sobre o dano que foi causado à vítima, levando a um reconhecimento mútuo do outro como um ser humano igual a si. A partir disso, os envolvidos podem trabalhar em conjunto para definir ações restauradoras do dano causado à vítima, ao mesmo tempo dando suporte ao ofensor para que ele possa se responsabilizar pelo seu ato e cumprir com a sua parte nessa restauração.

Entendendo que JR é um termo que se refere a um campo muito complexo de práticas e discursos diversos entre si, é compreensível que a sua definição não seja uma tarefa simples. No entanto, no espectro entre uma definição restrita, que regule excessivamente as práticas e uma definição ampla demais, demasiadamente inclusiva, é necessário a busca de um meio-termo que seja maleável, mas suficiente para legitimar o uso desse termo. Considerando a JR como uma prática, o esforço para a sua definição está além da conceituação teórica. Se nos restringimos somente ao campo dos discursos, muito do que se diz JR pode estar, na prática, fortalecendo ideais contraditórios, consonantes com a chamada justiça retributiva. Por isso, é necessário buscar na análise das práticas o sentido de *restauração*.

Isso é especialmente importante uma vez que, para alguns dos autores que trabalham com o tema, a prática da JR pode ser capaz de promover transformações no modo como as pessoas se relacionam, incluindo transformações de nível estrutural, nas características da comunidade e do sistema oficial de justiça (Benedetti, 2009; Boonen, 2011; Centre for Justice and Reconciliation, 2008). Marcuse (1999), em um texto sobre técnica e tecnologia, afirma que a técnica, em si, pode promover tanto a liberdade quanto o autoritarismo. Ao dizer isso, ele está de acordo com a tradição da Escola de Frankfurt, de entender os fenômenos humanos a partir de uma concepção dialética. Adorno e Horkheimer (1985) ao longo da *Dialética do Esclarecimento* demonstram como o esclarecimento, tendo surgido a partir de um projeto de racionalidade que superasse o mito, passa a apresentar muitas das mesmas características que eram reconhecidas como problemáticas nos mitos. A JR, seja ela entendida como uma técnica ou como um projeto mais amplo que supera os seus aspectos técnicos, pode conter tanto os elementos para uma

transformação do existente quanto pode funcionar como uma maneira de fortalecer o já existente.

Por isso é preciso olhar com cuidado para as práticas, e tentar entender os efeitos que estão sendo produzidos. O baixo nível de conceituação que parece se apresentar no campo da JR pode ser um desafio extra, pois corre o risco de permitir a inclusão de práticas excessivamente diversas, sem um cuidado adequado com os princípios restaurativos proferidos.

1.3 A formação e o facilitador como focos da pesquisa

No Brasil, a JR começou a se desenvolver a partir de meados dos anos 2000, com alguns projetos originados a partir de iniciativas de juízes que entraram em contato com o tema⁵. Desde então, o poder público e em especial o Judiciário têm demonstrado crescente interesse pelo tema⁶. De acordo com autores como Boonen (2011) e Gomes (2013), o desenvolvimento das práticas de JR a partir do judiciário é uma característica da JR brasileira, uma vez que na maior parte dos países, essas práticas se originaram da comunidade.

Acompanhando esse movimento de popularização da JR, ela passa também a ser um objeto de interesse acadêmico, como foco de artigos, teses e dissertações, principalmente a partir dos anos 2000. No entanto, essa passagem do campo da prática para o meio acadêmico levanta uma série de desafios. É preciso, por exemplo, refletir sobre como uma forma de intervenção social, que é a JR, pode contribuir para a construção de conhecimento científico no campo teórico. Ou seja, de que modo o estudo da JR pode colaborar para entendermos melhor a sociedade em que vivemos.

A literatura brasileira apresenta diversos esforços de avaliar as práticas de JR que têm sido desenvolvidas nos últimos anos. Em geral, o foco desses esforços se encontra em entender os resultados finais do processo: houve ou não acordo, qual o nível de satisfação dos participantes, como esses participantes entenderam e

⁵ Para um histórico mais detalhado do desenvolvimento da JR no Brasil ver: Alencar (2013); Boonen (2011); Gomes (2013); Pacheco (2012) e Spagna (2012).

⁶ Por exemplo, em agosto de 2014 foi noticiado que o presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, Ricardo Lewandowsky, teria assinado um protocolo de cooperação com a Associação dos Magistrados Brasileiros para divulgar e promover as práticas de JR no país. (Acesso em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/08/presidente-do-cnj-assina-acordo-para-incentivar-justica-restaurativa.html>)

avaliaram o processo pelo qual passaram⁷. No entanto, pouco se diz sobre aquela figura que opera uma importante mediação entre a teoria e a prática da JR: o facilitador. Quando Zagallo (2010) apresenta críticas à atuação de facilitadores que, por exemplo, estariam privilegiando o acordo dentro do processo restaurativo, em detrimento de outros objetivos, podemos entender essas críticas de pelo menos duas maneiras: ou existe um problema na própria JR, que faz com que a sua aplicação não possa ser restauradora da maneira como a teoria apresenta, ou existe um problema na atuação do facilitador.

Considerando as formulações apresentadas na seção anterior de que a JR como um projeto pode conter em si tanto a sua realização quanto o seu oposto, parece importante voltar o foco das investigações também para aquele que é um intermediário na JR. Afinal, os resultados finais de um processo são afetados pela maneira como o facilitador entende o que é a JR e os objetivos do processo restaurativo. Para tanto, é preciso voltar os olhares tanto para o processo de formação e capacitação, quanto para a experiência empírica dos facilitadores, e procurar entender a sua relação com a prática.

Dentre as publicações sobre o tema consultadas, apenas os relatórios dos projetos-pilotos realizados em Heliópolis e Guarulhos e em São Caetano do Sul⁸ apresentam como foi a formação dos facilitadores do projeto, além de Boonen (2011) e Vieira (2014) que apresentam uma parte da formação realizada no CDHEP. Ambos os relatórios citados acima contêm descrições e apresentam os conteúdos teóricos discutidos durante a capacitação, que ocorreram no formato de oficinas, sendo que o primeiro teve duração total de 80 horas e o segundo teve duração de 40 horas. A formação do CDHEP tem 80 horas no total, dividida em duas etapas, e será apresentada com mais detalhes no capítulo 4. Pacheco (2012) indica que as formações que ocorrem como parte do projeto *Justiça para o Século 21* também são realizadas em duas partes, sendo a primeira sobre os fundamentos da JR e a segunda mais voltada para as práticas, mas não apresenta uma descrição da capacitação.

Em um texto denominado *Indivíduo*, Adorno e Horkheimer (1978) discutem a ideia de que os indivíduos são socialmente mediados: não são unidades isoladas de

⁷ Alguns trabalhos que apresentam tais esforços são: Anunciação (2009), Baroni (2011), Schuch (2012), Spagna (2012) e Zagallo (2010).

⁸ Ver Ednir (2007) e Melo, Ednir e Yazbek (2008).

influências externas, mas tornam-se o que são na sua interação com a sociedade. Portanto, não existem fora das relações, da participação na sociedade e da comunicação com outros sujeitos. Além disso, a designação de *indivíduo* implica também a autodeterminação, a capacidade de determinar-se, sem estar submisso às determinações sociais. Mas para além de um conhecimento de si, a autoconsciência envolve também o reconhecimento da mediação social no indivíduo. Adorno e Horkheimer (1978) acreditam que a compreensão da relação entre indivíduo e sociedade, e o desenvolvimento da própria individualidade só é possível em uma sociedade justa. Nesse sentido, uma vez que a possibilidade de realização individual relaciona-se com uma sociedade mais igualitária, e com a percepção de que aquilo que se apresenta como a realidade não é o seu todo, a crítica social⁹ se faz necessária.

Quanto maior a autoconsciência de um facilitador, melhor ele será capaz de aplicar as técnicas utilizadas no processo restaurativo tendo resultados mais próximos dos seus reais objetivos. Isso passa tanto pelo seu entendimento sobre a sua prática quanto pela capacidade de realizar uma análise social consistente com sua atuação. Schuch (2012) apresenta algumas entrevistas com facilitadores, mas o foco do seu relato não é a relação das entrevistadas com a prática em si, mas um esforço de entender como ocorre a entrada na justiça tradicional de discursos novos, como o da JR, e como esses discursos se relacionam com outros presentes na cultura. Esses discursos se misturam, e convivem mesmo que às vezes estejam em contradição. É preciso buscar reconhecer as contradições, pois frente ao que já está mais estabelecido culturalmente, novas propostas podem ser colonizadas e continuarem a apresentar os mesmo resultados, apenas com uma justifica nova.

É por isso que, apesar de haver resultados positivos relatados, acredito que ainda seja necessária uma análise mais profunda sobre os efeitos que a JR pode promover. É preciso entender por que a JR funciona ou não, qual o lugar que ela pode ocupar na nossa configuração social, qual o seu efeito psíquico e social nos facilitadores que trabalham com a JR. Investigações desse tipo contribuem para

⁹ Horkheimer, no texto *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* [Horkheimer, M. (1991). *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*. In: *Textos Escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, pp.31-68.], entende a separação entre indivíduo e sociedade como a percepção (errônea) de que existem barreiras naturais à atuação do sujeito frente à sociedade. A atitude crítica deve tornar o sujeito capaz de perceber que a sociedade é produto de ação humana, e que ela é plena de contradições. Nas palavras do autor, realizar uma análise crítica do mundo deve levar à percepção de que “...este mundo não é o deles, mas sim o mundo do capital.” (Horkheimer, 1991, p.44), e esse reconhecimento da ordem dominante contém em si também a sua condenação.

entender se a JR é uma prática capaz de promover uma transformação social de nível macroestrutural, se ela consegue afetar os seus participantes em longo prazo e modificar a sua maneira de se relacionar socialmente. É nessa investigação que a psicologia social pode contribuir para o desenvolvimento da JR, a partir da abordagem deste fenômeno na intersecção entre teoria, prática, instituições sociais e experiências individuais.

O interesse principal deste trabalho é contribuir, em seu âmbito circunscrito de investigação, com os debates a respeito de se a Justiça Restaurativa, como uma intervenção social sobre os conflitos interpessoais, é capaz de promover as mudanças sociais que propõe. Dentro do quadro apresentado, este trabalho busca colaborar para um aprofundamento da compreensão dessas questões a partir de um olhar cuidadoso sobre a formação dos facilitadores ligados a uma instituição na cidade de São Paulo.

Capítulo 2 – Percurso

2.1 Contatos iniciais, observação participante e método etnográfico

Meu primeiro contato com o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo, o CDHEP, ocorreu no ano de 2012. Uma das minhas colegas na ONG onde eu trabalhava era missionária, e uma das suas companheiras de congregação atuava nesse centro. Foi por meio desse contato que me aproximei do CDHEP, durante o período de preparação do meu pré-projeto para ingresso no curso de mestrado em psicologia social. Naquele momento, a minha questão de pesquisa ainda não estava definida para além de uma intenção geral de pesquisar a JR como uma alternativa à justiça institucionalizada com a qual eu tinha tido contato até então. As educadoras com quem conversei foram muito receptivas, disseram que tinham interesse na realização de pesquisas sobre o tema, e que eu poderia contar com o apoio delas para o desenvolvimento do meu mestrado.

Mais tarde, já aluna de mestrado, retomei o contato com o CDHEP, e a partir de maio de 2013 comecei a participar regularmente das reuniões de supervisão do Núcleo Comunitário de Justiça Restaurativa, que ocorriam mensalmente. Este era um projeto novo, que contava com a participação de voluntários formados nos cursos oferecidos pelo CDHEP, e que tinha como objetivo a implantação de um núcleo de práticas de JR para dar conta de demandas locais.

A minha participação na supervisão do núcleo se deu por meio da observação participante. Esse é um método de coleta de informações sobre o campo no qual o observador não tem um papel passivo, mas participa ativamente dos eventos sendo estudados, podendo dessa forma acessar elementos do fenômeno que estariam vedados de outra maneira (Yin, 2010). Para Geertz (2008), a observação participante é parte do esforço empreendido por um pesquisador na prática da etnografia, assim como outras técnicas e processos, como o estabelecimento de relações, mapeamento do campo, manutenção de um diário de campo, entre outros. Mas a etnografia é definida, na perspectiva deste autor, menos por esses elementos e mais por um empenho na produção de uma descrição densa do seu objeto de estudo. O entendimento de um fenômeno cultural depende, para além dos seus aspectos formais ou procedimentais, de informações de fundo, que estão

subentendidas no momento em que algo está acontecendo. Para Geertz (2008), ao descrevermos esse acontecimento com a perspectiva de que o leitor o entenda, já estamos explicando o acontecimento, ou seja, realizando análises sobre ele. Essa é a descrição densa que ele busca empreender, é a explicitação de um contexto que confere significado a uma ação.

Eu acompanhava as discussões dos casos em atendimento, ocasionalmente oferecendo também o meu ponto de vista sobre o assunto em questão, acompanhando de perto os desafios e dúvidas que marcam a atuação dos facilitadores, e registrava tudo em um caderno de campo. Esse contato próximo com a atividade dos facilitadores foi essencial para a definição das perguntas que guiaram as fases subsequentes da pesquisa, pois permitiu um mapeamento deste campo: foi a partir das supervisões que eu pude começar a entender que tipo de desafios a prática da JR acarreta, e contrastar aquilo que estava acontecendo ali com o que a literatura relatava.

Durante a primeira reunião que acompanhei, apresentei-me falando brevemente sobre as minhas intenções de pesquisa, de modo que o meu papel de pesquisadora sempre esteve marcado na minha interação com o grupo. Em diversos momentos os facilitadores presentes faziam comentários e me diziam para colocar tal ou tal assunto na minha dissertação, em tom de brincadeira. Alguns meses mais tarde, e a pedido da equipe do CDHEP, voltei a apresentar meu projeto de pesquisa, agora de maneira mais detalhada. A essa altura, a pesquisa já estava direcionada para a investigação sobre o potencial de transformação social da JR. Fiz um relato mais geral sobre as minhas indagações, pois já planejava realizar entrevistas com os facilitadores, e não queria deixar as minhas intenções muito óbvias, o que poderia enviesar as entrevistas futuras. Após a minha apresentação, fui questionada a respeito do papel da minha participação nas supervisões no desenvolvimento da minha pesquisa, ao que respondi tinha sido bastante importante para a delimitação das minhas questões de pesquisa.

Essas interações demonstram a relação tensa existente entre pesquisador e “pesquisados”. Esse tipo de tensão é frequente na realização de trabalhos de campo, uma vez que a inserção de um estranho – o pesquisador – em um ambiente, onde as pessoas já se conhecem e já possuem algum tipo de relação e dinâmica próprias gera sempre desconforto e estranhamento. Em Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo [CDHEP] (2014), a equipe de pesquisadores

relata a sua experiência no acompanhamento de um projeto anterior do CDHEP, contando sobre os sentimentos persecutórios que a equipe de facilitadores da época relatou em alguns momentos: a sensação de que estavam sendo avaliados, e de que não podiam falar coisas “erradas” ou demonstrar incertezas na frente dos pesquisadores. Minimamente, esse elemento externo gera uma indagação a respeito do porquê da sua presença naquele espaço.

Com o tempo, é possível que a dinâmica do grupo se rearranje, que o pesquisador deixe de ser um elemento estranho e passe a exercer alguma função dentro do grupo, seja uma função prática, seja como mero interlocutor. Ao relatar sua experiência de pesquisa em Bali, Geertz (2008) relata o momento decisivo que configurou a mudança na sua relação com o grupo de moradores locais, momento em que ele deixou de ser ignorado para ser tratado com cordialidade. O antropólogo ficou sabendo que ocorreria uma briga de galos no vilarejo onde se encontrava, e foi observar esse acontecimento. Mas a briga de galos tinha sido proibida após a proclamação da república, e quando a polícia chegou, Geertz e sua esposa saíram correndo junto com os balineses, ao invés de se aproveitarem de seu status de estrangeiros e pesquisadores para não terem problemas. No dia seguinte, o tratamento que ele recebeu dos moradores locais foi outra, e foi a partir daí que ele conseguiu desenvolver a sua pesquisa.

O que esse episódio ilustra é que, para a realização de uma boa etnografia, o pesquisador deve de alguma maneira superar o status de elemento estranho para ser de alguma forma integrado ao grupo, não necessariamente como um igual, mas também não mais como um intruso. É preciso estabelecer uma relação de confiança. Isso pode ocorrer com o tempo, de acordo com a intensidade da presença do pesquisador no campo, ou por meio de algo como uma “prova de pertencimento” ao estilo do acontecimento relatado por Geertz. No entanto, dificilmente é possível prever qual será o requisito para cada caso, e ao pesquisador cabe então insistir na construção de relações com as pessoas que habitam o seu campo de estudos.

2.2 Definição dos objetivos e etapas da pesquisa

A minha participação na supervisão do CDHEP continuou até o ano de 2014. Nesse segundo ano do meu contato com o campo, muitos dos facilitadores que participavam das reuniões durante o primeiro semestre de 2013, e que não tinham nenhum vínculo empregatício com o CDHEP, já não estavam mais comparecendo frequentemente, ou já tinham parado completamente as atividades de facilitação devido às próprias rotinas de trabalho. No entanto, o meu contato com a equipe do CDHEP continuava. Assim, em setembro de 2014, fui convidada (ou convocada) a participar da formação em JR que estava acontecendo em função do Projeto Jovens Facilitadores. Eu já havia recebido esse convite anteriormente, mas inicialmente entendi que isso configuraria uma imersão excessiva no campo: a minha intenção não era falar da JR como uma facilitadora, de modo a poder manter alguma distância crítica do meu objeto de pesquisa. Só que nesse, havendo eu já alterado mais uma vez o foco da minha pesquisa, achei que seria um momento propício para participar dessa formação.

Durante o meu exame de qualificação, os membros da banca sugeriram que eu focasse a minha pesquisa em apenas um dos objetivos propostos, já que o projeto apresentado parecia demasiado ambicioso para uma pesquisa de mestrado. Inicialmente, eu pretendia realizar entrevistas com facilitadores e com pessoas que haviam participado de círculos restaurativos, além de analisar algumas instituições que trabalhavam com o tema. Por conta da minha participação nas supervisões, eu estava cada vez mais interessada na figura do facilitador, e assim decidi que seria mais produtivo tornar este o foco da pesquisa. Além disso, tanto pelo contato com a literatura, quanto pelo próprio contato com o CDHEP, percebi que a formação de facilitadores proposta ali apresentava o diferencial de ser dividida em duas etapas.

Eu havia desenvolvido a hipótese de que a etapa extra ali proposta criava uma diferença no tipo de facilitador que o CDHEP formava, e desse modo, a participação no curso de formação passou a me parecer essencial para a realização da pesquisa. Como essa era uma peculiaridade daquela instituição, abandonei também a perspectiva inicial de realizar um estudo comparativo para me focar na exploração da JR no CDHEP, em um estudo de caso único. Na definição de Yin, o estudo de caso pode ser caracterizado como um tipo de investigação empírica que “investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida

real” (Yin, 2010, p. 39), em especial se a separação entre o que é fenômeno e o que é contexto não é clara.

Para Yin (2010), uma das condições importantes para a realização de um estudo de caso é a utilização de múltiplas fontes de evidências. Tendo como foco a relação entre facilitadores e JR, o delineamento da pesquisa se dividiu em três trajetórias complementares: a participação em um curso de formação de facilitadores oferecido pelo CDHEP, um levantamento sobre o histórico da JR na instituição CDHEP, e a realização de entrevistas com facilitadores.

2.2.1 Formação

A primeira etapa da formação de facilitadores do CDHEP, a chamada ESPERE, é intensamente vivencial, e a construção de um espaço seguro de confiança para a partilha de experiências pessoais é essencial. Não havia a possibilidade de apenas observar o curso sem me envolver nesse processo. Esse tipo de situação é aquele em que a única possibilidade que se apresenta ao pesquisador é a realização da observação participante, com todas as vantagens, todos os problemas e todas as limitações que esta acarreta. Diferente da minha participação nas supervisões, a formação exigia de mim uma reciprocidade muito maior nas interações. Uma vantagem dessa troca é que minha posição frente ao CDHEP e à equipe de educadores mudou depois dessa experiência. Acredito que passar pela formação foi um momento essencial na pesquisa, análogo ao correr da polícia de Geertz. Foi a partir de então que passei a ser não apenas pesquisadora, mas também companheira e potencial colega: o “tamo junto!” que marcou o grupo de formação de que participei se estendia à minha relação com o campo.

O processo de me formar facilitadora é responsável por grande parte da descrição densa que ajuda a dar significado para a relação entre facilitador e JR da maneira como ela se desenvolve no CDHEP. A minha participação nos dois cursos que compõem a formação do facilitador foi registrada em diários de campo, de acordo com o possível, de modo a não prejudicar o meu envolvimento com o grupo.

2.2.2 Levantamento de informações sobre o desenvolvimento da JR no CDHEP

O entendimento da relação entre a instituição e a JR é essencial para contextualizar a atividade dos facilitadores. A existência ou não de um entendimento institucional sólido e compartilhado sobre o que é a JR pode influenciar na maneira como cada facilitador irá realizar a sua prática. Entender o contexto em que o CDHEP começou a trabalhar com a JR e quais seus objetivos com ela diz sobre que tipo de cobrança será exercida sobre a atividade do facilitador.

Foram utilizadas duas fontes de evidências sobre a relação do CDHEP com a JR. Em primeiro lugar, foram consultados alguns tipos de documentos que contavam sobre a história da instituição: capítulos de livros, teses e dissertações, publicações do CDHEP e o site da instituição. Depois, realizei também uma entrevista semiestruturada com uma informante escolhida (ver Apêndice A). Essa entrevista teve como objetivo esclarecer sobre a história do CDHEP e como a JR se tornou uma das suas frentes de atuação. Essa entrevista foi transcrita, mas foi analisada separadamente das entrevistas com os facilitadores.

2.2.3 Entrevistas com facilitadores

Foi após a primeira parte da formação de facilitadora que comecei a realizar as entrevistas com facilitadores da equipe do CDHEP. O meu envolvimento nos cursos de formação foi de extrema importância para entender o contexto que marcou as primeiras experiências desses facilitadores com a JR, mas não respondia sobre a maneira como cada facilitador individualmente se relaciona com esse tema, e como reflete sobre ele. Para explorar essas questões, realizei entrevistas semiestruturadas com alguns facilitadores que se dispuseram a participar da pesquisa. As entrevistas foram guiadas por um questionário (ver Apêndice B) e tinham o objetivo de investigar a relação dos facilitadores com a JR a partir de temas como significação, prática e reflexões.

Na situação de entrevista, é possível direcionar a conversa mais especificamente para a finalidade desejada, neste caso, com perguntas que possibilitem entender como cada um significa o que é a JR e de que modo a autocrítica dos entrevistados se manifesta em relação à sua atuação como facilitador. Além disso, em situação de entrevista formal, os esforços do entrevistado

em responder às perguntas podem ser registrados com maior rigor, assim como suas tentativas de formular pontes conceituais e explicativas.

A utilização da narrativa ou depoimento como material de análise é muito comum na psicologia social, assim como nas ciências sociais de maneira geral (Narita, 2006 e Trindade, 2013). Ecléa Bosi (2004) entende o depoimento como um tipo de trabalho da pessoa que fala, um trabalho da memória. Se por um lado a memória refere-se ao passado, é um elemento do presente que guia a sua recuperação, existe uma intenção que orienta o fluir da narrativa. Gonçalves Filho (2003) também utiliza depoimentos para a pesquisa em psicologia, e considera que no diálogo entre as experiências, de entrevistador e entrevistado, caminha-se para uma compreensão do fenômeno não mais individual, mas construída na relação. É por meio da entrevista que é possível avaliar de que modo os acontecimentos externos afetam os participantes, e de que modo as suas biografias são projetadas no seu fazer. A narrativa permite identificar mediações, ou seja, aquilo que marca e interfere na pessoa que fala. É por exercer tal papel articulador que a entrevista, e as narrativas dela resultantes, foram escolhidas como uma das fontes de evidência para este trabalho.

Todo o meu contato anterior com o CDHEP teve um impacto na realização das entrevistas. Apesar da minha participação nas reuniões de supervisão, a equipe de educadores, facilitadores, coordenadores é extensa, e eu não conhecia alguns dos entrevistados no momento de realização da entrevista. Penso que isso afetou a qualidade das entrevistas, por conta do tipo de *rappport* existente entre entrevistador e entrevistado.

2.3 Análise dos resultados

As entrevistas foram analisadas com inspiração no método proposto por Laurence Bardin (2011) para a análise de entrevistas. A principal técnica utilizada foi a análise temática (Bardin, 2011), com o objetivo de buscar tanto a estruturação interna de cada entrevista isoladamente como também a realização de uma análise horizontal, ou transversal, das entrevistas como um todo. A definição dos temas seguiu o conteúdo das entrevistas, mas uma vez que, diferente do exemplo de Bardin, utilizei entrevistas semi-diretivas ao invés de entrevistas não-diretivas, a

divisão de temas acompanhou também as questões colocadas pelo questionário utilizado, e levou em conta os objetivos específicos da pesquisa sobre o tema da JR.

Esse tipo de análise permite realizar interpretações a partir da frequência com que alguns temas aparecem ou deixam de aparecer, criando um quadro sobre a lógica de estruturação de um discurso. Assim, cada uma das entrevistas foi primeiro analisada individualmente. A partir dessa análise individual, com a identificação dos principais temas relevantes sobre a relação com a JR para cada um dos entrevistados, iniciou-se uma segunda etapa de análise, com o objetivo de realizar uma síntese comparativa a partir de todas as entrevistas colhidas. Nessa etapa, as entrevistas foram comparadas entre si, para verificar aspectos comuns e contrastantes.

Inicialmente, o plano para a análise era realizar uma classificação dos temas para contagem de frequências, mas devido à pequena quantidade de entrevistas colhidas, isso não foi possível na fase comparativa. A apresentação dos resultados foi então feita de forma narrativa, descrevendo as relações percebidas entre as falas dos entrevistados, e as sínteses foram produzidas a partir da comparação direta entre as falas, sem recurso à classificação como mediador.

Capítulo 3 – O CDHEP e a Justiça Restaurativa

3.1. Um pouco sobre o CDHEP

Minhas primeiras experiências com o Campo Limpo foram ainda na graduação, por causa de uma disciplina de Psicologia Social Comunitária. Para mim, mogicruzense, o Campo Limpo parecia ser indescritivelmente longe. Hoje em dia a distância física se encurtou pelas experiências que seguiram.

O CDHEP fica próximo ao metrô Capão Redondo, última estação da Linha Lilás. Chega-se a ele atravessando uma avenida muitíssimo movimentada, e subindo mais ou menos três quadras de uma ladeira íngreme. Passando pelos portões azuis da entrada, a sensação é de que passamos por um portal para uma região rural: gramado, um abacateiro carregado ameaçando derrubar frutos maduros nos passantes, silêncio. O prédio em si é modesto; um galpão, cuja área principal comporta grupos grandes de pessoas, uma área de escritório, algumas salas de aula, uma cozinha. O espaço aberto chama a atenção quando vazio, mas é frequentemente preenchido por todo tipo de atividades: eventos da comunidade local, cursos, palestras, reuniões, festas. A sensação de estar lá é completamente diferente da sensação que eu tinha ao ir até a ONG onde eu costumava trabalhar, apertadinha no andar térreo de um prédio próximo à Praça da República. O CDHEP tem som de pássaros em vez do som do caminhão de lixo recolhendo dejetos do supermercado vizinho.

Esse retrato quase idílico do espaço físico da ONG quase nos faz esquecer que a região em que se encontra já foi considerada pela ONU como uma das mais violentas do mundo. Esperando conhecer um pouco mais sobre a instituição, fui até o Capão Redondo em uma tarde de outubro conversar com Nelly, uma das pessoas que trouxe a justiça restaurativa para a instituição. A maior parte do capítulo que segue foi baseada nessa entrevista semi-diretiva¹⁰ e em sua tese de doutorado (Boonen, 2011). Outras informações foram retiradas do site¹¹ da instituição, de algumas das publicações da ONG e até mesmo das entrevistas com facilitadores que compõem o *corpus* principal da análise deste trabalho.

¹⁰ A transcrição da entrevista pode ser consultada no Anexo A.

¹¹ Acesso em: www.cdhep.org.br

A instituição tem suas origens no final da década de 1970 e trabalha em diversas frentes, todas ligadas à defesa dos direitos humanos. Sua fundação está ligada às Comunidades Eclesiais de Base que surgiram no período da ditadura e à Comissão Pastoral dos Direitos Humanos da região Episcopal de Itapeceira da Serra. É esta comissão que mais tarde viria a se tornar o CDHEP, no ano de 1982¹². De acordo com Nelly, o momento de formação dessa pastoral foi aquele em que a igreja despertou para a questão dos direitos humanos. Passada a ditadura, os moradores da região continuaram na sua luta por direitos, pelo direito à moradia assim como tantas outras áreas da periferia de São Paulo, e também na luta contra a violência policial, que vinha substituir aquela da ditadura. Desde o seu início, a ONG atuou sobre os problemas ligados à violência. Também sempre teve a preocupação de se articular com a população local: lideranças, movimentos sociais, e com a rede de serviços de saúde e de garantia de direitos.

Na minha conversa com Nelly, eu buscava entender porque o CDHEP tinha se interessado pela JR. Tanto a sua aplicação direta quanto as atividades de formação praticadas pela ONG constituem formas de intervenção social. O sentido que se atribui ao termo “intervenção” neste trabalho, seguindo as discussões apresentadas por E. T. O. Tassara (*Disciplina Intervenção Social e Conhecimento Científico*, 2013), tem o sentido específico de uma ação que visa a transformação da realidade e que é baseada na articulação entre um objetivo político explícito e um corpo de conhecimento técnico que orienta esta ação. Tipicamente, no contexto atual, este conhecimento tem caráter técnico-científico, ou seja, tecnológico, mas não necessariamente. Este sentido distingue-se, portanto, daquele criticado por Montero (2012) e que implica uma ação diretiva, de caráter hierarquizado e não-participativo. No sentido aqui utilizado, uma intervenção social e psicossocial pode ter caráter democrático e amplamente participativo.

Quando uma pessoa, uma equipe, uma instituição, pensam em uma intervenção, têm em mente um problema sobre o qual pretendem agir. A partir disso, eles desenvolvem uma estratégia sobre como lidar com esse problema, sobre que tipo de ação poderia modificar aquilo que precisa ser melhorado. Ou seja, ao propor ações utilizando a JR está implícita a ideia de que ela pode melhorar algum aspecto da situação social na qual o CDHEP está inserido. No entanto, nem sempre as

¹² Para um relato mais detalhado sobre a história do CDHEP, ver Vieira (2014).

peessoas estão conscientes dessa problematização: elas podem não saber exatamente qual é o problema que originalmente se pretendia enfrentar, por exemplo, ou tendo um entendimento apenas parcial sobre esse problema, criar uma estratégia que não seja efetiva no seu enfrentamento. A entrevista com Nelly não pode representar o total da instituição, o que ela faz é contar uma história sobre a JR no CDHEP. Mas a partir dessa história, de caráter individual, podemos encontrar elementos que ajudem a significar a experiência de ser facilitador nesse universo multifacetado que é a JR.

3.2 Uma história sobre a Justiça Restaurativa no CDHEP

Nelly conta que entrou no CDHEP no ano de 2002, trabalhando na linha de atuação da instituição que buscava o acesso à justiça. Com um mestrado já terminado, ela conta que “... tinha entendido que quanto mais violência, menos vida coletiva, menos vida pública, mais as pessoas se voltam para dentro das suas casas.”. Foi neste mesmo ano que ela teve seu primeiro contato com a Escola de Perdão e Reconciliação (ESPERE), e com o projeto da Fundación para la Reconciliación de pensar o perdão no âmbito social, do mundo público (Boonen, 2011). Aquilo lhe pareceu interessante, mas só mais tarde é que adquiriu o sentido que tem hoje em dia para Nelly e, ao que parece, também para o CDHEP.

O tema da violência marcou bastante o discurso de Nelly. Mas, para além da violência policial, ainda presente hoje em dia, e da violência da ditadura que marcou o início da ONG, outros temas ligam-se, às vezes sutilmente, ao problema da violência: o conflito, os direitos humanos, o perdão, a raiva, a dor... Ao falar, ela expõe o seu entendimento pessoal, a maneira como ela significa a justiça restaurativa frente a tudo isso, mas a história que ela constrói diz também sobre o CDHEP, sobre como aquilo que fazia sentido para ela foi encontrando ressonância dentro do que era possível de ser desenvolvido naquele lugar. Ao contar sobre a luta pelos direitos sociais, ela revela uma busca por algo a mais, que pudesse de alguma forma unir essa luta em âmbito governamental a algo mais próximo da realidade do dia-a-dia das pessoas.

“...desde o início já tinha entendido que o CDHEP, aquilo que o CDHEP estava fazendo com a estrutura, investir na estrutura da polícia, na estrutura

dos direitos sociais, no acesso da justiça, era importante, mas não era suficiente. Sempre entendi que tinha que trabalhar a subjetividade também.”

Ela fala sobre um projeto envolvendo escolas, em que a escuta dos conflitos que marcavam o cotidiano nestas instituições foi significativa para que ela percebesse que simplesmente ter escolas não queria dizer que o combate estava vencido – a existência da escola, apenas, não era suficiente. Na luta por direitos humanos,

“...isso não é suficiente, ter uma boa polícia, não é suficiente ter um ótimo hospital, a gente não tinha, não é suficiente ter meios de transporte dignos, que nesse momento ainda não são dignos, não é suficiente ter uma educação, ter escolas. E aqui tá educação popular. (...) Isso tem que dar ênfase, essa estrutura, reforçar a estrutura macro pede ao mesmo tempo uma estrutura que dá uma atenção à subjetividade do indivíduo.”

Foi pensando sobre como buscar essa articulação, essa luta que fosse pelo macro, mas que fosse também uma luta para que a vida de cada um fosse, nas suas palavras, mais digna, que a ESPERE voltou à cena. Em sua tese de doutorado, Nelly relata um episódio marcante: por volta de 2005, o CDHEP estava promovendo oficinas sobre o desarmamento, em paralelo às campanhas nacionais sobre o tema. Enquanto a discussão começava a enveredar para valores como a violação ao direito de compra, ao direito de autodefesa, os educadores começaram a inserir a questão do perdão nas discussões, e ficaram surpresos com o impacto que isso causou nos presentes. Ela relata que, no final de um desses encontros, um senhor disse a ela que sua fala sobre o perdão tinha feito com que ele desistisse de matar uma pessoa, algo que ele planejava há tempos, e a agradeceu por isso. Na tese, ela afirma que esse episódio foi fundamental para que ela desenvolvesse a convicção de que o perdão também é uma necessidade humana.

Em 2014, Nelly faz referência a esse episódio ao me explicar a sua busca por trabalhar a subjetividade. Ela diz:

“E aí, esse texto da Hannah Arendt, *Perdão e Promessa*, junto com essa experiência que você deve ter lido no doutorado daquele homem que fala que ‘se você não tivesse, hoje você evitou uma desgraça, porque eu ia matar alguém, e com tuas palavras de perdão eu vou desistir de fazer isso.’, que foi uma experiência assim tão maluca, e antes eu arrepiava todinha quando eu contava essa história, isso me confirmava que para que tenhamos paz, a gente precisa investir no macro e no micro. Isso foi para mim, assim, essas duas coisas, quer dizer, e as leituras, mas em específico esse texto da Hannah Arendt, e toda essa beleza de ler a Hannah Arendt,

me legitimou que sim, que também no espaço público o perdão tem lugar. Então, por exemplo, o perdão é um dos lugares que podem fundir o macro e o micro. O perdão, isso nunca falei, essa frase. O perdão pode fundir o macro e o micro. E o perdão, ele, aos poucos fui entendendo, que o perdão ele recoloca, ele libera, liberta o sujeito para a luta pelos direitos humanos. Para que a raiva destrutiva possa virar uma raiva comprometida.”

No trabalho de elaboração necessário para responder às perguntas feitas pelo entrevistador, o entrevistado mostra a forma como vai construindo a significação da sua própria história. Nelly fala sobre o percurso que a levou a construir um entendimento do perdão que é muito particular, e sobre como para ela a construção de paz pedia mais do que uma luta por infraestrutura. É em meio a esse esforço de encontrar modos de conectar o *macro*, da estrutura, e o *micro*, da subjetividade, que a JR foi surgindo como uma possibilidade interessante de trabalho, a partir desse tema do perdão.

Essa foi uma das bases sobre as quais o CDHEP foi construindo seu próprio entendimento sobre o que é a JR. Nelly relata em sua tese que, em 2007, a vinda de B., que tinha formação em práticas restaurativas nos Estados Unidos, foi importante para integrar os conceitos da JR àquilo que já estavam aprendendo com a ESPERE. Durante os anos 2000, mudanças nas formas de financiamento no terceiro setor levaram o CDHEP a rearticular a sua forma de trabalho, para sobreviver principalmente a partir do financiamento público. E a JR foi uma das linhas de atuação que foi ganhando força com o tempo. Na visão de Nelly, inserir a JR no CDHEP não foi um problema:

“É, isso não foi difícil, isso tem tudo a ver com a proposta do CDHEP, a gente até ajustou o estatuto para dizer que a gente é capacitado para formar para a justiça restaurativa...”

Mais do que uma frente de trabalho, a JR parece ter passado a fazer parte da própria identidade da ONG, configurando grande parte das suas ações. Para isso foi preciso um longo trabalho de construção coletiva para se chegar a um entendimento compartilhado sobre o que é a JR, sobre como o CDHEP a entende enquanto instituição. Para Nelly, essa construção é o segredo para o sucesso da atuação da equipe.

“E por isso a gente convence, porque a nossa equipe se reconhece naquilo que está fazendo, né, não foi uma coisa de cima pra baixo, ‘aí, esses

princípios são assim', não, foi muita discussão. (risos) E continua a ser, mas a gente tem a linha, ultimamente a gente tem a linha..."

Nelly reconhece que esse entendimento não é algo fixo, que vai se modificando ao longo do tempo, mas que algo de compartilhado é muito importante para organizar o trabalho da instituição.

"... se amanhã eu for dar o curso (...), em breve vou dar o curso com uma pessoa com quem eu nunca trabalhei, que é da equipe dos jovens facilitadores, eu tenho certeza que a gente vai se entender. É nisso que eu digo, uma linha, a gente tem uma compreensão parecida das coisas e eu falo, olha... isso foi trabalhoso. Isso posso dizer. (risos)"

É então a partir dessa construção coletiva que se organiza o trabalho do CDHEP. Sob uma perspectiva mais institucional, Nelly me diz que os objetivos do CDHEP com a JR são fazê-la conhecer e implantá-la, com o intuito de influenciar a criação de políticas públicas. Esses objetivos estão sempre em redefinição, afetados pelo esforço anual de planejamento da organização, mas Nelly acredita que o ideal de tornar pública a JR deve continuar sendo importante, como fazer com que ela seja apropriada pelo público e pelo espaço governamental.

3.3 O presente: os projetos atuais do CDHEP com a JR

Nelly conta em sua tese (Boonen, 2011) que até o final de 2010 o CDHEP tinha três principais frentes de atuação relacionadas à JR: atividades formativas esporádicas; curso mais aprofundado com foco na ESPERE e projetos específicos, sendo que um destes ocorria em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos em Brasília. Hoje, ela conta que além da formação e de projetos específicos, há ainda trabalhos de assessoria à implantação de práticas de JR e parcerias com outras instituições, como a Pastoral Carcerária. Além disso, por meio de uma parceria com a Secretaria do Estado da Justiça, o CDHEP passou a coordenar 3 CRAVI (Centro de Referência e Apoio à Vítima) na região, com a perspectiva de aplicar a JR nesses serviços.

Os projetos ativos hoje no CDHEP são o Núcleo Comunitário de Práticas Restaurativas, o Projeto Jovens Facilitadores e o Projeto Gênero e Sexualidade. A parceria com a Pastoral Carcerária tem como foco a formação dos agentes da

pastoral que realizam visitas no sistema penitenciário. O trabalho com assessorias inclui uma parceria com o Juizado Especial Criminal (JECRIM) de Belo Horizonte, a supervisão de um trabalho com violência doméstica e justiça restaurativa em Fortaleza, assessoria a um núcleo de práticas restaurativas no sistema prisional do Rio Grande do Sul, e assessoria para a implantação de um núcleo comunitário de práticas restaurativas na cidade de Cascavel.

Cada um dos projetos tem um coordenador e uma equipe própria. Há também uma coordenadora responsável pela coordenação e execução de todos esses projetos. Embora cada projeto tenha uma equipe, algumas vezes um dos funcionários do CDHEP participa de mais de um projeto, e as equipes aparentam estar em constante diálogo: mais de uma vez presenciei reuniões de equipe que contavam com participantes de todos os projetos. Além disso, a facilitação de casos não é dividida rigorosamente entre as equipes, de modo que há um intercâmbio constante: frequentemente pessoas vão procurar o CDHEP buscando algum tipo de resolução para um conflito que estão vivenciando ou acompanhando. Esses casos passam por uma triagem, que não é geral, e é realizada geralmente por quem está disponível no momento.

Para falar um pouco mais sobre cada um dos projetos e ações que estão acontecendo no CDHEP no momento de realização deste trabalho, a conversa com Nelly apenas não foi suficiente, pois ela não podia dizer muito sobre os projetos em que não se encontrava pessoalmente envolvida. Assim, para poder explicar um pouco sobre os projetos ligados à JR que estão atualmente sendo desenvolvidos, serão usados também trechos das entrevistas realizadas com facilitadores. Todos os facilitadores entrevistados são funcionários contratados pelo CDHEP, e, como membros desta instituição, têm a realização de suas atividades práticas de JR como parte de suas atribuições. Essas entrevistas serão mais profundamente analisadas no Capítulo 5.

3.3.1 Núcleo Comunitário de Práticas Restaurativas

O *Projeto Núcleos Comunitários de Práticas Restaurativas* é o projeto cujas supervisões eu acompanhei durante o ano de 2013. O objetivo do projeto é o atendimento de casos, que chegam até o núcleo de diversas maneiras, mas principalmente por meio de pessoas que fizeram os cursos de JR ou que conhecem

o trabalho do CDHEP. O atendimento desses casos conta com a participação de facilitadores formados nos cursos e com o apoio da equipe da ONG.

Dentre os projetos de JR atuais, este é o mais antigo. Esse projeto não tem nenhum recorte específico para os seus atendimentos, mas agora, como há projetos especificamente voltados para as temáticas de gênero e de juventude, casos envolvendo essas temáticas são geralmente encaminhados aos projetos específicos. Conversando com Nelly sobre esse projeto, no qual ela também atua como facilitadora, ela me disse que embora os casos sejam muito variados, na sua percepção os casos mais atendidos pelo núcleo foram conflitos em escolas, conflitos familiares e conflitos de equipes dos serviços municipais. A partir dos meus diários de campo a respeito das supervisões acompanhadas, realizei também uma classificação parecida, com a exceção de que em vez de identificar conflitos provenientes de escolas como uma das categorias, a minha avaliação tinha sido de que para além de conflitos de equipe e familiares, os outros casos trabalhados tinham a violência como um elemento central. De todo modo, as minhas anotações parecem corroborar a percepção de Nelly a respeito da demanda existente para esse projeto.

Durante 2013, toda a triagem de casos que chegavam ao CDHEP era feito pela equipe deste projeto. Mas com o surgimento de outros projetos sobre esse tema, essa responsabilidade se tornou mais compartilhada. Agora, os facilitadores me contam que a triagem é realizada por quem estiver disponível no momento, e o encaminhamento do caso depende basicamente de três fatores: o perfil do caso de acordo com os projetos em andamento (por exemplo, existe uma questão de gênero que marca o conflito principal relatado?), o perfil dos facilitadores (por exemplo: quem tem mais facilidade de lidar com casos de conflitos em equipes de trabalho?) e a disponibilidade de tempo dos facilitadores. Desse modo, todos os facilitadores do CDHEP podem atender casos que não estão necessariamente ligados com o projeto no qual estão envolvidos.

3.3.2 Projeto “Jovens Facilitadores de Práticas Restaurativas”

Eu participei do *Projeto Jovens Facilitadores de Práticas Restaurativas*, como participante de uma das quatro turmas de formação de facilitadores que este projeto

desenvolveu durante 2014. De acordo com Catherine¹³, uma das facilitadoras entrevistadas e que atua neste projeto, seu objetivo é o de capacitar como facilitadores de JR jovens atuantes na região, em coletivos, movimentos sociais, etc. Terminada essa etapa, o próximo passo é a implantação de cinco núcleos comunitários de práticas restaurativas, de modo a resolver horizontalmente e comunitariamente os conflitos das regiões de origem desses jovens. Além disso, os núcleos devem servir como espaços para novas formações e discussões sobre os problemas da comunidade.

De acordo com o site¹⁴ do projeto, o projeto prevê contribuir com a articulação da juventude, como uma forma de fortalecer a construção de uma cultura de paz. Esse foco também está relacionado com a questão da desigualdade e violência, principalmente aquela dirigida ao jovem negro da periferia. Esta última, no entanto, é entendida de maneira ampla: as marcas da desigualdade também são consideradas violência. Outro foco do projeto é a apresentação de uma alternativa de resolução de conflitos que não seja focada na punição.

A fase de capacitação de facilitadores terminou em novembro de 2014, e desde então os esforços se dirigem para a construção dos núcleos comunitários, de acordo com o interesse e demanda dos participantes do projeto. Já foram realizados alguns seminários preparatórios para encaminhar esta nova fase que se inicia.

3.3.3 Projeto “Redução da violência de gênero e da cultura punitiva no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente: as práticas de justiça restaurativa e a formação em gênero e sexualidade como aportes teórico-metodológicos”

O projeto, frequentemente referido apenas como “Gênero, Sexualidade e Práticas de Justiça Restaurativa” é financiado pela Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, e a primeira parte da sua realização consistiu em uma formação de 100 horas com técnicos do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente da região do Jardim Ângela. Gil¹⁵, um dos facilitadores entrevistados

¹³ Nome fictício. Os nomes dos facilitadores entrevistados foram omitidos a fim de respeitar o sigilo dos participantes.

¹⁴ Acesso em: <http://jovensfacilitadores.org.br/>

¹⁵ Nome fictício. Os nomes dos facilitadores entrevistados foram omitidos a fim de respeitar o sigilo dos participantes.

e que atua neste projeto, me contou um pouco sobre o projeto em sua entrevista. De acordo com ele, essa formação consistiu no curso *Fundamentos da Justiça Restaurativa*, e no curso de *Práticas de Justiça Restaurativa* com 20 horas adicionais, para incluir também uma formação sobre o tema gênero e sexualidade. Este projeto inclui também o atendimento de casos em conjunto com os participantes da formação, a supervisão desses casos, uma pesquisa e a publicação de uma cartilha com o conteúdo básico dessa formação, que deverá servir de base para outros profissionais que queiram tratar do tema. Julie¹⁶, outra das facilitadoras entrevistadas e que também atua neste projeto, conta que a formação em práticas de JR foi focada em questões envolvendo violência de gênero ou violências ligadas à sexualidade. Sobre a pesquisa prevista, ela diz que se trata de fazer um diagnóstico quantitativo da região, de modo a mensurar a violência de gênero e ligada à sexualidade, pois esses dados ainda não existem.

De acordo com Sara¹⁷, também uma das facilitadoras entrevistadas e que atua em diversos projetos do CDHEP, o projeto sobre violência de gênero e de sexualidade teve origem a partir do projeto *Tecendo Redes de Cuidados*, desenvolvido pelo CDHEP a partir do ano de 2011¹⁸. Sobre o projeto de Gênero, ela diz:

“E também foi no Tecendo Redes que a gente percebeu o quanto que a violência de gênero e a questão também da sexualidade eram temas geradores de muitos conflitos, principalmente na escola, e na assistência. Então, por exemplo, adolescentes travestis que chegam no abrigo, e não têm um lugar, e precisam abrir mão da sua identidade pra ficar nesse lugar, então tipo, aí, tem que virar homem, cortou a unha da menina, cortou o cabelo, fez trocar de roupa, pra poder ficar no abrigo. Então como é que a gente poderia, de uma maneira restaurativa, trabalhar esse caso.”

3.3.4 Outras ações do CDHEP envolvendo a JR

Sara está também envolvida na implantação de um novo projeto, em parceria com duas escolas da região, que optaram por colocar a JR no seu regimento, como a primeira ação a ser tomada frente aos conflitos diversos com os alunos. Esse é um

¹⁶ Idem acima.

¹⁷ Idem acima.

¹⁸ Informação extraída da publicação *Tecendo Redes de Cuidados – Fortalecimento do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente e práticas de justiça restaurativa* (CDHEP, 2013).

projeto que ainda está começando, e Sara relata que tem sido um grande desafio, pois é preciso mudar todo o funcionamento da escola para que isso se torne realidade, mudar o seu modo de gestão, o modo de participação dos alunos, o conselho.

Para além dos projetos, Nelly conta-me que atualmente tem realizado um esforço de ampliar os locais de atuação da ONG, levando sua proposta de JR para países da América Latina como a Colômbia e o Uruguai. Além disso, o CDHEP também apresentou seu trabalho em fóruns internacionais, como o *Fórum Europeu de Justiça Restaurativa* e a *Conferência Mundial de Justiça Restaurativa*. Esse é um esforço de diversificação dos interlocutores, uma vez que a JR ainda é bastante tímida no Brasil. Parece-me que a busca é pela construção de uma rede de interlocutores, que possam ajudar na construção de projetos cada vez melhores de JR, por meio do diálogo. Ela diz,

“Eu acho que com isso, bom, a gente consegue primeiro escutar como outras pessoas fazem, que é fundamental, né, você ‘ah, você faz assim? Ah, porque a gente não faz isso também?’. Então essa... ter parceiros que nos puxam e puxam a imaginação. Eu acho fundamental. Eu estou muito agradecida por a gente ter conseguido fazer isso.”

3.4 O lugar de desenvolvimento da JR para o CDHEP: a comunidade

Desde o início do meu contato com o CDHEP, chamou-me a atenção o fato de que os seus principais projetos de aplicação da JR não dependiam de cooperação com o Judiciário, diferente de grande parte dos casos¹⁹ relatados na literatura. Não que isso nunca tenha acontecido: o projeto de 2009 “Novas Metodologias de Justiça Restaurativa com Adolescentes e Jovens em Conflito com a Lei”, cujo relatório²⁰ acabou de ser publicado com o apoio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, teve uma parceria com o Judiciário, com a Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. No entanto, depois disso, houve uma mudança de foco nos projetos do

¹⁹ Uma exceção a essa regra são os projetos realizados em escolas, que muitas vezes também acontecem à parte de qualquer relação com o Judiciário.

²⁰ CDHEP (2014).

CDHEP, de modo que esse tipo de parceria não tem aparecido como uma prioridade.

Sara conta que foi muito difícil o relacionamento ONG-Judiciário durante a realização deste projeto, o primeiro do CDHEP com a JR. O grupo gestor era composto pelo CDHEP, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Poder Judiciário, representado por dois juízes. A tensão, a inexperiência com a aplicação da JR, e a desigualdade dentro desse grupo são temas que aparecem diversas vezes na sua fala sobre esse projeto.

Nelly diz que o CDHEP simplesmente escolheu trabalhar em outra frente. Ela conta que a prevalência de parcerias com o Judiciário é uma especificidade da JR no Brasil, e que isso pode ser bom se esse trabalho conjunto puder resultar num maior acesso aos direitos sociais. No entanto, na opinião dela existe uma tensão que marca a relação entre a JR e o Judiciário, pois este último já tem engessados os seus modos de fazer justiça, o que torna a possibilidade de uma parceria efetiva bastante complicada.

Se considerarmos o capítulo introdutório do presente trabalho, é interessante notar que, dadas as possibilidades de pensar na JR como uma alternativa possível ao Judiciário – ideia que também contém a possibilidade de uma substituição da justiça punitiva, retributiva, por essa outra, a restaurativa – ou como um complemento ao judiciário punitivo, atuando sobre os casos “menos sérios”, Nelly parece trazer para a discussão uma terceira alternativa, na qual a JR pode ser pensada como uma coisa outra, que não o Judiciário.

“Não somos o judiciário. (...) É tão importante a comunidade se reapropriar da tensão de fazer acontecer o justo, que é um dos meus temas favoritos, que eu acho absurdo nós delegarmos para um determinado lugar do judiciário a tarefa de construir o que é o justo. Então, é como uma insistência, que sim, nós fazemos justiça, porque só esse nome já tem um lugar, que é o tribunal, e os advogados, e os operadores do direito, então... muito conscientemente, é uma tensão com esse lugar... o justo e a justiça precisam ser construídos e reconstruídos em todos os lugares.”

A perspectiva da construção de um lugar para a justiça no seio da comunidade é uma preocupação que marca a fala de Nelly, e parece que essa perspectiva se reflete no trabalho que o CDHEP vem realizando ao longo dos anos. Se, por um lado, a presença do Judiciário é tematizada, ela não é o foco, porque o

que é mais importante é o fortalecimento da comunidade, na possibilidade de cuidar de seus próprios crimes e conflitos.

“É, eu nem quero dizer alternativa ao judiciário. A minha tensão não é com o judiciário, a minha visão é que precisamos aprender a nos responsabilizar por aquilo que fazemos e deixamos de fazer. (...) Sabe... é a tensão, a tentativa mais do que tensão, a tentativa é que não se chegue ao judiciário. (...) O desejo é que tivesse muito mais investimento na comunidade, nos espaços educacionais para reeducar e se apropriar dos conflitos. E também de crimes, como comunidade. E não levar para um lugar distante que não tem nada a ver com a cabeça, o entendimento dessa comunidade, onde acontecem as coisas.”

Nelly diz pensar que é muito difícil que uma parceria com o Judiciário tenha bons frutos. Para ela, o problema é que o Judiciário, com toda a sua história, já tem estabelecido uma série de ideais, já contém em si tantas marcas e estigmas, que é muito difícil ultrapassá-los e buscar uma restauração verdadeira. Ou seja, na sua visão, há um limite para a aplicação da JR no Judiciário. Benedetti (2009) também aponta algumas dessas limitações, por exemplo, o fato de que a voluntariedade nem sempre é respeitada. Além disso, há uma expectativa muito grande em relação ao desfecho do processo restaurativo. É preciso necessariamente que haja algum resultado. Essa expectativa parece levar muitos dos aplicadores da JR a terem o acordo como uma meta²¹, e focar excessivamente neste aspecto dos círculos restaurativos.

Quando a JR se desenvolve fora do Judiciário, é possível deixar isso um pouco de lado, e se concentrar em outros elementos daquilo que está acontecendo. Lembro-me de uma das reuniões de supervisão no CDHEP em que estava sendo discutido um conflito entre dois adolescentes. Um rapaz estava sendo acusado de ter feito algo contra uma moça, com quem estivera saindo, mas não havia provas. Algum dos presentes comentou que um advogado talvez se preocupasse em determinar se ele era culpado ou não. No círculo, o caminho foi outro: isso não era o importante, o importante era a possibilidade de diálogo e de recuperação do laço de amizade que estava ameaçado.

Ao pensar a questão do conflito, os educadores do CDHEP se apoiam nas teorias de Olga Botcharova (2002) sobre o ciclo da violência, e sobre a possibilidade

²¹ Zagallo (2010) aponta essa como uma das críticas à aplicação da JR no Brasil, embora essa constatação não esteja restrita às aplicações ligadas ao Judiciário. Benedetti (2009) indica que, no projeto que acompanhou em Brasília, caso não houvesse acordo, o caso era então devolvido ao JECRIM, para seguir de acordo com os procedimentos usuais do juizado.

de quebra desse ciclo. Para eles, quebrar o ciclo depende do reconhecimento da dor que está presente no processo, e reconhecer essa dor é central para a JR que eles praticam. Nelly fala a respeito desse ciclo:

“Ah, então a Botcharova é nossa fiel companheira, né? De... onde posso sair? E o que tem que acontecer para eu sair. É acolher a dor, expressar a dor, isso é fundamental. (...) Para mim o diferencial é como olhamos para a dor. Que é diferente de dano. É... (risos) No judiciário eu acho que só... na justiça restaurativa, né, se olha para o dano, e a gente quer também olhar para a dor.”

A fala de Nelly ressalta uma diferença que talvez seja fundamental. A JR no Judiciário, mesmo que tenha a restauração como objetivo, muitas vezes tem como foco a restauração do dano material²², simplesmente. Isso já define de antemão aos participantes o que é o mais importante, qual é o foco do processo. Além disso, isso configura um uso instrumental da JR: ela é usada como um meio para se chegar ao resultado esperado, o acordo. Esse tipo de racionalidade voltada para fins acaba retirando da JR aquilo que ela tem de mais interessante, a possibilidade de focar em outros aspectos do conflito que não na sua resolução. Talvez o mais interessante da JR, como praticada em instituições como o CDHEP, seja a sua possibilidade de ter como foco o próprio processo. Assim, a finalidade da prática pode ser a possibilidade de autorreflexão mais do que a obtenção de um acordo formal. Nas palavras de Nelly, é o foco na dor que dá a qualidade à restauração. Aquilo que se ganha ao participar de um processo restaurativo, embora não saibamos exatamente o que, é muitas vezes superior a uma resolução jurídica.

Historicamente, o CDHEP sempre teve como foco a comunidade, e o trabalho com a JR não é exceção. A preocupação com a comunidade está fortemente presente nos trechos da fala de Nelly transcritos acima. Ela também transparece nos tipos de projetos em desenvolvimento e nos seus objetivos. Além disso, durante o ano em que acompanhei as supervisões do Núcleo Comunitário, lembro-me claramente da fala de uma das facilitadoras, que, em uma conversa comigo, disse-me acreditar que a JR pode ser um meio para a reconstrução dos laços comunitários que parecem não fazer mais parte das relações na cidade.

De acordo com o entendimento de vários membros da equipe do CDHEP com quem conversei ao longo do tempo, o conflito pode ser entendido a partir de quatro

²² Ver Zagallo (2010).

dimensões. Nelly fala disso em nossa conversa: no centro, o nível pessoal do conflito, os sentimentos, afetos, valores, etc. Depois, o nível relacional: relações, acordos, etc. O nível estrutural engloba as maneiras como a sociedade em que vivemos se organiza, a criminalidade, a pobreza, os órgãos estaduais, etc; e por fim o nível cultural diz respeito às formas de ser e pensar que são derivadas da cultura da qual fazemos parte. No momento, o CDHEP concentra-se especialmente em intervir no nível relacional, embora alguns dos projetos novos, como o que pretende criar escolas restaurativas, já comecem a incidir naquilo que é entendido como o nível estrutural dos conflitos.

O trabalho do CDHEP se expande por meio do seu trabalho de capacitação de facilitadores. Quando o CDHEP realiza uma formação, além de estar contribuindo com a propagação da JR, ele também está construindo uma rede: são as pessoas que fizeram a formação que encaminham casos, e que têm a possibilidade, cada um no seu contexto, de aplicar aquilo que aprenderam. E é a partir dessa rede, de quem se sentiu realmente tocado pela JR que o CDHEP procura compor a sua equipe. Nelly diz que às vezes fazem processos seletivos, mas que o melhor mesmo é quando podem preencher as vagas necessárias com aqueles que já conhecem o modo de o CDHEP trabalhar, e também já são conhecidos pela equipe.

Capítulo 4 – A Formação de facilitadores de JR no CDHEP

Acabamos de almoçar e um grupo está sentado em colchonetes no gramado do CDHEP. Algumas pessoas se esparramam sobre o gramado, com a vaga intenção de tirar uma soneca. Outros discutem animadamente sobre um tema. No momento o tema é sexualidade, e a conversa vai desde as opiniões pessoais sobre a homossexualidade até critérios de beleza para os órgãos sexuais femininos. No meio, muita risada. Pouco antes disso, em pé com o café a conversa girava em torno de diferentes conceitos de revolução. Depois, aqueles com filhos contam histórias sobre as aventuras das suas crianças (ou não tão crianças assim).

Esse era o clima nos intervalos dos cursos de formação de facilitadores de JR dos quais eu participei no CDHEP. Pessoas até pouco tempo desconhecidas, que em pouco tempo já estavam discutindo todos os tipos de assuntos, desde divagações teórico-acadêmicas até intimidades. Não há como negar, tendo passado pela experiência, que os cursos de formação para o CDHEP são muito mais do que um curso da maneira como costumamos entender a palavra. Não há um professor passando conceitos, discutidos hipoteticamente ou a partir de exemplos de terceiros. Participar do curso é participar ativamente na construção de um processo que pertence a todos os presentes, é falar de si e ouvir o outro, e estar junto a cada passo.

O curso de formação de facilitadores do CDHEP é dividido em duas partes. Primeiro, há o *Fundamentos de Justiça Restaurativa - ESPERE*, com 40 horas de duração; depois o *curso Práticas de Justiça Restaurativa*, também de 40 horas. O primeiro é considerado como um requisito para a participação no segundo curso. A formação da qual participei ocorreu aos finais de semana²³, entre setembro de novembro de 2014, como parte das ações do *projeto Jovens Facilitadores de Práticas Restaurativas*. Na segunda parte da formação, estavam presentes muitos

²³ Nem todos os cursos oferecidos pelo CDHEP são realizados aos finais de semana. Além disso, a formação da qual participei era gratuita, embora o CDHEP realize também cursos pagos. De acordo com uma das educadoras do projeto Jovens Facilitadores, houve uma diferença perceptível entre os participantes dos cursos realizados durante a semana e os participantes das formações realizadas aos finais de semana, em especial em relação ao seu envolvimento com o processo. Na percepção da educadora, existiu um envolvimento maior entre as turmas de finais de semana, e uma das hipóteses para tal seria o fato de que esses participantes teriam escolhido participar do curso, enquanto durante a semana era comum ter a participação de funcionários da saúde, educação ou assistência que tinham tido sua participação determinada por instâncias superiores. Vieira (2014) trata brevemente desse assunto.

dos colegas da primeira parte, embora as turmas não fossem exatamente iguais. Durante o curso *Fundamentos*, a JR em si foi discutida apenas brevemente, quase ao final do curso, enquanto no curso *Práticas* foram apresentadas algumas das técnicas utilizadas em um processo restaurativo, e uma discussão mais aprofundada sobre o que é a JR e sobre as habilidades necessárias para a sua aplicação.

Desde as primeiras supervisões das quais eu participei no CDHEP, as conversas com as pessoas que já tinham feito o curso sempre foram marcadas por uma fala enfática, que dizia sobre a mudança provocada na vida pessoal, na visão de mundo, a partir da formação para se tornarem facilitadores. Eu ouvi diversos relatos de como o impacto do curso era grande, e como esse impacto era o que motivava diversas pessoas a continuar trabalhando com a JR. Mas foi apenas ao participar do curso em si que eu entendi o porquê dessas falas tão apaixonadas.

Conversando com os funcionários do CDHEP ao longo de toda a minha presença em campo, assim como com os colegas dos cursos, fica claro o quanto a primeira parte da formação é a que mais marca os facilitadores capacitados naquela instituição. Segundo Vieira (2014), a ESPERE é um momento de desconstrução e análise, enquanto o curso de *Práticas* é habilitador e instrutivo. A ESPERE, já citada no capítulo anterior, é uma adição ao processo de formação muito específica do CDHEP, que tem a ver com o histórico do desenvolvimento da JR nessa instituição, e os seus princípios parecem ser responsáveis por tornar essa capacitação tão singular.

4.1 Fundamentos de Justiça Restaurativa – Escola de Perdão e Reconciliação (ESPERE)

Em sua tese de doutorado, Nelly explica que o curso *Fundamentos de Justiça Restaurativa*, inicialmente chamado ESPERE, foi pensado para trabalhar conflitos interpessoais, que surgem das relações do cotidiano (Boonen, 2011). Tinha como objetivo trabalhar as dimensões cognitivas, emocionais, espirituais e comportamentais dos seus participantes, criando uma atmosfera de crescente envolvimento do grupo. Ela relata que o curso buscava fomentar nos participantes o reconhecimento da própria dor e raiva, tendo o perdão como uma possibilidade no horizonte. Além disso, buscava transformar o olhar sobre a pessoa que causou dor,

desenvolvendo a empatia e trabalhando a compreensão das motivações do ato. Também trabalhava conceitos como verdade, responsabilização, desenvolvimento do conflito, restauração no lugar da punição, entre outros.

A partir da avaliação realizada rotineiramente com os participantes do curso, Nelly fez uma classificação sobre como estes responderam à pergunta: “Uma pessoa está perguntando sobre o curso ESPERE, do CDHEP. O que você diria a ela?” (Boonen, 2011). De acordo com a autora, entre as respostas mais comuns, quase dois terços das pessoas entendiam o curso como promovendo o autoconhecimento, a autoformação. Um segundo grupo exaltou o aspecto prático, da possibilidade de intervenção em situações de conflito, e o terceiro grupo não entrou em detalhes, apenas recomendando enfaticamente a participação no curso.

Na tese, Nelly inclui um esquema²⁴ do curso, discutindo o tema e objetivos de cada um dos encontros. No entanto, o que a leitura não permite é perceber o envolvimento emocional que aquele esquema consegue produzir em seus participantes, e esse aspecto, mais do que a sua estrutura, é o que o torna tão surpreendente. Vieira (2014) afirma que a ESPERE não é para ser lida, mas para ser vivenciada. Apesar disso, ele busca apresentar uma descrição profunda do curso, analisando cada um dos seus momentos e discutindo em detalhes os temas trabalhados. O autor tem vasta experiência como animador, termo que ele utiliza para se referir aos responsáveis pelos cursos, e para ele o objetivo da ESPERE é que o futuro facilitador passe por uma experiência restaurativa pessoal, para que a formação possa acontecer de maneira mais livre, construtiva e transformadora; uma tentativa de criar uma base sólida sobre a qual erguer a prática da JR.

Quando eu participei dessa formação, o meu projeto de pesquisa já se encontrava bastante avançado, de modo que eu já conhecia muito mais da JR e da própria ESPERE do que quase todos os outros participantes. Além disso, a minha presença no curso era parte do trabalho de pesquisa. A minha impressão sobre os impactos que a formação provoca nos participantes foi a de que a primeira atividade do primeiro dia já provoca algum choque nos presentes. Isso porque na discussão de temas de interesse, por exemplo, a violência, a pergunta que se coloca não é “o que é violência”, ou “quais as violências que eu já presenciei”, mas “como sou violento?”, e a instrução é concentrar-se em si para pensar a resposta. Seguem-se

²⁴ Ver Boonen (2011). Ver também Vieira (2014) para uma descrição mais completa do curso ESPERE.

10 minutos de introspecção, e depois uma partilha voluntária das formas de violência que cada um percebeu em si. No final da discussão, chega-se à ideia de que apesar das justificativas internas que damos à nossa própria violência, é preciso reconhecer que toda violência praticada é ação, no sentido de que mesmo que em resposta a outra violência, ela não é reação, mas uma nova ação violenta.

Em comparação com as poucas descrições que temos de outros cursos de formação em JR, a primeira diferença, imediatamente perceptível, é o fato de que a capacitação se inicia com um olhar para si. E essa é a estrutura do curso todo: para se tornar facilitador, o primeiro passo não é entender o conflito do outro, mas refletir sobre os próprios conflitos. É preciso reconhecer o aspecto subjetivo dos conflitos: muitas vezes ele não pode ser resolvido levando em conta apenas os seus aspectos racionais, não é uma questão de lógica, um quebra-cabeça, para o qual, aplicando-se o pensamento adequado a resolução poderá ser encontrada. Para Vieira (2014), esse fundamento é necessário para que a JR possa ser realmente restaurativa para todos os envolvidos em um caso.

Assim, toda a discussão teórica é acompanhada pelo esforço de fazer aplicar o conceito debatido às próprias experiências com situações de conflito. Discutir o conceito de verdade para Foucault, discutir definições conceituais de poder para diversos autores da filosofia ou sociologia pode ser transformador, pode mudar a visão de mundo sobre esses temas, e pode mudar a forma de agir frente a diversas situações da vida. Mas discutir o conceito de verdade a partir de situações reais da própria vida tem o potencial de realizar essa transformação de uma maneira que imediatamente ultrapassa o nível intelectual, e que afeta a subjetividade.

A lógica subjacente não soa estranha a um psicanalista ou grande parte dos psicólogos clínicos: para cuidar do outro, é preciso primeiro ter passado por um árduo caminho de autoconhecimento. Só a partir disso é possível olhar para o outro e enxergar algo que não a si mesmo, ou perceber quando estamos significando a fala do outro a partir das nossas próprias experiências. Talvez um psicólogo, um aluno de Psicologia, saiba disso por causa da sua vida profissional e realize continuamente esse esforço de autoconhecimento, das maneiras mais diversas possíveis: além da terapia, os psicólogos buscam as mais diferentes técnicas e teorias no esforço de entenderem a própria subjetividade, da consciência corporal à musicoterapia, à filosofia hinduísta e à meditação. No entanto, é preciso reconhecer que a possibilidade de autoconsciência encontra cada vez menos espaços na

sociedade. Esse pode ser um dos motivos que faz a ESPERE tão impactante, o fato de que ela permite e promove a autorreflexão. Também fomenta uma atitude questionadora e crítica.

Uma das grandes referências que parece fornecer uma base importante para a própria estruturação do curso é a teoria de Olga Botcharova sobre construção de paz, apresentada logo no início da formação. Botcharova é psicóloga e especialista em resolução de conflitos. Ela desenvolveu um modelo de reconciliação e busca do perdão a partir de sua experiência na mediação de conflitos étnicos e religiosos. Uma das críticas que ela faz às tentativas de negociação de paz internacionais é que essas iniciativas costumam procurar respostas lógicas para um problema que é em grande parte irracional. Duas das suas considerações sobre o seu aprendizado com a prática chamam a atenção: em primeiro lugar, ela diz que as habilidades de resolução de problemas só podiam se desenvolver trabalhando os sentimentos de trauma causados pelo conflito, e quando algum grau de cura da sensação de vitimização tinha sido atingido (Botcharova, 2002). Em segundo lugar, ela diz que a ferramenta mais importante que ela encontrou foi o compartilhar de histórias, que produzia um laço inicial de reconhecimento entre os lados antagônicos (Botcharova, 2002).

Ela descreve dois ciclos sobre o que acontece quando sofremos uma ação violenta: os 7 passos para a vingança e os 7 passos para a reconciliação, sendo que este segundo se desenvolve tendo o primeiro como base (Botcharova, 2002). Para ela, a quebra do ciclo da vingança, que leva a uma nova agressão, entendida então como justificada, passa pelo reconhecimento e pela expressão da dor sentida com o ato violento inicial. É isso que possibilita uma resposta que não seja a repetição da violência, e a abertura de um caminho que possa levar à justiça. A partir da ideia desse ciclo, também é discutido o processo de vitimização desde uma perspectiva pessoal, que acarreta desejos de vingança e justifica uma nova violência. Esse processo de dirigir-se à reconciliação implica uma reumanização do outro, possibilidade de reconhecer o outro como pessoa, que é mais do que o seu ato e não pode ser reduzida a ele.

No curso, para que a expressão de sentimentos como a dor e a raiva seja possível, é preciso que o grupo torne-se um espaço seguro para os presentes. É a dinâmica das atividades que vai criando esse espaço, com a ajuda da coordenação dos educadores: os temas pedem o compartilhamento das histórias pessoais que

vão criando espaços de reconhecimento. Para isso, há uma divisão em grupos menores, e a instrução de exercitar a escuta da experiência do outro, tentando não dar palpites. O palpite é a colocação de si na experiência do outro. Ao dar uma sugestão sobre a resolução do problema, a história deixa de ser de quem fala para ser de quem palpita. Essa era a sensação que eu tinha todas as vezes em que alguém não conseguia aguentar a ansiedade de ver o sofrimento do outro e, tentando resolver a própria angústia, buscava algum tipo de solução pela fala. Essa intervenção pode ser extremamente invasiva, especialmente quando impede a fala do outro. Por isso o exercício da escuta é uma habilidade importante de ser desenvolvida para que um encontro possa ser restaurativo.

Esse é um segundo fator de grande impacto, a possibilidade de construção dessa segurança para expor-se frente aos outros, sem medo. É uma possibilidade que também parece ser excessivamente rara no mundo contemporâneo. Mas a partir da experiência de um espaço de não julgamento, torna-se possível estar presente nas discussões com outra qualidade, não apenas intelectualmente, mas subjetivamente, em nível afetivo. Abre-se a possibilidade de se afetar pelos conteúdos discutidos de uma maneira mais profunda, e de elaborar o que as coisas significam a partir da própria experiência com elas, no diálogo com o outro. Em certo sentido, o espaço de escuta pode parecer um pouco com o espaço clínico, mas tem uma qualidade que o diferencia definitivamente, que é a reciprocidade. Eu escuto, mas depois falo, criando um ambiente de elaboração mútua.

Conseguir reproduzir isso em um processo restaurativo parece ser uma tarefa árdua, mas plena de potencial. O CDHEP parece acertar ao pensar uma formação que se inicia pela auto-elaboração, buscando desenvolver no futuro facilitador as habilidades necessárias para sustentar as tensões do processo grupal.

4.2 Práticas de Justiça Restaurativa

O segundo módulo da formação, o curso de *Práticas de Justiça Restaurativa* é menos focado em exercícios de profunda introspecção e partilha no grupo. O aprendizado ocorre mais por meio de discussões e apresentações das técnicas que podem ser utilizadas apresentadas a partir de simulações do tipo 'role-playing', o que mantém o seu caráter vivencial. Essa etapa tem o objetivo de estimular a

reflexão sobre como é possível construir condições para que os conflitos sejam trabalhados por meio da JR. Isso inclui a tentativa de pensar sobre como utilizar a JR para tratar de questões que estão além do nível relacional como o racismo, por exemplo, na busca de soluções mais permanentes para esses problemas.

A JR é apresentada como uma forma de criar uma participação no poder baseada na horizontalidade. Na visão dos facilitadores do CDHEP, a JR deve ser desenvolvida a partir das necessidades dos envolvidos. Também há a preocupação em mostrar os limites da JR, por exemplo, a partir do vídeo de um círculo realizado dentro do Judiciário, no Rio Grande do Sul, em que o agressor é um adolescente que tentou roubar o carro de um policial, a vítima, que ao perceber a tentativa de assalto atirou na perna do menino enquanto esse tentava fugir. Depois de permanecer na Fundação Casa, houve a realização do círculo, possivelmente como parte do cumprimento da medida socioeducativa. Em nenhum momento o tiro é sequer mencionado, e o vídeo parece querer mostrar a recuperação do adolescente e o perdão concedido pelo policial. Por trás da crítica, a mensagem é clara: não é tudo que se chama de JR que é efetivamente JR.

Nesse curso também são aprofundadas habilidades que já tinham começado a ser desenvolvidas no primeiro módulo como, por exemplo, a comunicação assertiva, a empatia, a escuta ativa e o não julgamento. A comunicação assertiva é apresentada como uma forma de comunicar-se que evita falas que dizem sobre o outro, focando na experiência do falante. Construções de frase que se iniciam com “você é...”, “você sempre...” que provocam o outro a se defender devem ser trocadas por falas que digam sobre si, naquilo que é chamado de *eu-mensagem*, uma comunicação que fala da experiência do falante. Durante o curso do qual participei estava presente entre meus colegas uma psicóloga que trabalha com *Comunicação não-violenta* (CNV), técnica criada pelo psicólogo americano Marshall Rosenberg²⁵, de modo que tivemos a oportunidade de ouvi-la falar sobre o tema, enriquecendo ainda mais a discussão sobre as formas de comunicação.

A empatia foi discutida durante a formação da qual participei a partir de um pequeno vídeo, que contrasta empatia e simpatia, narrado por uma professora e

²⁵ Rosenberg foi aluno de Carl Rogers, e a influência deste psicólogo parece estar presente no desenvolvimento da teoria da CNV, em especial no tema da empatia.

assistente social chamada Brené Brown²⁶. No vídeo, Brown enfatiza que a empatia é uma escolha de sentir junto com a pessoa, a partir de um contato com as próprias experiências, enquanto a simpatia tenta olhar o lado positivo de uma situação ruim, tentando minimizar os aspectos que causam sofrimento. A escuta ativa é definida como uma escuta interessada, que busca contribuir para a elaboração da fala, e o não julgamento é explicado como a possibilidade de ouvir sem qualificar a fala do outro a partir da própria experiência.

As técnicas que foram trabalhadas nesta etapa da formação foram o Círculo de Paz (CP) e o Círculo Vítima-Ofensor-Comunidade (VOC). O VOC é um tipo de círculo bastante formal, desenvolvido na Austrália, e que é aplicado em geral a casos em que há uma vítima e um ofensor claros, e segue um roteiro fixo de perguntas. Durante o curso, ele foi simulado a partir de um caso apresentado pelos educadores, e os grupos se dividiram para que cada um dos integrantes representasse o papel das “vítimas”, “agressores”, familiares e amigos, facilitador e co-facilitador. Um dos educadores assistia à simulação e oferecia comentários sobre a facilitação em andamento, ajudando os presentes a entender um pouco como as coisas funcionam na prática.

O CP é um círculo menos formal, e pode ser utilizado para os mais diversos objetivos, desde discussão de temas à celebração de eventos, entre outros (Pranis, 2010). Ele foi desenvolvido por Kay Pranis, instrutora de Círculos de Construção de Paz e JR, e foi apresentado no curso em dois momentos. No encerramento, foi feito um círculo celebratório do final do processo, em que cada um dos participantes pôde falar sobre a experiência e sobre expectativas para o futuro. Uma das características desse tipo de círculo é a utilização de um bastão de fala, de modo que apenas a pessoa que o segura pode falar, e os outros devem apenas ouvir. Além desse encerramento, também foi feito um exercício, replicado da formação de que alguns dos membros do CDHEP participaram com a própria Kay Pranis quando esta esteve no Brasil. O exercício consiste no seguinte: sentam-se todos em círculo, e no centro é colocada uma mesa e sobre ela um saco de pano, amarrado, contendo gravetos. A instrução dada é a de que, na ordem do círculo, cada um pode ir até o centro e interagir com o que está lá da maneira que desejar. Caso não queira, pode tocar na perna da pessoa ao seu lado, indicando que passa a sua vez. A partir de então,

²⁶ O vídeo intitulado “Brené Brown on Empathy” pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=1Evwgu369Jw>

ninguém mais deveria falar. Após a instrução, seguiu-se aproximadamente uma hora e meia de silêncio. Depois desse tempo, uma das educadoras interrompeu o círculo, pois o tempo do curso não permitia sua finalização pretendida, que seria apenas quando todas as pessoas do círculo se dessem por satisfeitas e passassem a vez. O exercício simboliza o protagonismo do grupo no processo do CP.

Apesar dessa etapa da formação não ter tantos exercícios vivenciais e voltados para a construção da confiança no grupo, a participação anterior no curso *Fundamentos* parece ter uma influência duradoura, de modo que o clima do grupo é muito parecido, quase desde o seu início.

4.3 Análise sobre a formação

Em minha conversa com Nelly, perguntei a ela sobre a formação, sobre por que a formação de facilitadores do CDHEP tinha esse formato. Ela me conta que isso tem a ver com a sua própria história, do seu contato com a ESPERE e com a sua entrada no CDHEP.

“Eu entendi logo quando entrei aqui como a subjetividade era importante, como ela não era trabalhada comumente... em nenhum lugar aliás, onde se trabalha a subjetividade a não ser na psicologia? Eu acho que nenhum lugar tem espaço, acho que a educação também, a escola, no caso, não tem espaço para isso, então essa é a grande ausência (risos) de trezentos anos de modernidade, tanta afirmação do indivíduo que o sujeito desapareceu, a subjetividade... a subjetividade desapareceu. Eu acho que tem... agora pensando ninguém ainda me fez essa pe..., assim, a gente entendeu porque era importante, mas acho que o nascimento foi isso, de ver que quando isso está desconectado (aponta o nível do indivíduo²⁷ no desenho que fez enquanto falava), isso não funciona (aponta o nível relacional no mesmo desenho).”

A percepção da importância dessas duas etapas também está ligada com a percepção de que em outros espaços, outros facilitadores estão fazendo uma facilitação, uma JR que não é aquilo em que o CDHEP acredita. A formatação do curso da maneira como foi feita é uma tentativa de fazer algo melhor do que existe em outros lugares, de tentar não cometer os mesmos erros que eles identificam em outros projetos. De acordo com Nelly, eles têm muitos depoimentos de pessoas que fizeram o curso, e que afirmam que a formação fez uma diferença para elas, em

²⁷ A descrição dos níveis do conflito como entendida pelos facilitadores do CDHEP encontra-se no Capítulo 3, seção 4.

suas vidas, o que por si só já parece justificar a estrutura atual. Os próprios facilitadores que compõem a equipe do CDHEP são exemplos disso, e Nelly me conta que isso é levado em conta na contratação dos funcionários. Eles procuram pessoas que se identificaram com a JR apresentada, e que querem colocá-la em prática. Para ela,

“Quanto melhor o facilitador, é... se encarou, encarou a sua própria sombra, os seus medos, os seus preconceitos, a sua raiva, mais livre, mais empático ele vai poder ser com a situação toda. Isso é o porquê fazemos essa formação.”

Os trechos acima mostram como Nelly entende e justifica a importância de uma elaboração subjetiva de aspectos pessoais como parte fundamental da formação de um facilitador de JR. Essa parece ser uma crença aceita pelo CDHEP como um todo, pois a ESPERE é considerada uma parte importante no trabalho de capacitação que a ONG realiza. O último trecho, especialmente, relaciona o autoconhecimento do facilitador com a sua possibilidade de liberdade e com a qualidade da sua atuação como facilitador.

No Capítulo 1 foi apresentada a relação entre o conceito de indivíduo na Teoria Crítica e a autoconsciência. Entendendo que o autoconhecimento é um dos elementos necessários para o desenvolvimento de uma autoconsciência, podemos nos perguntar: será que a formação de facilitadores proposta pelo CDHEP contribui de algum modo para o desenvolvimento de uma consciência crítica nos sujeitos que participam dela?

Adorno discute brevemente o conceito de formação no texto *Teoria da Semicultura*²⁸, de 1959. Essa categoria é tratada ao longo do texto a partir de uma perspectiva ampla: num primeiro momento, ao falar de formação, o autor está se referindo à possibilidade de uma apropriação da cultura, assim como da possibilidade de não alienação. Em outros trechos, Adorno parece estar se referindo à formação cultural como o conhecimento e entendimento da arte e da produção cultural humana. Mais à frente em outras passagens a ideia de formação parece estar relacionada ao conhecimento de maneira geral.

No caso do CDHEP, falar de formação é tratar de algo concreto: o curso de capacitação de facilitadores, dividido em duas etapas, ESPERE e práticas, e os

²⁸ Alguns especialistas na teoria crítica acreditam que a tradução “Teoria da Pseudo-formação” seria mais adequada para o título do texto, no entanto, escolhi manter o título de acordo com a tradução consultada.

efeitos que eles podem provocar nos participantes. No entanto, se é uma tarefa necessária realizar uma análise das práticas e buscar identificar nelas o que pode existir de libertador, a pergunta cabe.

A consciência, que é outra concepção largamente discutida no texto referido acima, tem o seu desenvolvimento, de acordo com Adorno (1959), dependente do processo de socialização, da formação do sujeito enquanto tal. Assim como ocorre com a ideia de formação, a consciência é tratada de diversas formas ao longo do texto. Primeiro, ela aparece quase como algo em si, algo que o sujeito possui de alguma forma, e que pode ser qualificado: "... a semiformação passou a ser a forma dominante da consciência atual..." (Adorno, 1959, p.2). Depois, aparece também no sentido de se estar consciente de algo, como um tipo de conhecimento sobre o mundo que pode ser verdadeiro ou falso. Em outros momentos, o seu sentido parece se aproximar daquilo que Adorno e Horkheimer discutem como esclarecimento em *O Conceito de esclarecimento*, como uma forma de autoconsciência que busca a eliminação dos mitos por meio do desenvolvimento do conhecimento.

Recuperando a ideia de indivíduo, e do processo complexo de tornar-se indivíduo, talvez o mais importante do texto sobre a semicultura seja o apontamento da necessidade de que a consciência passe a ser consciência de si e da sociedade, ou seja, consciência crítica: enquanto a semiformação se caracteriza por uma consciência que é heterônoma, ou seja, depende da identificação com algo externo, a consciência do indivíduo autônomo, do indivíduo formado, deve ser autodeterminada. É preciso ter consciência de que o mundo é mediado pela cultura, e de que é possível transformá-lo.

A formação de facilitadores do CDHEP tem como fator positivo o foco nas habilidades de reflexão dos participantes, especialmente no que diz respeito à própria subjetividade. Esse foco leva também, aos poucos, à tentativa de aplicação dos conteúdos aprendidos na vida pessoal, e o aprendizado ocorre em grande parte por meio da aplicação dos princípios aprendidos nos próprios relacionamentos. Quando um facilitador vai tratar do papel da raiva nos relacionamentos interpessoais, há uma grande chance de que ele tenha experimentado isso em si, e ao falar disso para o outro ele não está falando de algo abstrato, mas algo que parte da própria experiência empírica.

Como exemplo, uma das atividades que causou especial entusiasmo nos participantes foi uma atividade justamente relacionada à raiva, em que cada um devia refletir sobre a própria forma de reagir com raiva, de acordo com alguns estereótipos apresentados: pistoleiro, bomba atômica, panela de pressão, etc. A partir do reconhecimento do “tipo” pessoal, os presentes relataram situações da vida cotidiana em que tiveram essa forma de reação. Ao longo dos dias de curso, essas pessoas puderam relatar então momentos em que iam agir dessa mesma forma, mas perceberam e pararam para refletir. Embora a utilização de estereótipos possa ser problemática apesar das ressalvas feitas de que elas não representam o todo de nenhuma pessoa, as conversas nos dias seguintes demonstraram que muitos tinham pensado profundamente sobre a própria raiva e sobre como isso afetava os próprios relacionamentos.

Acredito que a equipe do CDHEP percebeu algo de importante: que a maioria das pessoas não estaria preparada para a utilização das técnicas em prol do seu real propósito, sem essa espécie de treinamento de reflexão pessoal. Por isso, apenas podem participar do curso sobre as práticas restaurativas em si aqueles que passaram pela ESPERE, mesmo que não haja nenhuma avaliação específica, ou alguma comprovação necessária de que os conteúdos apresentados foram completamente assimilados. Pelo contrário, os educadores que dirigem as atividades repetem o tempo todo que o processo de autorreflexão não acaba com o curso, e que são pessoalmente instigados o tempo todo a continuar refletindo sobre a maneira como se colocam no mundo. Assim, quando na segunda parte da formação são apresentados princípios sem que a sua significação seja também fornecida, a expectativa é a de que cada um reflita sobre o valor em questão, discuta em grupo, confrontando as perspectivas, e que a ação seja então pensada a partir desse trabalho conjunto.

Esse privilégio da reflexão frente à técnica tem resultados transformadores. É isso que permite que a passagem da teoria à prática não seja uma atividade mecânica, de simples reprodução, mas uma ação que envolve pensamento. E essa possibilidade de pensar sobre a ação é o que permite aprender com a prática, de maneira que os novos aprendizados possam se integrar na própria teoria.

Em *Teoria da Semicultura*, Adorno faz uma crítica do semientendimento, utilizando exemplos da música e da filosofia. Ele afirma que o semientendido e semiexperimentado não se caracterizam por serem formação elementar, mas

inimigos da formação, pois levam a um não reconhecimento daquilo que é produção cultural, acarretando em confusão e obscurantismo. Também afirma que elementos de formação inassimilados fortalecem a reificação da consciência. Adorno afirma também, ao discutir a música, que é preciso que o entendimento seja sobre o todo, que um entendimento sobre fragmentos do todo é sempre falso, justamente por sua incompletude, por seu caráter de semientendimento. Mas se devido às condições de estruturação do nosso mundo social nos aparece barrada a possibilidade de uma formação verdadeira, então será que apenas temos acessos a esses elementos formativos, que não podem ser totalmente assimilados por nossa consciência?

Parece-me que Adorno reconhece a existência conjunta de dois aspectos contraditórios no mesmo fenômeno: nessa assimilação parcial de elementos formativos encontram-se continuamente imbricados progresso de consciência e a perda da formação. Isso quer dizer que, mesmo que a formação de facilitadores realizada pelo CDHEP possa apresentar em si algo de resistência e algo de progresso da autoconsciência e da consciência social, ainda é preciso estar atento para os elementos que indicam o seu contrário, como o recurso a estereótipos do exemplo citado acima.

A formação parece ter efeitos muito mais poderosos em pessoas que já tinham um envolvimento com causas sociais, e que já tinham uma análise crítica da sociedade desenvolvida em maior ou menor grau. A adição da possibilidade de autorreflexão a uma atitude crítica já desenvolvida pode servir como o preenchimento de uma lacuna formativa. Em outros casos, o curso funciona como uma espécie de pontapé inicial, mas a minha impressão ao final da formação é a de que ela apenas não é suficiente para que um facilitador possa trabalhar a JR de uma forma menos alienada. Por isso a formação não termina, ela continua, pois o trabalho da crítica não termina.

Embora as conversas com os funcionários do CDHEP e o próprio conteúdo da formação indiquem que o entendimento da JR lá desenvolvido apresente bases teóricas sólidas, sua sistematização ainda apresenta falhas. As apostilas dos cursos e os textos utilizados apresentam referências teóricas, embora não em todos os lugares. Um argumento possível é a de que uma discussão teórica aprofundada não cabe nos cursos de formação de facilitadores. Nesse caso, a questão que fica é onde então caberia?

Durante o ano de 2013, foi organizado um grupo de estudos em JR, que acontecia mensalmente. Não pude acompanhar o trabalho desse grupo, e este se encerrou depois de alguns encontros, mas a existência desse tipo de iniciativa é de grande importância para a solidificação das bases teóricas que inspiram a JR do CDHEP. Parecem existir outros momentos que eu também não pude acompanhar como reuniões de equipe, formações de que as equipes participam, entre outros. Nelly refere-se a um trabalho de discussão alongado que foi necessário para que os cursos adquirissem o formato atual. Também existe um interesse da instituição em publicar os resultados das suas ações²⁹. No entanto, grande parte do desenvolvimento teórico criado pelo CDHEP, que tem suas raízes na educação popular, na Hannah Arendt que inspira Nelly, entre tantas outras inspirações, ainda se encontra pouco disponível para quem não está presente naquele espaço.

Embora a ESPERE seja parte importante disso há muito mais na JR do CDHEP do que a ESPERE. Acredito que haja algo dentro desse todo complexo que é a JR como entendida nesse lugar que sim, contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica naqueles que entram em contato com ela. O capítulo seguinte apresenta as entrevistas realizadas com facilitadores, e que, segundo me parece, contêm alguns dos indícios que me levam à formulação dessa hipótese.

²⁹ Ver, por exemplo, CDHEP (2013) e CDHEP (2014).

Capítulo 5 – Entrevistas com facilitadores de JR

Participaram dessa pesquisa 4 facilitadores de práticas restaurativas que realizam o seu trabalho no CDHEP. Todos são contratados por esta instituição e estão ligados a algum dos projetos apresentados no Capítulo 3. Todos os participantes foram entrevistados no seu local de trabalho, em uma sala adequada para evitar interrupções e garantir a privacidade. A Tabela 1 apresenta os principais dados colhidos sobre os participantes da pesquisa.

Tabela 1. Dados dos participantes da pesquisa.

	Sara	Julie	Catherine	Gil
Idade	45 anos	27 anos	27 anos	27 anos
Sexo	feminino	feminino	feminino	masculino
Região onde mora	Jardim Ângela	Butantã	Jardim Ângela	Vaz de Lima
Escolaridade	Superior Completo	Mestrado	Superior Completo	Superior Incompleto
Área de Formação	Psicologia e Pedagogia	Ciências Sociais - Antropologia	Educação Física	Serviço Social
Formação como facilitador	CDHEP, Kay Pranis, Melinda Hopkins	CDHEP	CDHEP	CDHEP
Tempo de trabalho com a Justiça Restaurativa	4-5 anos	1 ano	1 ano	4 anos
Outras atividades no momento	Professora universitária	não tem	Professora da rede estadual	não tem

As entrevistas realizadas foram semiestruturadas, e tiveram como base um questionário (ver Apêndice B). As questões foram pensadas para investigar o sentido que a JR tem para os facilitadores, e entender o modo como cada um a

utiliza para pensar sobre uma série de problemas sobre a prática e sobre a aplicação da JR no mundo.

O objetivo deste capítulo é apresentar as entrevistas, primeiro individualmente, e depois de forma comparativa. A análise comparativa teve o intuito de buscar elementos comuns e discrepantes nas experiências dos facilitadores com a prática da JR.

5.1 Sara³⁰

Contato inicial com a JR:

Sara conta que seu primeiro contato com a JR foi a partir do trabalho em um Núcleo de Medida Socioeducativa. O núcleo onde ela trabalhava tinha sido selecionado para fazer parte de um projeto piloto sobre JR, e ela foi posteriormente contratada pelo CDHEP para coordenar esse projeto. No momento dos seus primeiros contatos com o tema, ela diz que entendia que a maneira como a JR pensava a punição abria possibilidades ao atendimento de adolescentes em liberdade assistida (LA).

“Acredito que a metodologia da justiça restaurativa é muito importante para fazer esse trabalho com os adolescentes no núcleo de liberdade assistida porque muitos deles apresentam conflitos em relação à escola, conflitos em relação à sua família, conflitos em relação a si mesmos, não conseguindo nomear um pouco as suas, os seus afetos, os seus sentimentos, e acredito que essa metodologia possibilita as pessoas acessarem, se conhecerem um pouco e depois criar uma conexão ou reconstruir um vínculo com essa família, que tá um pouco rompido, esgarçado, então eu comecei por esse viés.”

Para Sara, a JR poderia ser aplicada desde a primeira entrevista com o adolescente em LA, e a partir disso, poderia ser instaurado um processo único com o adolescente e com a família, de modo que fosse criado um espaço de diálogo para essa família.

“E quando eu comecei a fazer a justiça restaurativa eu comecei a perceber o quanto seria importante essas famílias conversarem. Então quando eu tava atendendo o adolescente ele me contava várias coisas com relação à

³⁰ A transcrição da entrevista pode ser consultada no Anexo B.

família, com relação à mãe. E no atendimento com a mãe, a mãe me falava várias coisas do adolescente, e da família, que talvez essas pessoas pudessem conversar juntas sobre isso, sem eu ficar de pombo correio, né, entre os dois. E muitas vezes era “ah, eu vou te contar uma coisa, mas é, sigilo, não quero que você conte pra minha mãe”. Então eu não podia chegar e falar pra mãe, olha, o F. me disse isso e tal. Então eu acho que já desde o início poderia estabelecer um processo que essa família fosse acompanhada junto, em conjunto, um trabalho junto. Algumas coisas poderiam ser separadas, mas na sua maioria, até pra construir essa questão que, da necessidade, do apoio que o adolescente precisa quando ele sai de uma internação, né, acho que envolver a família, envolver a escola, ou outros equipamentos que talvez ele tenha necessidade como o CAPS. Eu acho que poderia ser um trabalho já desde o início, chegou, você faz a primeira conversa, e daí pra frente as coisas poderiam ser juntas.”

Esse trabalho com adolescentes em LA marcou o contexto da sua entrada no CDHEP, o primeiro projeto em que atuou com a JR e também as suas motivações para trabalhar com esse tema: a JR podia ser aplicada diretamente no trabalho que ela realizava. Na sua fala encontra-se implícita uma crítica ao modo como são atendidos os adolescentes e as famílias. Ela fala sobre a sensação de ser um “pombo-correio”, ouvindo dois lados de um mesmo conflito e sentindo-se impotente para agir nos problemas relatados, e ela via que a JR poderia ser uma forma de atuar sobre os conflitos, de buscar a restauração ou a criação de um vínculo.

O que é a JR?

Sara entende a JR como uma maneira de lidar com conflitos que é diferente da forma punitiva, aquela geralmente usada nas nossas vidas. Para ela, a JR é uma maneira de transformar os conflitos, e possibilita construir um senso de responsabilidade. Também afirma que tem experimentado com a possibilidade de construção de vínculos comunitários a partir da utilização de círculos e processos restaurativos. Ela explica isso:

“Sabe, a sensação que eu tenho é que a gente tá muito desconectado, e quando a gente faz a formação aqui, e quando a gente vai fazer um círculo, parece que a gente faz uma reconexão entre as pessoas. Mesmo que essas pessoas aparentemente, no momento, estão num conflito, estão em lados antagônicos, a partir daquela, do processo circular, há uma reconexão entre as pessoas. Não só... que vão tratar daquele conflito e que foram afetadas diretamente por eles, ou não, às vezes a família, a partir do processo, por exemplo, vou dar o exemplo de uma adolescente que a gente atendeu, fez um processo circular esses tempos, a família estava bem... o diálogo da família tava bem truncado, era esse o nome que o pai usava ‘ah, a gente não conversa, nossa conversa é muito truncada ou é monossilábica’. Quando o pai veio fazer o pré-círculo, ele falou bastante sobre isso e falou,

‘oh, eu acho que vai ser uma experiência que eu posso depois experimentar na minha casa, com meus outros filhos’. Então, não é a conexão só pra falar do conflito, mas é uma conexão depois que você pode usar em outro lugar. Então eu acho que é isso que é o mais importante. De estar junto mesmo, de conversar, de poder falar de sentimentos, poder falar de dor, de poder falar de muitas coisa que hoje estão fora do cenário. Estão muito reprimidas, escondidas, que são feias, né, entre aspas, são meio fracas, frágeis, então, precisa trazer à tona isso, que tá tudo escondido.”

Na sua própria definição do que é a JR, e do que esta significa para ela, Sara já traz a possibilidade de que a transformação possível vai além do nível individual, e que essa maneira de impactar as relações pode ser uma forma de criar laços comunitários, de criar conexões entre as pessoas. Nessa fala, Sara também expõe sua hipótese sobre a causa desses problemas: estamos *desconectados*, existem muitas coisas que precisam ser escondidas, muitos sentimentos que não podem ser mostrados, e isso prejudica a maneira como as pessoas podem estar juntas umas das outras. O diálogo fica prejudicado por tudo aquilo que está escondido. A JR ajuda a falar desse escondido, e a partir de uma primeira experiência, é possível replicar esse efeito, tornando possível a propagação dos princípios apresentados.

Sobre os projetos em que atuou:

Falar sobre os projetos parece não ter sido muito fácil para Sara, pois o tema foi interrompido várias vezes por assuntos relacionados, mas de importância relativamente pequena dentro do contexto da entrevista. Sua fala sobre o primeiro projeto em que atuou foi marcada por uma tensão, que reflete as relações dentro do grupo gestor, composto pelo CDHEP, PUC-SP e Poder Judiciário, este último representado por dois juízes. A tensão, a inexperiência com a aplicação da JR, a desigualdade são temas que aparecem diversas vezes na fala sobre esse projeto.

“Dentro do grupo gestor, porque nós éramos do Capão Redondo, né, e as pessoas... (...) É que o CDHEP era o único, a única organização que podia receber. A verba. Então, nós tínhamos o dinheiro, e a gente podia... o grupo gestor decidia gerenciamento, mas a gente podia dizer ‘não, isso a gente não concorda, aí a gente não vai pagar’ e aí tinha o ‘ahhh!’, né? Tipo, quem são você, né, pra...”

Ao mesmo tempo, ela busca balancear essa experiência inicial negativa, ressaltando o aprendizado que ela trouxe, a possibilidade de pensar sobre o que aconteceu, o que não estava certo, e como fazer diferente em uma próxima vez. Ela

prefere dizer não que algumas coisas deram errado, mas que foram desafios, que precisavam de mais reflexão para ser enfrentados com sucesso, e que o grupo gestor tinha como combinado que tudo isso deveria ser exposto na publicação do relatório do projeto, porque a possibilidade de replicação dependia da exposição daquilo que era empecilho, daquilo sobre o que se deveria pensar. Dizer isso ressoa com a fala de Sara a respeito do que é a JR, sobre a possibilidade de expor aquilo que é feio e fraco, e que geralmente fica escondido: embora a Secretaria da Cultura, apoiadora da publicação, tenha achado o texto ousado, era preciso revelar as dificuldades que foram enfrentadas.

O objetivo desse projeto era o atendimento de 16 casos, 8 em São Paulo e 8 em São Caetano do Sul, que envolvessem adolescentes em conflito com a lei que tivessem cometido crimes graves. Em São Caetano, foi possível que a JR fosse aplicada desde o conhecimento³¹, quando o adolescente chegava ao fórum pela primeira vez. Em São Paulo, foi mais difícil, e só foi possível aplicar a JR já na fase de execução³² da pena, no caso, a LA. Essa fala parece indicar uma crítica à ideia inicial da própria Sara sobre a aplicação da JR na LA, que pode não ser mais suficiente frente à possibilidade de aplicação da JR em todo o processo do adolescente em conflito com a lei.

Ela retoma o tema da inexperiência, e o quanto o primeiro círculo do qual participou foi difícil, mas como disso foi possível tirar algo de positivo:

“...foi um caos o círculo (risos), deu um monte de coisa errada, mas aí foi bacana também pensar sobre esse erro, e perceber aonde que estavam as falhas pro próximo tomar conta.”

Foi após essa experiência que Sara foi participar de um novo projeto, o *Tecendo Redes de Cuidados*. Esse era um projeto de formação e fortalecimento de uma rede dos serviços de garantia de direitos da criança e do adolescente, que incluía a formação em JR e acompanhamento de casos. E foi a partir desse projeto que foi criado de um dos projetos em que Sara atua no momento, o projeto sobre Gênero e Sexualidade descrito no capítulo 3.

³¹ É chamado *processo de conhecimento* a fase inicial do processo de investigação de um ato criminoso. O objetivo é fazer conhecer todos os fatos e evidências, encerrando-se essa fase com a sentença.

³² O *processo de execução* segue-se ao processo de conhecimento, e consiste na adequada execução da sentença, incluindo ações como a concessão de benefícios, por exemplo.

O projeto sobre Gênero e Sexualidade tem como objetivo discutir a violência de gênero no sistema de garantia de direitos. Isso implica um diagnóstico de que as questões de gênero e sexualidade não estão sendo bem tratadas dentro desse sistema, e que é preciso formação para poder tratar mais desse assunto. De acordo com Sara, as questões de gênero estão muito presentes nos conflitos, mas não são nomeadas, e muitas vezes nem percebidas.

Ela fala também sobre outros projetos em que esteve envolvida, na formação de Núcleos Comunitários de JR, em diversos lugares do Brasil, alguns dos quais não deram certo. Ela explica que prefere acompanhar os projetos aqui em São Paulo, pois tem outro trabalho e duas filhas pequenas, o que dificulta viajar, e que por causa disso ficou como uma das responsáveis por cuidar do Núcleo Comunitário do CDHEP durante os anos de 2012 e 2013.

A partir de uma pergunta minha ela retoma o Tecendo Redes, contando que esse projeto realizava a discussão de casos, mas não atendimentos. Por outro lado, os participantes desse projeto encaminhavam casos para o CDHEP, que então eram atendidos no Núcleo Comunitário. Além disso, foi durante a realização desse projeto que o CDHEP identificou a necessidade de trabalhar a violência de gênero e sexualidade, que eram geradores de muitos conflitos.

“Então, por exemplo, adolescentes travestis que chegam no abrigo, e não têm um lugar, e precisam abrir mão da sua identidade pra ficar nesse lugar, então tipo, aí, tem que virar homem, cortou a unha da menina, cortou o cabelo, fez trocar de roupa, pra poder ficar no abrigo. Então, como é que a gente poderia, de uma maneira restaurativa, trabalhar esse caso. Além de querer prender todo mundo do abrigo (risos). Mas é assim, foi um caso que trouxe bastante tristeza pra gente, mesmo porque a gente não conseguiu abertura no equipamento pra fazer o processo, né.”

Ela fala da tristeza causada por esse projeto, e logo em seguida dá outro exemplo, de um caso atualmente em atendimento no projeto Gênero e Sexualidade, em que a equipe está pensando sobre como fazer para trabalhar a homofobia dentro de um programa para crianças e adolescentes, e que parece representar a possibilidade de tratar desse tipo de questão de uma forma mais bem sucedida.

Pergunto novamente sobre o Núcleo, e ela diz que ainda trabalha ali também, mas fica claro que este não é uma preocupação central neste momento, pois logo Sara já passa a dizer que há outro projeto novo, que a tem preocupado bastante, sobre JR em escolas. Duas escolas decidiram colocar a JR no seu regimento, e isso

levanta muitas questões sobre o que é uma escola restaurativa, e sobre que tipo de mudanças são necessárias para que isso seja possível.

Sobre a triagem para o atendimento de casos no CDHEP:

Peço para Sara me falar um pouco sobre como funciona a triagem dos casos que são atendidos no CDHEP, e ela diz que uma pessoa chega com um caso, alguém do CDHEP “faz a escuta”, e a decisão é feita após a discussão do caso com mais algumas pessoas da equipe. Ela lembra que até 2013 ela e apenas mais uma pessoa da equipe eram responsáveis por todas as triagens, deixando implícita a dificuldade causada por esse acúmulo de trabalho.

Depois de ouvir a queixa trazida, a equipe então se pergunta: o que será que “cabe” nesse caso? Ou seja, que tipo de ação é possível? Sara afirma que no CDHEP acredita-se que todos os casos são viáveis, que algum tipo de atuação é sempre possível. Mas logo em seguida, já avisa que quando o caso envolve drogadição, eles têm tido dificuldades. Mesmo assim, não há o costume de encaminhar o caso para outros serviços, o que acontece é um esforço de buscar outros serviços para ajudar no cuidado do caso. Ela dá o exemplo de um caso em que houve uma agressão sexual entre membros de uma família, dois meninos, primos, que moram na mesma casa. Por um lado, a família tinha a necessidade de conversar sobre o aconteceu, e os pais dos meninos, irmãos, homens, estavam com dificuldade de lidar com o que tinha acontecido e para isso poderia ser realizado um círculo. Mas também havia a necessidade da criança que sofreu o abuso de receber um cuidado mais específico para tratar dessa violência sofrida, então ele também recebeu atendimento psicológico.

Esse exemplo demonstra o reconhecimento de que a JR não dá conta de tudo. Embora, para Sara, todo caso possa se beneficiar de um processo restaurativo, pode ser que haja outras necessidades, que peçam outro tipo de ação. Há um esforço de não encaminhar simplesmente: essa prática é bastante comum no sistema de garantia de direitos, que faz as pessoas andarem de um serviço a outro buscando um lugar que as acolha. Então há uma tentativa de cuidar de todo pedido de ajuda que chega até lá. Mesmo que o CDHEP sozinho não dê conta disso. Mas ela termina dizendo novamente, que apesar dos esforços, a questão da drogadição ainda tem sido uma dificuldade, e que é preciso estudar mais esse tema, pensar

mais esse tema, para poder fazer alguma coisa com isso. Embora essa seja uma limitação atual, Sara não encara isso como um obstáculo que não possa ser superado.

Ainda sobre a triagem, Sara conta que alguns projetos, como o de Gênero e Sexualidade têm recortes específicos de atendimento. Mas também é possível que o projeto de gênero receba um caso, e ache que tem mais a ver com o projeto de juventude. Então eles podem fazer uma troca. As equipes decidem quem vai atender o caso, considerando além da disponibilidade, também questões como a possibilidade de identificação entre o facilitador e os envolvidos no processo.

“o adolescente, muito jovem, quando tem um jovem é bem bacana, esse processo de, de identificação, a vinculação é mais tranquila, quando tem, por exemplo, outro dia mesmo veio o caso de um adolescente que é homossexual, então o N. atendeu. Então ele chegou bem resistente, não queria falar com ninguém e tal. Quando ele viu o N., que é homossexual, ele topou na hora participar, então conversou, falou várias coisas que eram, talvez pra mim ele não teria dito. Então a gente também, olha às vezes o caso e fala assim, esse caso tem mais... por exemplo, pra trabalhar tem questão de equipe, conflito de equipe. A gente, por exemplo, que a M. tem mais perfil pra trabalhar com equipe porque ela é mais direta, pá, pá...”

A identificação é um fator importante no processo, que está ligado à possibilidade de o participante confiar no facilitador do seu processo. Além disso, cada um pode ter mais ou menos facilidade para lidar com um tipo específico de conflito. Ela diz que acha que tende a “psicologizar” muito, e a levar os casos para um viés mais individual, a focar mais em cada um dos participantes, enquanto outra facilitadora consegue tratar mais diretamente do conflito na equipe, sem abrir outros caminhos de reflexão pessoal que talvez não sejam necessários naquele momento. A formação inicial de cada um influencia na maneira como cada um trata o processo, e às vezes as coisas se misturam.

“Algumas, é a gente acaba usando um pouco também, não tem como você se livrar dos seus, falar assim, não, não vai... a sua formação, né, você deve pensar um pouco sobre isso também, tem a formação inicial da pessoa, o psicólogo, o assistente social, ela vai levar também pro processo, pra facilitação, também essas informações. E essas, esses registros que ela tem, então quando a gente vai fazer uma leitura, então acabei também de fazer um curso de constelação familiar, então quando eu vou pra um processo circular ou eu vou fazer um pré-círculo eu já vou olhando pra pessoa com essas questões também, então eu olho o corpo, também dor, também eu vou misturando algumas coisas também, não tem jeito. Que, por exemplo, quem não tem essa formação, um cientista social que é mais, ele é mais direto... usa... eu acho que usa mais a metodologia pura, eu acho, sei lá, não sei, é uma hipótese (risos).”

Eu pergunto se essa mistura é uma coisa boa ou ruim, e ela me diz que pode ser perigoso. Porque é preciso saber bem que não é uma terapia, e que é preciso separar as coisas. Ao falar isso, ela já está fazendo uma crítica ao seu próprio estilo de atuação como facilitadora, sobre a necessidade de separar, de saber o que é o processo, e o que não é do processo, mas é algo que está sendo colocado ali por ela.

Como é o processo restaurativo?

De acordo com Sara, o processo restaurativo no CDHEP funciona da seguinte maneira: alguém traz uma situação, é ouvido, depois são contatadas as pessoas envolvidas e convidadas a participarem de uma conversa inicial. As primeiras conversas, individuais, já são chamadas de pré-círculos. Nesse momento é preciso explicar direitinho o que é a JR, e como funciona o processo. Ela avalia que muitas vezes é difícil para as pessoas entenderem o que é a facilitação que está sendo proposta. Quando os responsáveis pelo caso consideram que todos os envolvidos estão preparados, realizam uma conversa com todos presentes, que é chamada de círculo. Os facilitadores preparam um roteiro, com perguntas consideradas importantes. E depois, há um pós-círculo que tem como objetivo checar se as propostas que foram feitas durante o círculo estão sendo cumpridas ou não.

Eu pergunto sobre os objetivos desse processo, e ela me diz que o objetivo do processo é entender o que está acontecendo.

“Minha conversa é: entender o que está acontecendo, entender como a pessoa se sente em relação a isso, o que ela pensa sobre isso, se ela consegue identificar quem foi afetado por essa situação, se... o que pode acontecer para mudar essa situação e o que é de responsabilidade dela nessa mudança. Então, muitas vezes identificar o que a pessoa tá sentindo, não é no primeiro encontro às vezes, sabia? Muita gente não consegue identificar o que que eu sinto em relação a isso: “Ah, não sei”. Então não consegue nomear. Então a gente trabalha pra pessoa identificar e nomear o que ela tá sentindo. Então tá sentindo raiva, que parece que ninguém mais é autorizado a sentir raiva, nem ódio. Então a pessoa fica sentindo um monte de coisa, dando vários nomes: “Ai, me sinto frustrada, decepcionada”. Tá, mas que que é isso, né? Quando você fala sobre isso, ou quando você pensa sobre isso, que sentimento que vem, né? Tenho raiva, tal... Então, como é que eu vou ajudar ela a falar sobre essa raiva.”

Na avaliação de Sara, as pessoas frequentemente não são capazes de entender corretamente os conflitos nos quais estão envolvidas. Elas têm dificuldades para identificar os próprios sentimentos e de que modo os seus conflitos afetam aqueles à sua volta. Também pode ser difícil pensar sobre como é possível mudar a situação conflituosa e qual o papel de cada um para que a mudança aconteça. Essa fala recupera aquilo que Sara já tinha dito anteriormente, sobre a necessidade do olhar para si, do pensar sobre si e sobre as próprias emoções, de permitir vir à tona aquilo que está escondido.

No círculo ocorre mais ou menos a mesma coisa, só que em uma conversa com todos os envolvidos presentes. O importante na perspectiva de Sara é que o facilitador tenha muito claro qual é o objetivo do círculo, dizer o que aconteceu e o que vai ser tratado. Ela enfatiza a necessidade desse cuidado, de não perder o porquê da realização do círculo, que é algo muito difícil. Perder-se desse objetivo, de acordo com ela, foi um dos motivos que fez do primeiro círculo que ela facilitou tão caótico. O círculo é parecido com o pré-círculo, mas com o intuito de agora dizer para o outro sobre aquela elaboração feita individualmente, de ouvir também do outro e construir uma proposta de como cuidar daquilo, o chamado acordo, em conjunto.

No pós-círculo, o momento é de checar como estão as coisas. Sara conta sobre um caso atendido em que ainda não foi possível fazer o pós-círculo e conta sobre a curiosidade de saber como estão as coisas, que mudanças aconteceram, e também qual foi o impacto da metodologia naquele caso. Esse processo em específico foi muito difícil, porque a situação envolvia muita dor e sofrimento, mas falar disso foi também muito curativo. Sara, como facilitadora, envolve-se com o processo, e entender os resultados obtidos é algo importante para ela. Isso serve também como uma avaliação do trabalho feito, e serve para pensar e aprender com a experiência.

“Então o pós-círculo é olhar, juntar as pessoas de novo e entender ‘olha, isso tá dando certo’, mas não, não tá dando certo dizer que ‘ah, porque você não fez nada’, né, então, porque que não tá dando certo, o que tá faltando? Talvez tá faltando, no caso do rapaz, né, o menino que assaltou a professora, e entre o círculo e o pós-círculo ele foi preso de novo. Mas daí ele foi pro CDP, que já tinha 18. E aí a gente percebeu né, que... no círculo mesmo já ficou claro que era um menino que não tinha nenhum tipo de apoio. O único apoio dele eram as pessoas da liberdade assistida. Então era um menino que tava muito fragilizado, então talvez ele precisasse de um pouco mais de apoio nessa situação. Cuidar um pouco mais daquela

mãe, que tava em situação de drogadição. Então sozinho, às vezes não dá. Às vezes a gente mesmo acha isso pra gente, fala 'sozinho eu não vou', então falta muito apoio né. Então o pós-círculo é pra ver isso, se tá, alguma coisa não tá dando certo nesse acordo, que que tá faltando então? Que que precisa mexer, né?"

No exemplo trazido, Sara apresenta um olhar crítico sobre o caso já realizado e que “não deu certo”, pois o adolescente foi preso novamente, cometeu outro crime. Por outro lado, a crítica fica dentro do processo: o que poderia ter sido diferente dentro daquele processo para que as coisas tivessem acabado diferente? Se há o reconhecimento de que a JR tem limites, a crença de que a JR é sempre útil continua firme.

Você consegue cumprir seus objetivos?

Quando faço essa pergunta, Sara começa a dizer que consegue, mas logo muda sua resposta, e diz que consegue em alguns casos. Mas ela aponta que a dificuldade está nas pessoas, que é muito difícil para as pessoas se responsabilizarem e perceberem como participam dos conflitos.

“...por exemplo, o caso do adolescente que tá no abrigo agora. Então parece que ele é o único culpado pelas coisas que estão acontecendo, então é muito difícil as pessoas se responsabilizarem e perceberem que todo mundo tem uma parcela nesse com.. esse conflito tem uma história, e que nessa história ele não é protagonista o tempo todo, né, não é só ele que tá fazendo um monte de coisa errada. E as pessoas se responsabilizarem, acho que esse é... principalmente quando a gente tá falando do sistema de garantia.”

De certa forma, ela acaba também colocando o problema no outro, naquilo que se apresenta como externo à técnica e ao grupo de trabalho, um obstáculo que já está dado de antemão e que é necessário para a própria existência da proposta – uma dificuldade característica das pessoas, o que nos leva a pensar novamente sobre qual é o limite da JR: será que o problema é realmente externo? Quais são os limites da JR para provocar nas pessoas a possibilidade de responsabilizarem-se?

Pedindo para ela explicar-me por que ela acha que existe essa dificuldade nas pessoas, Sara faz referência à existência de uma cultura punitiva, da qual fazemos parte, que leva a uma transferência da culpa, e ao não reconhecimento da responsabilidade pessoal nos conflitos.

“Dessa coisa de “sempre tem um culpado”, e geralmente esse culpado não sou eu, né, a gente transfere um pouco a culpa pro outro. Então romper isso eu acho que é o maior desafio que a gente tem, no processo. Então, as pessoas do abrigo perceberem que aquela estrutura, aquele serviço, a atuação do psicólogo, a atuação do educador, é tão violenta quanto a ação do adolescente, é... um trampo, como diria a minha amiga L., é um trampo.”

Na sua fala, fica clara a avaliação de que há uma dificuldade das pessoas reconhecerem certos tipos de violência como violência: ao falar do exemplo de uma menina em um abrigo, o chutar a máquina de lavar é imediatamente reconhecido como violência, enquanto a ação do educador de dizer a ela que se ela quebrar as coisas ela vai ser expulsa da casa e terá que ir para a rua não é reconhecida como uma forma de violência.

Para ela, esse é o desafio da JR, de poder fazer com que essa educadora seja capaz de olhar para a sua própria ação e perceber a violência que está presente ali. Mas também de olhar para o outro e reconhecê-lo como um sujeito de direitos, e não como uma coisa. E isso, em sua opinião, é uma tarefa difícil, mas possível. Ainda falando do abrigo, ela diz:

“As pessoas que tão ali não sabem qual sua função, então o educador não consegue identificar a responsabilidade que ele tem na formação da personalidade, da identidade daquela criança. Não percebe, ele acha que ele tá ali pra... uma coisa meio de carcereiro, sabe, de vigiar... mas não de criar um vínculo, de ser uma referência, de conter aquela criança, né, entender que ela tá passando por um processo de violência, que ela é vítima também da situação e que não é só o culpado né, então eles são culpados por tudo. E agora mesmo eu passei lá e eles estão colocando uma chapa de ferro no portão. Que o portão é de grade né, como o portão de qualquer casa, que é uma casa, e vão colocar uma chapa de ferro pra eles nem verem a rua e nem pras pessoas de fora verem as crianças, que eles são... perigosos.”

Para ela, na ação dos educadores do abrigo a que se refere, há um não reconhecimento da criança como ser humano, mas como uma coisa perigosa, que precisa ser separada, afastada, escondida. E quando as pessoas percebem a violência presente nessa forma de relação, Sara diz que não é mais possível se manter neste tipo trabalho, elas acabam pedindo as contas, o que pode ser interpretado como uma consequência negativa da obtenção de consciência sobre os próprios atos.

Sobre ser facilitadora:

Outra pergunta que fiz a Sara foi sobre a sua atuação como facilitadora, e se ela acha que mudaria alguma coisa na sua maneira de facilitar processos restaurativos. A primeira resposta foi em relação à falta de tempo: tempo para pensar, para se preparar, e para se formar também. Ela conta que têm aparecidos casos que apresentam características em comum, e fala sobre a necessidade de pensar em como trabalhar isso coletivamente. Mas para isso, é preciso tempo para poder pensar sobre como fazer. Ela fala sobre o excesso de trabalho nos projetos existentes, e de como isso faz com que as coisas sejam feitas com muita pressa.

“Tá num momento de parar, de pensar... todo mundo, né? De produzir, de agregar, que a gente quase não tem tempo pra isso, então isso é uma coisa que a gente precisa mudar como um todo... e eu também, assim, trabalhar em dois lugares pra mim é muito difícil e... aqui também, no CDHEP fazer várias coisas também, é muito, consome muito então, estar no gênero, agora pensar na escola e no núcleo, são três coisas que exigem muito. E aí a gente começa a fazer tudo mais ou menos. Então chega [a pessoa], vamos pensar a pergunta e tal, tal, a pessoa entra, então não dá pra ser assim. Então isso eu acho que tem que mudar.”

Mas o seu maior exemplo da necessidade de não ter pressa ainda é o seu primeiro caso, realizado como parte do projeto piloto, e que ela qualificou anteriormente como tendo sido um caos.

“...o círculo que não deu certo, o primeiro círculo que a gente fez foi eu e o O., então você vê a loucura que nós entramos, então era o adolescente que matou o colega. Melhor amigo. Por acaso. Não foi, né, ele deu um... eles estavam conversando sobre como eles iam fazer pra repreender uns caras que roubaram a bicicleta deles, então eles arrumaram uma arma e estavam simulando como é que eles iam chegar no lugar e a arma disparou. Aí esse adolescente ficou na Fundação Casa, tal, tal, aí ele volta, ele retorna, volta pra rua da casa dele, pra escola, e todo mundo olha ele como sendo o assassino do melhor amigo. Então, qual o objetivo desse círculo? Então a gente tinha um milhão de objetivos. A gente tinha o conflito dele com a escola, era uma coisa. O conflito dele com a família do adolescente que foi morto era outra coisa. O que a gente pensou, na época, que a gente podia usar... a partir desse tema fazer uma discussão na escola sobre a questão da violência, sobre a questão do desarmamento, a gente fez tudo isso num círculo só. Imagine você. Então o adolescente, então tinha muitas pessoas, tinha uma pessoa do Sou da Paz, tinha uma pessoa, várias pessoas da escola, tinha uma pessoa... não sei se era guarda civil. Tinha muita gente. Da rede... e, na verdade, o adolescente, o que ele queria, a necessidade dele? Era conversar com a vice-diretora da escola e com a diretora, com as pessoas da escola mesmo, era a primeira coisa. De como ele se sentia perseguido naquele lugar, de como ele, de como tava difícil pra ele, difícil voltar. E aí no dia do círculo, a vice-diretora que era a pessoa que ele mais queria dizer coisas não tava. E aí ele falou ‘pra mim o círculo não tem mais

nenhuma função'. E a gente na ânsia de fazer e tal, a gente manteve o círculo, mesmo ele dizendo isso. Então foi uma... uma sequência de erros, né? Entendeu? Ele disse 'não eu... não vou dizer nada'. E ele não disse."

Ela volta a dizer sobre como essa experiência foi ruim, novamente compensando esse sentimento com a possibilidade de ter aprendido com esse erro, e de poder pensar e entender porque foi ruim. Sua fala parece indicar sentimentos de culpa relacionados a essa experiência, a partir do reconhecimento do erro, deixando aparecer também seus sentimentos de responsabilidade sobre o processo como facilitadora do círculo. Essa experiência, que a análise do texto parece indicar ter sido traumática – há muitas repetições de termos negativos como tensão, caos, ruim, em referência a esse episódio – ficou como um marco, algo para ser lembrado para não ser repetido. Isso reforça a necessidade de calma, de não ter pressa, e a possibilidade de fazer uma coisa de cada vez, resolver uma coisa de cada vez.

Sobre esse projeto Sara fala também do quanto era difícil a supervisão, que era, nas suas palavras, *truncada*. A inexperiência não era somente deles, CDHEP, mas também da equipe da supervisão, que não tinha dimensão dos tipos de conflito com os quais lidariam. Para Sara, essa dificuldade era representada pela diferença entre o conflito familiar nos Jardins e no Jardim Ângela, no modo como a classe social marcava o tipo de conflito existente entre as pessoas de uma família, e qual a resposta pertinente em cada caso, retomando a questão da desigualdade que ela já disse marcar o grupo gestor desse projeto. Ela recorda que a supervisão buscava focar sempre o trabalho do círculo no fortalecimento familiar, o que ela achava insuficiente para a realidade da periferia, onde o conflito familiar envolvia muito mais violências que não podiam ser ignoradas.

Sobre a importância do co-facilitador:

De acordo com Sara, todo círculo deve ter a presença de um co-facilitador. Ela conta que foi co-facilitadora no círculo relatado acima, e isso mostra que o sentimento de responsabilidade sobre o que está acontecendo é bastante intenso também para o co-facilitador. Ela relata uma experiência mais recente para ilustrar a importância dessa presença:

"Então, por exemplo, lá no círculo que a gente fez em Parelheiros, tava eu e a E.. Então a primeira pergunta que a E. fez foi sobre o que aconteceu, 'se

“você consegue lembrar o que aconteceu no dia da morte do menino. Então, o que você lembra desse dia, né? Conta, o que aconteceu na hora que você ficou sabendo?”, então as pessoas foram falando isso. Aí quando chegou na terceira ou quarta pessoa ela não aguentava mais ouvir. Porque as pessoas estavam chorando muito, estavam sofrendo muito, e tal. E aí eu percebi isso, não que não tivesse pra mim também, mas eu vi que ela já tinha perdido até o rumo, não sabia nem qual era a próxima pergunta do nosso roteiro. Então antes de chegar nela eu, eu era a pessoa antes dela, eu dei um sinal, segurei na perna dela e falei alguma coisa, né, fiz um... como se tivesse fazendo uma síntese, né, daquela dor, não sei se é possível isso, mas dizer o quanto estava sendo difícil pras pessoas, mais que a gente acreditava que era a partir da expressão dessa dor que a gente poderia dar um lugar pra ela diferente, criar um significado, poder tocar a vida e tal. E aí ela agradeceu, falou ‘se você não tivesse falado isso eu não sabia nem o que eu ia falar’.”

Ela explica essa necessidade também a partir da psicologia, sua área de formação, e pelo conceito de ego-auxiliar. Então a função do co-facilitador é anotar, mas também prestar atenção, ficar de olho nas necessidades do grupo, e também de ser um apoio para o facilitador, que não fica sozinho frente à situação, frente ao grupo. Ela fala sobre a segurança que essa presença proporciona, pois o facilitador pode ser afetado pelo que está acontecendo e perder-se, então o co-facilitador pode ajudar ou até assumir as rédeas do processo. E por isso é importante que o co-facilitador esteja acompanhando o processo desde o seu início, e o conheça tão bem como o facilitador ‘principal’.

A JR funciona?

Para Sara a JR funciona, e ela explica isso a partir de um exemplo pessoal, da sua própria experiência com um processo restaurativo. Ela conta ter usado a JR para tratar de um conflito com o ex-namorado da filha, que não estava aceitando bem a separação, e sobre como foi importante conversar, e como foi possível encontrar alguma solução para uma situação que estava sendo horrível para todos. Ela fala sobre a necessidade de convivência, e sobre como não é sempre possível ignorar a existência do conflito, pois no caso, o rapaz mora muito próximo à sua residência. De acordo com ela, a partir da aplicação dos princípios da JR foi possível falar sobre as necessidades de cada um, sobre os sentimentos, e construir um acordo. Foi possível ouvir, dizer e foi possível acolher também.

“O povo da minha casa não concordou com isso, né, achou que eu tinha que mandar prender ele e tal, não sei o que. E todas as outras pessoas, os

meus vizinhos. Mas, tudo bem. Não faz.. mas aí essa, esses dias, e eu encontro com ele quase todo dia, ele mora no mesmo lugar que eu. Tinha que construir, então quando eu falo pra você, construir essa relação de novo né, essa reconexão. Esses dias a mãe dele, que trabalha no banco, a mãe dele teve um surto. Ela... muita pressão no banco, né, uma situação de bastante violência em casa. E aí inventou ainda de tomar um remédio pra emagrecer... puff! Pirou. Desconectou, fragmentou. Então, quando a mãe passa mal, a primeira pessoa que ele liga é pra mim. Certo? Ele ligou, disse 'a mãe tá passando mal, o que eu faço?', né? 'Você pode vir aqui?'. Então acho que tem uma relação de respeito que foi construída. Então, por isso acho que dá certo."

Então é a partir da própria experiência que vem a crença de que a JR funciona. Aqui há também a perspectiva do processo como um participante, não apenas como um facilitador, externo. Ela cita outros exemplos, de casos atendidos mais recentemente, mas a base da sua confiança no processo parece ser a experiência pessoal, relatada em detalhes e com muito mais cuidado do que exemplos posteriores.

Ela explica o sucesso da JR a partir da possibilidade de trazer à tona questões humanas, de maneira segura. Novamente, o potencial da JR está ligado à possibilidade de expor aquilo que normalmente estaria escondido, e que continuaria escondido sob circunstâncias normais.

"É trazer à tona essas questões aí, que são questões humanas mesmo, sabe? Dá certo porque eu posso me expor, posso falar da minha fragilidade, eu posso falar da minha dor, de uma maneira segura, né, de uma maneira, é, não contida, mas, não sei se assertiva, mas eu posso expressar. Então quando as pessoas podem se expressar, eu acho que, eu acho que é por isso que dá certo."

A expressão de si e da dor é a base para a convivência, e é uma habilidade que precisa ser aprendida, mas que não é mais ensinada.

"A gente não desenvolve essas habilidades nas crianças mais, sabe, essa coisa de conviver, então conviver é estar com o outro, então assim, mas não do jeito que eu quero que o outro seja, do jeito que ele é. Então como a gente vai estabelecer isso? Então eu acho que o processo restaurativo, ele dá essa possibilidade, né, de a gente aprender de novo a conviver. Sentar, apesar de a gente estar em oposição, e poder sentar junto e falar sobre isso sem se agredir. Sem se matar, sem se... Né, e assim, quando as pessoas vêm falar, é falar de dor. Então um adolescente que chega aqui que quebra a escola, que assalta, né, ele vai falar de uma dor pra você. Então vai falar da dor do pai que não me reconhece, da dor da minha invisibilidade, da dor da minha falta de... da minha casa feia, é de dor que as pessoas falam."

Para Sara, a JR pode provocar uma mudança de paradigma, de modo que é possível passar a ter outra visão sobre as pessoas. Ela conta o exemplo de um adolescente que assaltou sua professora da escola, e como ao falar sobre o que aconteceu com ele depois do assalto, sobre a Fundação Casa em que foi internado, sobre as violências sofridas, o olhar das pessoas sobre ele mudou, as pessoas começam a se “remexer em suas cadeiras”. Elas deixaram de estar acomodadas naquilo que elas pensavam ser a verdade sobre o outro.

“Então, quando ele começa a contar, as pessoas, sabe, dão uma mexida na cadeira. Então, o cara também é... o cara também tá mal. Não que assim... não é que as pessoas também começam a ver como coitado, não é uma justificativa, mas você tem, é como se você começa a entender uma história, nada aconteceu, então, aquele assalto, a constituição dessa pessoa, não é assim por acaso, não é? É a história né, algumas coisas foram acontecendo na vida dessa pessoa, e o que será que esse grupo pode fazer. Pra dar conta disso. Não ele sozinho, né?”

Essa possibilidade de olhar para o outro e reconhecer que ali há também uma história é a principal mudança, na opinião de Sara. Eu pergunto se ela acha que essa mudança fica com as pessoas e ela diz logo que sim. Fala de si, e pergunta de mim, se eu fiz a formação. Ela diz que acha que é como uma alfabetização emocional, um aprendizado.

“Eu acho que, acho que por que assim, é como, a gente fala muito de alfabetização também, né, aqui, uma alfabetização emocional, um aprendizado diferente, de olhar para as pessoas, né, de se olhar e olhar pro outro. De se reconhecer e reconhecer o outro, então, por isso que, é igual aprender, a gente aprendeu... então dá, quando eu estou numa situação, porque eu também sou uma pessoa violenta, né? Eu sou uma pessoa... com as palavras, né, principalmente. Então quando eu vejo que eu já passei ‘hmm’ falo ‘ixi, já fiz besteira’, né, então como é que eu posso fazer pra reparar isso. Né, então, dizer alguma coisa pra pessoa, tentar reparar isso né? Acho que todo mundo, não vou dizer todo mundo, mas eu acho que é... causa um impacto sim nas pessoas isso.”

Para ela, o contato com a JR teve um impacto importante na sua própria vida, pela possibilidade de aplicá-la nos seus próprios conflitos e refletir sobre suas próprias ações. Mas ela diz também que esse é um impacto dolorido, e que acha que muitas pessoas “não topam” a JR por causa disso.

“Né, porque aí não dá mais pra você olhar e se isentar das coisas. Você olha e se implica, aí não é todo mundo que aguenta isso. É sofrido, né, se implicar o tempo todo com a sua dor, com a dor do outro. Por isso que eu acho que é difícil também por isso.”

Para além dos impactos pessoais, eu pergunto também sobre impactos na sociedade, na comunidade. Sara já me falou sobre a possibilidade de recuperação de laços comunitários, e sobre a possibilidade de pensar uma escola restaurativa, que já seria algo maior do que o impacto em uma pessoa. Ela me explica ainda que a mudança começa no indivíduo, e que vai para a inter-relação, para depois poder afetar a estrutura: a escola, as instituições. E a partir disso é que se pode pensar uma mudança na forma como a cultura se organiza. Ela admite que essa é uma explicação didática, e que sempre o impacto em um desses níveis afeta os outros, mas acha que é preciso também ações específicas para mudar os níveis mais abrangentes.

“...por exemplo na escola, não adianta eu mudar só o professor, depois o professor e o aluno, se eu não mudo por exemplo a maneira de gestão da escola. Então essa escola tem que ser diferente na sua gestão, né, tem que ser diferente na ocupação dos espaços, então, é, como é que vai ser a reunião de professores, como vai ser a reunião de pais, como é que vai ser a reunião do conselho, vai ter grêmio, vai ter assembleia? Então isso é mexer na estrutura. E aí, automaticamente, não sei se automaticamente, mas a gente vai forçando algumas brechas daqui nessa dimensão cultural. Né, e tentar mudar um pouco essa cultura punitiva que a gente vive né? Então é... é possível, mas é um processo também.”

Por outro lado, ao falarmos sobre o lugar que a JR pode ocupar na sociedade, hoje, Sara diz se preocupar com a institucionalização da JR no Judiciário:

“Então, se isso vai pra dentro do Judiciário, eu acho que tem uma perda muito grande, né, porque daí tem um dono. E eu acho que aqui, é um trabalho... eu vejo a justiça restaurativa meio que um trabalho, sabe, com uma base comunitária... também pode estar nas instituições, desde que ela não seja patenteada, né, porque o nome justiça, só o Judiciário pode fazer, né, a gente tem essa preocupação aqui. A gente discute bastante sobre isso. Mas acho que tem um lugar muito do comunitário, sabe? De estar nas instituições, mas também de estar na associação de bairro, estar na minha família, de estar em vários lugares né? Mas tem essa questão da, de institucionalizar, então, e de se tornar só no Judiciário. Porque a maioria das experiências aqui no Brasil é, você também tá pesquisando isso, vem a partir do Judiciário. E a ideia aqui no CDHEP é isso de vir da comunidade. Apesar de estar em, a gente tá em instituições, na escola, UBS, tal, mas tem essa coisa de estar no território, né, eu... a gente tá em serviços, mas dizendo que, ‘olha, não é só o CDHEP que faz, quem pode fazer? Você, você, isso pode se tornar uma prática do seu cotidiano’, de ser internalizado como um, né, e virar uma prática mesmo, como é a prática de vir todo dia trabalhar, se tem um conflito é dessa maneira que eu vou olhar pra esse conflito.”

Ela se preocupa com o monopólio da justiça por parte do Judiciário, e acha que a JR pode ser uma forma de a comunidade recuperar a justiça, e dessa forma, as pessoas recuperarem a justiça como algo que é delas, e não de um outro específico. Para isso é preciso tornar a JR uma prática do cotidiano: é importante como uma forma de aprendizado, e não como uma coisa que as pessoas tenham que recorrer ao CDHEP para poder usar, mas que possam por si próprias aplicar aos seus próprios conflitos.

Impressões sobre a entrevista:

Sara foi a primeira das facilitadoras que eu entrevistei. O meu contato com Sara foi bastante intenso desde a primeira vez que eu procurei o CDHEP com a intenção de realizar uma pesquisa naquela instituição. Ela foi o meu contato principal durante todo o tempo em que eu estive presente nas atividades do CDHEP.

A minha impressão da entrevista com Sara é a de que para ela, a JR é algo muito doloroso e difícil, mas que também pode trazer coisas positivas como o reconhecimento do outro, a construção de laços, o aprendizado. A sua fala é muito marcada por palavras de conotação negativa, especialmente a partir de quando ela começa a falar dos projetos em que participou. Quando ela conta sobre a sua experiência pessoal com a aplicação da JR, isso fica um pouco amenizado, e começam a aparecer mais elementos positivos, embora a presença de termos negativos se mantenha até o final da entrevista. Ou seja, para Sara, a JR, apesar de ser boa, tem um custo alto: causa culpa, causa responsabilização, pode levar uma pessoa a desistir de um emprego. Essa é a consequência da obtenção de autoconsciência, a não possibilidade de deixar de perceber o próprio papel no mundo. Não é mais possível crer na ilusão de que a culpa pelos problemas do mundo lhe são externos e que ela não tem nada a ver com isso.

É um processo de sofrimento e de muito envolvimento pessoal. Por isso, a primeira palavra nas suas respostas é tão frequentemente algo negativo. O positivo precisa ser retirado daí, porque senão fica apenas o sofrimento. E depois de um tempo, talvez o positivo passe a realmente compensar o negativo.

Para Sara, a JR está muito ligada à possibilidade de mostrar aquilo do subjetivo que está escondido, aquilo que é ruim (ou comumente considerado ruim), a partir do que é possível mudar a forma de se tratar os conflitos, e reconstruir laços

entre as pessoas. Tenho a impressão de que, para ela, a possibilidade de expor essas coisas internas depende da criação de uma confiança, e que é a partir dessa confiança renovada que é possível recuperar o laço social. Por outro lado, essa confiança também é construída a partir da possibilidade de expor-se frente ao outro. Por isso, dentro do processo em si, primeiro cria-se a possibilidade de expor-se de maneira segura, frente ao facilitador, para que depois isso seja possível frente ao outro.

Ouvir o outro, significativo, é impactante. Ouvir do outro a sua intimidade é ter uma “prova” da confiança do outro também (na formação talvez seja mais uma questão de uma *leap of faith*, para que se inicie o processo todo?). Além disso, para Sara a JR também é a possibilidade, e talvez a necessidade, de se reconhecer responsável nas suas ações. Para isso, o ouvir o outro é de especial importância, pois entender o que a minha ação causou nele pode permitir perceber que todas as ações têm consequências. Mas isso é difícil, como diz a sua própria experiência, de que é difícil se sentir responsável pelas coisas: pode ser traumático, como foi o seu primeiro caso atendido. A fala de Sara parece querer dizer que não se responsabilizar pelas próprias ações no mundo talvez seja uma maneira de lidar com uma dor sentida, mas que não pode ser reconhecida.

Houve claramente uma mudança na visão dela sobre o papel da JR, da sua aplicação na liberdade assistida para objetivos e possibilidades muito mais amplas. A experiência própria foi essencial para isso, e os aprendizados empíricos foram incorporados na visão de Sara sobre o que é a JR. Ela demonstra a possibilidade de pensar sobre a própria prática e aprender com isso, modificar as suas ações. No entanto, não aparece muito uma crítica da JR em si enquanto teoria, apesar do reconhecimento de que essa tem limites. Os limites apresentados são práticos: JR não é terapia, então não dá conta das mesmas coisas que a terapia, por exemplo. Mas talvez esses limites ainda não estejam também muito claros. A drogadição aparece como outro limite, mas como algo que talvez ainda possa vir a ser incorporado. Um dos momentos em que uma crítica mais profunda sobre a JR pôde aparecer foi na apresentação da tese de que a JR não pode ter um dono, porque isso faria com que ela perdesse sua potencialidade.

5.2 Julie³³

Contato inicial com a JR:

Julie entrou em contato com a JR depois de ter começado a trabalhar no CDHEP em um projeto sobre direitos sexuais e reprodutivos. Foi ao conseguir esse emprego que ela participou da formação em JR e, depois de terminado o primeiro projeto surgiu a oportunidade de continuar no CDHEP para trabalhar com a JR. A paixão pelo tema veio só depois de Julie começar a trabalhar no projeto atual. Embora o seu foco ainda seja nas questões de gênero, ela conta que tem feito um esforço para estudar a JR por conta própria. Ela diz ter percebido que é interessante juntar as duas coisas, e pensar a violência de gênero, a homofobia, por um viés restaurativo.

Sua primeira impressão sobre a JR foi a de que era uma coisa bonita, mas que talvez não funcionasse na prática. Antes de ir para o CDHEP, Julie trabalhava no Ministério Público, e achava que a justiça lá não era justa, não estava certa. Ela diz ter se identificado muito mais no novo trabalho, mas a sua reação frente à JR ainda era de desconfiança. Isso mudou apenas depois de facilitar seu primeiro caso: a experiência pessoal de prática da JR foi o que a fez começar a acreditar que aquilo funcionava.

O que é a JR?

Para Julie, a JR representa a esperança de transformação a partir de um espaço seguro de fala. A possibilidade de olhar para si e de estar com o outro depende da existência de um espaço seguro, espaço que as práticas restaurativas podem proporcionar.

“Pra mim, a JR, as práticas restaurativas são... é a possibilidade de você criar espaços seguros de fala, pra que as pessoas possam entrar em contato com o acontecido, com o conflito e consigo mesmas e com o outro. Então é criar... pra mim é muito uma coisa de contracultura, mesmo, né? É, ao contrário de tudo o que a gente aprende, pra mim é muito revolucionário. A coisa de você tá aqui, tá de frente com o outro, tá conversando com o outro e tá em contato consigo e quer encontrar o outro, também. Pra mim, a JR é essa possibilidade. Essa possibilidade de se encontrar consigo e se

³³ A entrevista transcrita pode ser consultada no Anexo C.

encontrar com o outro, pra conversar e encarar de fato o que aconteceu e poder transformar através desse conflito.”

A JR é algo de diferente frente aos nossos costumes, e por isso a ideia de contracultura aparece como algo que vai em sentido contrário ao que geralmente se pratica, e nesse sentido Julie entende que a prática é revolucionária. Na opinião dela, o querer estar em contato consigo e com o outro não é algo “normal” para a sociedade, mas algo que tem que ser construído. A palavra *possibilidade* é repetida diversas vezes nesse trecho, o que pode indicar que o aspecto potencial, de promover uma mudança no *status quo*, parece ser de grande importância no sentido que Julie atribui à JR.

Sobre o projeto em que atua:

O projeto em que Julie trabalha atualmente – “Redução da violência de gênero e da cultura punitiva no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente: as práticas de justiça restaurativa e a formação em gênero e sexualidade como aportes teórico-metodológicos” – é financiado pela Secretaria de Direitos Humanos do governo federal, e a sua principal ação é a formação de técnicos do sistema de garantias da criança e do adolescente em gênero e sexualidade. Além disso, o projeto prevê atendimentos de casos, supervisão destes atendimentos, uma pesquisa sobre a violência de gênero e sexualidade na região e uma publicação de apoio a essas atividades. Julie falou sobre as informações básicas do projeto, sem se apresentar sua perspectiva pessoal nesse relato.

Sobre a triagem para o atendimento de casos no CDHEP:

Julie explica que os casos que são facilitados pelos projetos geralmente chegam por intermédio de pessoas que já fizeram o curso ou de pessoas que conhecem o trabalho do CDHEP. O único caso que ela atendera até o momento da entrevista tinha chegado pela Defensoria Pública (DPESP). Ela conta que uma família entrou em contato com a defensoria, para a abertura de um processo, mas a pessoa que os atendeu lá achou que seria mais interessante trabalhar o caso desde a JR.

“E chegou esse caso, que era o caso de uma menina... Era um casal, né. A menina tem 14 anos, o menino tem 15, enfim... Eles tavam ficando, não sei o que... E ela passou um vídeo dela tomando banho pra ele, ela nua. E ele espalhou o vídeo para a escola inteira. E aí a mãe da menina vai até a defensora porque quer abrir um processo contra a família do menino. Aí ele acha que é uma boa oportunidade de, invés de judicializar o caso, ir através da JR. Convida essa família pra vir aqui no CDHEP, e aí a gente faz o processo.”

Essa possibilidade de um operador do direito formal reconhecer a não necessidade de judicialização de um conflito parece ser interessante, pois retira da esfera do direito formal aquilo que talvez não precise ser tratado dessa forma. No entanto, ainda não é possível saber que tipo de impactos uma prática de encaminhamento poderia ter, conectando uma organização governamental a uma ONG como o CDHEP.

De acordo com Julie, quando um caso chega, é realizada uma triagem para entender o que está acontecendo. No primeiro momento em que as pessoas chegam e relatam um caso, elas falam sobre muitas coisas, e apresentam muitos conflitos misturados. Por isso, essa primeira escuta serve para a equipe decidir onde focar uma intervenção, como uma espécie de filtragem da fala inicial, mais confusa, em uma tentativa de identificar alguns elementos centrais sobre os quais trabalhar. Depois disso, é preciso resolver ainda uma questão prática relacionada com o tamanho da equipe, que tem dificuldade de atender a todos os pedidos que chegam. Isso é apresentado como uma dificuldade, e acompanhada de ansiedade, pois a equipe não consegue responder adequadamente a toda a demanda existente.

“A gente ainda... a equipe do CDHEP, ela não é tão grande assim: as pessoas que fazem casos. Então, nesse momento a gente tá assim: ‘Meu Deus, quem vai pegar casos... Os casos estão chegando e o que que a gente vai fazer com eles!’. Tem um monte de coisa! (risos)”

Como é o processo restaurativo?

De acordo com Julie, o trabalho com práticas restaurativas no CDHEP mistura várias metodologias, em especial, o VOC e CP (apresentados no capítulo 4). Ela relata também ter feito uma formação em Experiência Somática³⁴ junto com outras pessoas de sua equipe, e que esse aprendizado foi muito importante para todos do

³⁴ A Experiência Somática é uma abordagem de tratamento para a ansiedade pós-traumática, que presta atenção a fatores biológicos de regulação do organismo como forma de superação do trauma.

projeto. Implícito nessa fala está o fato de que o aprendizado de uma nova técnica gera sempre nos membros do CDHEP um esforço de experimentação e incorporação, de modo que o olhar para o corpo trazido pela Experiência Somática vai sendo incorporado à prática da JR, se considerado adequado pelos facilitadores. Isso significa que cada nova experiência pode ser adicionada na “mistura”.

Depois da triagem, descrita acima, são realizados os pré-círculos com as pessoas envolvidas que os facilitadores consideram importante passarem pelo processo. Julie diz que, no geral, falam primeiro com aquele que pode ser considerado o agressor, para não correr o risco de revitimização da pessoa que buscou ajuda, caso este não aceite participar. A fase de pré-círculos termina quando os facilitadores consideram que as pessoas são capazes de produzir uma fala assertiva, empática, saindo da “cadeira de vítima”³⁵. Isso vale também para o agressor. No entanto, não é tão fácil saber quando as pessoas estão preparadas.

“Mas isso é muito engraçado, porque às vezes a gente nunca sabe como... Se a pessoa está preparada ou não... E a gente às vezes também tem uma arrogância de querer saber quando o outro tá preparado, mas a gente também não sabe, quando o outro tá preparado. Às vezes o outro tá preparado e a gente acha que não. Então, pelo menos... Eu não sei, eu sou super inexperiente, eu sinto... Eu to começando agora, mas pra mim essa coisa de quando fazer o círculo, ela pega. Será que a pessoa tá preparada ou não, pra fazer esse círculo? Acho até que você tava na supervisão que a gente falou disso. Que era um caso... Meu Deus, será que ela tá preparada, mas ela tá doida, ela vai... ela não... ela vai querer voar no pescoço do pai do menino, vai querer voar no menino... E não, né? Rolou. Quando rola essa possibilidade desse encontro, as coisas acabam rolando.”

Como saber se o outro está preparado é uma questão importante para Julie, e na prática não é possível realizar pré-círculos infinitamente até se ter certeza. Em algum momento é preciso tomar uma decisão, de partir para a ação, e Julie ainda parece ter muitas dúvidas sobre como fazer isso. Ela fala sobre sua inexperiência, e fala sobre a arrogância de achar que pode saber sobre o outro, que são considerações importantes, mas a única resposta que ela consegue encontrar para esse problema no momento da entrevista é uma espécie de aposta: “as coisas acabam rolando”.

³⁵ Esse termo se refere a um exercício frequentemente usado nos cursos de capacitação de facilitadores, e que tem como objetivo demonstrar o tipo de posição que uma pessoa pode adotar na sua forma de falar ao conversar com alguém sobre um conflito. São colocadas 5 cadeiras lado a lado, e em cada uma é colocada uma identificação de que cadeira é aquela. Na sequência, as cadeiras são: “agressiva”, “vitimizada”, “assertiva”, “empática” e “restaurativa”. A “cadeira de vítima” é aquela na qual a pessoa consegue apenas falar do conflito colocando-se como vítima da situação, em geral depositando toda a culpa no outro.

Julie conta ainda que durante esse processo os facilitadores precisam pensar sobre que tipo de círculo é interessante de ser realizado. Ela reforça a ideia da mistura, dizendo que as técnicas formais, fechadas, nunca são seguidas à risca, mas sofrem adaptações. Parece ficar implícita uma espécie de crítica aos aspectos formais da técnica como, por exemplo, o roteiro do VOC, que deveria ser aplicado da mesma maneira a todos os casos, não importa quão diferentes os conflitos. Eu pergunto para Julie sobre os objetivos dessas etapas do processo restaurativo, mas ela me diz que acha que o mais importante não é cada etapa cumprir um objetivo específico, mas o processo como um todo.

“Eu acho que os pré-círculos. Todos... O processo, ele é muito importante, porque eu acho que o grande potencial da JR é exatamente esse processo, né? Que abre a possibilidade da pessoa parar pra realmente pensar sobre o que aconteceu e talvez, pela primeira vez na vida, olhar pra si enquanto agressor, também; e olhar pro outro enquanto vítima também. Então, sei lá, a gente sempre gosta muito de se colocar no lugar de vítima e tudo o que acontece pra gente é sempre... a responsabilidade é dos outros. Então acho que o processo é muito, muito potente nessa coisa de a gente se responsabilizar por si, se responsabilizar pelo outro e dar oportunidade pra esses encontros que as pessoas não têm realmente a oportunidade de se encontrar. A gente tá junto, muitas vezes a gente tá junto, mas a gente não tá ali de fato, né? E o processo pra mim, eu... O que eu tenho visto é... Ele é muito potente nisso: as pessoas estarem ali de fato, as pessoas pararem um pouco para pensar. ‘Nossa, eu tô com um puta problema, aconteceu isso, tá’, mas existem as resistências e o começo é muito difícil porque a gente não tá acostumada a fazer isso... ‘Um doido, que eu nunca vi, uma doida, uma menina aí, falando pra eu pensar no cara...’ Eu vou pensar em mim, no quanto eu tô sofrendo, o quanto tá difícil e legitimar essa dor, mas também fazer com que a partir dessa dor legitimada, reconhecida, você possa sair dessa cadeira e você possa abrir um pouco o seu leque e ver a questão como um todo, porque a gente fica muito na nossa parte dos conflitos, né: Me afetou nisso, então eu fico só nessa parte, mas o conflito é algo maior. E pro “agressor”, entre aspas, é muito importante ver o que as nossas ações impactam no outro, né? Porque normalmente a gente não pensa nisso, o quanto o outro se sente afetado e é muito potente. Eu vi, pelo menino assim. É muito, muito potente, quando você olha e alguém te fala o que você causou nela, sabe? É muito... doido.”

O importante para Julie é o parar para pensar, olhar para si e se perceber como alguém que também é agressora em diversas situações, enquanto o outro também é vítima em diversas situações. É a possibilidade de responsabilizar-se pelo que acontece, por si e pelo outro, e poder se encontrar com o outro. A qualidade da presença é um fator importante para ela, a maneira como estamos com o outro, mas podemos não estar realmente presentes no contato com ele. A partir da legitimação da dor, é possível refletir e olhar as coisas a partir de outro lugar, não mais apenas

daquele de quem está sofrendo, passivamente. Julie acha que isso é muito difícil, que é muito diferente do que estamos acostumados e por isso há resistência.

Você consegue cumprir seus objetivos?

Quando pergunto se ela acha que consegue cumprir os objetivos do processo, ela diz que não sabe, pois os envolvidos são pessoas, e pode ser que dê certo ou não. Diz que é inexperiente, mas que os resultados até o momento têm sido bons, que pessoas têm dado um feedback muito positivo sobre o trabalho.

“É, semana passada, semana retrasada, eu fui fazer um círculo de diálogo com médicos de uma UBS. Eu tava morrendo de medo porque eu fui sozinha. Eu falei: ‘Gente, eu vou chegar com essa minha cara de tonta, com um bando de médico, falando de JR, o que que eles vão falar... O que que essa menina tá me tirando das minhas consultas pra falar disso.’. E foi muito legal, porque eles super entraram no processo. Eram médicos mais... era uma galera mais velha, assim... Eu tava bastante com medo. Mas foi muito importante, porque essas pessoas precisam de espaço pra falar, pra se conectar com as coisas que tão acontecendo, pra se conectar com os outros, também. Porque ali naquela equipe tinham vários conflitos que ninguém sabia que existiam, mas tava tudo assim, meio que debaixo do tapete. E através de um círculo de diálogo que nem era o objetivo falar sobre conflitos, a gente ia falar sobre outras coisas, alguns conflitos surgiram, sabe? E as pessoas puderam falar sobre isso de certa forma.”

Sobre ser facilitadora

Existem muitas dificuldades na JR, mas Julie ainda não sabe o que ela mudaria na sua própria forma de ser facilitadora. Para ela, esse é um processo que exige muito das pessoas, e mesmo reconhecendo a existência de resistências a essa proposta tão diferente, sente-se frustrada quando as pessoas não toparam participar.

“Por exemplo, tem um dos casos que a gente começou a atender, que a moça simplesmente desapareceu. Aí isso me deixou muito, tipo, frustrada, né? E como a gente faz pra que as pessoas realmente se engajem nisso? Porque é um processo muito difícil também, que requer um esforço muito grande, a pessoa tem que tá muito afim pra isso, não sou eu que tenho que obrigar a pessoa a tá a fim. Eu não sei exatamente o que... É... Ah, eu não sei... Uma angústia que é eu tenho é: tipo, como fazer com as pessoas de fato comprem, sabe, a ideia? Muitas compram, mas as que não compram... Eu sempre fico pensando: por que será que elas não compraram a ideia? Por que será que esse caso não foi até o final? Teve uma ruptura no meio, assim? Será que ela não tava preparada porque é um processo que realmente exige muito de você? Ou, qual foi a outra questão? Será que é

alguma coisa do tipo do vínculo, como é que o vínculo foi estabelecido? Isso eu não sei, assim. É uma coisa que eu pensaria mais.”

A relação de Julie com a JR ainda é marcada por muitas dúvidas, sobre o porquê funciona e o porquê outras vezes não. Além disso, ela se pergunta sobre a possibilidade de trabalhar questões que sejam menos particulares, pensando na aplicação da JR para promover uma transformação coletiva. Ela pensa essa transformação coletiva como algo que se inicia a partir das mudanças individuais, pois mudando a própria inserção no seu cotidiano, cada pessoa afeta o mundo à sua volta. Mudar o coletivo é mudar as relações, o modo como as pessoas se relacionam umas com as outras.

“De mudar as relações não só daquele conflito, mas mudar outras relações das pessoas que passaram pelo processo e também de um engajamento... De um engajamento mais público das pessoas, porque, pra mim, aí é uma coisa minha, né? Uma coisa, sei lá... A JR, quando eu fiz o curso, mudou a minha maneira de ver, tipo tudo, depois que eu fiz o Espere, sabe? Foi muito impactante. A maneira como eu via o mundo e como eu me responsabilizo no mundo, como minhas ações refletem... Meus atos, minhas ações refletem no outro... E, aqui no CDHEP, acho que a gente podia explorar muito mais essa coisa, sabe? Do Espere, da transformação que ela começa individual, mas ela pode ser uma transformação coletiva.”

Para Julie a transformação na maneira de pensar que a ESPERE proporciona pode ser uma forma de criar um engajamento maior nas pessoas, de fazer com que as pessoas se sintam mais responsáveis pelo mundo. Mas não sabe como fazer isso. Acha que talvez seja preciso pensar em como chegar nas pessoas, não em algumas, ou naquelas que já estão engajadas, mas como chegar a atingir muito mais pessoas.

Sobre a importância do co-facilitador:

A atuação do facilitador depende sempre da presença do co-facilitador, e para Julie é essencial ter esse outro a acompanhando, pois assim é possível dividir as angústias da tarefa de facilitador. Além disso, a presença de mais de uma pessoa pode ser boa para a formação de vínculos entre as pessoas participantes do processo e os facilitadores. Também permite trocar percepções sobre o que está acontecendo e construir o processo coletivamente. Mas a segurança de ter outra pessoa junto é essencial. Julie relata que tinha muito medo de assumir um caso, e

que só aceitou porque estava na companhia de uma pessoa muito experiente, em quem confiava.

“Porque é muita insegurança, né? Às vezes... Pra mim a questão era: ‘Gente, eu não consigo lidar direito nem com os meus conflitos, como é que eu vou querer meter o bedelho no conflito do outro e achar que eu consigo facilitar o conflito do outro’. Porque também a gente tem esse ideal, né? De que pra ser facilitador... Você tem que, nossa... Ser uma pessoa muito calma... E que você vai chegar lá com a solução dos problemas e não é, né? Mas a gente tem esse, essa ilusão, esse, sei lá... Esse tipo ideal na nossa cabeça e, pelo menos pra mim, eu só consigo começar porque eu fui, fiz o primeiro caso com a B.. E aí eu falei: ‘Tudo bem, né?’ Se eu fizer qualquer merda, ela sabe o que fazer de olho fechado. Então eu tô de boa, tô indo.”

Além disso, ela diz que tinha um ideal sobre como deveria ser o facilitador, e achava que não conseguiria se encaixar nesse papel e lidar com essa responsabilidade. Num primeiro momento, estar com o outro é que deu a ela a confiança para experimentar esse papel.

A JR funciona?

Julie acha que a JR funciona porque fortalece as pessoas. Elas sentem que foram contempladas pelo processo, que foram reconhecidas.

“Então, nesse caso da menina do vídeo: a mãe tava super arrasada, muito mais arrasada que a própria filha. Então, a mãe não dormia, a mãe tinha dor de cabeça, a mãe achava que a filha ia se matar, a mãe achava que não ia sobreviver, que o mundo tinha acabado. E depois do círculo, quando a gente volta pra, né? A ter contato com essa mãe, pra ver como ela tá, ela não tem mais insônia, ela se sentiu contemplada pelo acordo, ela tinha criado milhares de fantasmas na cabeça dela, que a gente gosta muito de fantasiar, né? A gente gosta muito de criar história. Então, ela tinha criado milhares de histórias na cabeça dela, que quando ela se depara com a realidade, aquilo tudo vai embora, então você vê de como a mulher que há um mês atrás tava surtando, louca, achando que, sei lá... Milhares de coisas na cabeça dela. E você encontra com ela de novo e ela fala: ‘Tudo bem, tô conseguindo dormir, essa história eu ainda lembro, mas eu não lembro mais com dor, não lembro mais com raiva. É uma história que aconteceu, mas agora ficou pra trás. Agora é daqui pra frente, coisa que eu não tava conseguindo enxergar a um mês atrás porque eu tava fantasiando milhares de coisas’.”

Mais do que uma resolução, o processo restaurativo permite também um espaço para a elaboração daquilo que aconteceu. E, para Julie, isso é fortalecedor, pois permite perceber que existem caminhos para lidar com a dor. Para ela, a JR é transformadora porque faz com que as pessoas prestem mais atenção em si

mesmas. Ela diz que é uma tentativa de ter essa atenção a si, um exercício, e é preciso policiar-se constantemente. Julie diz que passar pela formação foi muito importante para que ela percebesse o seu modo de lidar com seus conflitos e com as suas relações.

“E a partir disso, eu consigo prestar mais atenção nisso e quando eu tô num conflito com as pessoas eu também... Às vezes, né? Tipo, você, claro, explode, enfim, fode tudo. Mas você pensa sobre isso depois. Nossa, que merda que eu fiz e aí é um processo. Acho que as pessoas que passam pelo processo através de casos também começam a ter um pouco mais dessa percepção, de que existem outras formas de transformar, né? Não é solucionar, mas de transformar os conflitos e que acho que o maior aprendizado é que os conflitos fazem parte da vida, né? Então a gente não precisa ter medo dos conflitos, os conflitos vão existir sempre. O problema é o que a gente faz com eles.”

A JR, então, permite, na opinião, dela uma transformação na maneira de lidar com os próprios conflitos. Julie acha que o contato com a JR fez muita diferença na sua própria vida, que fazer a formação trouxe a ela uma sensação maior de culpa por algumas das suas próprias ações. E com isso, ela passou a tentar estabelecer um diálogo maior com as pessoas com quem se relaciona.

“É um processo, né? Ainda tô. Mas assim... Eu acho que melhorei... Acho que melhorei muito. Eu sempre pego feedback das pessoas com quem mais eu brigo, que no caso é minha família, meu companheiro. Eles: ‘Não, tá ótimo, vai assim que tá ótimo’ (risos). Então acho que tá mudando.”

Para além das modificações na vida pessoal, Julie acredita que a JR pode promover mudanças mais amplas também. Mas, assim como ela já disse antes, não sabe como. Para ela, a mudança social se faz a partir de cada um. Ao mudar as relações, o mundo ao redor muda como consequência disso. Ela acha que as práticas restaurativas são algo mais do que resolver casos, e que ainda há muito potencial a ser explorado. Ela coloca questões: como pensar coletivamente sobre os conflitos que são comuns na nossa sociedade? Ela dá o exemplo de conflitos ligados à experiência de maternidade, que têm chegado ao CHDEP com frequência, e se pergunta sobre como pensar criticamente a própria construção do que é a maternidade com a ajuda da JR.

Para Julie, a JR, mais do que uma prática, é o encontro entre as pessoas. O coletivo tem força, e isso pode trazer a mudança. O que a JR tem de especial é mostrar outras formas de se colocar no mundo, de se colocar no lugar do outro.

Desde que começou a trabalhar com o tema, sua visão sobre ele mudou. Antes era algo bonito, mas que ela não podia fazer. Hoje, ela vê que querer estar com o outro é o passo essencial, importar-se com o outro e com a história dele.

“E esse ano eu tenho visto, eu vejo que não, né? Pra você... Qualquer um pode ser facilitador, qualquer um pode, desde que tenha a vontade de estar com outro e de... A vontade de se importar com o outro e de querer ouvir o outro e de estar ali inteiro pro outro. Você se entregando, não inteiro no sentido da adesão, porque, né...? Porque é importante o facilitador tá 50% consigo e 50% com o outro pra ter essa, né? Você não pode se entregar totalmente pro outro, separar muito o que é seu e o que é do outro. Mas nessa entrega verdadeira, a gente fala: ‘Putá, eu me importo com a sua história. E quero estar com você e eu me importo com você’. Pronto. Aí eu acho que isso mudou, porque eu achava que, aí gente, só pessoas especiais podem fazer isso. Mas não, se você, tipo, se importa com a história do outro e você quer ajudar o outro. Tá ali, inteiro, pronto. Você já, e... Você já pode ser facilitador. Que a gente já é facilitador em vários lugares na nossa... Na nossa vida cotidiana e às vezes a gente não dá conta. A gente pode ser facilitador como a gente pode ser dificultador, também, né? Da nossa própria vida. Então, a partir do momento em que a gente consegue ser facilitador da nossa vida, dos nossos relacionamentos, dos nossos conflitos e a gente tá disposto a estar inteiro no lugar que você tá, pronto, você já é facilitador.”

A JR de Julie não é algo para ficar restrita aos processos, aos casos, mas deve estar presente em todos os momentos da vida. Para ela, também deveria estar em todos os lugares do mundo. Julie acha que a educação poderia ser uma forma de usar isso para transformar a sociedade, porque as crianças poderiam aprender desde sempre a lidar com os conflitos de uma maneira restaurativa, e aí isso já seria naturalizado. Poderiam ser educadas “crianças restaurativas”. Além disso, outro lugar que ela acha fundamental de aplicação da JR é no tratamento de jovens em conflito com a lei. Esses são lugares que ela entende como estratégicos para a JR se desenvolver no mundo.

Julie diz que tem pensado muito sobre a importância da fala na esfera coletiva. Acha que os espaços de fala podem servir para dar significado e sentido para as coisas. Ela acredita que no mundo não existem esses espaços, e que a história das pessoas não tem lugar. No judiciário da experiência dela é assim, as pessoas viram números de processo.

“E o quanto esses espaços de que a sua história é legitimada, sua dor é legitimada, respeitada e a sua fala é importante, como isso é... é foda né, e não existem outros lugares que a gente pode expressar isso. Acho que é isso.”

Impressões sobre a entrevista:

A minha impressão da entrevista com Julie é a de que para ela a JR ainda é uma novidade cercada de dúvidas e incertezas. A sua relação com a JR é marcada pela insegurança, por achar que ela não dá conta disso. Quando pergunto sobre o co-facilitador, logo surge o tema da angústia. Angústia de ser responsável pelo processo do outro. Por outro lado, ela fala muito de descobertas, da descoberta de si, de sua potencialidade, de perceber que ela também pode fazer aquilo. A insegurança para falar sobre o tema também é aparente, e surge em diversos momentos da entrevista, em comentários como ao dizer que estaria “viajando” nas respostas, na preocupação em corresponder às minhas expectativas.

As dúvidas e as questões são muito marcantes da fala de Julie também, e parecem mostrar que ela está tentando encontrar um lugar para a JR no seu sistema de pensamento sobre o mundo. Essas dúvidas podem ser entendidas como uma espécie de crítica à JR, no sentido de que ela se pergunta sobre os limites, o que a JR pode e não pode fazer, porque funciona, como funciona. Julie não se relaciona com a JR como um método, uma técnica a ser aplicada, mas como algo a mais, como um jeito de pensar sobre o mundo. Ela repete que o importante não é o caso individual, é como usar isso para criar uma transformação coletiva da sociedade, como usar esse potencial da JR e mudar as coisas.

A sua crença na JR está embasada em sua experiência, então para ela funciona porque a experiência tem mostrado que sim. Mas ainda parece que ela tem dificuldade de acreditar nisso, o que causa certo espanto: eu estou vendo que funciona, mas como essa coisa *doida* pode funcionar?

A JR está ligada para Julie à possibilidade de olhar para si e perceber em si a própria ação no mundo. Sair da “cadeira de vítima” e perceber-se como agente. Isso muda a forma de se responsabilizar pelo mundo à volta, inclusive frente a questões sociais. Além disso, os outros temas importantes ligados à JR são a presença, o estar com o outro de uma forma diferente, o espaço para fala e acolhimento. Esses temas são tratados de maneira um pouco vaga, como coisas diferentes do normal, mas sem explicações muito detalhadas. Parece haver uma expectativa de que eu estava entendendo, talvez por causa da minha participação nas supervisões do CDHEP, o que garantiria uma visão mais interna sobre o assunto.

Para ela, as pessoas saem fortalecidas do processo restaurativo, como ela parece ter saído da sua formação. E ela tem se fortalecido ainda, percebendo o seu potencial. Se uma consciência maior de si é o que torna a pessoa capaz de agir no mundo e transformar as coisas no mundo, Julie está agora mais segura da sua capacidade de ser facilitadora.

Ela diz que para ser facilitadora, só é preciso querer estar com o outro. Quando ela fala isso, parece sugerir a vontade de uma presença com o outro em que há um reconhecimento desse outro, como alguém que sente e que é também ser humano. Não apenas como causa do meu sofrimento, mas como alguém que sofre também. É perceber o outro como um outro igual, e estar ali com ele, interessar-se por ele, significa permitir a ele um espaço de fala, um espaço de reconhecimento. Um espaço em que o ser humano por completo é acolhido, onde o todo da pessoa importa, não apenas uma ação isolada ou alguma coisa que aconteceu. Acredito que para Julie, a JR representa a possibilidade de um espaço de fala como um espaço de elaboração, que serve para dar sentido ao mundo das pessoas.

5.3 Catherine³⁶

Contato inicial com a JR:

Catherine conta que ao longo da vida trabalhou em vários lugares que tratavam da temática dos direitos humanos, pela qual sempre se interessou. Ao conhecer a JR, ela disse ter gostado do tema, pois achava que complementava as vivências que tivera até então, e ao mesmo tempo trazia uma perspectiva nova sobre como lidar com a punição. Ela não especifica que vivências são essas, apenas fala sobre a valorização do ser humano, que a JR complementa ao entender o ato como separado da pessoa, ou seja, a não redução da pessoa aos seus atos.

“Então o que eu tinha aprendido nas vivências era olhar o ser humano, a ver potencialidades, às vezes a me comunicar de uma maneira melhor, e a justiça restaurativa complementou no que diz respeito à punição, à maneira de lidar com os conflitos, que aí acho que foi o maior aprendizado, e a maneira de comunicar também, né, uma comunicação não violenta, sem

³⁶ A entrevista transcrita pode ser consultada no Anexo D.

punição. Então uma coisa que eu acho muito bacana é a questão da gente identificar como você é violento, como eu sou violenta, pra não reproduzir isso. E aí essa, esse olhar em específico eu nunca tinha visto por aí né, uma metodologia que eu olhasse primeiro pra mim, pras minhas próprias ações pra depois eu pensar em aplicar ou fazer algo com alguém.”

Ela enfatiza o fato de que a formação leva a olhar para si antes de olhar para o outro, e reconhece nisso a possibilidade de deixar de reproduzir a própria violência. Ela fala da perspectiva de resgate dos valores humanos, e da possibilidade de pensar sobre o humano, percebendo as potencialidades que as pessoas têm dentro de si e que podem ser multiplicadas. Catherine diz que conheceu a JR quando alguns colegas de trabalho fizeram a formação. Ela não teve oportunidade na época, mas depois passou em um edital para ser articuladora no CDHEP, e foi quando começou a sua formação. O contexto do seu contato inicial com a JR foi o trabalho, e o que a interessou foi a maneira como o ser humano é entendido e valorizado.

O que é a JR?

Para Catherine, a JR é uma metodologia que trata de forma adequada a punição. Esse é um tema central no seu entendimento da JR, o fato de que na opinião dela, a punição não dialoga com as necessidades das pessoas, não educa e apenas causa estigmatização.

“Pra mim, o primeiro paradigma que quebra é quando a gente pensa que eu, alguém pune pra educar, alguém pune pra que aquela pessoa se torne melhor e a justiça restaurativa mostra que não, que a punição só faz sujeitos mais estigmatizados e menos responsáveis. Então pra mim a justiça restaurativa ela é isso, essa forma de... de cada vez mais é... trazer pessoas, fazer com que as pessoas se tornem responsáveis pelos seus atos, se tornem sujeitos e protagonistas das suas vidas, entendendo que todos cometem atos e que... existe sim uma maneira de eu me separar desse ato, eu posso ser muito mais do que isso.”

A partir de uma visão diferente sobre o que é a punição, Catherine acredita que é possível liberar os sujeitos para que possam se tornar mais responsáveis por si, e explorar suas potencialidades. Para ela, a JR é uma forma de superar algo que poderia ser chamado de uma passividade na forma de agir e pensar das pessoas. Ela diz que um olhar para si, especialmente por meio da ESPERE, é o que permite superar isso para que as pessoas possam tornar-se protagonistas de si, reconhecer

a própria responsabilidade e capacidade de ação. A separação entre a pessoa e um ato cometido também é um elemento importante, que é uma maneira também de superar uma visão reducionista e limitada das pessoas

Sobre os projetos em que atuou:

Catherine trabalha atualmente no projeto *Jovens Facilitadores*, que tem como objetivo formar jovens da região para serem facilitadores de práticas restaurativas nas comunidades onde vivem, pois entendem que os problemas e conflitos podem ser resolvidos horizontalmente na comunidade pela JR. Além da criação de núcleos comunitários de práticas restaurativas, também há o atendimento de casos. Catherine falou pouco sobre o projeto, apenas fornecendo as informações básicas sobre ele, sem colocar a sua perspectiva pessoal sobre o projeto na sua fala.

Sobre a triagem para o atendimento de casos no CDHEP:

De acordo com Catherine, os casos que são atendidos no CDHEP chegam por procura, alguém liga relatando um conflito, e é feita uma triagem. Depois da triagem, a decisão sobre quem vai cuidar do caso é tomada pela equipe, nem sempre de acordo com os projetos, mas por quem está disponível. Ele pode ser destinado a um projeto específico dependendo do seu perfil, se o fato envolve jovens, pode ficar com alguém do projeto *Juventude*, que tem como objetivo trabalhar especificamente com essa população.

“Geralmente alguém faz a triagem, então não precisa, nem sempre, a triagem nem sempre é feita por... pra determinado projeto, mas quem tá mais disponível faz a triagem e nesses casos em específico, na reunião de supervisão a gente decidiu quem iria atender e aí a gente olha um pouco pelo perfil, se é um caso que envolve mais juventude, se é um caso que envolve gênero...”

Como é o processo restaurativo?

Depois da triagem, o próximo passo de acordo com Catherine é anunciar o conflito para as pessoas envolvidas, separadamente. Quando é um caso em que há vítima e agressor claros, começam pelo agressor, para não correr o risco de

revitimização, caso a pessoa não tope participar do processo. Ela diz que a metodologia fornece perguntas específicas para ajudar nos primeiros encontros, os pré-círculos, e o objetivo é entender melhor o conflito. Isso é feito com todos os envolvidos, de modo que todos possam conversar juntos posteriormente, no círculo, e chegar a um acordo sem a participação do facilitador. Depois, o pós-círculo serve para checar se os acordos foram cumpridos ou não.

“Num círculo essas pessoas vão conversar, depois do que já foi trabalhado no que a gente chama de pré-círculo, que é onde individualmente essas perguntas são feitas, essas pessoas vão elaborando melhor o que aconteceu, como elas se sentiram, o que elas esperam, né, do... daqui pra frente, e aí feito isso no momento de um círculo é onde vai ser feito um acordo também, e esse acordo, ele não tem a participação do facilitador, esse acordo ele é decidido pelas pessoas, e é elaborado pelas pessoas que estão envolvidas no conflito.”

Catherine entende que o objetivo da atuação do facilitador é sempre ajudar as pessoas a conseguir olhar para os próprios conflitos, percebendo-se como partes integrantes daquilo que aconteceu, e que o existe algo para além do conflito. Para isso, o facilitador deve sair do protagonismo desse procedimento, e ficar apenas como um apoio, elaborando as perguntas, mas deixando o processo para as pessoas envolvidas. Ela retoma esse papel do facilitador, que já tinha sido mencionado no trecho reproduzido acima, o que indica que esse elemento é importante para Catherine.

Você consegue cumprir seus objetivos?

Catherine acha que consegue cumprir esses objetivos, apesar de cada caso ser muito particular. Além disso, cada pessoa tem um tempo de elaboração, então pode ser que os efeitos não sejam imediatos.

“Então eu acho que mesmo que um caso não vá, não chegue a um círculo e um acordo, eu acho que sempre faz uma diferença na vida de uma pessoa. Pelo menos ela conseguir olhar, dela conseguir é... pensar que em algum momento alguém olhou, percebeu ela além do que ela fez, ou além daquilo que ela tá envolvida. E simplesmente pela experiência que eu tenho tido, o fato da pessoa, seja o agressor, seja a vítima, ter um espaço onde ela possa falar de si sem ser julgado, isso já é muito libertador. Independente do processo chegar a um acordo ou não, mas o fato de ter um espaço de escuta e de acolhimento faz muita diferença.”

Ou seja, o importante não é necessariamente cumprir os objetivos, mas apenas fornecer para as pessoas um espaço seguro de escuta, de acolhimento. Ela conta um exemplo de um caso atendido em que ela teve a sensação de que cumpriu seu objetivo como facilitadora, e detalha como ela acha que o espaço de escuta pode promover uma mudança na forma de relação das pessoas, pois permite elaborar esse relacionamento:

“É, tem um... um caso que... que eu tô co-facilitando, e aí, assim só numa primeira, um caso de uma mãe e filha e... assim, as duas estavam com muito medo então, antes quando a gente foi encontrar a mãe, a filha já falou, a minha mãe vai estar assim, vai tá muito nervosa e tal. E a gente chegou pra conversar e fazer as perguntas e foi muito gratificante, e a mãe, assim, ficamos horas conversando e a mãe... é... assim, ela conseguiu expor, e aí ela mesma disse né, que ela nunca tinha tido um espaço pra falar, falar dela, de como ela se via naquela relação com a filha, como eram as angústias e os medos, e só de uma primeira conversa, que geralmente o processo tem umas três, quatro conversas, né? Só de uma primeira conversa... é, ela, a filha, principalmente, veio relatar que a relação mãe e filha mudou muito, assim, só de um momento que a mãe conseguiu refletir e pensar um pouco sobre... sobre a relação com a filha, a filha já relatou o quanto tinha mudado, o quanto tinha sido transformador. Acho que esse é um exemplo do quanto esse espaço de acolhimento, esse espaço de elaboração e esse espaço de apoio é importante.”

A maneira como ela justifica então o cumprimento dos objetivos é a partir das experiências de atendimento, e do feedback recebido das pessoas que participaram do processo que ela estava facilitando.

Sobre ser facilitadora:

Sobre a própria atuação como facilitadora, Catherine diz que estar diante do outro, do conflito do outro, causa medo. Ela diz achar que precisa ter mais confiança no processo e no outro também, saber separar o medo que é seu, e não deixar que atrapalhe o processo.

“Então às vezes, eu, por exemplo, tive medo de anunciar o conflito, com medo do que... ‘ah, será que eu poderia estar sendo invasiva, será que isso...’, quando na verdade o medo é meu e não do outro, né? Então eu acho que eu mudaria é... o confiar mais no processo, confiar mais no outro, não ter medos por ele.”

Sobre a importância do co-facilitador:

O processo tem sempre a presença de um co-facilitador, segundo a entrevista, e a presença deste é muito importante, pois ajuda a captar o que está acontecendo no ambiente. Para Catherine, o co-facilitador é como um braço direito, que auxilia, pode dar uma devolutiva sobre o processo, e dá segurança para o facilitador. Novamente, surge o tema da angústia, de se ver sozinho frente ao outro, da possibilidade de falhar, de não saber o que vai acontecer. O co-facilitador aparece como alguém que pode apoiar frente a esses sentimentos.

“Olha, eu acho que o co-facilitador é muito mais fácil, né, que embora você é também integrante daquele processo, você fica mais na observação. O facilitador eu vejo que é... uma entrega muito maior, porque o facilitador ele que conduz ali, e acontece né, o facilitador fala uma coisa que não era... correto ali pro momento, então às vezes pode ser difícil de consertar, então eu acho mais fácil ser co-facilitadora. Embora ser facilitadora traga sensações, experiências também muito marcantes.”

Ser facilitadora é uma coisa difícil, e que exige uma entrega que talvez não seja a mesma necessária para o co-facilitador, por isso esse segundo papel é considerado como fácil. Catherine diz que estar frente ao outro tem um elemento de imprevisibilidade que desperta bastante insegurança, mas o co-facilitador age como um apoio para a superação desses medos.

A JR funciona?

Catherine diz que a JR funciona, mas que ainda há muito que aprender sobre ela. Ela diz não acreditar na justiça como está estabelecida, tanto no Judiciário quanto entre as pessoas, para ela está provado que essas formas não funcionam. A perspectiva comunitária, da JR, funciona porque torna as pessoas protagonistas, um tema importante para Catherine.

“Funciona muito mesmo, funciona na maneira como a gente se relaciona, na maneira como a gente vê o mundo, na maneira como a gente vê as pessoas, então eu acho que precisa ainda de muito estudo, precisa ainda, sei lá, de mais disseminação... dessa prática porque aí a gente acaba virando é... trabalho de formiguinha, né, poucas pessoas tentando enfrentar um universo punitivo. Mas que acho que funciona bastante.”

Ainda é preciso a JR se desenvolver e se disseminar para poder ter um efeito mais amplo, não pode ficar no “trabalho de formiguinha”. Para ela, a transformação que a JR pode promover passa primeiro pela transformação do olhar para si, para depois cada um poder olhar para o outro e percebê-lo como igual, como uma pessoa que tem sentimentos, independentemente de suas ações. Ela insiste no protagonismo individual, talvez como uma ênfase na independência, de não se deixar controlar pelo outro.

“Eu acho que uma prática, traz essa prática da generosidade, do olhar humano, do olhar acolhedor talvez, né, e essa coisa de que cada um é responsável pelo seu processo, que eu não sou responsável pelo processo do outro. Eu posso tá junto, mas que cada um trilha sua vida, seu caminho e que há uma escolha do outro, e que eu posso, talvez, mostrar pra ele que existem outras alternativas, mas eu não posso fazer ele seguir as alternativas que eu quero.”

A percepção de uma separação existente entre o eu e o outro também é um tema importante para Catherine, e para isso é importante poder se perceber como um sujeito autônomo, e poder perceber o que é de si e o que é do outro. A partir do reconhecimento dessa separação, estar junto adquire um novo sentido. Essa nova maneira de se relacionar é, na perspectiva de Catherine, o porquê da JR funcionar, que ao afetar uma pessoa reverbera e afeta também aqueles que estão à sua volta. Isso traz uma grande mudança, embora em uma escala pequena, o que revela um potencial maior em sua opinião.

“Fico pensando isso em... como prática constante de vida mesmo, com as pessoas, independente da onde elas estão, elas deixarem de delegar as suas questões pra outros, mas elas, elas mesmo quererem assumir as suas questões os seus conflitos, né, então...”

De acordo com a fala de Catherine, poder assumir as próprias questões depende de poder reconhecer o próprio papel no que acontece, reconhecer as relações de poder da qual participa para “minimamente não passar por cima das pessoas feito um trator”. A transformação na perspectiva dela vem também a partir do conjunto, do estar junto com o outro e mudar junto. Catherine enxerga mudanças significativas em sua própria vida, na possibilidade de falar sobre o que está sentindo e se expressar. Para ela, abriu-se o canal da comunicação, de si para o outro, mas também a possibilidade de refletir sobre a violência e a punição que estão presentes na comunicação, principalmente em função do seu trabalho como

professora. A JR trouxe a Catherine a possibilidade de agir também, não deixar para os outros resolverem, mas resolver junto o conflito com aqueles que fazem parte dele.

“Ah, é... tenho exemplos, assim, por exemplo... os... um aluno que, um grupo de alunos que roubou o material, roubou não, que pegou o material esportivo, alguém deixou aberto e eles pegaram, e aí depois acho que uma atitude comum minha antes seria ir chamar a direção, chamar os pais e... aquela coisa toda, e advertência, e depois desse processo restaurativo a minha atitude foi chamá-los, conversar, falar qual era o problema que tinha causado e a gente estabeleceu um acordo. O acordo era devolver os materiais e não tinha mais nada, então, no cotidiano o que eu tenho aprendido é isso assim, e é uma prática difícil porque quando a gente vai ver, você tá fazendo, por mais que você pense, um exercício constante mesmo, uma prática constante. Mas o que eu mais eu tenho tentado e talvez, que tenha conseguido é... tentar resolver as coisas entre a gente sem a necessidade do algo a mais, da punição.”

Mesmo no ambiente escolar, que é um ambiente tão marcado pela punição, é possível introduzir aquilo que foi aprendido com a JR. Catherine busca fazer da JR aquilo que ela acha que tem que ser, uma prática cotidiana, para enfrentar os problemas que surgem cotidianamente. Então ela começa a praticar isso quando ao invés de dar advertência, ela tenta conversar com os alunos. Aplicar a JR no cotidiano não é uma tarefa fácil, pois já existe uma série de comportamentos que estão estabelecidos como costumeiros, e é preciso resistir a esses impulsos para comportar-se de outra maneira. Mas ela começou a perceber que a punição não resolveria os problemas realmente, enquanto a possibilidade de compartilhamento e reconhecimento poderia mudar efetivamente uma relação.

“Eu tive um problema com uma sala, e aí, e eu já tava tendo problema com eles e tal, e aí num momento eu conversei, eu falei gente ‘olha, eu não consigo mais entrar aqui pra dar aula, porque eu tô me sentindo desrespeitada e tal’, e aí um dia eu não entrei e eles me chamaram pra conversar e aí a gente pode, eu falar como eu me sentia diante do comportamento deles e eles também poderem falar como eles se sentiam, e a gente estabeleceu os acordos e depois disso a relação mudou. Então, e aí, é... e é muito difícil né, você diante de uma sala problemática, você não quer chamar os pais, você não quer a punição, mas eu entendi que a punição não ia responsabilizá-los, e talvez eu dizendo como eu me sentia era uma maneira de todo mundo poder compartilhar, porque eles também em algum momento se sentiam assim.”

Catherine conta que a direção da escola tem reconhecido esse esforço, e que tem pedido a sua ajuda em algumas situações para pensar como resolver problemas

com os alunos de forma menos punitiva. Isso é um exemplo da reverberação, do potencial de uma mudança individual se espalhar.

No entanto, para transformações mais amplas, Catherine enxerga um caminho árduo. Em sua opinião a sociedade em que vivemos é extremamente punitiva, e estimula o ódio e a reação imediata. Para mudar isso, seria preciso que a JR se disseminasse realmente, talvez por meio da mídia, ela sugere. Ou então a partir de sua aplicação em lugares extremos, por exemplo, a partir de uma mudança efetiva nos presídios, que poderia trazer transformações no pensamento geral da sociedade. Outra possibilidade seria pela educação, formando pessoas desde jovens como menos punitivas e mais responsáveis.

Para Catherine, a JR deveria estar em todos os lugares. Ela acha que o principal papel que a JR pode desempenhar é na transformação da sociedade e do pensamento.

“Mas o lugar que eu vejo... é esse lugar assim de transformação da sociedade, do pensamento, uma revolução, né, eu acho, que a justiça restaurativa hoje no modelo de sociedade que a gente vive, ela tem um caráter revolucionário, da gente conseguir inverter uma lógica, mais do que uma lógica de punição, mas uma lógica de sociedade através desse pensamento restaurativo. Talvez é voltar no tempo onde as pessoas, elas resolviam seus problemas, seus conflitos de outra maneira, e não delegavam tudo ao estado. Então eu acho que o papel da justiça restaurativa no mundo é um papel de revolução.”

A JR tem, para Catherine, um potencial revolucionário, de mudar a lógica através da qual a sociedade se organiza, de punir, delegar responsabilidades ao estado. Ela acredita que a JR pode mudar a maneira como a sociedade vê as pessoas.

“De revolucionar a maneira como a sociedade... pensa as pessoas, assim, mais do que pensa os conflitos, mas a maneira como pensa... a maneira como a sociedade coisifica as pessoas, eu acho que a justiça restaurativa tem esse papel de dignificar as pessoas.”

Catherine traz o tema da coisificação, como um dos problemas que a JR pode mudar, pode transformar. Reconhecer o valor humano, o ser humano como igual passa por uma forma de relacionamento em que o outro não é coisa, e passa por se reconhecer não-coisa também. A JR, mas especialmente a ESPERE, permite o olhar

para si enquanto indivíduo, e entender como as próprias ações impactam o outro. Isso é dar-se conta da própria agência no mundo.

“O que da justiça restaurativa, principalmente quando a gente pensa nas formações ESPERE, quando as pessoas elas olham pra elas e percebem como elas agem, na simples pergunta como você é violento e de que forma essa violência impacta nas pessoas, já é uma maneira da pessoa se olhar, enquanto indivíduo e olhar o outro, porque ela começa a perceber que as ações dela impactam sobre o outro. Então isso já é, talvez um primeiro processo de, descoisificação das pessoas, né, quando eu consigo olhar pra mim como um ser humano, como um ser de direitos, um sujeito... um sujeito humano inteiro, o meu olhar pro outro muda.”

No projeto em que trabalha, Catherine participou da formação de 4 turmas de facilitadores, como uma das educadoras responsáveis. Para ela, dar o curso é a cada vez fazê-lo de novo, pois cada grupo é único, e isso molda o processo, fazendo com que ele nunca se repita. Ela diz sentir que não é superior dentro do grupo, mas sente-se construindo algo junto, e sempre se transforma também, pensa em coisas novas, se emociona nesse encontro com o outro.

“É isso, assim, as pessoas, é a matéria prima pro processo acontecer e só acontece, só é tão rico porque elas se deixam participar, porque elas se envolvem também, porque elas se deixam ser inteiras ali, então eu acho que é extremamente impactante, valioso sim, cada curso acho que eu fui com uma coisa nova pra casa e acho que se tiver mais 10 cursos serão mais 10 coisas novas.”

Ela acha que o impacto do curso é perceptível durante a sua realização, pois dentro do universo de coisificação e consumo no qual vivemos, participar do curso é entrar em outro lugar. Para ela o impacto crucial é o perceber que o olhar para si vem primeiro.

“E o primeiro impacto crucial é quando ela percebe que ela vai falar na verdade dos conflitos dela e dela. E isso abre um canal de... de mudança de olhar, né, porque a gente nunca pensa que a gente tem coisas pra aprender, que a gente tem coisas pra mudar, é, muita gente acha que... não, eu tô... eu já aprendi tudo que eu tinha que aprender, hoje eu sou uma pessoa, sou assim e pronto, e quando ela vê que ela não é tão, tão boa quanto ela pensava, né? Ou tão má quanto ela pensava, né, quando ela, ‘nossa, outras pessoas também sentem a mesma coisa’, isso é um impacto de aproximação assim, de que eu consigo, ‘opa, existe pessoas iguais a mim’ e isso traz essa humanização né, de, e esse conforto, e aí talvez... a dor das pessoas, a dor de cada um, a minha dor me aproxima da sua dor e isso faz uma relação quase que transcendental assim da gente é... abrir esse canal de solidariedade, de possibilidade que a gente não tem muito espaço. A gente não tem muito espaço pra solidariedade, pro conforto nos nossos espaços de trabalho, a gente precisa sempre mostrar que é forte,

que sabe, que é superior, e aqui, quando as pessoas chegam no espaço, no curso, elas têm o momento, o espaço delas mostrarem como elas verdadeiramente estão se sentindo. E isso desaba o mundo.”

Esse trecho fala sobre como Catherine entende que a entrega ao processo é essencial para a possibilidade de se mostrar e poder se reconhecer no outro, abrindo, como ela diz, um canal de aproximação, de solidariedade. Em oposição a ter que parecer ser sempre forte, que parece ser o que é esperado socialmente.

Ela acha que nem todos que participam do curso se tornam facilitadores, mas que isso não é necessário. Ela retoma a questão da educação, incluir a ESPERE ou os conceitos da ESPERE na educação poderia ser uma forma de criar pessoas educadas para se relacionar de outra forma, mais horizontal, e que sejam capazes de escutar. E o curso traz tanto esse viés de relacionamento quanto a possibilidade de pensar sobre si.

Por fim, Catherine diz ainda estar muito impactada por tudo isso, que a JR continua revolucionando o seu jeito de pensar, e que quer continuar trabalhando com a JR e propagando-a, da maneira que isso for possível.

Impressões sobre a entrevista:

A minha impressão da entrevista com Catherine é a de que, apesar de aparecerem alguns termos negativos relacionados com a JR, como o medo e a ansiedade, estes estão mais ligados à própria atuação como facilitadora e à maneira como esse papel a coloca frente ao outro. Pode ser um papel de certa vulnerabilidade. A relação com o outro é marcada por um pouco de tensão. No papel de professora há indícios de crítica a atitudes próprias anteriores, agora consideradas punitivas, e que não podem mais ser aceitas tranquilamente. Há uma insistência na separação entre ato e pessoa que indica que essa é uma percepção nova para Catherine, relacionada ao processo de tornar-se facilitadora. De um modo geral, a relação com o outro é marcada pelo medo de se expor e a JR vem como uma maneira de tentar superar esse medo.

A superação desse medo parece estar ligada com o olhar para si, que é o grande papel da JR para ela. Para Catherine, o contato com a JR foi marcado por uma autodescoberta, de possibilidades que ela já sabia que existiam por outras experiências, mas que talvez ainda não estivessem ao seu alcance. Parece-me que

a JR trouxe um como fazer isso, pelo modo como ela reflete sobre os impactos na sua forma de comunicação e relacionamentos com os outros. O outro aparece no discurso, mas sempre vem primeiro o olhar para si, que talvez revele um pouco sobre onde ela está nesse processo de autodescoberta. É a partir do reconhecimento de si que é possível ver o outro e se conectar com o outro.

A repetição do tema do humano, do olhar humano, etc., dentro do todo parece poder se contrapor ao tema da coisificação. O humano é o oposto da coisificação, o humano é responsabilização, é ação. É também descoberta dessa possibilidade de ação no mundo, um outro tipo de ação que não significa reproduzir a violência.

Há menos termos negativos ligados à JR, mas há também certa ambivalência. Se por um lado a JR aparece como um grande potencial, como revolucionária e transformadora, ainda há muito que estudar, que aprender, demonstrando um pouco de insegurança. A JR aparece muito caracterizada como uma metodologia, como uma técnica a ser aplicada. Também ainda é muito tímida, e tem muito o que desenvolver, espalhar-se pelo mundo não no sentido global, mas culturalmente. Nesse sentido, ela é mais uma técnica, entre outras a serem aplicadas. Há também conceitos ligados à ESPERE especialmente, que são alguma outra coisa que tem potencial transformador, mas não fica muito claro o que são; talvez ideias. Não há muita crítica à JR em si, nem interna nem externa. Pode ser que ainda não tenha havido uma acomodação completa da JR dentro do seu pensamento para que isso seja possível. Ainda há muito o que entender, esse caminho está no começo. Por outro lado, a JR tem um lugar bem colocado em relação à sociedade, na luta contra a coisificação.

5.4 Gil³⁷

Contato inicial com a JR:

Gil conta que seu primeiro contato com a JR foi em 2010, quando entrou como funcionário no CDHEP pela primeira vez. Em 2012 não havia mais verba para manter sua contratação, então ele saiu, e voltou apenas em 2014. Ele conta que antes disso trabalhava como educador em organizações sociais, e que foi convidado

³⁷ A transcrição da entrevista pode ser consultada no Anexo E.

por uma amiga para fazer o curso ESPERE. Enquanto fazia o curso, já começou a replicar o que estava aprendendo no abrigo em que uma amiga trabalhava, experimentando a JR. Gil conta que ao fazer o curso começou a sentir muita culpa por ações passadas, que ele passou a entender e significar como violentas, e que isso levou a uma necessidade de reparação.

“Fui experimentando, é, já fui experimentando pra saber. E depois eu acho que bateu muita culpa, eu acho né, porque eu tinha uma outra perspectiva né, e depois com... ‘ah, eu preciso reparar isso de algum jeito!’ (risos).”

Para ele, a JR representa uma maneira de tentar superar a violência, de lidar de outra forma com a violência. Inclusive da própria violência percebida, a partir do contato consigo que a ESPERE proporciona.

O que é a JR?

Tentar explicar o que é a JR é difícil. O efeito da JR nas relações é entendido com um fator central, a ideia é de poder “somar” ao invés de excluir, ou seja, relações em que o outro pode contribuir, construir junto, ao invés de ficar excluído. É lidar com conflitos externos e internos de outra maneira, que envolva e inclua o outro.

“Não, ah, eu acho que, acho que uma outra maneira de poder lidar com as questões das relações. De uma maneira que acho que... seja, seja boa pra ambas as partes, né? Ah, eu entendo isso, que acho que é uma outra forma de lidar com os conflitos, até mesmo com as nossas questões, mas acho que não precisa ser um conflito onde teve uma briga, mas de entendimento, de reconhecer o outro, acho que tem muito essa... essa pegada que é muito mais de somar do que... de excluir.”

Sobre o projeto em que atua:

Atualmente, Gil trabalha em um projeto de Gênero e Sexualidade e JR, que prevê uma formação sobre práticas de JR, gênero e sexualidade, uma articulação com a rede do sistema de garantias da criança e do adolescente, atendimento de casos com o recorte de gênero e sexualidade e uma publicação de apoio para educadores que trabalham nessa rede. Definir o que faz parte desse recorte é um

exercício de constante reflexão. Gil não falou da sua perspectiva pessoal nesse momento, apenas fornecendo as informações básicas do projeto.

Sobre a triagem para o atendimento de casos no CDHEP:

De acordo com o relato de Gil, os casos chegam ao CDHEP por meio das pessoas que já fizeram o curso, e que participam das redes de saúde, assistência, etc. A equipe do projeto em que ela atua trabalha com o recorte de gênero e sexualidade, e quando o caso parece envolver um conflito ligado a esses assuntos ficam responsáveis por realizar a facilitação.

“...por exemplo, teve um CCA, que o conflito era que os educadores e o... a equipe do CCA tava com dificuldade de lidar com um menino que era homossexual, né, um adolescente, uma criança. E que isso também repercutia nas próprias crianças. Então eles chamaram a gente pra fazer um círculo, na verdade eles queriam uma oficina, só que quando a gente chegou a gente pensou num círculo de entendimento, onde cada um, cada pessoa participante ali podia falar, do que elas entendiam até então da homossexualidade e... e do que elas poderiam fazer com aquilo, e aí a gente ia se entendendo ali. Ficou meio uma formação, com círculo assim, a gente deu uma misturada.”

Como é o processo restaurativo?

Gil diz que quando uma pessoa chega com um caso, ela não costuma dizer diretamente querer uma prática restaurativa para resolver o problema. É trabalho dos facilitadores entrarem em contato e explicar o que é a proposta do CDHEP. Gil explica isso em uma conversa inicial, depois pede para a pessoa contar um pouco sobre o caso e pergunta se ela tem interesse no processo restaurativo. Nesse primeiro encontro, de triagem, ele também já começa a fazer perguntas, para que a pessoa possa entrar em contato com aquilo que pensou e sentiu sobre o que aconteceu, e vai montando os pré-círculos a partir dessa primeira conversa. Depois dos pré-círculos, todos se encontram juntos no círculo.

Para ele, o objetivo dessas fases do processo é que o facilitador entenda o conflito, e que a pessoa entre em contato com aquilo que ela não está acostumada. Ele dá como exemplos ajudar as pessoas a pensarem sobre seus sentimentos e qual resolução querem para o conflito. O facilitador age, de acordo com Gil, como um apoio para esse contato da pessoa consigo mesma.

Você consegue cumprir seus objetivos?

Pergunto se ele acha que consegue cumprir esses objetivos em sua atuação como facilitador, e ele diz que acha que tem conseguido. Pergunto se ele tem algum exemplo que ilustre, buscando entender como ele explica essa sua percepção.

“...foi logo no começo assim, acho que foi em 2011, assim, 2012, não lembro direito. Tinha uma escola, aqui no Jardim Ângela, que uma sala inteira era dita como rebeldes. Então a sala inteira estava em conflito com o grupo de professores. E aí a gente... pensou, né, a diretora da escola chamou a gente, fez o curso, e ela perguntou se eu e a Sara poderíamos ir lá, né, conversar, entender. Então a gente fez um programa de trabalho com os alunos e professores, de que um dia na semana a gente faria pré-círculos com os alunos e depois, no outro dia da semana, com os professores. E a gente ficou de 6 a 8 encontros assim, a 8 pré-círculos. Então a gente fazia algumas atividades. Os alunos pra entrar em contato com... a raiva, todos esses sentimentos que tavam lá e... até pra se preparar mesmo, né, identificar o que eles estavam sentindo, o que eles queriam e a mesma coisa com os professores. E aí a gente, como era uma turma grande a gente dividiu a turma em duas, e aí eu ficava com um grupo e a Sara ficava com outro. Só que os professores a gente ficava junto. E aí a gente marcou dois círculos, um meu dentro do... da roda, e o grupo dela fora olhando, e aí outro, outro, outro dia, que o grupo dela inverteu. É, eu... naquele momento achei bem... fiquei meio, né, com medo, né, porque era bastante gente, foi um círculo bem grande. Mas, depois quando a gente foi fazer o pós-círculo acho que eu tive um feedback bem legal assim, acho que pod... acho que eles ouviram melhor, puderam se colocar um pouco no lugar dos professores, depois os professores também se colocaram no lugar deles. E aí esses dias eu de novo voltei na escola, recentemente, uns 15 dias, é, pra desenvolver um projeto novo lá na escola, e os professores que estavam lá na época me reconheceram, e falaram de como... de como foi importante essa experiência pra eles, né, de enxergar o aluno não só como aluno, mas como uma pessoa. Tirar um pouco também essa capa de ‘aí, esse ser aqui’, às vezes e... e acho que enxergar o outro como um ser humano, como pessoas que têm necessidades, estão sendo afetadas por alguma coisa, e conseguir lidar com isso de uma outra forma.”

O que o exemplo indica é que Gil entende o seu sucesso como facilitador a partir das opiniões e do feedback das pessoas que participaram dos processos em que atuou. Se para as pessoas o processo foi uma coisa positiva, então ele considera que o objetivo foi cumprido. Mas ele também tem a sua própria percepção sobre o que torna um processo bem sucedido, que ele busca observar nos processos em que atua. Ele fala sobre a possibilidade de colocar-se no lugar do outro e de enxergar o outro como uma pessoa, como um ser humano. Se isso pode ser observado nos participantes do processo, ele considera que foi bem sucedido.

Sobre ser facilitador:

Gil não sabe se mudaria alguma coisa na sua forma de atuar como facilitador. Ele acha que ser facilitador é estar em constante formação, que o que é preciso é aprender a mudar, para dar conta cada vez de mais coisas. Ele sabe que alguns casos o afetam, e prefere não aceitar casos que pareçam muito complexos, o que ele entende como um cuidado consigo mesmo.

“Eu acho que isso é mais uma coisa que a justiça restaurativa faz a gente pensar também, né, não é porque eu sou facilitador que eu vou sair facilitando tudo por aí. E de pensar também onde é o limite, então estar um pouco comigo mesmo e um pouco com o outro. Eu acho que isso a própria... dinâmica dessa metodologia faz a gente... que eu tô sentindo, quando tá contando também, até onde eu posso ir, até não...”

Sobre a importância do co-facilitador:

Ele diz que os papéis de facilitador e co-facilitador não são tão definidos, porque dependendo do momento do processo isso pode mudar, além de que há sempre liberdade para que os dois intervenham no processo.

“Eu costumo, como co-facilitador, ou como facilitador, porque esse papel nunca tá muito definido, pra gente, né? Talvez naquele primeiro momento ali, naquela conversa, naquele dia, você está sendo co-facilitador, tá mais um pouquinho ali, tá sendo, mas aí em um momento você fala ali, a gente tem total liberdade de... esse papel de facilitador, de co-facilitador ele não é muito engessado, eu acho.”

A importância de ter os dois é que isso permite anotar o que está acontecendo e ajuda a pensar sobre o caso. Ter mais uma pessoa ajuda caso se tenha esquecido uma pergunta, por exemplo. Ele não tem preferência por assumir um papel ou outro e entende sempre que o caso está sendo atendido junto, que os dois são igualmente responsáveis pelo processo.

A JR funciona?

Gil acredita que a JR funciona. Para ele, essa crença está ligada à sua experiência pessoal, e ele dá o exemplo de como utilizou as perguntas restaurativas para resolver problemas de comunicação na própria família. Apesar de não saber o

momento exato, ele acha que a conversa entre ele e seus familiares adquiriu outro caráter, de modo que não estavam mais falando de modo acusativo e do papel da vítima. Para ele, a comunicação é o grande viés da JR, e é o que o faz acreditar nela.

Ele acha que a JR provoca transformações nas pessoas, embora talvez não de forma imediata. Gil acredita que mesmo que não seja perceptível instantaneamente, o processo mexe com as pessoas, afeta as pessoas levando à autorreflexão. Nesse sentido, pode ser que nem sempre os efeitos da JR sejam visíveis. Pessoalmente, ele diz ter mudado a partir do contato com a JR, a sua forma de se relacionar com a família, com amigos e no trabalho. Mudou a sua forma de se comunicar, e de escutar. Gil diz que passou a entender que o outro também tem necessidades, que não são apenas as suas que estão em jogo. Ele fala sobre o trabalho que costumava fazer em abrigos, provavelmente como educador, e como ele estava dentro da lógica punitiva, sem nem parar para pensar sobre aquilo.

“E ali funcionava meio que como uma extensão da Fundação Casa também, porque a disciplina, porque era uma casa que viviam crianças e adolescentes, que (...), aquela coisa, né, vítima. E aí, como funcionava ali, aquela regra rígida, aquela... e quem desviasse da, da regra, da conduta, ia ser punido de alguma forma. E aí depois que eu fiz o curso... e aí eu tava ali naquele ciclo, né, nem parava pra pensar se aquilo tava certo, se aquilo... se não correspondeu à regra, então... tá bom pra você. E aí, depois que o fiz o curso acho que... essa percepção mudou. De que não era... não era a regra que tem que ser... é, mudou tudo, acho que desconstruí tudo, por isso que eu fui lá treinar, os círculos lá quando eu fazia o curso, porque... era um outro jeito, né, acho que era mais humano.”

Mais tarde, ele volta aos abrigos para experimentar a JR, como ele relata acima. No abrigo em que ele realizou essa experiência havia muitas pessoas e muita rotatividade, então ele fez principalmente círculos de diálogo (um tipo de CP) para tratar de assuntos de convivência da casa. O que ele queria introduzir era a possibilidade de escutar o outro, não ficar supondo coisas sobre o outro, mas ouvir o que ele tinha para dizer. Ele não sabe se teve um impacto nas pessoas ali, porque não acompanhou depois, e porque as pessoas mudavam muito rápido. Mas ele acredita que minimamente algum efeito teve. Ele acha que não há um ideal, de que efeito tem que ter. Gil parece ter a expectativa de que qualquer intervenção mínima possa ser uma coisa boa, construindo uma relação mais humana.

“Eu acho que toca sim as pessoas. Acho que a partir do momento que você senta em círculo, vê que tem um outro jeito de funcionar ali, uma outra dinâmica de funcionar, já é... só disso daí já é... o que é mais humano, já que... uma relação mais humana.”

Pergunto para ele sobre o projeto em que atua no momento, e sobre o papel da formação nesse projeto, e aqui ele se coloca mais pessoalmente em relação ao seu trabalho. Ele me diz que o CDHEP sempre faz a formação, mas que eles quiseram incluir o tema do gênero.

“De como a, essa relação machista, sexista, homofóbica é reproduzida e a gente nem se dá conta. Né, e... é um... esses discursos a gente vive reproduzindo e nem se dá conta, e acho que quando a gente pensou em introduzir mais 20 horas pra, pra gênero e sexualidade, deu uma outra dimensão aí também, né, nas diversas formas da violência.”

Para ele, o machismo, o sexismo e a homofobia estão presentes nos discursos que reproduzimos o tempo todo, sem nos darmos conta disso. Discutir esses temas é poder dar às pessoas uma nova dimensão da violência, ou seja, reconhecer a violência onde antes não a percebiam. Para ele, cada vez que ele dá a formação, surgem coisas novas, ele pode olhar para coisas novas dentro de si. Dar o curso de formação desse projeto foi especialmente interessante para Gil.

“Foi bem interessante, principalmente quando é... lidou na, que abordou esse tema da sexualidade e do gênero, porque paralelamente ao trabalho aqui no CDHEP eu também desenvolvi um projeto de diversidade sexual, né, e toda minha vida foi pensando, desde quando eu me entendi assim, homossexual, foi também pensar nessa perspectiva de gênero, né, de sexualidade. Então... isso acho que foi assim, ponto chave assim pra, pra minha vida mesmo.”

Ele acha que o impacto de participar do processo e de fazer a formação é diferente. A formação instrumentaliza mais as pessoas, mas não há como dizer que um é melhor do que o outro. O impacto é pessoal, e uma pessoa que tenha participado do processo pode ser muito afetada por ele.

Sobre transformações em um nível mais amplo do que o individual, Gil acha que são possíveis. Acha que a JR pode promover relações mais humanizadas, mais respeitadas. Também pode mudar a forma como lidamos com os nossos problemas. Ele acredita que a JR dá conta de conflitos de dimensão estrutural, como o racismo e a homofobia, que são estruturais e culturais. Mas ele diz que não sabe explicar

como isso funciona, acha que é “ir humanizando”, algo de dentro para fora, que parte das pessoas, pois são as pessoas que fazem o todo.

“Porque o que fazem o todo, né, são as pessoas, que são as relações né? De que forma que as relações estão dadas que faz com que... seja tão violento, né? Conflituoso.”

Gil diz não saber qual o papel para a JR no mundo. Ele acha que o mundo, da maneira como está, não está bom para ninguém, e que é preciso alguma coisa para responder à violência que marca as relações. A JR vem como essa resposta.

“A violência sempre tá aí, e vem arrastando, abarcando mais as pessoas. Eu acho que ela vem como uma resposta. Contra essa violência, né. Eu acho que... mais isso, vem como essa resposta de que, de como que ela vai tá, vai se encaixar no mundo, eu não sei. (risos) Aí depende eu acho, da forma como conduz, da forma acho que é vi..., como é vista, de como é introduzida. Que não adianta, ‘ai, eu faço justiça restaurativa’, daí chega aqui ‘ai, é isso, isso e isso’ também... isso não é justiça restaurativa.”

Gil diz que a JR não pode nunca ser uma imposição de um sobre o outro, pois isso faria com que ela deixasse de ser restaurativa. Para ele, a JR é uma coisa que tem que ser sempre construída junto.

“Por exemplo, dos envolvidos, aí eu vou fazer uma justiça res... uma prática de justiça restaurativa e aí eu... chamo as pessoas e imponho a justiça restaurativa, essas práticas, do jeito que eu acredito, e não levo em consideração a necessidade das pessoas que estão ali. E isso não é justiça restaurativa no meu ponto de vista. Acho que tem que incluir as pessoas também, acho que todo mundo que vai fazer parte tem que tá, se sentir pertencente. Se não, não funciona.”

Ou seja, a JR tem sempre que ser uma construção coletiva. Porque cada vez que ela for aplicada a um caso, as pessoas serão diferentes, e as necessidades, pensamentos, sentimentos vão ser diferentes, então a resposta não poderia ser a mesma. Gil diz ter se identificado muito com a JR, com o modo de viver que ela prega, mais humanizado, e espera poder continuar aprendendo mais com ela e sobre ela.

Impressões sobre a entrevista:

A entrevista com Gil foi, para mim, a mais difícil de analisar e entender. De todos os entrevistados, ele é aquele com quem eu menos tinha contato antes da entrevista, não nos conhecíamos, o que pode ter interferido na maneira como interpretei suas respostas e seus comentários. Seu pensamento sobre a JR, apesar de bastante profundo e perspicaz, restringe-se mais aos temas que surgem durante a formação regular de um facilitador e a suas vivências pessoais. Quando temos de avançar por assuntos que extrapolam este contexto, suas opiniões parecem mais vagas e superficiais. Por outro lado, a impressão geral com a qual termino a transcrição e a análise de sua entrevista é a de que ela reflete, em grau maior que as demais, um foco intenso em questões pessoais, determinantes para a escolha da atuação com a JR, para a forma de fazê-lo e para as reflexões que daí ele retira. Talvez por isso, certo fechamento para questões que extrapolem sua experiência direta.

A minha impressão é de que para Gil, mais que para qualquer outro entrevistado, o contato com a JR foi um veículo que disparou muita culpa por ações passadas. Ele diz algumas vezes que costumava ser uma pessoa violenta, e parece continuar tentando reparar isso. Ele identifica algo desta violência em sua atuação como educador junto a adolescentes infratores, o que faz eco com outras entrevistas, nas quais a atuação geral dos órgãos que atuam com esta população é identificada como violenta também (como, por exemplo, a instalação de uma chapa de ação no portão de uma unidade de abrigamento, relatada por Sara). A JR representa a possibilidade de reconhecer essa violência em si, e a partir disso poder reconhecer o outro. Em princípio, a JR parece ter representado para ele toda a possibilidade de ver o outro, foi como uma descoberta do outro. A angústia daí disparada assemelha-se àquela disparada em outros entrevistados, mas há diferenças. Alguns entrevistados passam a reconhecer-se responsáveis pelo mal e pela dor, implicados diretamente na vida social, o que pode ser caracterizado, de alguma maneira, como o reconhecimento de certo grau de culpa. Em alguns casos, relatos de episódios pessoais são trazidos à tona para concretizar esta culpa abstrata. Neste caso, porém, o reconhecimento da violência parece ter um caráter mais imediatamente concreto e pessoal, e não chega a constituir-se, no mesmo grau que nas outras entrevistas, como uma responsabilidade abstrata pela vida social. A

culpa individual existe em grau mais elevado, com caráter mais agudo. A culpa geral, transcendente, se assim quisermos, não aparece. Vemos um contraponto a isso, por outro lado, em sua análise da violência de gênero, do machismo e da homofobia. Neste caso, Gil aparece como alguém responsável pela luta contra a opressão, a violência e a desigualdade.

A crença dele na JR é baseada nas experiências pessoais. Ele não consegue explicar muito bem, mesmo a própria JR. Usa frases vagas como “mais humanizado” repetidas vezes. Catherine ou Julie também o fazem, mas outras falas demonstram mais elaboração. Gil não realiza tais elaborações, embora ele possa ter uma percepção aguçada sobre o que está acontecendo.

Gil parece se relacionar com a JR de uma forma que pode ser mais intuitiva do que intelectual, e um foco maior na ação do que na reflexão teórica. Isso dificulta uma postura crítica, pois o funcionamento da JR ainda não está suficientemente elaborado e assentado para que isso seja possível. Por outro lado, é digno de nota que ele tenha incorporado esta prática à sua luta contra a violência de gênero. A entrevista não oferece elementos para analisar em profundidade as características essenciais dessa integração. Mesmo assim, vale destacar que ele não apenas utilizou-se da JR para reelaborar sua forma de atuação política, mas ofereceu as questões oriundas desta atuação como complemento temático à formação de facilitadores no CDHEP. Se o objetivo do presente trabalho é contribuir com algumas reflexões sobre os limites e possibilidades transformadoras da JR, este fato constitui algo que dá o que pensar.

5.5 Análise comparativa

O que se nota ao realizar a análise comparativa das entrevistas é que a relação de cada um dos entrevistados com a JR é muito marcada pelas experiências pessoais. A maneira como cada um foi afetado pela formação, em especial pela ESPERE, e pelas experiências pessoais de facilitação de casos influencia profundamente no seu entendimento do que é a JR. Então, os elementos que são enfatizados quando eu pergunto sobre o que é a JR, ou sobre o processo, ou a tarefa do facilitador, variam entre os entrevistados de acordo com aquilo que é pessoalmente mais marcante. E esse elemento pode ser tanto aquilo que foi uma

descoberta quanto aquilo que foi uma dificuldade a ser enfrentada. No CDHEP existe um entendimento compartilhado do que é a JR, mas tentar explicá-la depende de uma elaboração extremamente pessoal. O núcleo comum é o que permite criar uma coesão a partir das diferenças, ao mesmo tempo em que este se desenvolve justamente a partir do contato com essa diversidade.

O que parece ser comum entre todos é a forma como o contato com a JR induz um processo de autoconhecimento. O que de si foi descoberto variou de pessoa a pessoa, mas de um modo geral deparar-se com a JR parece ter gerado descobertas de si que influenciaram na própria visão de mundo dos participantes. Isso parece estar de acordo com o discutido no Capítulo 4, sobre a formação de facilitadores no CDHEP. É a partir da estimulação da reflexão que a facilitação deixa de ser uma atividade puramente técnica. Para os facilitadores entrevistados, entender como são pessoalmente afetados pela sua prática é parte fundamental da sua atividade.

Dentre os facilitadores entrevistados, quase todos tiveram o seu contato inicial com a JR a partir do trabalho ou atividades profissionais. Todos estavam ligados a atividades no setor de ajuda ou cuidados, educação, justiça, abrigo de crianças e adolescentes. As motivações iniciais, a partir dos primeiros contatos com o tema foram bastante marcadas pela possibilidade de aplicação na própria prática de trabalho, e no reconhecimento de possibilidades interessantes que a JR parecia capaz de promover. Todos falaram de uma reflexão surgida a partir da experiência de formação na JR, que não se restringiu à prática, mas foi também pessoal. Apenas Julie falou que inicialmente a sua motivação foi primeiramente utilitária: era o que estava disponível, e só depois da primeira experiência de facilitação isso foi ressignificado.

Quando perguntei o que era a JR na opinião de cada um, todos hesitaram para responder. Essa não é uma pergunta fácil, e exige alguma elaboração, e não é estranho que a resposta não venha imediatamente. A resposta mais comum, que marcou todas as falas, foi sobre a possibilidade de contato com o outro. As respostas falaram sobre o reconhecimento do outro, de poder reconectar-se com o outro, de criar espaços de fala e um senso de comunidade. Depois, outra resposta comum foi em relação à possibilidade de contato consigo, de autorreflexão e reconhecimento das possibilidades pessoais de ação. E por fim, as respostas falaram da relação da JR com o tema dos conflitos, entendida então como uma

maneira diferente da comumente utilizada para resolver conflitos, e uma pessoa falou sobre a possibilidade de lidar com a punição de forma diferente da comum.

Apenas um dos entrevistados começou a resposta falando da relação da JR com a resolução de conflitos. Outros temas foram mais importantes para os facilitadores entrevistados, em especial na possibilidade de criar formas de comunicação e reconhecimento do outro. As respostas demonstram uma visão da JR que não está resumida ao seu objetivo prático mais óbvio, da resolução de conflitos, mas dão importância também para outras perspectivas, para aquilo que se poderia dizer não é a atividade final, mas os meios pelos quais ela poderia ser alcançada. As respostas fogem um pouco daquilo que pareceria ser o objetivo prático da JR, mas refletem sobre outros ganhos possíveis, em um nível de desenvolvimento pessoal: é a partir de um reconhecimento de si e do outro que é possível buscar resolver os conflitos de maneira restaurativa.

Ao pedir para falarem dos projetos em que trabalhavam, apenas Sara relatou ter participado já de diversos projetos no CDHEP que envolviam a JR. Ela fala sobre os problemas causados pela inexperience tanto própria quanto da instituição quando da realização do primeiro projeto, que foi muito marcado pela tensão e desigualdade. Apenas ela terminou projetos e começou novos, e suas respostas mostraram um nível de reflexão sobre o que deu certo ou não e quais os desafios a serem enfrentados que os outros entrevistados não tinham ainda, estando todos envolvidos em projetos ainda em andamento. Assim, enquanto os outros três falaram sobre seus projetos de maneira mais objetiva, explicando do que se tratava num discurso ensaiado de apresentação, Sara se colocou mais nas falas sobre os projetos, falando sobre preocupações e expectativas. Por outro lado, isso mostra também o trabalho de organização do CDHEP, de construção de uma visão institucional sobre a JR mais sólida, de modo que as experiências iniciais dos outros facilitadores contam com uma base institucional mais sólida para guiar o trabalho.

Sobre a triagem, todos falaram que os casos são destinados aos facilitadores de acordo com o recorte temático de cada projeto, mas também de acordo com o perfil do caso e do facilitador. Alguns facilitadores têm mais facilidade de trabalhar com alguns tipos de conflitos, e isso é considerado na hora de decidir quem vai pegar qual caso. Há também a questão da disponibilidade, uma vez que ainda há poucos facilitadores trabalhando ativamente na resolução de conflitos, e é preciso verificar também quem está disponível. Sara fala sobre como o CDHEP acredita que

todos os casos são passíveis de serem trabalhados, mesmo que sejam necessárias parcerias com outras pessoas e lugares para dar conta de aspectos do conflito que a JR não consegue cuidar sozinha. Julie diz que parte do objetivo da triagem é definir um foco para a intervenção, frente à complexidade trazida pelos relatos de problemas daqueles que vêm buscar a ajuda do CDHEP.

Ao explicar o processo e a forma de conduzir um caso de JR, todos explicaram os mesmos passos: triagem, pré-círculos, círculo, pós-círculo. Mas cada um dos entrevistados enfatizou certos aspectos do processo, que estão relacionados com as próprias experiências na condução dos casos. Sara falou sobre a dificuldade que muitas pessoas têm para entender o que é a JR, mas também falou sobre a “preparação” entre aspas, em suas palavras, necessária para se passar da fase de pré-círculos para o círculo em si. Julie se focou principalmente nesse aspecto, na possibilidade ou não de se saber quando o outro está preparado para avançar no processo, e que é arrogância da parte do facilitador achar que ele é que vai saber quando esse momento chegou. Ela diz que é preciso pensar, mas ao mesmo tempo, é preciso “deixar o processo rolar”. Catherine foca na necessidade de anunciar qual é o conflito que está sendo trabalhado, e no ajudar as pessoas a elaborar o que aconteceu. Mas enfatiza que a construção do acordo deve ser sem a participação do facilitador. Gil não se aprofunda muito para além do esquema básico, mas ele afirma que as pessoas que buscam o CDHEP não costumam pedir pela JR, de modo que é o facilitador quem deve explicar o que é e perguntar se a pessoa gostaria de participar.

Essa pergunta inicial, sobre os passos do processo, mistura-se um pouco com uma mais específica sobre os objetivos, pois alguns dos objetivos são anunciados na primeira resposta. Catherine fala na sua resposta inicial que é preciso entender o que aconteceu e elaborar isso para se passar para o círculo.

As respostas tiveram duas partes: os objetivos em si, e um comentário ou explicação sobre esses objetivos. Para Sara e Gil, o primeiro objetivo levantado para os pré-círculos foi o entendimento do facilitador sobre o caso. Para Julie e Catherine, o objetivo principal foi o trabalho da pessoa de reconhecer-se, entender o problema, responsabilizar-se. Isso pode ser devido à formação por que cada uma das duplas passou: Sara e Gil fizeram a formação há pelo menos 4 anos, enquanto Julie e Catherine o fizeram há um ou dois anos atrás. Mas mesmo para Sara e Gil, esse é o segundo objetivo levantado para os pré-círculos, de modo que a resposta mais

comum foi em relação à elaboração da pessoa sobre o conflito no qual está envolvida.

Para além dos objetivos em si, Sara comenta que as pessoas demoram para conseguir identificar os diversos elementos do seu envolvimento no conflito, isso geralmente não acontece logo no primeiro encontro. Por isso são necessários vários encontros de pré-círculo. A hipótese dela é a de que existem muitas coisas que as pessoas não são autorizadas a sentir, e é preciso superar esse bloqueio proibitivo. Para ela, o papel do facilitador é ajudar a pessoa nesse processo, mas com o cuidado de não se perder do foco do processo, que é o conflito. Julie fala sobre a possibilidade de desenvolver a responsabilidade e reflexão nas pessoas a partir do reconhecimento da dor, percebendo que as pessoas resistem a isso. Mas que o impacto de saber o que a própria ação causou no outro é muito forte. Catherine fala da importância de o facilitador sair do protagonismo e conseguir deixar o processo pertencer aos envolvidos no conflito. Gil diz que as pessoas não estão acostumadas a entrar em contato consigo mesmas, e que acha que o papel do facilitador é ficar como apoio a esse processo, pois não é papel dele fazer a elaboração pela pessoa.

Todas essas falas indicam que o objetivo do processo é permitir às pessoas se apropriarem do processo, e criticam uma posição passiva frente aos conflitos. As falas de Sara e Julie chamam a atenção para o fato de que algumas coisas que fazem parte da experiência humana não são socialmente aceitas, como a dor, por exemplo. Falam da necessidade de reconhecer o ser humano integralmente, e da possibilidade de cada um se reconhecer também integralmente.

Perguntei se eles acham que cumprem os seus objetivos com o processo, e todos hesitaram em responder, e nenhum deles respondeu enfaticamente que sim. De modo geral, a resposta foi às vezes, em alguns casos. Julie e Gil justificam a crença de que conseguiram cumprir seus objetivos a partir do feedback das pessoas que participaram dos processos em que atuaram. Sara não explica muito bem, a entrevista acabou indo para outra direção, e ela falou mais sobre as dificuldades que fazem com que a facilitação não seja bem sucedida às vezes, e que para ela está relacionada com uma cultura punitiva e de transferência da culpa. Para ela, é difícil para as pessoas reconhecerem as próprias violências. Catherine justifica a sua incerteza dizendo que os efeitos não são necessariamente imediatos, o que dificulta fazer uma avaliação. Mas que ela acha que o processo sempre tem algum impacto, que falar sobre as relações e falar sobre si é libertador e muda as relações. As

respostas demonstram que os facilitadores têm dificuldade para saber se o seu trabalho está tendo efeitos, e que tipos de efeitos são esses.

Perguntei se os entrevistados mudariam alguma coisa na sua forma de fazer JR, e as respostas foram todas diferentes. Cada um entendeu a pergunta de forma um pouco diferente. Sara e Catherine pareceram falar com mais propriedade sobre isso a partir das experiências passadas. Julie e Gil demonstraram mais incerteza. Para Sara, o que precisa mudar é o tempo para se preparar para os processos, sem querer fazer as coisas com pressa, enquanto para Catherine, ela sente que precisa confiar mais no processo e não ter medo pelo outro do que vai acontecer. Julie fala sobre ter muitas dúvidas ainda em relação ao que tem que ser feito, e não consegue verbalizar quais são essas dúvidas exatamente. Gil consegue dizer apenas de maneira genérica que sempre há coisas a se aprender, mas não avança para uma crítica da própria atuação. Ele reconhece que certos casos o afetam mais pessoalmente e que é necessário saber qual o seu próprio limite, não aceitando casos que pareçam muito complexos.

De modo geral, os facilitadores demonstraram a capacidade para olhar para a própria atividade e refletir sobre ela, perceber que há problemas e características do trabalho que precisam ser melhoradas ou elaboradas. O que poderia mudar é uma resposta muito pessoal, e o conteúdo das respostas ser diferente é esperado, uma vez que depende de problemas ou dificuldades muito pessoais de cada facilitador.

Outra pergunta feita foi sobre a presença de co-facilitadores nas atividades dos facilitadores. Todos disseram que é sempre necessário haver um co-facilitador, e que a presença deste é muito importante. O que mais se repete é o aspecto de segurança que a presença de mais uma pessoa garante, ligado ao reconhecimento de que os casos afetam os facilitadores subjetivamente. O outro motivo para a presença do co-facilitador é o aspecto prático de ajudar nas tarefas, anotar, prestar atenção ao que está acontecendo. Enquanto o facilitador fica responsável por fazer as perguntas e conduzir o processo, o co-facilitador presta mais atenção no grupo, nas coisas que estão sendo ditas, pode fazer anotações.

Sara, Julie e Catherine falam sobre a insegurança de facilitar, da sensação de responsabilidade de ter que conduzir o processo, e o quanto a presença de um outro ajuda a se fortalecer e sentir mais segurança para realizar a tarefa. Essas falas, incluindo outras anteriores, mostram o quanto a tarefa de facilitar é árdua e carregada de ansiedade e insegurança.

Sobre a opinião dos facilitadores se a JR funciona ou não, todos dizem que sim, embora Sara seja a mais enfática sobre esse ponto. A fala dos outros mostra um pouco mais de dúvida ou incerteza. Julie e Gil respondem simplesmente que acham que sim. Catherine diz que acha que funciona, mas que ainda há muito que se aprender, o que mostra que ela acha que ainda não está tendo a efetividade que poderia ter. Sara já diz enfaticamente que sim, e justifica principalmente a partir da própria experiência, dizendo que usou a JR em um problema com a família e que os resultados foram muito bons. Depois diz também que a experiência de atendimento de casos tem sido bem sucedida, mas o grosso da resposta é o caso familiar.

Depois de perguntar se a JR funciona, perguntei também porque cada um achava isso. Aqui as falas se diferenciaram mais, cada um tinha uma opinião e hipóteses diferentes. Para Sara, é o falar daquilo que está escondido, da dor, que proporciona uma experiência humana, de outra forma de conviver com o outro. Para Julie, a JR fortalece as pessoas. Para Catherine, a JR muda a maneira de as pessoas se relacionarem, mas ela também entende que para atingir seu potencial é necessário tornar-se uma prática cotidiana, mudando o modo como as pessoas enxergam o seu papel no mundo. Gil diz que funcionou para ele, também em problemas com a família, e que não sabe muito bem por que funciona, mas acha que tem a ver com uma forma diferente de se comunicar como outros. Todas essas respostas têm em comum o fato de acreditarem que a JR modifica alguma coisa na maneira de as pessoas se comportarem, ou de estarem no mundo. Alguma coisa do jeito como as pessoas agem no mundo atualmente não está certa, seja uma tendência de esconder parte dos sentimentos, seja de não se comunicarem adequadamente, e esse algo precisa mudar.

Pergunto sobre que tipo de transformações os facilitadores acham que a JR provoca nas pessoas que passam por ela, e as respostas também variam um pouco, e parece se relacionar com o que a JR proporcionou de novo para cada um na sua experiência de formação. Julie foi quem mais focou a sua resposta diretamente na sua experiência pessoal com a JR. Ela fala do reconhecer a si, perceber coisas sobre si que nunca tinha se dado conta, e o quanto essa experiência de autoconhecimento foi importante. Ela fala especialmente de como perceber a forma como agira nas relações foi impactante na maneira como ela se relaciona com as pessoas. Embora ela tenha sido mais enfática nesse ponto, a possibilidade de olhar para si foi um tema importante em todas as respostas. Além disso, nas respostas foi

também importante a possibilidade de perceber o outro, de reconhecer o outro como um ser humano e como um igual.

Sobre o impacto que a JR causou pessoalmente a cada um dos facilitadores, o tema mais comum foi a mudança na forma de se comunicarem com os outros, e como isso impactou as relações. Julie continua falando da percepção de si, e Gil também fala dessa percepção, mas incluindo que foi isso que permitiu o reconhecimento do outro. Catherine fala do impacto que a JR teve nas suas ações em contexto de trabalho, especialmente na atividade de professora. Sara fala sobre a dificuldade que as pessoas têm de se responsabilizarem, e o quanto para ela é doloroso se implicar em tudo aquilo que acontece à sua volta, pois não tem mais como fingir que ela não tem relação com isso. As respostas mostram que a significação da experiência de formação e de contato com a JR é muito pessoal. De acordo com as características biográficas, aspectos diferentes ficam mais marcados.

A próxima pergunta é sobre se cada um acha que a JR pode provocar transformações mais amplas do que em um nível individual ou relacional, seja na sociedade ou na comunidade. Todos respondem afirmativamente, mas nenhum deles sabe como fazer isso. Todos concordam que a JR é mais do que uma maneira de afetar pessoas e relações, mas que ainda é preciso descobrir como provocar transformações mais amplas. Todos acreditam que a mudança social pode começar a partir dos indivíduos, embora fique aparente também que apenas isso não é suficiente. Cuidar das pessoas pode ser uma parte da mudança social, mas não dá conta de tudo. É preciso pensar também ações específicas. Catherine sugere a mídia, ou a escolha de alguns locais estratégicos que podem iniciar uma mudança mais ampla. Sara fala de um projeto com escolas, e de como a mudança nas instituições pode aos poucos abrir brechas para uma mudança cultural. Para Julie, é uma questão o porquê de a JR ainda não saber como mudar a sociedade. Ela diz que é preciso pensar nos problemas coletivos também. Gil diz que acha que a JR serve para trabalhar dimensões estruturais, como o racismo e a homofobia. Embora eles não saibam como, o nível de elaboração das respostas indica que isso é uma questão para os facilitadores, que eles se preocupam em como tornar esse potencial imaginado uma realidade.

Pergunto sobre o lugar que os facilitadores veem para a JR no mundo, e as respostas variam um pouco. Na entrevista, perguntei de maneiras diferentes, o que pode ter afetado o resultado das respostas, pois além de usar o termo “lugar”, às

vezes usei o termo “papel” da JR. De todo modo, quase todos responderam que a JR deveria estar em todos os lugares, e pertencer a todas as pessoas. A resposta de Catherine foi particularmente interessante, pois falou da possibilidade da JR de combater a coisificação, como uma forma de recuperar a humanidade nas pessoas. Uma resposta comum foi a utilização da JR na educação como uma forma de fazer com que ela seja de todos, e como uma maneira de formar pessoas que desde criança tenham os princípios da JR incorporados. Essa resposta é bem interessante, pois mostra claramente a perspectiva comunitária do CDHEP, que não é necessariamente favorável ao seu lugar dentro das instituições. Também mostra uma visão da JR menos como uma técnica, mas como um elemento de formação cultural das pessoas.

Alguns dos entrevistados fizeram comentários ao final da entrevista. Julie fala que tem pensado muito na esfera coletiva, e no potencial da JR nesse lugar. Ela diz que acha que é preciso construir mais espaços de fala, e lugares em que a história das pessoas seja importante. Ela contrasta isso com a experiência própria no Judiciário, no Ministério Público, onde as pessoas acabam frequentemente reduzidas a um número de processo. Além disso, esses espaços de fala poderiam também ser locais de expressão da dor.

Catherine fala de como ela acha que a JR revolucionou a sua maneira de pensar, e que gostaria de continuar trabalhando com o tema, e propagar esses princípios. Gil fala que se identificou muito com a JR, e que quer continuar aprendendo e se desenvolvendo. Eles falam da motivação pessoal, do quanto a JR foi uma coisa que os marcou pessoalmente, e que isso é o que os leva a querer continuar trabalhando com ela, pelo potencial de afetar igualmente outras pessoas.

Considerações Finais

As entrevistas com os facilitadores mostram um grande envolvimento com a JR, que é mais do que um instrumento de trabalho, mas algo que influencia a maneira como cada um pensa sobre si. Assim, mais do que uma técnica, a JR é para os facilitadores um meio pelo qual eles podem adquirir uma consciência de si, e refletir não apenas sobre o conflito como algo externo a si, mas como algo que é também interno. A formação, em especial a ESPERE, parece ser um dos principais canais de impacto, que permite que a JR adquira essa importância. De acordo com os relatos, a experiência da ESPERE foi fundamental para uma mudança em sua forma de pensamento. A formação tem um efeito também sobre a forma de comunicação, o que causa mudanças nas relações pessoais. E o foco na autorreflexão é o primeiro passo para que a ação no mundo possa ser possível, no caso, por meio da facilitação de casos.

Os participantes relatam um sentimento de culpa por suas ações, como no caso de Gil, mas, mais que isso, um sentimento de implicação no conjunto dos acontecimentos da vida social, uma responsabilidade geral pela vida social. Isso significa talvez o desenvolvimento de um tipo de conscientização a respeito do papel do indivíduo na vida social que pode ter como consequência aumentar o grau de autonomia dos facilitadores. Nelly fala sobre a possibilidade de transformar uma raiva destrutiva em uma raiva construtiva, e talvez seja essa a operação que aparece aqui: a elaboração da dor privada que abre as pessoas para a luta social. Isso implica o reconhecimento de um tipo de relação com o mundo em que o indivíduo não é puramente passivo, mas age e transforma o mundo à sua volta.

Apesar dessas mudanças, alguns dos facilitadores entrevistados expuseram mais uma visão crítica sobre a JR do que outros. Algumas das falas apresentaram mais reflexões e questionamentos a respeito da JR como um objeto de crítica. Como dito anteriormente, no final do capítulo 4, penso que o curso de formação tem um papel importante no desenvolvimento de uma reflexão pessoal, no sentido de uma autoconsciência. Mas se a JR pode promover uma transformação social, a autoconsciência não é suficiente, e nesse sentido o curso não permite uma formação no sentido frankfurtiano do termo. Para que a JR possa ser algo transformador da sociedade, é preciso refletir sobre o lugar que ela ocupa em relação a essa sociedade. Existe uma relação tensa entre JR e sociedade que se

apresenta a partir de debates como dentro ou fora do Judiciário, acordo ou não-acordo, atuação na comunidade ou no Estado. Os objetivos da JR, dentro do entendimento dos facilitadores e do CDHEP, parecem muito diferentes daqueles que a sociedade tem buscado alcançar. Por isso, pensar na expansão, na disseminação da JR é algo tão complicado. Refletir sobre o lugar da JR dentro dessa sociedade é essencial para encontrar caminhos de desenvolvimento dentro de um contexto que não é propício a isso.

O foco na JR como um processo, ao invés de priorizar outro tipo de resultados, foi um dos aspectos mais interessantes das respostas às entrevistas. Essa visão da JR dá valor ao procedimento em si, de modo que a sua avaliação não depende de efeitos externos a ela. É comum estudos avaliativos compararem, por exemplo, níveis de reincidência como forma de medir a efetividade de programas de JR. No entanto, a prevenção de reincidência talvez não seja um objetivo da JR. Se o objetivo da JR é levar as pessoas a refletirem sobre os próprios conflitos e sobre a sua relação com o mundo à sua volta, isso não significa necessariamente não cometer um crime. Por outro lado, esse tipo de entendimento provoca dificuldades para os facilitadores avaliarem a sua própria prática. O desenvolvimento de habilidades reflexivas nos participantes de um processo pode não ser visível, e não é facilmente medível ou verificável.

Outro tipo de questão diz respeito às mudanças éticas que surgem nos participantes da pesquisa. Se tomarmos a ideia de que um nível ético superior recusa considerar o ser humano como objeto ou meio, poderíamos defender que os participantes admitem, explicitamente, terem passado por uma profunda transformação ética: de uma posição em que o humano pode ser alvo de violência e servir como meio ou objeto, para outra em que o humano deve ser inviolável, alheio à violência e sempre tratado como fim, jamais como meio.

O CDHEP tem como foco a atuação na comunidade, em um diálogo complexo com o Judiciário. A atuação na comunidade tem como objetivo a construção de uma apropriação por parte da população daquilo que se chama justiça. Para o CDHEP, a justiça está muito restrita ao Judiciário, mas ela deveria ser de todos, e por isso é importante fortalecer nas pessoas a ideia de que não é apenas quem tem formação em direito que pode fazer justiça. O trabalho do CHDEP parece na verdade realizar uma separação entre a justiça legal, da Lei, e uma outra forma de fazer justiça, que tem métodos e objetivos diferentes. É nesse sentido que

os esforços do CDHEP buscam tornar a JR algo público: algo que faz parte do mundo, e que pode ser acessado por todos.

Ainda não é possível compreender bem a relação CDHEP-Judiciário: será que o CDHEP representa uma forma de participação civil no controle criminal? Será que o esforço do CDHEP, independente dos seus objetivos, funciona como uma forma de expansão do sistema de justiça, operando algum tipo de controle sobre a população? As conversas que compuseram grande parte desse trabalho mostram que, embora ainda haja muitas questões a serem respondidas, esse esforço tem sido feito. A impressão que fica, após a realização da pesquisa é a de que, embora a ação do CDHEP possa ser considerada em alguns momentos como complementar ao Judiciário por atuar em casos que poderiam ter entrado no sistema oficial, a maneira como os conflitos são tratados parece conter algo de resistência a esse próprio sistema. Ou seja, a ação incide sobre casos que poderiam entrar no sistema, buscando evitar essa entrada: a relação não parece ser de consonância, mas sim de oposição. Entender melhor esse papel que o CHDEP tem exercido, frente à existência do Judiciário como outro *locus* de resolução de conflitos, é o que permite aos poucos desenvolver e expandir o papel da JR, tomando o cuidado de não acabar reproduzindo os mesmos problemas já existentes.

Talvez haja um sentido romântico na JR ao buscar inspiração em culturas pré-modernas. Quer dizer, ela pode extrair sua força do desejo de retorno a um passado idílico e idealizado em que as condições modernas de opressão não existiriam. A JR pode ter o efeito de mostrar algo que perdemos no processo civilizatório, a possibilidade de reconhecimento uns dos outros como humanos, e que a reificação nas sociedades contemporâneas fez perder. Mas o desejo de retorno tem algo de conservador. É fundamental que a JR pense profundamente como este desejo de reconhecimento humano pode realizar-se não pelo resgate do passado, mas pela construção de um futuro que supere as condições de opressão e desigualdade.

Não aparece em momento algum uma discussão aprofundada da relação entre os fundamentos da JR e a tradição de estudos em Psicologia, especialmente em Psicologia Clínica ou Social, que se dedicaram ao mesmo âmbito de fenômenos que a JR (autoconsciência e intervenção sobre as relações interpessoais). A Psicologia só aparece na fala de uma entrevistada, formada em Psicologia, como um resquício, um vício que deve ser evitado em sua prática profissional. Poderíamos

inicialmente perguntar: por que evitar a Psicologia? Não teria ela aportes fundamentais, teórica e praticamente, para o aprimoramento da JR? Em segundo lugar: considerando que essas falas não parecem ter se produzido ao acaso, mas serem significativas do próprio campo da JR, o que leva a se evitar a Psicologia? Poderíamos nos perguntar o mesmo sobre outros campos de conhecimento, mas considerando-se que a Psicologia desenvolveu, tradicionalmente, métodos e técnicas de intervenção nos níveis abrangidos pela JR, isso é muito curioso.

Como conclusão, penso que a JR, como desenvolvida pelo CDHEP, tem provocado transformações, no nível individual e psicossocial, ou das relações. Nesse sentido, ela é capaz de mudar a maneira como as pessoas se relacionam com o tema da justiça. Mas o seu alcance é muito pequeno, e isso não parece ser suficiente para os próprios facilitadores do CDHEP. Uma vez que a própria ONG surgiu em um contexto de lutas por mudanças sociais, o desafio agora é buscar transformações mais amplas a partir da JR.

Referências

- Adorno, T. W. (1959). Teoria da Semicultura. *Primeira Versão*, 191, 2-19.
- Adorno, T. W. & Horkheimer, M. (1978). *Temas básicos da Sociologia*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Adorno, T. W. & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Aguinsky, B. & Capitão, L. (2008). Violência e socieducação: uma interpelação ética a partir de contribuições da Justiça Restaurativa. *Revista Katálisis*, 11(2), 257-264.
- Akutsu, L. & Guimarães, T. A. (2012). Dimensões da governança judicial e sua aplicação ao sistema judicial brasileiro. *Revista Direito GV*, 8 (1), 183-202.
- Alencar, V. S. (2013). *Sistema brasileiro de responsabilização de adolescentes: possibilidades restaurativas*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília.
- Anunciação, C. C. P. (2009). *Figuras de Justiça: trajetórias de jovens em práticas de Justiça Restaurativa*. Dissertação de Mestrado, Programa de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Baroni, M. C. S. (2011). *Justiça Restaurativa na escola: trabalhando as relações sociomoraís*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Benedetti, J. C. (2009). *Tão próximos, tão distantes: a Justiça Restaurativa entre comunidade e sociedade*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Boonen, P. M. (2011). *A Justiça Restaurativa, um desafio para a educação*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bosi, E. (2004). Sugestões para um jovem pesquisador. In: *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Atelie, pp.59-67.
- Botcharova, O. (2002). Implementation of Track Two Diplomacy – developing a model of forgiveness. In: R. G. Helmick, S.J. & R. L. Petersen (Org.) *Forgiveness and Reconciliation – Religion, Public Policy and Conflict Transformation*. Philadelphia & London: Templeton Foundation Press.
- Centre for Justice and Reconciliation (2008). *What it Restorative Justice? Restorative Justice Briefing Paper*, acesso em <<http://www.restorativejustice.org/press-room>>.
- Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo [CDHEP] (2013). *Tecendo Redes de Cuidados – Fortalecimento do Sistema de garantia de direitos*

da criança e do adolescente e práticas de justiça Restaurativa. São Paulo: CDHEP.

Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo [CDHEP] (2014). *Relatório Final do Projeto. Novas Metodologias de Justiça Restaurativa com Adolescentes e Jovens em Conflito com a Lei. Justiça Restaurativa Juvenil: conhecer, responsabilizar-se, restaurar.* São Paulo: CDHEP.

Cerneka, H. A.; Jesus Filho J.; Matsuda, F. E.; Nolan, M. M. V. B. & Blanes, D. (Coords.) (2012). *Tecer Justiça: Presas e presos provisórios na cidade de São Paulo.* São Paulo: Instituto Terra, Trabalho e Cidadania e Pastoral Carcerária Nacional.

Cohen, S. (1985). *Visions of Social Control: Crime, Punishment and Classification.* Polity Press.

Ednir, M. (Org.) (2007). *Justiça e educação em Heliópolis e Guarulhos: parceria para a cidadania.* São Paulo: CECIP.

Garland, D. (2001). *The culture of control: Crime and Social Order in Contemporary Society.* Chicago: The University of Chicago Press.

Geertz, C. (2008). *A interpretação das Culturas.* Rio de Janeiro: LTC.

Gomes, G. R. (2013). *Práticas de socioeducação à luz da Justiça Restaurativa: potencialização de mudanças?* Dissertação de Mestrado, Programa de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Gonçalves Filho, J. M. (2003). Problemas de Método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. In: A. M. B. Bock (Org.). *Psicologia e compromisso social.* São Paulo: Cortez, pp.193-239.

Marcuse, H. (1999). *Tecnologia, Guerra e Fascismo.* São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

Melo, E. R., Ednir, M. & Yazbek, V. C. (2008). *Justiça Restaurativa e Comunitária em São Caetano do Sul – Aprendendo com os conflitos a respeitar direitos e promover cidadania.* São Paulo: CECIP.

Montero, R. M. (2012). El Concepto de Intervención Social desde una Perspectiva Psicológico-Comunitaria. In: *Revista MEC-EDUPAZ*, 1, 54-76.

Narita, S. (2006). Notas de pesquisa de campo em Psicologia Social. *Psicologia e Sociedade*, 18, 25-31.

Pacheco, M. A. (2012). *Criminalização da pobreza e situações-limite: considerações acerca do conflito e da Justiça Restaurativa sob um olhar sociopsicanalítico.* Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Pranis, K (2010). *Processos Circulares.* São Paulo: Palas Athena.

- Sadek, M. T. (2004). Judiciário: Mudanças e Reformas. *Estudos Avançados*, 18 (51), 79-101.
- Salm, J. & Leal, J. S. (2012). A Justiça Restaurativa: multidimensionalidade humana e seu convidado de honra. *Seqüência*, 64, 195-226.
- Santana, C. S. (2011). *Justiça Restaurativa na escola: reflexos sobre a prevenção da violência e indisciplina grave na promoção da cultura de paz*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.
- Santana, C. S (2012). Justice, Culture and Subjectivity. *Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology*, 9 (2).
- Schuler, B. & Henning, P. C. (2012). A figura astuta da igualdade no discurso da Justiça Restaurativa. *Educar em Revista*, 43, 225-237.
- Sousa, E. L. A. & Züge, M. B. A. (2011). Direito à Palavra: Interrogações acerca da proposta da Justiça Restaurativa. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31 (4), 826-839.
- Spagna, L. M. N. (2012). *Representações Sociais sobre a Justiça Restaurativa: a Experiência do Projeto Práticas Multidisciplinares de Administração de Conflitos da Promotoria de Justiça do Gama/DF*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciência Sociais, Universidade de Brasília, Brasília.
- Tassara, E. T. (2013). *Intervenção Social e Conhecimento Científico*. Disciplina ministrada dentro do programa de pós-graduação em Psicologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Trindade, Z. A.; Guerra, V. M.; Bonomo, M.; Silva, R. D. M. (2013). Research in Social Psychology: methodological strategies of the Brazilian production. *Estudos de Psicologia (UFRN)*, 18, 47-55.
- Vieira, V. B. F. (2014). *Um estudo sobre o percurso formativo das Escolas de Perdão e Reconciliação (ESPERE) e os fundamentos para uma Justiça Restaurativa*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Yin, R. K. (2010). *Estudo de Caso – Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Zagallo, R. L. B. S. (2010). *A Justiça Restaurativa no Brasil: entre a utopia e a realidade*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília.
- Zehr, H. (2008). *Trocando as Lentes: Um novo foco sobre o Crime e a Justiça*. São Paulo: Palas Athena.
- Züge, M. B. A. (2010). *Direito à Palavra: funções do testemunho na Justiça Restaurativa*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Apêndices

Apêndice A – Questionário sobre a Justiça Restaurativa no CDHEP

1. Fale um pouco sobre a instituição.
 - 1.1 Com que tipo de projetos ela atua?
2. Sobre a Justiça Restaurativa, porque a instituição começou a trabalhar com este tema?
3. Qual a relevância da Justiça Restaurativa para a instituição?
4. Quais são os projetos em andamento ou já realizados com a Justiça Restaurativa?
5. Algum destes projetos é realizado em parceria com instituições da justiça brasileira (tribunal, varas especiais, vara da infância e juventude, etc.)? Por quê?
6. Como é feita a coordenação dos projetos?
7. Quais são as demandas para estes projetos?
 - 7.1 Quem os procura e com que tipo de problema? Há algum público recorrente?
 - 7.2 Há algum processo de triagem para definir quem será atendido? Como funciona?
8. Quem se candidata para se tornar um facilitador?
 - 8.1 Há algum tipo específico de profissional que costuma se envolver com este trabalho?
 - 8.2 Como são escolhidos os facilitadores? Há processo seletivo? Caso haja seleção, como é esse processo?
9. Qual é o papel das formações oferecidas pelo CDHEP?

Apêndice B – Questionário utilizado para as entrevistas com facilitadores de Justiça Restaurativa

1. Informações gerais: idade, onde mora, onde trabalha e onde atua como facilitador.
2. Que tipo de vínculo você tem com a instituição onde você realiza a facilitação (voluntário, contratado, etc.)?
3. Há quanto tempo você trabalha com Justiça Restaurativa?
4. Qual a sua formação (geral e específica para a JR)?
5. Por que começou a trabalhar com este tema?
6. Fale-me sobre a Justiça Restaurativa: o que é a Justiça Restaurativa?
7. Fale-me um pouco sobre o projeto no qual você atua.
 - 7.1 Como você escolhe quem será atendido?
8. Como é um encontro de Justiça Restaurativa? O que você faz?
9. Qual é o objetivo da sua atuação nos encontros de Justiça Restaurativa?
10. Você acha que você consegue atingir seus objetivos?
11. Você mudaria alguma coisa no seu modo de fazer?
12. Você costuma trabalhar com um co-facilitador? Como é?
13. Você acha que a Justiça Restaurativa funciona?
14. Que tipo de transformações você acha que a Justiça Restaurativa provoca nos participantes de um processo restaurativo?
15. Você acha que o contato com a Justiça Restaurativa teve um impacto na sua vida diária?
16. Você acha que a Justiça Restaurativa pode realizar transformações em um nível mais amplo (na comunidade ou na sociedade)? Por quê?
17. Comparando com a época em que você começou a trabalhar com Justiça Restaurativa, que papel você vê para a Justiça Restaurativa hoje?

Anexos

Anexo A – Entrevista com Nelly

CAROLINA: Essa entrevista é mais focada no CDHEP, então não tem muitas perguntas sobre você. Depois, se você quiser, podemos conversar mais sobre isso, se você quiser. Bom, a primeira pergunta é mais sobre o CDHEP né, eu queria que você me contasse um pouco sobre o CDHEP, um pouco sobre a história, um pouco sobre com que tipo de projetos ele atua.

NELLY: Então, o CDHEP tem mais de 30 anos, saiu nos anos 70, foi criado a partir da Pastoral dos Direitos Humanos na ditadura militar, quando a igreja despertou para a questão dos direitos humanos, pelas ofensas aos direitos humanos e a violência policial. Aí, essa região da igreja sob a coordenação do Dom Paulo, naquele tempo, Evaristo Arns, como bispo auxiliar daqui começaram a ativamente apoiar as pessoas que estavam defendendo os direitos humanos. A seguir então, era a questão da violência policial, da violência da ditadura militar, não só violência policial. E a seguir veio a questão da moradia, que era um grande problema aqui porque era periferia, tinha terrenos vazios e tinha muita gente sem casa. Então o CDHEP no início era essas duas linhas. Da violência começou a se falar de acesso à justiça. E... eu entrei na linha de acesso à justiça acho que em 2002. Eu já tinha feito o mestrado, fiz o mestrado aqui na área e a ideia era rearticular espaços de convivência porque a partir do mestrado eu tinha entendido que quanto mais violência, menos vida coletiva. Menos vida pública, mais as pessoas se voltam para dentro das suas casas. Aí eu comecei a trabalhar um projeto com escolas, e nessa... nesse projeto das escolas se escutava sempre dos conflitos. Aí comecei a estudar conflitos. E ao mesmo tempo a gente tinha que redefinir um pouco era... 2003, 2004 quando o dinheiro para as ONGs no Brasil começou a diminuir, a gente tinha que rearticular um pouco o trabalho do CDHEP. A gente tinha que procurar alternativas, começamos a fazer convênios mais com o poder público e isso foi uma mudança de 100% privado, financiadores privados para outros. Aí eu comecei a enten... desde o início já tinha entendido que, o CDHEP, aquilo que o CDHEP estava fazendo com a estrutura, investir na estrutura da polícia, na estrutura dos direitos sociais, no acesso da justiça era importante mas não era suficiente. Sempre entendi que tinha que trabalhar a subjetividade também. Eu senti falta, isso eu estava procurando em alguma coisa. E aí nessa busca minha eu encontrei então a *Fundación para la reconciliación* e... que achei interessante porque trabalhava nessa coisa de subjetividade e com esse curso da Escola de Perdão e Reconciliação, a primeira parte a gente aprende a, toda ele como... Bogotá, como a fundação faz; a segunda parte a gente reformatou ele para já encaixar melhor na proposta da justiça restaurativa. Aí a gente foi caminhando com isso, aí o CDHEP teve um momento onde ele se encolheu, por causa dessa mudança de financiadores e tudo, e com essa linha da justiça restaurativa então a gente conseguiu de novo abrir mais, sair mais para fora, assim que hoje a gente tem a linha do observatório, a juven... observatório de direitos humanos e sociais, dirigido para um público jovem, para o público jovem ser treinado para ver possibilidades de implementar direitos e ver as ofensas a direitos aqui na região. Tem o público... de jovens, tem o projeto de jovens facilitadores, que é um projeto que realmente forma juventude na ótica da justiça restaurativa. E tem o nosso núcleo comunitário e toda essa formação em práticas de justiça restaurativa para diversos públicos, além de toda uma linha grande, uma parceira grande com a Pastoral Carcerária de formar para justiça restaurativa as pessoas que semanalmente estão nos presídios, via Pastoral Carcerária. Daí isso é um pouquinho onde estamos nesse momento.

CAROLINA: Tá, então o CDHEP agora está trabalhando basicamente com a justiça restaurativa e com o observatório de direitos?

NELLY: Sim. O CDHEP Capão, aí temos outros... por exemplo o CRAVI, que são vítimas da violência.

CAROLINA: Que são projetos que também estão baseados aqui?

NELLY: Sim, o... o CDHEP, ele tem três linhas de atuação. Um é a proteção a testemunhas do Estado de São Paulo. Aí tem o CRAVI, centro de referência e apoio à vítima, que o CDHEP coordena

três CRAVIs a partir do início do ano, que a gente tá estruturando isso para também aqui entrar a justiça restaurativa. E tem o CDHEP que a gente chama CDHEP Capão, que é essa sede aqui.

CAROLINA: Entendi. O CRAVI, ele é em parceria com o governo?

NELLY: Secretaria do Estado, isso.

CAROLINA: E você tá no CDHEP desde quando?

NELLY: 2002.

CAROLINA: Acho que você falou um pouco né, na sua tese você fala sobre um trabalho com grupo sobre o tema do desarmamento, então, a pergunta é, sobre Justiça Restaurativa, porque o CDHEP começou a trabalhar com esse tema? Então, você estava envolvida nesse processo de trazer a Justiça Restaurativa pra dentro do CDHEP?

NELLY: Sim.

CAROLINA: Você disse que naquela época eles trabalhavam menos com uma perspectiva subjetiva, como que foi, como era, que tipo de ação era feita que não trabalhava com isso e como foi essa inserção?

NELLY: Então, Centro de Direitos Humanos, tinha que a luta, centro... de direitos humanos, direitos humanos e educação, isso é um pouco o que o nome diz né. Bom, eu estou reelaborando isso aqui, agora. O meu entender hoje eu... acho que desde 2002 quando eu entrei aqui, isso não é suficiente, ter uma boa polícia, não é suficiente ter um ótimo hospital, que a gente não tinha, não é suficiente ter um... meios de transporte dignos, que nesse momento ainda não são dignos, não é suficiente ter uma educação, ter escolas. E aqui tá educação popular, né? Se o, quer dizer, isso tem que dar ênfase, essa estrutura, reforçar a estrutura macro pede ao mesmo tempo uma estrutura que dá uma atenção à subjetividade do indivíduo. Não é, esse... eu achei que isso não estava dialogando, e na hora em que eu, quando eu vi, quando eu entrei em contato com a proposta da Escola de Perdão e Reconciliação, eu vi que aí tinha uma possibilidade de dialogar com a subjetividade e com a macroestrutura. Embora depois, eu não gostei, primeira vez que eu entrei em contato com a ESPERE eu não... eu senti que tinha coisa mas ainda não era aquilo que a gente, o que eu estava procurando para o CDHEP. Ao mesmo tempo em 2005, eu estava me preparando para o doutorado, já com a justiça restaurativa, e eu fiz uma matéria, "Leituras de Hannah Arendt" do José Sérgio de Carvalho, lá na Faculdade de Educação e eu fiquei fascinada pela Hannah Arendt, e eu encontrei um texto pequeno onde ela chama, fala de perdão e promessa. Belíssimo. E aí, esse texto da Hannah Arendt, *Perdão e Promessa*, junto com essa experiência que você deve ter lido no doutorado daquele homem que fala "se você não tivesse, hoje você evitou uma desgraça, porque eu ia matar alguém. E com tuas palavras do perdão eu vou desistir de fazer isso", que foi uma experiência assim tão tão maluca, e anos eu arrepiava todinha quando eu contei, quando eu contava essa história, isso me confirmava que para que tenhamos paz a gente precisa investir no macro e no micro. Isso foi para mim assim, essas duas coisas, quer dizer, e as leituras, mas em específico esse texto da Hannah Arendt, e toda essa beleza de ler a Hannah Arendt, me legitimou que sim, que também no espaço público, o perdão tem lugar. Então, por exemplo, o perdão é um dos lugares que podem fundir o macro e o micro. O perdão, isso nunca falei, essa frase. O perdão pode fundir o macro e o micro. E o perdão ele, aos poucos fui entendendo que, que o perdão ele recoloca, ele libera, liberta o sujeito para a luta pelos direitos humanos. Para que a raiva destrutiva possa virar uma raiva comprometida. É, isso foi um grande passo, então remodificando essa Escola de Perdão e Reconciliação, assim que ela pode incluir os conceitos da justiça restaurativa, lógico, isso foi todo um processo de alguns anos de, talvez em 2010 a gente falou, agora temos o que queremos ter. E aí, paralelamente a inserir, a deixar a ESPERE como que um trampolim para a justiça restaurativa, e depois a gente faz então o curso de Práticas de Justiça Restaurativa, que é um desdobramento e que é outra vez, já é mais, que já são práticas, técnicas, metodologias. Aqui (aponta o termo "ESPERE" escrito em um papel) são trabalhar a subjetividade e conceitos. É, assim pouco a pouco fomos fazendo o que temos hoje. Então hoje, Núcleo Comunitário, Núcleo de Juventude, Gênero e Práticas são três espaços; educação formal, onde trabalhar, assessorias, por exemplo, eu estou indo, estou dando agora assessoria no JECRIM, Juizado Especial Criminal em Belo Horizonte. E supervisionamos violência doméstica, o Grupo de Violência Doméstica e Justiça Restaurativa em Fortaleza, estamos indo para Cascavel, onde a gente

tem um núcleo comunitário pra discutir justiça restaurativa, o que a gente tem aqui no CDHEP, a gente tem em Cascavel também.

CAROLINA: Esse são os projetos que vocês estão trabalhando agora?

NELLY: São.

CAROLINA: Sobre justiça restaurativa?

NELLY: Sim.

CAROLINA: O da pastoral, que você falou, que é nos presídios, tá nesses?

NELLY: Não, porque esse é na, da Pastoral, da Pastoral Carcerária. Quer dizer, é um projeto da Pastoral que a gente dá uma assessoria, uma parceria. Aliás, tem um aqui, que nesse momento não, fizemos, bom foi também com a pastoral, mas a gente continuou indo lá. Tem um núcleo de práticas restaurativas no sistema prisional em Rio Grande do Sul. Esse nós continuamos acompanhando. Talvez agora, eu fui lá no início do ano, talvez a gente consegue ir uma, duas vezes por ano lá, porque não temos financiamento para isso, mas...

CAROLINA: É sempre assim, o desafio, né? De conseguir financiamento.

NELLY: (risos)

CAROLINA: A gente já estava falando mais sobre justiça restaurativa, mas como eu estou pensando mais sobre o CDHEP de uma maneira geral, eu queria que você me falasse um pouco sobre como é que funciona a organização do CDHEP? Porque vocês têm muitos projetos, e tem diversas pessoas trabalhando de diversas maneiras diferentes, quem controla, tem um conselho?

NELLY: Sim.

CAROLINA: É uma ONG?

N: É uma ONG, que tem uma diretoria, conselho de diretores, chama. Diretoria. Tem um conselho, conselho de... como chama isso? Conselho de... associados. Tem uma diretoria que tem um colegiado de direção. Esse colegiado de direção são entre duas e quatro pessoas por estatuto... E esses... por exemplo, colegiado é a coordenadora daqui e a coordenadora de outro projeto. Aqui tem a C. que é a coordenadora do CDHEP Capão que é a responsável pela coordenação e execução dos projetos, mas cada projeto tem o seu coordenador. Assim funcionamos.

CAROLINA: E quando você entrou e você estava propondo esse trabalho com a justiça restaurativa, como que foi? Todo mundo, aceitaram, foi...

NELLY: Sim.

CAROLINA: Todo mundo achou interessante de cara?

NELLY: Sim, sim. É, isso não foi difícil, isso tem tudo a ver com a proposta do CDHEP, a gente até ajustou o estatuto pra dizer que a gente é capacitado para formar, articular a justiça restaurativa... não, isso foi muito fácil.

CAROLINA: Já teve uma abertura logo de início.

NELLY: Sim.

CAROLINA: É, na sua tese você fala de projetos que já tinha tido, né, de justiça restaurativa, e você falou dos que tem atuais, teve outros nesse meio tempo? Que começaram, acabaram?

NELLY: Não, o que tem diversificado nos últimos anos é que fomos para alguns países, fora do Brasil com essa proposta. Então, por exemplo, só neste ano a M. e eu demos um curso de uma semana em

Bogotá, para algumas pessoas ligada à *Fundación para la Reconciliación* em Bogotá, eu fui para o Uruguai dar uma palestra em uma... uma oficina assim, de *degustación*, como eles chamam, de 12 horas, em justiça restaurativa. Em Bolívia, Cochabamba fomos, a M., alguns dias estava no presídio; eu dando um seminário, uma conferência de dois dias pra formar pessoas, então, isso tem... isso é uma mudança assim que a gente... A B. foi para o Fórum Europeu de Justiça Restaurativa apresentar o trabalho nosso, então é isso, nos últimos dois três anos a gente vem diversificando os interlocutores, o que realmente procurando, porque no Brasil ainda é muito limitado, ainda tem poucos espaços onde você possa realmente dialogar sobre...

CAROLINA: E isso então não como um projeto específico...

NELLY: Não.

CAROLINA: ...mais como uma ação de... criar uma rede.

NELLY: Sim, como inserção em lugares... a B. também já apresentou nos Estados Unidos, no Congresso... na Conferência Mundial de Justiça Restaurativa. Estamos assim...

CAROLINA: E você acha que isso é uma perspectiva importante para o CDHEP, de uma maneira geral? Essa... alcançar...

NELLY: Eu acho que com isso bom, a gente consegue primeiro escutar como outras pessoas fazem, que é fundamental né, você "ah, você faz assim? Ah, porque que a gente não faz isso também?". Então essa... é... ter parceiros que nos puxam e puxam a imaginação. Eu acho fundamental. Eu estou muito agradecida por a gente ter conseguido fazer isso.

CAROLINA: Você falou um pouquinho né, sobre como que você entende o lugar do perdão. Você acha que isso é uma visão institucional do CDHEP ou o entendimento do papel da justiça restaurativa pro CDHEP varia de acordo com as pessoas daqui?

NELLY: Não, eu acho que é muito... como isso faz parte da nossa formação, dos nossos fundamentos da justiça restaurativa, isso é entendido assim pela equipe do CDHEP. Eu acho que a gente tem um entendimento bastante, por isso falo, foi muita discussão, muuuita. Até, vamos dizer em 2010, mais ou menos em 2010, a gente falou agora tá bom. Como talvez em 2012 a gente falou: agora temos a formação de práticas. Agora, estamos contentes, em 2013, acho, falamos agora temos... Não que é para ficar, mas que você está contente com aquilo que você tem e ciente de que vai mudar, mas que tem... você pode dizer "pô, tá legal!".

CAROLINA: Tá, então foi um processo assim, de uns 5 anos pra chegar em uma coisa mais ou menos estável?

NELLY: Sim, é. E acho, está assumido pela equipe, não como uma coisa ora, é assim, mas como uma adesão que... eu... com toda modéstia hoje arrisco dizer que o segredo do sucesso eu acho, para mim, é que a equipe é uma coisa, uma construção coletiva desgastante mas o fruto é que... é da equipe. E por isso a gente convence, porque a equipe se reconhece naquilo que está fazendo, né, não, não foi uma coisa de cima pra baixo, aí esses princípios são assim, não, foi muita discussão. (risos) E continua a ser, mas a gente tem a linha, hoje realmente a gente tem a linha pode mudar aqui, acolá, mas, a linha, a estrutura tá. Então o entendimento dos conceitos está, isso demorou, posso falar que isso demorou.

CAROLINA: E você falou que vocês têm uma linha, mas ela está relacionada com a ESPERE ou tem outros elementos que foram sendo...

NELLY: Não, eu quero dizer mais bem uma linha de entendimento, a gente se encontra, a gente se encontra é... mesmo por exemplo em relação aos jovens facilitadores, que não fui eu que formei, por exemplo, mas... se amanhã eu for dar curso e vou amanhã exatamente, não amanhã, amanhã, mas em breve eu vou dar curso com uma pessoa com que eu nunca trabalhei, que é da equipe dos jovens facilitadores, eu tenho certeza que a gente vai se entender. É nisso que eu digo, uma linha, a gente tem uma compreensão parecida das coisas e eu falo olha, isso foi... trabalhoso. Isso posso dizer. (risos)

CAROLINA: O trabalho com justiça restaurativa, vocês chegaram a escrever algum projeto formal sobre isso, ou ele funciona mais nos projetos específicos? Tem um objetivo, você consegue pensar em um objetivo geral pra justiça restaurativa aqui no CDHEP?

NELLY: É, a gente vai fazer o planejamento agora no final do mês. Aí a gente vai, essa é uma das coisas que a gente precisa definir. De novo.

CAROLINA: Já teve uma definição já faz um tempo...

NELLY: É, isso.

CAROLINA: Você lembra qual foi a última definição de objetivos? Mais ou menos.

NELLY: É... Uma das coisas é fazer conhecer justiça restaurativa, esse é um grande objetivo que com certeza continua. Outra coisa é efetivamente implantar isso e sempre de olho em políticas públicas. Isso é o que nos norteia até agora. Vamos ver se é isso ou se é de fato outra coisa.

CAROLINA: Sobre os projetos, você falou de vários que estão tendo, e esses projetos, você acha que cada um deles tem um objetivo específico, que cada um busca trabalhar uma questão específica ou que cada um deles está só dialogando com isso? Você consegue pensar em objetivos mais específicos pra cada um?

NELLY: Ahn, não, porque, por exemplo, eu não direi o que a juventude faz, por enquanto está formando, mas depois disso... Então, esse, esse segundo, como isso possa virar a ser público, mas talvez público no sentido de que ele seja apropriado pelo público, e o outro é no espaço governamental. Isso com certeza é uma pergunta para todos nós. Como ele vira público, como ele vira, uma maneira de ser que muitos, e como ele possa vir a ser uma maneira de... das políticas públicas responderem. Isso é uma grande, isso é uma questão. Pode ter outras? Pode ter, mas eu acho que isso aqui é a questão pra nós.

CAROLINA: Desses projetos então, tem algum que é realizado hoje com alguma instituição de justiça de São Paulo, da cidade de São Paulo?

NELLY: Tudo em construção né, tem o CRAVI que nós assumimos a convite da Secretaria de Justiça do Estado e assumimos com a condição de ter a liberdade de implantar práticas de justiça restaurativa. O CRAVI nos interessa porque queremos trabalhar com justiça restaurativa. E temos um bom diálogo com o Estado de São Paulo. (hesita) Como que é a pergunta, se hoje nós temos...

CAROLINA: Algum projeto que está sendo realizado em parceria com alguma instituição de justiça.

NELLY: É, aqui... bom, e aí tem essa coisa de... de assessorias. Em Cascavel, tava contando, em Cascavel a gente vai nas próximas semanas estabelecer uma parceria com o Ministério Público do Estado do Paraná em Cascavel, Juizado de Infância e Juventude. Isso é tudo...

CAROLINA: Mas até agora não tinha tido nenhum... nenhum projeto nesse sentido?

NELLY: Não, o CRAVI também não é só justiça restaurativa, mas a gente se reservou esse, esse espaço.

CAROLINA: Porque você acha que... porque assim, pensando na justiça restaurativa, nos projetos que já aconteceram aqui no Brasil, muitos deles foram, né, em Juizados Especiais, em coisa assim muito ligado mesmo ao Judiciário. Porque você acha que o CDHEP fez diferente?

NELLY: (demora) Porque nós não somos o Judiciário (risos). Não somos o Judiciário. É, é uma... bom, não sei se você leu já sobre isso, eu, eu não lembro, mas eu tematizo isso na dissertação... eu... é tão importante a comunidade se reapropriar da tensão de fazer acontecer o justo que é um dos meus temas favoritos, que eu acho um absurdo nós delegarmos para um determinado lugar, o Judiciário, a tarefa de construir o que é justo. Então, é, como uma insistência, que sim, nós fazemos justiça, porque só esse nome já tem um lugar, que é o Tribunal, e os advogados, e os operadores do

direito, então... muito conscientemente, é uma tensão com esse lugar... o justo e a justiça precisam ser re... construídos e reconstruídos em todos os lugares. Então são... em poucos países a justiça restaurativa começou no Judiciário, a justiça restaurativa costuma começar na comunidade ou em outros lugares. Então é um... uma especialidade, uma especificidade do Brasil que a justiça restaurativa começa no Judiciário. O que pode favorecer, eu acho, porque para ser justo tem que ter acesso aos direitos e aos direitos sociais. Então nesse sentido, se o Judiciário entende que construir o justo não é só responder a um crime ou uma contravenção, mas é implantar o que é justo, e com isso ajuda a implantar os direitos e os direitos sociais, que bom que no Brasil começou a partir de Judiciário. Agora tem gente no Judiciário que não entende isso e que continua... que continua respondendo aos crimes individualizando a responsabilidade e a culpa. E isso é uma... falha é pouco, não é uma falha, isso atrofia em muito a proposta da justiça restaurativa. E com isso a gente está tensionando.

CAROLINA: Mas vocês gostariam de trabalhar com o Judiciário ou você acha que o lugar é outro mesmo, aqui pro CDHEP?

NELLY: Depende da cabeça do Judiciário que está convidando. Não é exatamente, a gente não tá a procura de lugar no Judiciário. Aliás a gente quer que não, que os casos não precisem chegar até o Judiciário.

CAROLINA: Você acha que a proposta do CDHEP é mais como uma alternativa mesmo, ao Judiciário? Porque tem essa discussão...

NELLY: É, eu nem quero dizer alternativa ao Judiciário. A minha tensão não é com o Judiciário, a minha visão é que precisamos aprender a nos responsabilizar por aquilo que fazemos e deixamos de fazer. E Judiciário, judicializar, isso seria o último, último, último instância, quando esgotou-se todas as outras possibilidades. Mas como não temos outras possibilidades a gente leva tudo para o Judiciário. Isso não... sabe, é um equívoco. Caro, disfuncional. Sabe... é, a tensão, a tentativa mais do que tensão, a tentativa é que não se chegue ao Judiciário. E que teria mui... e o desejo é que tivesse muito mais investimento na comunidade, nos espaços educacionais para reeducar e se apropriar dos conflitos. E também de crimes, como comunidade. E não levar isso para um outro lugar distante que não tem nada a ver com a cabeça, o entendimento dessa comunidade, onde acontecem as coisas.

CAROLINA: Entendi.

NELLY: Então se o... não sou contra a justiça restaurativa no Judiciário, mas também estou acompanhando esse JECRIM, assim, isso já engessou tanto pra chegar lá, já marcou tanto, já estigmatizou tanto que as pessoas já chegam totalmente assim, amedrontadas porque agora preciso ir no Judiciário. Então não é pra acontecer essas coisas (riso) sabe, mas a justiça restaurativa, quer dizer, não é pra acontecer mas já... você já estigmatizou, as pessoas já estão com medo já sabem que são julgadas, foram julgadas e vão ser julgadas, então, o ponto de partida não é... não é muito legal. E mais ainda se, se a justiça restaurativa acontece no Judiciário. No... as pessoas tem que ir no...

CAROLINA: No espaço físico? Tipo no Fórum...

NELLY: No espaço físico, exatamente, agora, agora estou falando no espaço físico então, isso tudo já é tão, essa carga, já é tão grande. Esse lugar, a simbologia desse lugar, então é melhor não chegar lá.

CAROLINA: Em quais projetos que você está pessoalmente envolvida agora?

NELLY: Na assessoria, agora eu dou muita formação em muitos lugares do Brasil. Eu dou assessoria no Núcleo Comunitário, quer dizer, eu atendo casos, poucos, mas eu atendo também, e Núcleo Comunitário, é na verdade esses três. Assessoria, formação e núcleo comunitário. Eu não estou no projeto dos jovens, nem no projeto do observatório, nem no projeto de gênero.

CAROLINA: Então, daí, pensando mais sobre esses casos... projetos em que você atua mesmo, né? Você acha que tem demandas diferentes pra esses projetos? Por exemplo, o objetivo deles, eles

trabalham em lugares diferentes, né? Como que foi a criação desses projetos, porque eles escolheram trabalhar nesses lugares com esses públicos. Você consegue pensar, mais ou menos?

NELLY: Eu acho que tudo depende das pessoas que formamos e do interesse das pessoas que nós formamos. Se essas pessoas estão no presídio, a gente vai investir no presídio. A gente não, nesse sentido, como é essa coisa da educação, como a formação vem antes, é, porque estamos em Cascavel? Porque tinha um grupo belíssimo que entendeu a proposta “nós queremos isso aqui em Cascavel”, fomos para Cascavel. Fomos pra Fortaleza, que é um projeto que se encerrou, porque tinha um grupo que falou “nossa, queremos isso aqui”, então a gente vai lá e acompanha um pouco... temos essa flexibilidade.

CAROLINA: Que são essas formações que você dá?

NELLY: Sim.

CAROLINA: Pelo país inteiro. E no geral as pessoas que procuram o CDHEP, ou vocês vão, tem outros tipos de curso, que as pessoas entram em contato?

NELLY: Não, normalmente as pessoas procuram o CDHEP.

CAROLINA: E essa assessoria que você dá no juizado, como é? Que tipo de assessoria é essa?

NELLY: Então, assessoria pro... o juizado... por exemplo, em Belo Horizonte o Juizado Especial Criminal, JECRIM, tem um convênio com o Governo Federal pra aplicação de justiça restaurativa. Uma outra equipe foi formada lá, e tinha conhecimento que o CDHEP dava assessoria, nos chamaram. E aí como eu sou a que viaja mais eu tô indo lá pra dar assessoria para o... supervisão, assim, assessoria no sentido de supervisão, e formação. Mas já para equipes que já estão trabalhando com isso. Ou mais ou menos estão trabalhando com justiça restaurativa né, porque a gente tem uma ideia da teoria, mas quando você vê depois essa teoria aplicada na prática você... “nossa, mas isso também é justiça restaurativa, não sabia dessa!” (risos). Então acontece coisas assim que... É. O limite, daí o limite também do judiciário. Tem coisa que...

CAROLINA: Não casa muito bem?

NELLY: Hmm, sim.

CAROLINA: E o Núcleo... o Núcleo é o que, ele acontece aqui né? As atividades do Núcleo?

NELLY: Sim.

CAROLINA: E no geral as pessoas que procuram o CDHEP também, elas ficam sabendo do Núcleo e vem pedir uma...

NELLY: Sim, isso, é muito boca a boca. Alguém fez o curso, alguém soube, alguém fez, trabalhou um caso aqui, manda outro caso. Então por enquanto é propaganda boca a boca.

CAROLINA: E olhando para esse Núcleo, você acha que tem um tipo de caso específico que costuma aparecer ou ele é muito variado?

NELLY: É muito variado. Então, tem caso de escolas, tem casos de família, muitos casos de família. Tem casos de... de dificuldades em instituições, equipes de trabalho, por exemplo, equipes de trabalho mais no espaço municipal. É, eu acho que são mais esses três, é... da juventude eu não sei direito o que vem, porque é o projeto que eu tenho menos contato, mas os casos que vem para o Núcleo, é de educação, casos de escolas. Ou casos detectados em escola, mas aí casos de família. E casos de instituições. Problemas nas equipes... É acho que isso é... variado, mas acho que dá pra classificar nesses três. Talvez a Sara tenha mais, a Sara faz a seleção, então ela tem mais dados sobre isso...

CAROLINA: É isso que eu ia perguntar, como é que vocês fazem a seleção, com quais critérios vocês fazem isso?

NELLY: A Sara faz, aí você pergunta pra Sara. Ela é a que faz a seleção.

CAROLINA: (risos) Ela que seleciona aqui. Agora eu queria perguntar um pouco mais sobre esse trabalho de vocês com a formação, né? Como é que você entende a formação em justiça restaurativa? Porque tem esse diferencial né, do CDHEP de fazer esse primeiro curso baseado na ESPERE, que é mais uma vivência, pra depois ir pras técnicas em si. Como é que vocês... porque foi pensado assim?

NELLY: (hesita) Foi pensado assim porque casa com esse ponto de partida meu, quando eu comecei a trabalhar aqui no CDHEP. Como a subjeti, eu entendi logo quando entrei aqui como a subjetividade era importante, como ela não era trabalhada, comumente... em nenhum lugar aliás, onde se trabalha a subjetividade, a não ser na psicologia? Eu acho que nenhum lugar tem espaço. Acho que a educação também, a escola no caso não tem espaço para isso, então essa é a grande ausência (risos) de trezentos anos de modernidade, tanto afirmação do indivíduo que o sujeito desapareceu, a subjetividade. A subjetividade desapareceu. Eu acho que tem... agora pensando, ainda ninguém me fez essa p... assim, a gente entendeu porque era importante, mas acho que o nascimento foi isso, de ver que quando isso está desconectado, isso não funciona (apontando os desenhos que ela fez no início da entrevista, falando do indivíduo e das relações). É. E, dois. Porque vimos, vimos em outras equipes, que davam formação. E a gente não quer só isso. A gente... quer dizer... tô me achando melhor? Sim. (risos) Sim, tô pensando, né? Tô... tô fazendo análise aqui.

CAROLINA: Você acha que faz uma diferença...

NELLY: Eu acho.

CAROLINA: Ter esse processo. Que diferença?

NELLY: Eu conversei, você vai ver no meu doutorado, com os educadores. Aí eu, eu fiz essa pergunta pra afirmar "ahã, faz uma diferença". Porque os educadores que trabalham com medida socioeducativa que foram formados aqui, a terceira parte do doutorado eu tinha que fazer uma coisa, pesquisa de campo mesmo, então eu peguei isso, qual foi o acréscimo que essa formação deu para eles e eles afirmam que faz muita dif... que fez diferença para eles. Você pode ver... e... a gente se afirma sobre isso né, que faz uma diferença. Faz uma diferença, e as pessoas que trabalham aqui, nos nossos programas, falam que para eles fez uma diferença, e a partir disso a gente contrata. Um pouco, sabe assim, quase todos que estão na formação dizem, isso fez uma diferença tremenda pra mim. Tem gente que diz, dois três anos de terapia eu não consegui avançar o que eu avancei em 40 horas de fundamentos de justiça restaurativa barra escola de perdão e reconciliação. Então a gente tem muitos depoimentos... como isso faz uma diferença. Então eu ponho isso no meu doutorado, mas se você consultar, se você perguntar aqui, quem tá trabalhando aqui como educador, vão dizer isso, como isso fez uma diferença, e é a partir dessa diferença, a gente se afirma para dizer, "não, tem que trabalhar isso". Não sei se precisa trabalhar primeiro, mas o exercício da... de repente... pode trabalhar depois... assim. Por enquanto ainda temos isso como primeiro, mas talvez a gente tá vendo que operacionalmente tem alguns, por exemplo, se vamos começar a trabalhar nas escolas a gente não vai conseguir isso, então com certeza vai ter uma retroalimentação também, se a gente faz isso depois, ou faz intercalado, mas tem que fazer, tem que dar espaço... assim, tem que, o nosso entendimento é que é muito favorável dar espaço para isso. Quanto melhor o facilitador, é... se encarou, encarou a sua própria sombra, os seus medos, os seus preconceitos, a sua raiva, mais livre, mais empático ele vai poder ser com a situação do outro. Isso é o porque fazemos essa formação.

CAROLINA: Você acha que tem um efeito então, na maneira como ele vai aplicar a técnica depois?

NELLY: Sim. Então, uma das coisas que a gente viu é facilitadores que não tem a menor autocrítica, por exemplo, que não foram formados por nós, a gente olha assim, fala "hm, isso aqui pra nós já não seria bom. Já não seria possível. Não é o que nós queremos".

CAROLINA: Essas formações que você dá então, no geral é por procura?

NELLY: Sim.

CAROLINA: E você acha que tem, que tipo de pessoa vem procurar o CDHEP pra fazer? São pessoas que estão já trabalhando nessa área, ligada com conflitos, ou...

NELLY: É, sim, acho que a maioria das pessoas são pessoas... de, como diz... profissões de ajuda, isso se fala em alemão, tem um termo assim, mas ajuda é assim, professores, assistente social, educadores, educadores de crianças nos CCAs, medida socioeducativa. Tem também é, profissionais liberais, poucas, mas dizemos assim, profissionais liberais já de uma classe média. O nosso público, o maior público são pessoas mais da periferia. Isso tem que dizer. Mas ultimamente, nos últimos dois ou três anos também acontece que vem pessoas de outros espaços, que escutam dizer, que... aí é profissionais liberais, mas que estão buscando a... e, não mas, e que estão alguma outra questão, alguma outra abordagem.

CAROLINA: E você acha que, mas mesmo pra esses você acha que está relacionado com a prática de trabalho ou é outra coisa?

NELLY: É, nem todo mundo que faz os fundamentos vai ser, vai atender casos de justiça restaurativa, isso não é. Mas para a própria elaboração, para o, para o acolher... a realidade, no sentido de o que aconteceu, você já conhece as perguntas restaurativas, né? Para acolher a realidade no sentido de o que aconteceu, eu acho que os fundamentos ajuda muitíssimo. Só isso. Sem perguntar, mas o que eu senti da tutela, só... A Botcharova né, que você também já conhece... você já fez o curso, é isso? Não?

CAROLINA: Acabei de fazer,

NELLY: Ah, você fez agora?

CAROLINA: Eu fiz agora nessa última turma do...

NELLY: Ah, então, a Botcharova é a nossa fiel companheira, né? De... onde posso sair? E o que tem que acontecer para eu sair. É acolher a dor, expressar a dor, isso é fundamental. Segunda-feira de noite tinha... lá em Cascavel, qual é o diferencial? Para mim o diferencial é como olhamos para a dor. Que é diferente de dano. (silêncio). É... (risos) No Judiciário eu acho que só... na justiça restaurativa, né, se olha para o dano, e a gente quer olhar também para a dor.

CAROLINA: Você acha que então os projetos de justiça restaurativa acaba focando mais no dano, que é o que eles estão mais acostumados a trabalhar?

NELLY: É, mais ainda quando a porta de entrada é as, os núcleos de conciliação. Então você foca, porque é um pouco mais trabalhoso focar para a dor. Mas é o que dá qualidade na restauração.

CAROLINA: Agora, aqui no CDHEP, você tem uma ideia de quantas pessoas estão trabalhando com a justiça restaurativa?

NELLY: Acho que 15, não sei direito. Tem que perguntar ao departamento...

CAROLINA: 15 de pessoas contratadas? Tem voluntários também?

NELLY: Eu sou voluntária, a B. é voluntária, a M. é voluntária. Temos 3 voluntárias.

CAROLINA: Que, o Núcleo Comunitário, no começo ele tinha vários facilitadores voluntários, né? Ainda tem esses voluntários ou tá mais interno agora?

NELLY: É... voluntários no sentido que, por exemplo, tem uma pessoa, a S., que é do Hospital de Campo Limpo, e que atende casos do Hospital de Campo Limpo. Então ela... por exemplo, eu tava com ela em dois casos no hospital. Então ela é do Núcleo? Ela é do hospital, e a gente trata de casos do lugar dela, isso tem acontecido um pouco.

CAROLINA: Meio que como uma parceria? Mais do que como uma ligação deles?

NELLY: Isso. É. Isso dá certo. Por exemplo, o CRAVI, embora ele é do CDHEP, assim, essas unidades. Então às vezes tem gente do CRAVI, tem uma pessoa do CRAVI e tem uma pessoa do CDHEP Capão. Embora eu estou falando dos três CRAVI que o CDHEP administra, né? Mas também pode ser o inverso porque de repente tem pessoas que são do CRAVI, que fora do horário do CRAVI facilitam... mas já são mais, eu diria, mais bem parcerias do que voluntários, né, acho que isso tá certo, parcerias mais bem do que voluntário.

CAROLINA: E como que a pessoa se torna facilitadora aqui no CDHEP? Pro CDHEP, tem um processo seletivo, o que vocês buscam na pessoa?

NELLY: É, o ano passado a gente fez processo seletivo, mas não... isso não é a melhor forma. Acho que por... por simpatia, por... ou porque ela vem aqui, realmente aí isso seria no sistema voluntariado, ou ela... ela vê que essa formação tem tudo a ver com ela e no espaço onde ela tá ela pode aplicar. Acho que isso mais, isso está se cristalizando como a possibilidade. Em Cascavel a gente tem voluntários. Mas aí é outra realidade, né. Outra realidade. Mas eu acho que o caminho é esse, as pessoas fazem a formação, veem que tem a ver com elas... nos procuram porque querem aplicar no lugar onde elas estão, e aí eventualmente também em outros lugares pro CDHEP.

CAROLINA: Eu acho que pra hoje, eram mais essas perguntas que eu tinha pensado. Eu acho que, como eu estou aqui, você está aqui, a gente pode complementar, eu vou complementando de acordo com o que eu for pensando também, vou transcrever, olhar. Tem mais alguma coisa que você gostaria de falar sobre a justiça restaurativa aqui no CDHEP, sobre... coisas que você pensa sobre justiça restaurativa que você acha que estão relacionadas com o que a gente conversou hoje?

NELLY: Não, nada assim não. Também, se eu pensar alguma coisa, você está aqui... com certeza você vai ter outras perguntas, né?

Anexo B – Entrevista com Sara

CAROLINA: Tá, então primeiro, eu queria que você falasse um pouco sobre informações mais gerais sobre você, sua idade, onde você mora, onde você trabalha e onde você atua como facilitadora de justiça restaurativa.

SARA: Então, eu tenho 45 anos, sou formada em psicologia, e pedagogia também. Eu trabalho aqui no CDHEP e também trabalho na Universidade Anhanguera, como professora.

CAROLINA: E atua como facilitadora?

SARA: E atuo como facilitadora aqui no CDHEP.

CAROLINA: Aqui no CDHEP, tá. Que tipo de vínculo você tem com esta instituição, o CDHEP, você trabalha aqui?

SARA: Eu trabalho, bom, sou funcionária, CLT, contratada para trabalhar com o projeto Gênero e Sexualidade e Justiça Restaurativa. Na verdade é Violência de Gênero e Sexualidade e Justiça Restaurativa. Mas também trabalho no Núcleo de Prática, Núcleo Comunitário de Práticas.

CAROLINA: A sua atuação como facilitadora não é como voluntária, faz parte das suas atribuições...

SARA: Sim.

CAROLINA: (...) como contratada. Tá certo. Você já falou um pouquinho da sua formação, mas a pergunta agora é qual é a sua formação geral e a sua formação específica para a justiça restaurativa. Como que foi, onde que foi, quem fez a formação.

SARA: Tá, eu comecei a entrar em contato com o tema aqui no CDHEP mesmo, eu trabalhava num serviço de medida socioeducativa, e vim fazer o curso da ESPERE, que hoje a gente chama de fundamentos da justiça restaurativa. Aí eu fiz o curso da ESPERE, depois não tinha o de práticas ainda, eu fiz o de mediação, que tinha aqui antes.

CAROLINA: Você lembra mais ou menos quando foi isso?

SARA: Eu acho que foi em 2006, 2007 mais ou menos. Nessa época. E eu fiz o curso de mediação, e depois... como eu tava trabalhando na medida socioeducativa, eu tava participando de um grupo que tava acontecendo aqui no CDHEP que ia ser, ia iniciar um projeto piloto aqui na região do Campo Limpo e São Caetano, e a gente, nós seríamos os núcleos aonde esse projeto seria experimentado. E no meio do processo eu fui demitida do núcleo, e aí fui automaticamente contratada pelo CDHEP. E aí depois eu fiz o curso de práticas, com a B. e com a M., então minha formação começou sendo bastante aqui. Depois eu fiz algumas coisas fora, com a Kay Pranis, que veio aqui no Brasil, sobre Círculo de Paz, e agora também com a Melinda Hopkins que fez justiça restaurativa nas escolas.

CAROLINA: Isso foi mais recente?

SARA: Isso foi, faz uns 15 dias, mais ou menos.

CAROLINA: Nossa! Acabou de acontecer! Porque você começou a trabalhar com o tema da justiça restaurativa, com a justiça restaurativa?

SARA: Então, como eu trabalhava na escola também, né, eu trabalhava na escola e no núcleo, de medida socioeducativa. E quando eu entrei em contato com o tema, com as metodologias, né? Pensar um pouco esse conceito da punição, eu comecei a ver algumas possibilidades já no atendimento dos adolescentes que estavam em liberdade assistida e sua família. Então eu achei, eu acho, né, achei não. Acho que, acredito que a metodologia da justiça restaurativa é muito importante para fazer esse trabalho com os adolescentes que tão no núcleo da liberdade assistida porque muitos deles apresentam conflitos em relação à escola, conflitos em relação à sua família, conflitos em relação a si mesmos. Não conseguindo nomear um pouco as suas, os seus afetos, os seus

sentimentos, e eu acredito que essa metodologia possibilita as pessoas acessarem, se conhecerem um pouco e depois criar uma conexão, ou reconstruir um vínculo com essa família, que tá um pouco rompido, esgarçado, então eu comecei por esse viés.

CAROLINA: Tá, você consegue identificar mais ou menos o que você achava que, dentro do processo, do cumprimento da medida socioeducativa, então, onde você colocaria o processo da justiça restaurativa, nesse começo assim.

SARA: No acolhimento. Quando o adolescente chega, na primeira entrevista dele, a gente já poderia fazer alguma, algumas perguntas restaurativas e... Porque geralmente, assim, como é que funciona: o adolescente chega, né, chama a entrevista, entrevista de acolhida. E aí, o adolescente, é a primeira... acho que a única vez que o adolescente chega e fica junto com a sua família. Depois eles são separados no processo, então existe algumas ações com os adolescentes e algumas ações com as famílias. Mas nunca junto. E quando eu comecei a fazer a justiça restaurativa eu comecei a perceber o quanto que seria importante essas famílias conversarem. Então quando eu tava atendendo o adolescente, o adolescente me contava várias coisas com relação à família, com relação à mãe. E no atendimento com a mãe, a mãe me falava várias coisas do adolescente, ou da família, que talvez se essas pessoas pudessem conversar juntas sobre isso, eu não precisaria ficar de pombo correio, né, entre os dois. E muitas vezes era "ah, eu vou te contar uma coisa, mas é, sigilo, não quero que você conte pra minha mãe". Então eu não podia chegar e falar pra mãe, olha, o F. me disse isso e tal. Então eu acho que já desde o início a gente já poderia estabelecer um processo de que essa família seria acompanhada junto, em conjunto, um trabalho junto. Né, eu acho que algumas coisas poderiam ser separadas, mas assim, na sua maioria, até pra construir essa questão que, da necessidade, do apoio que o adolescente precisa quando ele sai de uma internação, por exemplo, acho que envolver a família, envolver a escola, ou outros equipamentos que talvez ele tenha necessidade como o CAPS. Eu acho que poderia ser um trabalho já desde o início, chegou, você faz a primeira conversa, e daí pra frente as coisas já poderiam ser juntas.

CAROLINA: Agora eu queria que você falasse pra mim um pouquinho sobre justiça restaurativa. O que é justiça restaurativa? Como que você entende o que é justiça restaurativa.

SARA: O que eu entendo que é justiça restaurativa? Bom, o que eu entendo é que assim, que a justiça restaurativa é uma maneira, né, diferente de lidar com os conflitos. Uma maneira diferente da punitiva, excludente, que a gente utiliza geralmente nos lugares que a gente vive, na família, na escola, no trabalho. Então eu acho que é uma maneira de, não de resolver, de transformar os conflitos, construir um senso de responsabilidade. E uma coisa que eu tenho experimentado bastante, nas formações, e nos processos circulares é retomar essa, como se fosse uma construção de uma comunidade. Sabe, a sensação que eu tenho é que a gente tá muito desconectado, e quando a gente faz a formação aqui, e quando a gente vai fazer um círculo, parece que a gente faz uma reconexão entre as pessoas. Mesmo que essas pessoas aparentemente, no momento, estão num conflito, estão em lados antagônicos. A partir daquela, do processo circular, há uma reconexão entre as pessoas. Não só... que vão tratar daquele conflito e as que foram afetadas diretamente por eles, ou não. Então, às vezes a família, a partir do processo, por exemplo, vou dar o exemplo de uma adolescente que a gente atendeu, fez um processo circular esses tempos, a família estava bem... o diálogo da família tava bem truncado, era esse o nome que o pai usava "ah, a gente não conversa, nossa conversa é muito truncada ou é monossilábica.". Quando o pai veio fazer o pré-círculo, ele falou bastante sobre isso e falou, "oh, eu acho que vai ser uma experiência que eu posso depois experimentar na minha casa, com meus outros filhos". Então, não é a conexão só pra falar do conflito, mas é uma conexão depois que você pode usar em outro lugar. Então eu acho que isso que é o mais importante. De estar junto mesmo, de conversar, de poder falar de sentimentos, de poder falar de dor, de poder falar de muitas coisa que hoje estão fora do cenário. Estão muito reprimidas, escondidas, porque são feias, né, entre aspas, são meio fracas, frágeis, então, precisa trazer à tona isso, que tá tudo escondido.

CAROLINA: Agora eu queria que você me contasse um pouco sobre os projetos em que você atua como facilitadora. Ou dos projetos que você atuou, na ordem cronológica, ou vai falando.

SARA: Então, o primeiro projeto que eu trabalhei com justiça restaurativa foi esse que eu te falei, ele começou em 2010. Foi um projeto piloto que chamava, que tá pra sair a publicação, se você quiser eu posso... eu te passei isso?

CAROLINA: Ainda não. Eu vou te cobrar então.

SARA: Pode cobrar. É, o livro tá pra sair, só não saiu ainda porque, agora ele já tá no processo de gráfica.

CAROLINA: Vai sair bonitinho, impresso?

SARA: Vai.

CAROLINA: Ah, depois eu vou querer um.

SARA: Vai sair impresso e vai sair também na versão...

CAROLINA: PDF, assim?

SARA: É, bom, vai ficar no site do CDHEP, vai circular na rede também.

CAROLINA: Ah, depois eu vou querer uma impressa.

SARA: Tá bom, com certeza. Então, esse projeto, eu vim pra cá pra coordenar ele aqui no CDHEP né, porque a B. e a M. não tinham..., elas que tavam compondo o grupo gestor, e esse grupo gestor era formado pelo CDHEP, PUC de São Paulo, o pessoal da psicologia social, (respira fundo) Poder Judiciário, até respirei fundo, que eram dois juízes, você deve ter ouvido falar, já deve ter lido alguma coisa deles. Agora tem dois livros também, se quiser que eu mando pra você, me cobra, que é processo de justiça restaurativa em São Caetano e em Paraisópolis, você tem?

CAROLINA: Tenho. Paraisópolis?

SARA: Não, Heliópolis.

CAROLINA: Heliópolis.

SARA: Você tem? Então tá bom, então não precisa. Que eu tenho eles em versão PDF também, se precisar. Então, mas é, nessa época, apesar de ter feito o curso, tudo, é, eu tava bem no início da minha formação também, né, não que eu não tô ainda, né. Aí então tinha o CDHEP, tinha a PUC, Poder Judiciário e a Mediativa. Essa... é uma organização que também trabalha, faz formação de justiça restaurativa, então o CDHEP meio que contratou a Mediativa né, porque também não tinha tanto, né... tanto a M. como a B., que eram as pessoas que nesse momento tinham mais condições de dar formação, tavam muito fora do Brasil nessa época, até fazendo formação também, e aí... então, comecei nesse pé. Nesse grupo gestor super tenso, né, você deve imaginar, bem diverso né? (risos) Então tinham questões, desde questões ideológicas, mas também tinham questões claras assim de desigualdade, várias desigualdades, né. E a desigualdade social também foi uma coisa que foi muito forte. Gerenciar isso nesse processo foi muito complicado.

CAROLINA: Dentro do grupo gestor?

SARA: Dentro do grupo gestor. Dentro do grupo gestor, porque nós éramos do Capão Redondo, né, e as pessoas...

CAROLINA: Eles eram juízes.

SARA: ...tentando, é, e nós tínhamos o dinheiro (risos) nesse momento.

CAROLINA: Ah é?

SARA: É que o CDHEP era o único, a única organização que podia receber. A verba. Então, nós tínhamos o dinheiro, e a gente podia... o grupo gestor decidia gerenciamento, mas a gente podia dizer "não, isso a gente não concorda, aí a gente não vai pagar" e aí tinha o "ahhh!", né? Tipo, quem são você, né, pra... Mas foi um processo de bastante aprendizado, muita aprendizagem, né? E

agente cometeu várias... então o livro demorou, acredito, pra sair também, porque a gente optou por fazer, escrever esse livro contando todas as coisas que deram certo, porque geralmente os projetos piloto só contam tudo que deu certo né, e todas as coisas que a gente precisava pensar muito sobre. Não vou dizer que deu errado, mas assim, tudo que foi desafio, e todas as coisas que assim, toda a cozinha mesmo, as tensões, as desigualdades, então acho que ele ficou um pouco preso também por causa disso, porque não era um livro é, fácil de ler, né, as pessoas quando chegaram, quando começaram a ler lá na Secretaria de Cultura, eles ligaram aqui pra perguntar se era isso mesmo, “Vocês mandaram o relatório certo, é isso mesmo?”, tal. “A gente tá achando um pouco ousado”, mas foi um combinado do próprio grupo gestor. De que isso deveria, até porque se a gente tem a intenção de replicar a experiência, as pessoas também precisam saber que tem grandes empecilhos, né, tem grandes coisas que precisam ser pensadas aí no processo. Então foi 2010 a primeira.

CAROLINA: E o que fazia esse projeto?

SARA: Ah, então, esse projeto era, a gente iria atender oito casos em São Caetano, e oito casos aqui em São Paulo, de crimes graves, que envolviam adolescentes que estavam em conflito com a lei. Em São Caetano a gente começou o processo desde o conhecimento, quando o adolescente entrava no fórum ele já era convidado a participar do processo, e aí desde o primeiro contato com o promotor, com o juiz, e depois a sua audiência, entre aspas, já era um processo circular. Em São Paulo... foi muito difícil, e a gente conseguiu fazer só na fase de execução, na medida socioeducativa, liberdade assistida. Também oito casos, de crimes graves, e agente fez a maioria aqui na região do Jardim Ângela e Capão. Então, acho que... nós éramos também bastante inexperientes nessa área, então foi a primeira vez que eu facilitei um círculo. Um círculo... foi eu e o O., foi um caos o círculo (risos), deu um monte de coisa errada, mas aí foi bacana também pensar sobre esse erro, e perceber aonde que estavam as falhas pro próximo tomar conta. É mais ou menos isso. Tá, depois desse daí, terminou em 2012 e aí eu fui pro Tecendo. Tecendo Redes de Cuidado.

CAROLINA: Também era de justiça restaurativa?

SARA: Era. Você tem ele também?

CAROLINA: Tenho, algum livrinho, acho.

SARA: A cartilha, né? Então, Tecendo Redes era também, Tecendo Redes de Cuidados, fortalecimento e formação da rede de garantia de direitos da criança e adolescente, então a gente além de fortalecer uma rede, no território, a gente ia fazer a formação dessas pessoas, dessa rede, em justiça restaurativa, e acompanhar casos. Foi a partir do Tecendo Redes, 2012, que a gente fez esse que eu tô agora, 2013... é 13?

CAROLINA: 14.

SARA: Tá, em 2014 (risos) desculpa, hein! 2014 que eu vim pra esse que chama, é um projeto grande, o nome é grande, Redução da... resumindo ele é, eu vou pegar o nome inteiro dele pra você, mas ele é Violência de Gênero, Sexualidade e Práticas de Justiça Restaurativa. Então esse aqui além das 80 horas de justiça restaurativa, a gente fez 20 horas em gênero.

CAROLINA: Na formação?

SARA: Então discutir... na formação, poder conversar com o professor... que também o... esse agora que é violência de gênero, a gente também tá trabalhando com o sistema de garantia, então escola, UBS, equipamentos da assistência social e... agora, o Tecendo Redes foi no Capão Redondo. Esse, o Violência de Gênero é no Jardim Ângela. Então a gente tá trabalhando com eles, desde o básico, o que eles entendem por gênero, e depois sobre sexualidade. Basicamente, toda a formação de gênero é para entender um pouco, identificar. Então, por exemplo, como que os conflitos na escola ou na UBS têm esse viés de gênero, que muitas vezes a gente não percebe ou não nomeia, ou não sabe o que é. E tá sendo bem interessante, esse grupo tá com a gente desde abril. Então a gente fez uma formação de abril até junho, aí a gente teve uma folga em julho, em agosto a gente voltou pra fazer práticas e gênero, vai até 12 de novembro e depois começa, a gente já começou a fazer alguns casos também, com esse grupo. Esse projeto prevê uma pesquisa também, está sendo bem interessante. Nesse meio termo aqui, né, entre uma coisa e outra ou junto com tudo isso, eu comecei a trabalhar

no núcleo, o projeto... o CDHEP tem um projeto pra implementar núcleos comunitários, em São Paulo, no Embu e em Fortaleza. Em Embu a gente trabalhou um ano mais ou menos lá, na formação, e acabou não dando certo. Por algumas questões políticas, então... E aí eu... como eu também trabalho em outro lugar, e também tenho duas filhas, uma pequena inclusive, eu prefiro não viajar muito pra fazer coisa fora. Prefiro fiar mais responsável aqui, responsável por São Paulo. Então a gente tocou em 2013, eu e a E. a gente tocou juntas o projeto da, 2012, 13, o grupo que você participou. Então era eu e a E. que ficamos... articulação, divulgação, supervisão de caso, triagem, tudo a gente que fazia.

CAROLINA: Tá. O Tecendo Redes tinha atendimento? De casos, ou era só formação?

SARA: Então, a partir do Tecendo Redes... tinha mais discussão de casos, mas o Tecendo Redes que alimentou o núcleo, bom o Tecendo não tinha formação no núcleo do Tecendo, mas era o Tecendo Redes, esses, as pessoas que participaram do Tecendo que foram alimentando, enviando os casos, pro núcleo comunitário. E também foi no Tecendo Redes que a gente percebeu o quanto que a violência de gênero e a questão também da sexualidade eram temas geradores de muitos conflitos, principalmente na escola, e na assistência. Então, por exemplo, adolescentes travestis que chegam no abrigo, e não têm um lugar, e precisam abrir mão da sua identidade pra ficar nesse lugar então tipo, aí, tem que virar homem, cortou a unha da menina, cortou o cabelo, fez trocar de roupa, pra poder ficar no abrigo. Então, como é que a gente poderia, de uma maneira restaurativa, trabalhar esse caso. Além de querer prender todo mundo do abrigo (risos). Mas é assim, foi um caso que trouxe bastante tristeza pra gente, mesmo porque a gente não conseguiu abertura no equipamento pra fazer o processo, né. Então, discutia essas coisas também, né. Esses dias mesmo o N. e a A. foram, sexta-feira, fazer um processo, um círculo de diálogo com um equipamento também da assistência, um CCA, porque tem um adolescente que é homossexual e o educador, e a equipe não sabe, não sabe como lidar com esse menino, e as crianças também não. Então a ideia inicial era tirar o menino do CCA, daí a gente quer, a proposta é ir conversar e dizer qual... escutar um pouco também o que o educador tem para dizer sobre isso. E aí eles fizeram um círculo de diálogo a princípio, pra pensar depois quais são os encaminhamentos, que tipo de trabalho que a gente poderia fazer também com as crianças... quando eu falo também a gente fazer, é fazer junto com o educador né, que a gente pudesse também fazer essa conversa com as crianças, o que que é essa... homofobia, porque que essa... essa não aceitação desse menino. Porque, geralmente o que a gente faz é mandar embora, da escola, do CCA.

CAROLINA: Sobre esses projetos que você tá atuando agora então, o de gênero e... o núcleo você ainda tá?

SARA: Tô (risos). Mas o núcleo também... tá uma preocupação muito grande porque, porque fora isso ainda tem um projeto novo que a gente tá fazendo justiça restaurativa e escola. Porque, a partir da formação do Tecendo Redes e de outros anteriores também, teve uma reformulação no ensino público municipal de São Paulo. Então o plano Mais Educação traz de novo a possibilidade pra escola gerenciar de uma maneira bastante punitiva os seus conflitos. Então traz à tona a autorização, agora legalmente falando, de suspensão, advertência, e até transferência compulsória dos alunos. E duas escolas lá da região optaram por colocar no regimento escolar que o primeiro processo em caso de indisciplina, comportamento inadequado, conflito, eles optariam por... o primeiro procedimento seria um procedimento restaurativo. E depois, então né, duas escolas, então são dois diretores que fizeram a formação, e articularam a escola, explicaram o processo e a escola votou, né, uma decisão coletiva de que a escola optaria por essa ação restaurativa. E aí agora a gente vai formar essa escola pra que essa escola, essas duas escolas, realmente se tornem escolas... o que que é isso, o que é ser uma escola restaurativa? É fazer círculo, pergunta? Não, né? Então como é que a gente pode construir, fortalecer outros espaços de participação, de... a própria gestão da escola tem que se repensar, o conselho de escola. Então também tem um...

CAROLINA: Esse tá começando?

SARA: É. Pensar... então eu também, tô... eu tô envolvida também nisso aí. Mais ou menos (risos).

CAROLINA: Entendi. Então, mas assim, mais pro núcleo e pro projeto de gênero, como é que vocês escolhem quais são os casos que vão ser atendidos? Quando vai fazer uma facilitação, quando vai começar um processo restaurativo?

SARA: Como a gente escolhe? Então, sempre a pessoa conta um caso. Hoje não sou mais só eu e a E., ainda mais que a E. não tá mais aqui, tá no CRAVI, que faz a triagem. Então se alguém liga aqui a gente vê já quem é a pessoa disponível pra ouvir, pra escutar. Então a gente escuta, e geralmente não é também a pessoa sozinha quem decide. A gente ouve a queixa, ouve o caso, conversa com no mínimo mais duas pessoas e diz “olha, entrou em contato aqui o SASF, eu ouvi a assistente social, ela falou que é assim, é o caso de uma família, tal, tal...” e aí a primeira pergunta é: esse caso é um caso... cabe um círculo nesse caso, cabe uma prática informal, né, vamos ouvir os envolvidos, não vamos, seguindo esse caminho. Geralmente a gente, é, acredita que todos os casos são possíveis. Os casos que a gente tem muita dificuldade e que geralmente não vão pra frente são casos que envolvem uma temática de drogadição. Então, se tem um dos envolvidos, por exemplo, às vezes é o filho, ou o companheiro, e tem uma questão muito forte de drogadição, a gente não tem tido muito sucesso nesse caso. Família que tem, assim, uma necessidade... às vezes é usuário de crack... então... não vai. Às vezes a gente trabalha o apoio com a... fortalecimento dessa família, mas sem, muitas vezes o, vou colocar entre mil aspas aí né, o mais envolvido. Ou o que nesse momento tá sendo o bode aí dessa família. Então, no caso de drogadição é o que a gente tem tido mais dificuldade.

CAROLINA: Mas como que vocês fazem pra discutir onde que cabe um círculo, onde não cabe? O que vocês mandam para outro lugar?

SARA: Então, às vezes quando a mãe, vamos dar um exemplo, geralmente a gente não manda para outro lugar, a gente sempre faz junto, então, o caso de drogadição a gente sempre pede uma ajuda pro CAPS, ou pra alguém da saúde pra gente pensar uma possibilidade. E no caso de violência sexual, a gente sempre trabalha junto com o pessoal do Herdeiros do Futuro, que eu acho que seria também uma pessoa bacana de você olhar. Porque eles trabalham aqui próximo e eles trabalham, agora eles estão também fazendo o atendimento do agressor, do vitimizador. Então às vezes um caso chega, então, por exemplo, já veio gente que veio direto pra cá pra contar o caso de um, do filho que tinha sido violentado, pelo sobrinho mais velho, e ele não queria nesse momento ter uma... porque era um menino de treze... um menino de doze e um de sete. Doze e ele ia fazer treze. E mora todo mundo junto na mesma casa, tal. Então, a gente... primeiro eu liguei pra D., fui pedir ajuda pros universitários, ouvir um pouco o que ela... mas tinha uma necessidade muito grande também da pessoa de... falar sobre isso com o pai, né, falar sobre isso com o irmão, que é o pai do vitimizador. Falar sobre isso com o filho... e eram, todos eles eram homens, e eles tinham muita dificuldade de conversar sobre isso. Sobre tudo. E aí a gente falou, cabe, um círculo aqui, mas essas pessoas precisam de outras coisas que a gente não pode oferecer, então, por exemplo, a criança precisava fazer um trabalho mais especializado de um psicólogo, ou de uma pessoa... de um psicólogo que trabalhasse essa questão da violência sexual. Então a gente fez o trabalho junto. Quando, por exemplo, outro caso que chegou na triagem, que a mãe teve a filha assassinada pelo companheiro. A gente também fez junto e encaminhou a mãe pro CRAVI. É como assim, como se a pessoa precisasse... precisa de um apoio, ela vai ter esse apoio ou antes ou durante, ou antes, durante e depois do processo. Né, então acho que a gente não, não descarta o caso, a gente sempre ouve quem traz a queixa, ouve pelo menos mais um envolvido, pra depois dizer não, isso não vai, isso não vai... mas é muito difícil não ir, não caber o processo. Mas eu acho que a questão da drogadição é o que a gente hoje tem... é uma coisa que a gente tem falado muito sobre isso aqui no CDHEP, que a gente precisa até estudar um pouco mais sobre isso, sobre esse tema.

CAROLINA: Mas mesmo no projeto de gênero, você não tem um recorte de quem vai ser atendido? Ou só atende caso que tem questão de gênero envolvido?

SARA: É, não, no caso de gênero a gente tem, agora, especificamente um recorte, nesse projeto sim. Né, então, por exemplo, tem esse caso do CCA, que tem uma questão de gênero, esse de sexualidade. Tem um caso da menina também que veio da defensoria pública, que foi um caso de gênero, que veiculou o vídeo dela pela internet. Na questão de gênero a gente tá tendo um recorte, um olhar mais específico.

CAROLINA: E chega caso lá que você manda para o núcleo? Que não tem a ver com gênero, ou não?

SARA: Tem, por exemplo, tem um caso da escola mesmo que veio que a gente achava que seria o pessoal da Juventude que deveria acompanhar. Então a gente meio que fez um câmbio, assim, mesmo porque o pessoal do gênero já tinha muito caso, tem dois casos para três facilitadores é muita coisa né. Então a gente acabou trocando um pouco com o pessoal de gênero, do Juventude, pra eles fazerem o caso de dois adolescentes que vieram, até porque também a gente acha que quando tem assim... o adolescente, muito jovem, quando tem um jovem é bem bacana, esse processo de, de identificação, a vinculação é mais tranquila, quando tem, por exemplo, outro dia mesmo veio o caso de um adolescente que é homossexual, então o N. atendeu. Então ele chegou bem resistente, não queria falar com ninguém e tal. Quando ele viu o N., que é homossexual, ele topou na hora participar, então conversou, falou várias coisas que eram, talvez pra mim ele não teria dito. Então a gente também, olha às vezes o caso e fala assim, esse caso tem mais... por exemplo, pra trabalhar tem questão de equipe, conflito de equipe. A gente, por exemplo, que a M. tem mais perfil pra trabalhar com equipe porque ela é mais direta, pá, pá... a gente acha que a gente é mais um pouco, ahn... meio psicológico (risos). Algumas, é a gente acaba usando um pouco também, não tem como você se livrar dos seus, falar assim, não, não vai... a sua formação, né, você deve pensar um pouco sobre isso também, tem a formação inicial da pessoa, o psicólogo, o assistente social, ela vai levar também pro processo, pra facilitação, também essas informações. E essas, esses registros que ela tem, então quando a gente vai fazer uma leitura, então acabei também de fazer um curso de constelação familiar, então quando eu vou pra um processo circular ou eu vou fazer um pré-círculo eu já vou olhando pra pessoa com essas questões também, então eu olho o corpo, também dor, também eu vou misturando algumas coisas também, não tem jeito. Que, por exemplo, quem não tem essa formação, um cientista social que é mais, ele é mais direto... usa... eu acho que usa mais a metodologia pura, eu acho, sei lá, não sei, é uma hipótese (risos).

CAROLINA: E você acha que isso é bom ou ruim? Essa formação, por exemplo, do psicólogo do assistente social.

SARA: Essa mistura? É, às vezes é bem perigoso, viu Carol. É, às vezes a gente fica meio... vou usar até o termo que o povo usa aqui, psicologizando um pouco. É mas a gente tem, a gente tem que separar um pouco, melhor. A gente tem que dizer não é terapia, não é terapia... de vez em quando acende uma luzinha vermelha, assim na... vamos ser mais diretos na...

CAROLINA: Como que é o encontro de Justiça Restaurativa? O que você faz quando... em um encontro? O processo inteiro.

SARA: Geralmente... é, processo inteiro, geralmente alguém traz a questão, pode ser um envolvido ou não. A gente ouve a pessoa, depois faz contato, geralmente contato telefônico com os envolvidos. Convida para vir aqui. Aí faz a primeira conversa, que a gente já chama de pré-círculo. Convida as pessoas a participar do processo, se tem interesse, se não tem, explica direitinho o que que é. Então às vezes é difícil para a pessoa entender o que é uma facilitação, a gente fala como... uma mediação, onde as pessoas vão poder falar desse conflito. Não vai ter um julgamento... Não vai ser uma briga, tem que explicar... Então faz o pré-círculo. Quando todo munda tá, entre aspas aí "preparado", a gente marca um encontro, que é o círculo. Aí no círculo, geralmente a gente tem um... a gente cria um roteiro com algumas perguntas que a gente acha que são importantes pra tratar do assunto. E depois feito o processo do círculo, a gente faz um pós-círculo, geralmente, pra ver se teve alguma proposta, se essa proposta tá sendo cumprida, quais são as dificuldades que as pessoas tão tendo ainda. É isso.

CAROLINA: Tá. Pensando nas partes dos processos, primeiro tem os pré-círculos, certo? Como você faz um pré-círculo ser um pré-círculo? O que você faz exatamente que configura isso como um pré-círculo? Qual o objetivo dele?

SARA: O objetivo dele, desse processo, é justamente assim... A gente seguir bem aquelas perguntas mesmo, entender o que está acontecendo. Minha conversa é: entender o que está acontecendo, entender como a pessoa se sente em relação a isso, o que ela pensa sobre isso, se ela consegue identificar quem foi afetado por essa situação, se... o que pode acontecer para mudar essa situação e o que é de responsabilidade dela nessa mudança. Então, muitas vezes identificar o que a pessoa tá sentindo, não é no primeiro encontro às vezes, sabia? Muita gente não consegue identificar o que que eu sinto em relação a isso: "Ah, não sei". Então não consegue nomear. Então a gente trabalha pra pessoa identificar e nomear o que ela tá sentindo. Então tá sentindo raiva, que parece que

ninguém mais é autorizado a sentir raiva, nem ódio. Então a pessoa fica sentindo um monte de coisa, dando vários nomes: “Ai, me sinto frustrada, decepcionada”. Tá, mas que que é isso, né? Quando você fala sobre isso, ou quando você pensa sobre isso, que sentimento que vem, né? Tenho raiva, tal... Então, como é que eu vou ajudar ela a falar sobre essa raiva. E depois... É mais ou menos isso, o processo do círculo. Então, entender o que tá acontecendo, como ela se sente, o que ela pensa, quem mais ela acha que foi afetado, que que tá sendo mais difícil pra ela, é esse o processo, ajudar ela a identificar esses aspectos.

CAROLINA: E no círculo, então?

SARA: No círculo? No círculo é mais ou menos também muito parecido com o pré... Só que daí as pessoas vão conversar juntas. Dependendo do círculo, se for um círculo, por exemplo, que é um vítima-ofensor, tá claro que houve um assalto, um crime, uma briga e você sabe quem foi que bateu, quem é o ofensor, é um círculo que tem... Né, esse caso que teve do adolescente, que você tava no dia da supervisão, o V. era o, o menino era o culpado. Então, a gente fez um vítima-ofensor. Então, no círculo o que é muito importante, para o facilitador e para as pessoas, é ter claro qual é o objetivo. Então, pra que que a gente está vindo aqui? A gente tá vindo aqui pra falar sobre o que aconteceu entre fulano e fulano, né? Quem foram as pessoas afetadas com essa ação e o que a gente pode fazer pra minimizar, né? Esses danos, essas coisas que acontecem, o sofrimento que as pessoas tão passando... Eu acho que o círculo é... tomar muito cuidado com isso, pra não perder porque que nós estamos ali. Então, porque você pode... É muito difícil... Como a gente fez o outro círculo que tinha o adolescente que assaltou e a professora que foi a vítima, né? Ele tinha muito medo de ser agredido pelo companheiro da professora e a gente também (riso). “Que que será que vai virar isso?” Mas dizer, a gente começar o círculo já dizendo, então ele tá aqui e ele já assumiu o que ele fez. A gente não tá aqui pra discutir se ele fez ou não fez. Ele já disse “eu fiz”. E ele reconhece isso e se responsabiliza por isso, então vamos falar sobre esses impactos. Acho que o círculo é muito parecido com o pré-círculo, mas aí é uma maneira de eu dizer pra você o que eu pensei, o que eu senti, ouvir, o que que a minha ação causou em você, como é que eu te afetei em relação a isso e depois poder construir uma proposta, um acordo que seja bom, né? Ou melhor, possível para nós dois.

CAROLINA: E o pós-círculo?

SARA: No pós-círculo eu acho que é como se fosse fazer um... checar as coisas, sabe? Geralmente a gente dá um mês e pouco né, alguns a gente não conseguiu fazer, por exemplo, no R.R. é um lugar que eu quero muito ir, é, porque foi um caso do menino que morreu afogado. Porque a presidente mantém contato com a gente, então diz que teve algumas mudanças, uma das professoras foi readmitida, então tem muita coisa bacana que aconteceu depois, né? Que eu queria saber como é que tá a vó do menino, né, como é que essa família se reestruturou, e entender um pouco o impacto mesmo dessa metodologia, como é que foi... porque foi muito difícil falar daquela morte, da dor que causou. Mas acho que foi muito curativo também. Então o pós-círculo é olhar, juntar as pessoas de novo e entender “olha, isso tá dando certo”, mas não, não tá dando certo, dizer que “ah, porque você não fez nada”, né, então, porque que não tá dando certo, o que tá faltando? Talvez tá faltando, no caso do rapaz, né, o menino que assaltou a professora, e entre o círculo e o pós-círculo ele foi preso de novo. Mas daí ele foi pro CDP, que já tinha 18. E aí a gente percebeu né, que... no círculo mesmo já ficou claro que era um menino que não tinha nenhum tipo de apoio. O único apoio dele eram as pessoas da liberdade assistida. Então era um menino que tava muito fragilizado, então talvez ele precisasse de um pouco mais de apoio nessa situação. Cuidar um pouco mais daquela mãe, que tava em situação de drogadição. Então sozinho, às vezes não dá. Às vezes a gente mesmo acha isso pra gente, fala “sozinho eu não vou”, então falta muito apoio né. Então o pós-círculo é pra ver isso, se tá, alguma coisa não tá dando certo nesse acordo, que que tá faltando então? Que que precisa mexer, né? Só checar mesmo se as coisas deram... o impacto disso também nas pessoas.

CAROLINA: Pensando agora na sua experiência, Sara, facilitando círculos, pré-círculos, fazendo todo esse processo. Você acha que você consegue cumprir os seus objetivos?

SARA: Olha, eu consi... em alguns casos. Eu acho que a maior dificuldade é das pessoas... também, por exemplo, o caso do adolescente que tá no abrigo agora. Então parece que ele é o único culpado pelas coisas que estão acontecendo, então é muito difícil as pessoas se responsabilizarem e perceberem que todo mundo tem uma parcela nesse con... esse conflito tem uma história, e que nessa história ele não é protagonista o tempo todo, né, não é só ele que tá fazendo um monte de

coisa errada. E as pessoas se responsabilizarem, acho que esse é... principalmente quando a gente tá falando do sistema de garantia.

CAROLINA: E porque você acha que existe essa dificuldade das pessoas se responsabilizarem?

SARA: Eu acho até por conta dessa cultura punitiva aí, sabe? Dessa coisa de sempre tem um culpado, e geralmente esse culpado não sou eu, né, a gente transfere um pouco a culpa pro outro. Então romper isso eu acho que é o maior desafio que a gente tem, no processo. Então, as pessoas do abrigo perceberem que aquela estrutura, aquele serviço, a atuação do psicólogo, a atuação do educador, é tão violenta quanto a ação do adolescente, é... um trampo, como diria a minha amiga L., é um trampo. Porque as pessoas, por exemplo, têm um discurso de que... eu acho que é como você se relaciona, percebe o outro, então parece que o abrigo tá ali fazendo, prestando um favor pras crianças. Então, e foi uma fala dele né, por exemplo, uma menina que não era, não tava no processo com a gente, mas o adolescente contou esse caso. Então a menina tava bem violenta, porque queria contato com a família, não tava conseguindo, tal, e ela começou a chutar a máquina de lavar, a chutar as coisas na casa. E aí a fala da gerente foi justamente essa, falou “olha, você tem que agradecer porque você tá aqui. Então se você quebrar as coisas, então você vai pra rua.” Né, então, essa ação não é vista como uma ação violenta, não é vista como uma ação destrutiva. Mas chutar a máquina de lavar sim. Então como é que a gente pode... eu acho que o desafio nosso é esse. Pedir pra essa pessoa repetir essa fala e ela ouvir e começar a identificar também o quanto que ela é violenta na ação. O quanto que ela olha pra essa criança como esse adolescente roubou alguma coisa, não reconhece ele como sujeito de direitos. Então isso tudo é difícil. Mas eu acho que é um caminho possível, porque é convocar as pessoas pra se responsabilizar. Né, então, tô aqui prestando um serviço, e que serviço é esse? E do mesmo jeito que o abrigo é responsável, o CREAS também é responsável porque não fiscaliza. Além de fiscalizar, eu acho que não supervisiona com qualidade. As pessoas que tão ali não sabem qual sua função, então o educador não consegue identificar a responsabilidade que ele tem na formação da personalidade, da identidade daquela criança. Não percebe, ele acha que ele tá ali pra... uma coisa meio de carcereiro, sabe, de vigiar... mas não de criar um vínculo, de ser uma referência, de conter aquela criança, né, entender que ela tá passando por um processo de violência, que ela é vítima também da situação e que não é só o culpado né, então eles são culpados por tudo. E agora mesmo eu passei lá e eles estão colocando uma chapa de ferro no portão. Que o portão é de grade né, como o portão de qualquer casa, que é uma casa, e vão colocar uma chapa de ferro pra eles nem verem a rua e nem pras pessoas de fora verem as crianças, que ele são... perigosos. Então, isso é, eu acho que a maior dificuldade é essa de o outro também perceber o quanto que ele é responsável. Mas a gente consegue, e às vezes a pessoa, quando cai a ficha assim, muita gente vai embora do serviço, a pessoa pede a conta. Então o educador que participou do processo falou “eu não posso mais trabalhar lá, não desse jeito.”

CAROLINA: Você falou um pouquinho de como... de alguns dos desafios. Mas você também falou um tempo atrás de um círculo, que você falou que deu tudo errado. Eu queria... uma pergunta assim sobre o seu modo de fazer, você acha que você mudaria alguma coisa, que você precisa mudar alguma coisa no seu modo de estar no círculo, de estar no processo?

SARA: É, eu acho assim que uma coisa que eu me cobro bastante, e uma coisa que a gente se cobra muito aqui no CDHEP é muito essa questão do tempo de formação, sabe, de tempo de se preparar mais, de olhar pra essas questões, né? Por exemplo, uma coisa que tem chegado muito são... nos últimos quinze dias, a gente conseguiu identificar, por exemplo, quatro mulheres que chegam aqui, todas elas com filhos adolescentes, todas elas mãe de família, todas elas falando de uma solidão, de um cansaço, de uma tristeza, de uma desistência. E aí a gente quase... pensou assim, bom, o que a gente poderia fazer como um trabalho com essas mulheres, se a gente não consegue nesse momento tratar as famílias? Todas elas têm filhos que estão em drogadição, todas elas... têm muitas coisas em comum, né, será que a gente podia fazer alguma coisa que junta? Tá num momento de parar, de pensar... todo mundo, né? De produzir, de agregar, que a gente quase não tem tempo pra isso, então isso é uma coisa que a gente precisa mudar como um todo... e eu também, assim, trabalhar em dois lugares pra mim é muito difícil e... aqui também, no CDHEP fazer várias coisas também, é muito, consome muito então, estar no gênero, agora pensar na escola e no núcleo, são três coisas que exigem muito. E aí a gente começa a fazer tudo mais ou menos. Então chega, vamos pensar a pergunta e tal, tal, a pessoa entra, então não dá pra ser assim. Então isso eu acho que tem que mudar. Muito rápido e... o círculo que não deu certo, o primeiro círculo que a gente fez foi eu e o O., então você vê a loucura que nós entramos, então era o adolescente que matou o colega. Melhor

amigo. Por acaso, não foi, né, ele deu um... eles estavam conversando sobre como eles iam fazer pra repreender uns caras que roubaram a bicicleta deles, então eles arrumaram uma arma e estavam simulando como é que eles iam chegar no lugar e a arma disparou. Aí esse adolescente ficou na Fundação Casa, tal, tal, aí ele volta, ele retorna, volta pra rua da casa dele, pra escola, e todo mundo olha ele como sendo o assassino do melhor amigo. Então, qual o objetivo desse círculo? Então a gente tinha um milhão de objetivos. A gente tinha o conflito dele com a escola, era uma coisa. O conflito dele com a família do adolescente que foi morto era outra coisa. O que a gente pensou, na época, que a gente podia usar... a partir desse tema fazer uma discussão na escola sobre a questão da violência, sobre a questão do desarmamento, a gente fez tudo isso num círculo só. Imagine você. Então o adolescente, então tinha muitas pessoas, tinha uma pessoa do Sou da Paz, tinha uma pessoa, várias pessoas da escola, tinha uma pessoa... não sei se era guarda civil. Tinha muita gente. Da rede... e, na verdade, o adolescente, o que ele queria, a necessidade dele? Era conversar com a vice-diretora da escola e com a diretora, com as pessoas da escola mesmo, era a primeira coisa. De como ele se sentia perseguido naquele lugar, de como ele, de como tava difícil pra ele, difícil voltar. E aí no dia do círculo, a vice-diretora que era a pessoa que ele mais queria dizer coisas não tava. E aí ele falou "pra mim o círculo não tem mais nenhuma função". E a gente na ânsia de fazer e tal, a gente manteve o círculo, mesmo ele dizendo isso. Então foi uma... uma sequência de erros, né? Entendeu? Ele disse "não eu... não vou dizer nada". E ele não disse. A peça passou na mão dele, "eu não vou dizer nada". E aí... depois ele só disse uma coisa quando a diretora falou assim "Ai, porque a gente ouve os alunos, a gente..." não sei o que, não sei o que, ele pegou e falou, a única coisa que ele disse foi assim "Eu não concordo com você". Então foi uma coisa assim, foi muito ruim na época, mas muito bom depois quando a gente pôde sentar, friamente, né, apesar de toda a culpa que nós sentimos, eu e o O., na supervisão poder destrinchar isso. E a supervisão também era muito difícil, né, porque a gente fazia supervisão com a Mediativa na época. Era uma supervisão muito truncada. Por quê? O pessoal da Mediativa, eles não tinham dimensão, então, porque eles sempre trabalharam aonde? Eles trabalharam nos Jardins, entendeu? Não no Jardim Ângela.

CAROLINA: Eles trabalhavam com outro tipo de problemas totalmente, é?

SARA: Então, era questão de conflitos familiares, né, mas também não eram *conflitos familiares* que a gente tá acostumado a ver aqui. E aí, elas ficavam meio... quando eles, os facilitadores começaram a trazer as histórias, elas ficaram muito apavoradas. Tipo, a gente não vai dar conta disso. E aí eles queriam sempre fazer um recorte pro fortalecimento familiar. Era sempre isso. E não era só isso, né, então, as coisas eram outras, é... tinham várias violações de direitos das crianças, dos adolescentes, que a gente queria discutir no círculo e elas não queriam. Então era... era muito frustrante. A própria supervisão era muito frustrante.

CAROLINA: Daí ela falava pra você, por exemplo, "você tem que fazer isso", assim, focar nesse fortalecimento, e daí você não fazia...

SARA: Não. A gente fazia outra coisa.

CAROLINA: Porque você não fazia?

SARA: Porque a gente achava que isso era pouco. Assim (risos), não era... não era pouco e não era o foco nesse momento, né? Mas também a gente não sabia muito bem como fazer. E a gente fez, por exemplo, esse círculo, apesar da supervisão e da orientação dela, ela sabia que ia ser um círculo grande, tal. Foi bem traumático, assim, a professora depois ficou, a professora que pediu o círculo, a diretora queria até abrir um processo contra ela, porque se sentiu exposta. Foi bem, bem, negativo na época, mas agora eu acho que foi assim, uma... um marco pra gente, né? Olhar isso, então, vamos com mais calma, então às vezes é assim, não é fazer um círculo desse tamanho, você pode começar com uma conversa entre duas pessoas, depois você vai pra quatro, né, não é tudo, não vamos resolver tudo de uma vez, vamos resolver isso, depois outra coisa. Então isso foi... foi bom pra isso né.

CAROLINA: Vocês costuma trabalhar com um co-facilitador, então?

SARA: Com um co-facilitador? Nesse caso aí o O. era o facilitador e eu era co. Sempre tem que ter uma pessoa no círculo, não dá pra ser sozinho não.

CAROLINA: E como que é? Porque que tem essa necessidade?

SARA: Então, por exemplo, lá no círculo que a gente fez em Parelheiros, tava eu e a E.. Então a primeira pergunta que a E. fez foi sobre o que aconteceu, “se você consegue lembrar o que aconteceu no dia da morte do menino. Então, o que você lembra desse dia, né? Conta, o que aconteceu na hora que você ficou sabendo?”, então as pessoas foram falando isso. Aí quando chegou na terceira ou quarta pessoa ela não aguentava mais ouvir. Porque as pessoas estavam chorando muito, tavam sofrendo muito, e tal. E aí eu percebi isso, não que não tivesse pra mim também, mas eu vi que ela já tinha perdido até o rumo, não sabia nem qual era a próxima pergunta do nosso roteiro. Então antes de chegar nela eu, eu era a pessoa antes dela, eu dei um sinal, segurei na perna dela e falei alguma coisa, né, fiz um... como se tivesse fazendo uma síntese, né, daquela dor, não sei se é possível isso, mas dizer o quanto estava sendo difícil pras pessoas, mais que a gente acreditava que era a partir da expressão dessa dor que a gente poderia dar um lugar pra ela diferente, criar um significado, poder tocar a vida e tal. E aí ela agradeceu, falou “se você não tivesse falado isso eu não sabia nem o que eu ia falar”. Então acho que quando a gente trabalha em grupo em psicologia, é, eu sempre trabalhei também com o, mesmo quando eu trabalhava em consultório, eu trabalhava sempre com grupo, então eu acho que é como se fosse, né... usando essa, psicologês, é como se fosse o nosso ego auxiliar, sabe? O co-facilitador às vezes ele tem uma função, no caso, só de anotar pra ajudar a fazer o... ele anota algumas coisas, fica de olho na necessidade do grupo, às vezes o facilitador tá pensando muito no processo, nas perguntas, observando as pessoas, mas ele tá ouvindo... O co-facilitador vai anotar também as necessidades que estão sendo ditas ali, que pode ter escapado, que não era a pergunta, né, mas a pessoa já falou sobre isso, “ah, eu queria muito que fosse pedido uma desculpa, do mesmo jeito que você veiculou as minhas fotos na internet, eu queria que você veiculasse um pedido de desculpas”. Pode passar batido, apesar da importância, o co-facilitador anotou isso, e na hora de construir o acordo, né, a proposta restaurativa ele vai dizer olha, o fulano pediu isso, o beltrano pediu aquilo, acho que é importante retomar essas coisas, então é muito importante. O papel do co-facilitador é muito importante. Ele é o apoio do facilitador. Até brinco muito com a B., né. Desde que não fique mandando umas notas, uns bilhetes com umas letras feias, né, porque a B. acha que tem que perguntar uma coisa ela manda uma mensagem pra mim que... (risos). Eu não entendo o que tá escrito aqui! Aí eu falo que o co-facilitador é muito importante desde que ele mande bilhetes com a letra bonita, se não, não dá. Eu acho muito importante. Dá uma segurança, também, pra gente, né, saber que se você for afetado ali por alguma emoção, ficar refém ali da situação, tem alguém que pode, junto com você, ou até assumir o seu lugar naquele círculo. Então por isso que é muito importante também o co-facilitador entender o processo, se ele puder participar também nos pré-círculos é muito importante. Se ele puder estar o tempo todo, né, ele não vai entra assim no dia, no encontro como uma figura do outro mundo. Às vezes entra, mas mesmo quando o co não tá, eu sempre falo, quando eu sou facilitadora que tem uma pessoa que vai estar junto comigo, né, que ela, “você vai ter a oportunidade de conhecê-la”, tal.

CAROLINA: Você acha que a justiça restaurativa funciona?

SARA: Ah, funciona. Eu acho que funciona (risos). Eu mesma já fui, por exemplo, pessoalmente falando, né. Eu já tive um problema também, uma questão, a minha filha tinha um namorado, e esse namorado não queria terminar com ela. E a minha filha não queria mais namorar com ele, os dois super jovens, ela dezesseis anos e ele dezoito. E aí ele agrediu ela fisicamente. E no dia eu também fiquei muito nervosa, fiz um boletim de ocorrência, até por conta da característica, era uma pessoa assim bem, sem limites, né? Até por conta da história dele, da família, a mãe acaba sendo muito permissiva, pra tentar poupar ele de alguns sofrimentos. O pai também é um homem agressor, né, agredia a mãe. Mas na hora, assim, eu fiz um boletim de ocorrência e todo o processo foi um processo horroroso, ter que ir lá... apesar de não ter muito machucado o físico, né, mas tinha machucado psicológico né, ela tava muito abalada, muito assustada com o que aconteceu. Então ir no IML foi horrível. E só fazer o boletim de ocorrência também não garantiu que ele ficasse longe dela, né? E aí eu... tava trabalhando aqui, a minha faxineira tava em casa e ela disse “o I. tentou entrar aqui”, porque geralmente a minha porta fica aberta, não fica trancada, né. Não ficava, agora fica. Às vezes também, não sei nem, não cuida muito disso. E aí ela tava lá, ele abriu a porta e conseguiu não deixar ele entrar. Aí eu fiquei muito nervosa, liguei pra mãe dele, e a mãe veio, pra cá, a mãe trabalha de gerente num banco. E ela falou assim “olha, eu acho que a gente precisa... vamos mandar prender ele” a mãe dele falou (riso). “Porque você já pediu pra ele não ficar perto da R., eu não sei mais o que eu faço, ele vai acabar fazendo alguma besteira... vamos prender ele”. Aí eu falei assim pra ela “Não, mas eu não acredito que prender ele vai ser... eu quero falar com ele, eu quero

conversar com ele, né, eu quero ouvir o que tá acontecendo”. E aí a gente fez um processo circular, então a gente ouviu, eu queria entender, então ele falou assim, aí ele disse pra mim “olha eu queria que você entendesse o que aconteceu”.

CAROLINA: Mas, vocês... você, a mãe dele e eles?

SARA: E ele. Eu tinha que ser, eu tive que ser nesse momento a envolvida e tinha que fazer as perguntas pras pessoas, e aí assim, dizer pra ele né, porque qual era a necessidade dele? Segundo ele, ele queria que a R. me contasse o que realmente tinha acontecido, porque parece que ele era o único culpado e ela era a vítima da história. Aí eu falei pra ele assim “vamos por partes então. É, eu nunca disse pra você, olha a R. é certa e você é o errado. Eu sempre disse, né, que eu queria que você entendesse que por qualquer coisa que ela tivesse feito, bater nela é o errado. Né, então, eu sei que assim, pra você chegar nisso tem uma história, você não disse assim, eu acordei, vou bater na R. Tem uma história sua, né, da sua constituição como sujeito, tem uma história da relação de vocês dois.”. Né, eu queria que, minha intenção era que ele entendesse que bater era o errado. Aí ele me disse então que ele se sentiu muito triste, porque nunca tinha escutado um não, então ouvir um não da R. foi muito difícil pra ele. Não ser mais, não poder mais ir na minha casa era uma coisa que tava doendo muito porque ele tinha uma amizade muito grande com a minha filha pequena, F., tem até hoje, né? Ele mora no mesmo condomínio que eu. Então encontrar com a F. lá em baixo e não poder falar oi pra ela tava deixando ele muito nervoso, triste, não falar comigo... então ele disse coisas que eram possíveis eu resolver, então a gente, qual foi o acordo que a gente construiu? Então o acordo era nesse momento ele não iria se aproximar da R., em hipótese nenhuma. Era como se ela não existisse. Até que as coisas pudessem ter outra configuração. Mas que a gente poderia estabelecer uma conversa, a gente iria continuar conversando, ele podia falar com a F., ele só não podia ir na minha casa e falar com a R. Certo? Ouvir ele falar, então assim, eu não sou esse monstro. Eu sabia que não era mesmo, né? E também disse pra ele, ele também passou, “você acompanhou o meu processo de separação”, enquanto, nesse, eu tava, me separei, né? E você falou, eu falei pra ele “você viu o quanto foi difícil pra mim também me separar, né, não estar mais junto com o pai das meninas foi uma coisa muito difícil pra mim. Você viu, você estava lá na minha casa. Né, mas e, assim, como que... apesar dessa dor eu não me tornei, eu não fui uma pessoa agressiva com quem estava supostamente me causando mal. Então eu não bati no T., eu não mandei matar o T., nada disso né? Como é que eu posso, então, como é que você pode lidar com a sua dor, que eu entendo que você tá sofrendo. Entendo como tá sendo difícil você não estar mais com a R., não estar mais na minha casa...”, enfim, é isso, então. Dizer pra ele que eu entendia foi muito importante também, acolher, né? O povo da minha casa não concordou com isso, né, achou que eu tinha que mandar prender ele e tal, não sei o que. E todas as outras pessoas, os meus vizinhos. Mas, tudo bem. Não faz... mas aí essa, esses dias, e eu encontro com ele quase todo dia, ele mora no mesmo lugar que eu. Tinha que construir, então quando eu falo pra você, construir essa relação de novo né, essa reconexão. Esses dias a mãe dele, que trabalha no banco, a mãe dele teve um surto. Ela... muita pressão no banco, né, uma situação de bastante violência em casa. E aí inventou ainda de tomar um remédio pra emagrecer... puff! Pirou. Desconectou, fragmentou. Então, quando a mãe passa mal, a primeira pessoa que ele liga é pra mim. Certo? Ele ligou, disse “a mãe tá passando mal, o que eu faço?”, né? “Você pode vir aqui?”. Então acho que tem uma relação de respeito que foi construída. Então, por isso acho que dá certo. Nesse caso meu, pessoal, mas no caso que teve, por exemplo, dos dois adolescentes, né? Recentemente, os pais poderem, né, se apoiarem. Né, o pai do menino que soltou o vídeo com o pai da menina que teve o vídeo solto, é outra maneira assim de configurar, né, de cuidar de uma coisa que tá doendo em todo mundo. Eu acho que dá certo sim.

CAROLINA: Agora uma pergunta difícil, porque você acha que dá certo?

SARA: Por quê? Eu acho que é trazer, é uma coisa muito parecida com quando eu comecei a falar. É trazer à tona essas questões aí, que são questões humanas mesmo, sabe? Dá certo porque eu posso me expor, posso falar da minha fragilidade, eu posso falar da minha dor, de uma maneira segura, né, de uma maneira, é, não contida, mas, não sei se assertiva, mas eu posso expressar. Então quando as pessoas podem se expressar, eu acho que, eu acho que é por isso que dá certo. Ter um lugar pra isso, que... né, na escola mesmo eu tô vendo isso, essa coisa, se você, eu tava estudando os parâmetros curriculares nacionais, então eles são baseados em vários documentos internacionais também, então precisa assim, olha, as bases da educação: aprender a ser e a conviver. Então, a gente não aprende mais a ser e a conviver, né? A gente não desenvolve essas habilidades nas crianças mais, sabe, essa coisa de conviver, então conviver é estar com o outro,

então assim, mas não do jeito que eu quero que o outro seja, do jeito que ele é. Então como a gente vai estabelecer isso? Então eu acho que o processo restaurativo, ele dá essa possibilidade, né, de a gente aprender de novo a conviver. Sentar, apesar de a gente estar em oposição, e poder sentar junto e falar sobre isso sem se agredir. Sem se matar, sem se... Né, e assim, quando as pessoas vêm falar, é falar de dor. Então um adolescente que chega aqui que quebra a escola, que assalta, né, ele vai falar de uma dor pra você. Então vai falar da dor do pai que não me reconhece, da dor da minha invisibilidade, da dor da minha falta de... da minha casa feia, é de dor que as pessoas falam.

CAROLINA: Acho que bem ligado a essa questão, né, que tipo de mudança ou de transformação você acha que a justiça restaurativa provoca em quem participa do processo? Das diversas maneiras.

SARA: Na formação, na...

CAROLINA: Na formação, de participar de um processo, de estar facilitando um caso.

SARA: Eu não gosto muito de usar essa palavra, mudança de paradigma, mas... (risos). Não tem, eu acho assim, quando você faz a formação ou quando você faz o círculo, você começa a ver as pessoas de maneira diferente. Ou começa a rever as pessoas como pessoas, né, então assim, nossa, eu lembro quando o P. contou a história dele, num círculo, as pessoas tão, todo mundo tão, o namorado da professora tava assim, tal, né, todo mundo tava meio, né? Então ela pediu pra ele contar, né? "Eu queria que você me contasse o que aconteceu com você depois que você me assaltou.". Aí ele falou "Ah, eu fiquei um ano e dois meses na Fundação Casa, tal, quando cheguei lá eu apanhei, teve uma rebelião. Aí eu fiquei uma semana internado, fiquei mal, não sei o que, depois eu fiquei oito meses sem visita, porque a minha mãe não tinha condições de ir..." condições financeiras e não tinha condições emocionais, né, uma usuária de drogas. Então, quando ele começa a contar, as pessoas, sabe, dão uma mexida na cadeira. Então, o cara também é... o cara também tá mal. Não que assim... não é que as pessoas também começam a ver como coitado, não é uma justificativa, mas você tem, é como se você começa a entender uma história, nada aconteceu, então, aquele assalto, a constituição dessa pessoa, não é assim por acaso, não é? É a história né, algumas coisas foram acontecendo na vida dessa pessoa, e o que será que esse grupo pode fazer. Pra dar conta disso. Não ele sozinho, né? Então eu acho que isso é o mais, acho que essa é a principal mudança. Né, eu lembro que quando a gente falou pra ela que ele tinha sido preso de novo, ela chorou, né, ela ficou emocionada, "puxa, que pena, né? A pessoa tão, tão interessante, né? Tão sofrida. Que pena que não deu certo, né?". E aí a gente sentar junto e dizer "porque será que não deu certo?". E também nos responsabilizarmos, né? Porque ficou claro naquele círculo o quanto que sozinho ele não ia fazer as coisas. Né, então, talvez a gente pudesse ter ficado, não eu como facilitadora, né, mas outras pessoas também ali pudessem ter ficado um pouco mais próximo dele. Né, então assim, ele tinha que se matricular na escola, mas ia começar as férias. Então, em vez de marcar para segunda-feira, talvez tivesse sido bacana marcar pra hoje, a gente sai daqui e já vai na escola, sabe? Porque às vezes a pessoa precisa de um... Então eu acho que a principal mudança é essa.

CAROLINA: E você acha que é uma mudança que fica? Com as pessoas?

SARA: Ah, fica. (riso) Fica. Eu por exemplo, é... você não fez a formação ainda não, né?

CAROLINA: Eu fiz o Fundamentos.

SARA: Fundamentos. Eu acho que, acho que por que assim, é como, a gente fala muito de alfabetização também, né, aqui, uma alfabetização emocional, um aprendizado diferente, de olhar para as pessoas, né, de se olhar e olhar pro outro. De se reconhecer e reconhecer o outro, então, por isso que, é igual aprender, a gente aprendeu... então dá, quando eu estou numa situação, porque eu também sou uma pessoa violenta, né? Eu sou uma pessoa... com as palavras, né, principalmente. Então quando eu vejo que eu já passei "hmm" falo "ixi, já fiz besteira", né, então como é que eu posso fazer pra reparar isso. Né, então, dizer alguma coisa pra pessoa, tentar reparar isso né? Acho que todo mundo, não vou dizer todo mundo, mas eu acho que é... causa um impacto sim nas pessoas isso.

CAROLINA: Tá, então pra você, você diria que teve um impacto na sua vida. Na sua vida diária.

SARA: Ah, teve. Sim. Teve um impacto, mas eu acho que, não sei muita gente não topa também porque é um impacto meio dolorido. Né, porque aí não dá mais pra você olhar e se isentar das coisas. Você olha e se implica, aí não é todo mundo que aguenta isso. É sofrido, né, se implicar o tempo todo com a sua dor, com a dor do outro. Por isso que eu acho que é difícil também por isso.

CAROLINA: Você acha que a justiça restaurativa, ela pode provocar transformações na sociedade? De um nível mais amplo na comunidade, talvez?

SARA: Eu acho que sim. Mas tem um... não sei se você lembra. Que a gente trabalhou um pouco isso que, então esse, né, que a gente fala parece uma cebola, né. A mudança começa aqui [na pessoa], né, tanto na formação quanto nos pré-círculos, aqui. Depois você vem pra cá, na inter-relação. Então sou eu com o outro, né. E depois a estrutura. Nesse momento nós estamos trabalhando aqui [na inter-relação]. Então, pensar uma escola restaurativa, a gente tá indo já além do eu e do sujeito, da relação dele, pra pensar a estrutura. Pra chegar na cultura (risos). Eu estou falando de uma maneira didática, né, eu acho que quando você vai mudando aqui [nas relações], você vai mudando aqui também [a estrutura], né, mas algumas ações específicas também, então, por exemplo, na escola, não adianta eu mudar só o professor, depois o professor e o aluno, se eu não mudo, por exemplo, a maneira de gestão da escola. Então essa escola tem que ser diferente na sua gestão, né, tem que ser diferente na ocupação dos espaços, então, é, como é que vai ser a reunião de professores, como vai ser a reunião de pais, como é que vai ser a reunião do conselho, vai ter grêmio, vai ter assembleia? Então isso é mexer na estrutura. E aí, automaticamente, não sei se automaticamente, mas a gente vai forçando algumas brechas daqui nessa dimensão cultural. Né, e tentar mudar um pouco essa cultura punitiva que a gente vive né? Então é... é possível, mas é um processo também.

CAROLINA: Pra acabar, retomando um pouquinho o que você falou no começo, pensando quando você começou a trabalhar com justiça restaurativa e você via a importância da justiça restaurativa no acolhimento da medida socioeducativa, que nem você falou. Hoje, como é que você vê o lugar da justiça restaurativa na sociedade, no mundo? Que papel que ela exerce?

SARA: A gente, você sabe que a gente tem uma preocupação muito grande aqui com essa... que agora tem um movimento meio de institucionalização da justiça restaurativa, né? Já teve uma orientação aí do Lewandowski, né? Lewandowski, você viu, falando da importância, tal. Então, se isso vai pra dentro do Judiciário, eu acho que tem uma perda muito grande, né, porque daí tem um dono. E eu acho que aqui, é um trabalho... eu vejo a justiça restaurativa meio que um trabalho, sabe, com uma base comunitária... também pode estar nas instituições, desde que ela não seja patenteada, né, porque o nome justiça, só o Judiciário pode fazer, né, a gente tem essa preocupação aqui. A gente discute bastante sobre isso. Mas acho que tem um lugar muito do comunitário, sabe? De estar nas instituições, mas também de estar na associação de bairro, estar na minha família, de estar em vários lugares né? Mas tem essa questão da, de institucionalizar, então, e de se tornar só no Judiciário. Porque a maioria das experiências aqui no Brasil é, você também tá pesquisando isso, vem a partir do judiciário. E a ideia aqui no CDHEP é isso de vir da comunidade. Apesar de estar em, a gente tá em instituições, na escola, UBS, tal, mas tem essa coisa de estar no território, né, eu... a gente tá em serviços, mas dizendo que, "olha, não é só o CDHEP que faz, quem pode fazer? Você, você, isso pode se tornar uma prática do seu cotidiano", de ser internalizado como um, né, e virar uma prática mesmo, como é a prática de vir todo dia trabalhar, se tem um conflito é dessa maneira que eu vou olhar pra esse conflito.

CAROLINA: Entendi. Tem mais alguma coisa que você queria falar? Que te fez pensar, que ficou na sua cabeça a partir dessas perguntas?

SARA: Não, acho que foi... espero que eu tenha ajudado. Se você precisar depois retomar alguma coisa, se você quiser perguntar alguma coisa, se eu me lembrar de alguma coisa que for bacana eu posso. Espero que eu tenha ajudado você.

Anexo C – Entrevista com Julie

CAROLINA: Primeiro, eu queria algumas informações gerais sobre você, sua idade, onde você mora, onde você trabalha e onde você atua como facilitadora.

JULIE: Eu tenho 27 anos, moro aqui em São Paulo no Butantã, trabalho aqui no CDHEP e atuo como facilitadora aqui no CDHEP também.

CAROLINA: Tá, então, aqui que tipo de vínculo você tem? Você é funcionária, educadora?

JULIE: Sou funcionária e educadora, isso. Sou educadora do projeto de gênero do CDHEP.

CAROLINA: Ah, do projeto de gênero...

JULIE: Isso.

CAROLINA: Há quanto tempo que você trabalha com a justiça restaurativa?

JULIE: Com a justiça restaurativa, eu comecei a trabalhar esse ano. Eu comecei a ter contato com a justiça restaurativa no ano passado, quando eu vim trabalhar aqui. Nunca tinha ouvido falar nisso. Antes de trabalhar aqui eu trabalhava no Ministério Público. Então era totalmente o contrário. E tava descontente lá, não queria mais trabalhar lá e eu vi a vaga aqui, mas eu também não sabia que era para trabalhar com justiça restaurativa, vim pra cá para trabalhar com gênero, que é minha área de estudos, é minha área que eu gosto muito. E aí aqui eu tive contato. Então aí, no começo do ano passado, eu fiz o ESPERE, fiz o Práticas, mas o projeto que eu trabalhei no ano passado todo não tinha nada a ver. Era formação em direitos sexuais e reprodutivos. O projeto acabou e eu vim para esse outro projeto que é de gênero e justiça restaurativa. Foi aí que eu comecei a trabalhar de fato com a justiça restaurativa. E aí, desde o ano passado que eu venho estudando. Gostei, me apaixonei pelo tema e a partir do começo desse ano que eu começo de fato a trabalhar com a justiça restaurativa.

CAROLINA: Então, qual é sua formação geral e sua formação específica pra justiça restaurativa?

JULIE: Então, assim você tá falando em faculdade?

CAROLINA: É, geral, aqui você formou na sua vida...

JULIE: Eu sou formada em Ciências Sociais, fiz mestrado em antropologia, estudando essas questões de gênero, sexualidade. E aí, eu tenho contato com a justiça restaurativa quando eu vim para o CDHEP. Então eu fiz os cursos aqui do CDHEP e desde então eu venho estudando, mas, assim, eu nunca fiz nenhum curso para fora do CDHEP. Venho estudando tipo livros, enfim, outras coisas assim por fora que eu quero estudar.

CAROLINA: Tá, então sua formação de justiça restaurativa foi aqui, né?

JULIE: É.

CAROLINA: Tá bom. Por que você começou a trabalhar com esse tema?

JULIE: No começo, foi porque o projeto acabou e aí, o projeto que eu vim fazer no ano passado acabou e tinha a possibilidade de eu trabalhar nesse outro projeto que juntava a questão de gênero com a justiça restaurativa. No começo foi muito mais por causa da questão de gênero e ainda é muito a minha paixão. Mas hoje eu vejo que é muito legal você tentar juntas essas duas coisas. Então, pensar a violência de gênero, pensar as questões que envolvem a homofobia, violências que envolvem a sexualidade, através de um viés restaurativo, sabe? Mas, no começo foi porque tipo, ah, o projeto acabou... você quer trabalhar nesse? Quer? Quer. Não quer? Tchau. (risos).

CAROLINA: E qualquer que foi sua primeira impressão da maneira como o projeto trabalhava com a justiça restaurativa?

JULIE: Ah, eu acho que foi construído junto, eu acho que é uma super potência, e eu gostei muito. A primeira impressão sobre a justiça restaurativa, eu falava “Nossa, é muito legal, é muito bonito, mas eu não sei se isso dá certo na prática.” Eu só comecei... Achava muito legal, superbacana, era o que eu tava procurando, eu acho que fez todo sentido eu sair do Ministério Público e vir pra cá, porque lá era uma coisa com justiça que eu não achava que era justo, enfim... Não me fazia sentido e foi muito sei lá... É com esses acasos doidos que eu vim parar aqui no CDHEP, sem nunca ter ouvido falar o que que... Nem sabia o que era o CDHEP. Eu falei: “Gente, é isso”. Eu tinha que estar aqui porque lá nada tava fazendo sentido. E aí eu comecei a ver que... Ok, é muito bonito, mas eu não sei se isso era... Funcionava na prática... Eu via as pessoas falando dos casos. E falava “tá, mas será que é isso mesmo?”. Porque era muito difícil. Eu só fui começar realmente a acreditar de fato quando eu fiz o primeiro caso. Aí mudou tudo.

CAROLINA: Na experiência prática de facilitar...

JULIE: É, é.

CAROLINA: Fala pra mim um pouco, sobre a justiça restaurativa. O que é justiça restaurativa, no seu entendimento?

JULIE: Ai que difícil... Pra mim, a justiça restaurativa, as práticas restaurativas são... é a possibilidade de você criar espaços seguros de fala, pra que as pessoas possam entrar em contato com o acontecido, com o conflito e consigo mesmas e com o outro. Então é criar... pra mim é muito uma coisa de contracultura, mesmo, né? É, ao contrário de tudo o que a gente aprende, pra mim é muito revolucionário. Essa coisa de você tá aqui, tá de frente com o outro, tá conversando com o outro e tá em contato consigo e querer encontrar o outro, também. Pra mim, a justiça restaurativa é essa possibilidade. Essa possibilidade de você se encontrar consigo e se encontrar com o outro, pra conversar e encarar de fato o que aconteceu e poder transformar através desse conflito.

CAROLINA: É... Fala um pouquinho então sobre o projeto em que você atua, esse de gênero.

JULIE: É... O projeto, ele busca essa intersecção entre as questões de gênero e a justiça restaurativa... Ele é financiado pela Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal e aí ele tem várias ações. A principal ação é uma formação bem longa, uma formação de 100 horas, com técnicos do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. Então tem tanto o pessoal da saúde, assistência social, educação. Então a gente fez uma formação com eles de abril até novembro, totalizando essas 100 horas. E aí, nessa formação... A gente deu o curso ESPERE, o ESPERE foi o normal, o mesmo que você fez e o Práticas. Mas o Práticas a gente colocou, em vez de ser 40 horas são 60 horas, que a gente colocou essa questão de gênero: gênero, corpo e sexualidade. E todo foco da formação em Práticas é pra esses conflitos que envolvam algum tipo de violência de gênero ou que envolvam violências e dizem respeito à sexualidade. E aí, o curso acabou no dia 12, agora, de novembro, e a gente tá numa outra etapa, que é a etapa de supervisão. Então a gente formou 37 pessoas, nessas 100 horas e essas 37 pessoas vão ser... são facilitadora nos seus locais de trabalho. Então como esse diretor de escola, esse assistente social, tá lidando com esses conflitos que tem de monte, que tá lidando com essas questões, de uma forma menos machista e menos punitiva. E aí agora a gente vai começar a ter supervisão, amanhã é a primeira, dessa rede que se formou. Então uma vez por mês a gente vai fazer supervisão de casos, a gente acompanha alguns casos como facilitador e as pessoas são co-facilitadoras, ou a gente é co-facilitador e eles são facilitadores. E também tem o... a gente tá fazendo o diagnóstico na região pra ver, enfim... ter um pouco mensurado como é que... quantitativamente essas questões de violência que envolvem gênero e sexualidade. A gente tá colhendo os dados porque os dados ainda não existem, assim a gente não achou nada. E aí essas pessoas, essas pessoas que formaram a rede tão colaborando nessa rede de dados. E tem também uma publicação que vai sair pra dar subsídio para as pessoas que não fizeram o curso ou pra pessoas que fizeram o curso. E aí vai ser uma... Nessa publicação, a gente vai tentar de novo fazer esse link, da justiça restaurativa com os conflitos de gênero.

CAROLINA: Então, pra esse projeto, vocês tem um perfil dos casos que vão ser atendidos?

JULIE: Isso, tem um perfil específico. É... Tem um perfil específico que são violências ou conflitos que envolvam de alguma forma essa questão de gênero e sexualidade. Mas aqui no CDHEP, tipo, eu, a

S. e o N., a gente pode também atender outros casos, que não necessariamente estão ligados ao projeto. Que não necessariamente envolvam gênero e sexualidade.

CAROLINA: E os casos que chegam nesse projeto, eles chegam por onde?

JULIE: Então, a maioria dos casos chega através das pessoas que fizeram o curso, mas, por exemplo, o que eu te falei, o caso que mudou, foi o primeiro que eu fiz, ele chegou através da defensoria pública. Então, lá era um... Então, lá um... O assistente social da defensoria pública que já tinha feito o curso aqui em outro momento, não sei quando exatamente, que foi trabalhar lá na defensoria pública. E chegou esse caso, que era o caso de uma menina... Era um casal, né. A menina tem 14 anos o menino tem 15, enfim... Eles tavam ficando, não sei o que... E ela passou um vídeo dela tomando banho pra ele, ela nua. E ele espalhou o vídeo para a escola inteira. E aí a mãe da menina vai até a defensora porque quer abrir um processo contra a família do menino. Aí ele acha que é uma boa oportunidade de, ao invés de judicializar o caso, ir através da justiça restaurativa. Convida essa família pra vir aqui no CDHEP, e aí a gente faz o processo. Então, por exemplo, esse caso veio da defensoria. E tem outros... Tem um caso que veio através de outros serviços que as pessoas não necessariamente tão fazendo o curso, mas que já conhecem o trabalho do CDHEP, sabe que tá rolando esse projeto e aí o caso acaba chegando aqui.

CAROLINA: E vocês fazem alguma coisa tipo uma triagem?

JULIE: Tem. Tem uma triagem que... Bom, todo caso que chega aqui tem essa primeira triagem, né? Mas aí a gente tem também essa triagem pra ver se é o caso... Pra ver se... Porque normalmente quando as pessoas chegam são muitas coisas juntas, né? São muitos conflitos na vida das pessoas, vem um monte de coisas. Então, o que que a gente vai focar, se é o caso, se não é o caso, quem vai pegar... A gente tem também uma questão prática. A gente ainda... A equipe do CDHEP, ela não é tão grande assim: as pessoas que fazem casos. Então, nesse momento a gente tá assim: "Meu Deus, quem vai pegar casos... Os casos estão chegando e o que que a gente vai fazer com eles!". Tem um monte coisas! (risos)

CAROLINA: É sempre difícil dar conta, né? (risos). Como que é o encontro de justiça restaurativa, o processo? Como você faz?

JULIE: Então. É... Aqui, aqui no CDHEP a gente mistura várias metodologias. Então, a gente mistura o círculo vítima-ofensor-comunidade, com o círculo de paz... E agora, a gente, esse ano... A gente fez uma formação em experiência somática, no começo do ano, que foi muito importante, pelo menos pra mim e pras pessoas que estão mais próximas, assim... Que trabalham no mesmo projeto... Pra gente foi bastante importante essa formação também, dessa questão do corpo. E a gente faz o pré-círculos, faz essa primeira triagem, vê quem são as pessoas que tão envolvidas e que seriam importantes de passar pelo processo. A gente sempre tenta começar pelo "agressor", entre aspas, né? Pra ver se rola, pra não revitimizar a vítima e tal... E aí a gente faz os pré-círculos e quando a gente vê que as coisas tão rolando, que a pessoa consegue sair da cadeira de vítima e consegue ter uma fala assertiva, consegue ter uma fala empática e o "agressor", tudo entre aspas, né? O agressor consegue sair dessa cadeira também, de vítima e consegue olhar pro outro com empatia, a gente talvez ache que é o momento de fazer o círculo. Mas isso é muito engraçado, porque às vezes a gente nunca sabe como... Se a pessoa está preparada ou não... E a gente às vezes também tem uma arrogância de querer saber quando o outro tá preparado, mas a gente também não sabe, quando o outro tá preparado. Às vezes o outro tá preparado e a gente acha que não. Então, pelo menos... Eu não sei, eu sou super inexperiente, eu sinto... Eu tô começando agora, mas pra mim essa coisa de quando fazer o círculo, ela pega. Será que a pessoa tá preparada ou não, pra fazer esse círculo? Acho até que você tava na supervisão que a gente falou disso. Que era um caso... Meu Deus, será que ela tá preparada, mas ela tá doida, ela vai... ela não... ela vai querer voar no pescoço do pai do menino, vai querer voar no menino... E não, né? Rolou. Quando rola essa possibilidade desse encontro, as coisas acabam rolando. Mas a gente sempre faz os pré-círculos antes, depois vê qual é a melhor metodologia pro círculo final, assim... Se é um círculo vítima-ofensor comunidade, se é um círculo de paz... Se é um círculo de paz, se é um círculo de diálogo ou um círculo de entendimento, o que que a gente vai fazer...

CAROLINA: Vocês pensam isso, então, depois dos pré-círculos?

JULIE: É, durante o processo a gente vai pensando nisso. Tem... Quando tá muito claro, por exemplo, no caso do menino e da menina, tava muito claro que tinha uma vítima e tinha um ofensor. Então, a gente usa o vítima-ofensor-comunidade, mas é um vítima-ofensor-comunidade que a gente faz coisas que também... é... acontecem no círculo de paz. Então, não é um círculo fechadinho. Porque, se você for ver um dos materiais, é um círculo bastante formal, bastante fechado... A gente não, a gente usa ele de uma forma mais maleável, mais flexível, onde não seja uma coisa tão formal, né? Então a gente usa a peça da fala, a gente constrói valores antes de começar o círculo. Então... A gente faz outras coisas também pra não ficar parecendo...: “você é o ofensor, você é a vítima e vamos falar sobre isso”.

CAROLINA: Pensando um pouco... Assim, a partir da sua experiência, né, qual que é o objetivo desses... Dessas partes do processo da justiça restaurativa?

JULIE: Eu acho que os pré-círculos. Todos... O processo, ele é muito importante, porque eu acho que o grande potencial da justiça restaurativa é exatamente esse processo, né? Que abre a possibilidade da pessoa parar pra realmente pensar sobre o que aconteceu e talvez, pela primeira vez na vida, olhar pra si enquanto agressor, também; e olhar pro outro enquanto vítima também. Então, sei lá, a gente sempre gosta muito de se colocar no lugar de vítima e tudo o que acontece pra gente é sempre... a responsabilidade é dos outros. Então acho que o processo é muito, muito potente nessa coisa de a gente se responsabilizar por si, se responsabilizar pelo outro e dar oportunidade pra esses encontros que as pessoas não tem realmente a oportunidade de se encontrar. A gente tá junto, muitas vezes a gente tá junto, mas a gente não tá ali de fato, né? E o processo pra mim, eu... O que eu tenho visto é... Ele é muito potente nisso: as pessoas estarem ali de fato, as pessoas pararem um pouco para pensar. “Nossa, eu to com um puta problema, aconteceu isso, tá”, mas existem as resistências e o começo é muito difícil porque a gente não tá acostumada a fazer isso... “Um doido, que eu nunca vi, uma doida, uma menina aí, falando pra eu pensar no cara...” Eu vou pensar em mim, no quanto eu to sofrendo, o quanto tá difícil e legitimar essa dor, mas também fazer com que a partir dessa dor legitimada, reconhecida, você possa sair dessa cadeira e você possa abrir um pouco o seu leque e ver a questão como um todo, porque a gente fica muito na nossa parte dos conflitos, né: Me afetou nisso, então eu fico só nessa parte, mas o conflito é algo maior. E pro “agressor”, entre aspas é muito importante ver o que as nossas ações impactam no outro, né? Porque normalmente a gente não pensa nisso, o quanto o outro se sente afetado e é muito potente. Eu vi, pelo menino assim. É muito, muito potente, quando você olha e alguém te fala o que você causou nela, sabe? É muito... doido.

CAROLINA: Você acha que você consegue cumprir os objetivos, esses objetivos que você acha que são do processo?

JULIE: É, eu acho que a gente tá sempre... São pessoas, né? Pode ser que aconteça, pode ser que... pode ser que role, pode ser que não role... Mas, assim, eu tive, eu não tenho muita experiência, né? Mas as experiências, assim, que eu tenho tido, elas são, tem sido muito positivas... sempre. As pessoas sempre... O feedback que a gente tem tido tem sido muito legal, assim, das pessoas: “Nossa, realmente, tipo, nunca tinha parado pra pensar nisso”. É semana passada, semana retrasada, eu fui fazer um círculo de diálogo com médicos de uma UBS. Eu tava morrendo de medo porque eu fui sozinha. Eu falei: “Gente, eu vou chegar com essa minha cara de tonta, com um bando de médico, falando de justiça restaurativa, o que que eles vão falar...” O que que essa menina tá me tirando das minhas consultas pra falar disso. E foi muito legal, porque eles super entraram no processo. Eram médicos mais... era uma galera mais velha, assim... Eu tava bastante com medo. Mas foi muito importante, porque essas pessoas precisam de espaço pra falar, pra se conectar com as coisas que tão acontecendo, pra se conectar com os outros, também. Porque ali naquela equipe tinham vários conflitos que ninguém sabia que existiam, mas tava tudo assim, meio que debaixo do tapete. E através de um círculo de diálogo que nem era o objetivo falar sobre conflitos, a gente ia falar sobre outras coisas, alguns conflitos surgiram, sabe? E as pessoas puderam falar sobre isso de certa forma. Não foi um processo inteiro, foi um círculo só, que era uma sensibilização com eles. Mas já vi que... As pessoas perceberam, tanto que eu vou voltar agora em dezembro, que é um processo muito legal que... Pelo qual eles também querem passar sim. Apesar de não ter um conflito nomeado, assim. Eu não fui lá porque tinha um conflito nomeado, eu fui lá fazer uma sensibilização, só.

CAROLINA: Você acha que você mudaria alguma coisa no jeito que você faz justiça restaurativa?

JULIE: Ai...

CAROLINA: Pensando um pouquinho a partir das suas experiências...

JULIE: Ah, eu acho que sempre tem algumas dificuldades, assim... Eu não sei exatamente o que mudaria, sabe? Mas, por exemplo, é... É um processo que exige muito... Que exige muito da pessoa, né? E eu não sei ainda... Por exemplo, tem um dos casos que a gente começou a atender, que a moça simplesmente desapareceu. Aí isso me deixou muito, tipo, frustrada, né? E como a gente faz pra que as pessoas realmente se engajem nisso? Porque é um processo muito difícil também, que requer um esforço muito grande, a pessoa tem que tá muito afim pra isso, não sou eu que tenho que obrigar a pessoa a tá a fim. Eu não sei exatamente o que... É... Ah, eu não sei... Uma angústia que eu tenho é: tipo, como fazer com as pessoas de fato comprem, sabe, a ideia? Muitas comprem, mas as que não comprem... Eu sempre fico pensando: por que será que elas não compraram a ideia? Por que será que esse caso não foi até o final? Teve uma ruptura no meio, assim? Será que ela não tava preparada porque é um processo que realmente exige muito de você? Ou, qual foi a outra questão? Será que é alguma coisa do tipo do vínculo, como é que o vínculo foi estabelecido? Isso eu não sei, assim. É uma coisa que eu pensaria mais. E também, uma outra coisa que eu pensaria, que eu tenho pensado bastante, é a possibilidade destas, das práticas restaurativas, que são, pelo menos aqui no CDHEP, na maioria das vezes são feitas por conflito... Enfim, individuais, particulares... Mas quanto esse processo também é... Sei lá, ele pode ter muita eficácia quando se está falando em uma transformação coletiva, assim. Porque você se colocando, você se coloca de uma outra forma naquele conflito. E você se colocando de uma outra forma naquela situação, você pode começar a se colocar de outra forma em várias situações do seu cotidiano e isso pra mim pode ser uma transformação coletiva muito grande. Então...

CAROLINA: Coletiva em que sentido?

JULIE: Coletiva no sentido de mudar em relações, sabe? De mudar as relações não só daquele conflito, mas mudar outras relações das pessoas que passaram pelo processo e também de um engajamento... De um engajamento mais público das pessoas, porque, pra mim, aí é uma coisa minha, né? Uma coisa, sei lá... A justiça restaurativa, quando eu fiz o curso, mudou a minha maneira de ver, tipo tudo, depois que eu fiz o ESPERE, sabe? Foi muito impactante. A maneira como eu via o mundo e como eu me responsabilizo no mundo, como minhas ações refletem... Meus atos, minhas ações refletem no outro... E, aqui no CDHEP, acho que a gente podia explorar muito mais essa coisa, sabe? Da ESPERE, da transformação que ela começa individual, mas ela pode ser uma transformação coletiva. É uma coisa que eu tenho pensado, que é uma potência que eu acho que a gente ainda não... Acho que tem a vontade de, mas a gente ainda não conseguiu manejar pra fazer.

CAROLINA: Como você acha que poderia fazer isso?

JULIE: Eu não sei... Então, eu não sei também... Eu fico pensando, mas eu acho que, por exemplo, através... É... A gente sempre faz a avaliação, depois do curso e a gente dá esses cursos, é... Os cursos... O curso que a gente fez a última avaliação foi o curso que era pros técnicos e tal, era uma coisa assim, né? E eles falaram, esse curso ele é muito fechado, porque ele é pra técnicos, ele é pra pessoas que já tão minimamente envolvidas. Porque quando abre o curso pago, são pessoas que tão minimamente envolvidas que vão vir fazer o curso. Agora, tem o projeto dos jovens facilitadores, que tem essa proposta de chegar nos jovens e tal... E que chegou em alguns jovens, mas não... Eu... Eu acredito assim que não chegou, e é uma avaliação que a gente também fez coletivamente, não chegou no público alvo do projeto inicial. Então, como é que a gente chega nas pessoas que moram aqui? Nas pessoas, não pessoas que já tão... Já tão engajadas, que são os jovens que o projeto conseguiu chegar, mas sei lá... Chega na... Por exemplo, nos pais desses jovens, por exemplo... Em outras pessoas, em lideranças comunitárias, abrir mais pra comunidade esse curso, essa ferramenta, sei lá, essas, essa metodologia pra mais pessoas... Eu também não sei como fazer isso exatamente, sabe? Acho que, sei lá... Fico pensando só.

CAROLINA: É um desafio, né?

JULIE: É.

CAROLINA: No seu trabalho como facilitadora, então você costuma atuar com co-facilitador?

JULIE: Como co-facilitador?

CAROLINA: Com co-facilitador e como co-facilitador?

JULIE: Isso. É, sempre tem alguém... Na maioria das vezes tem alguém... É, todas às vezes tem alguém junto, a gente não faz sozinho.

CAROLINA: Por quê? Por que vocês não fazem sozinhos? Qual a importância do co-facilitador?

JULIE: Ah, é porque é super importante ter alguém, né? Pra dividir as angústias, e porque também essa coisa do vínculo mesmo. Duas pessoas, às vezes tem uma que se identifica mais comigo, outro, se você fosse ser a facilitadora e eu a co, mais com você. E pra gente trocar também, porque muitas vezes a minha percepção é uma... Eu tenho uma percepção do que aconteceu nesse pré-círculo e você tem outra e a gente pode construir coletivamente através disso. E eu acho que também, pra dar mais segurança, né? Porque pra mim o grande desafio... Eu fiz o curso, o que? No ano passado, o de práticas eu terminei em maio de 2013. Eu fui facilitar o primeiro caso quase um ano depois. E eu fugia que nem o diabo foge da cruz, eu não queria de jeito nenhum: "Ah não, gente, isso aí não é comigo, eu não quero". Porque é muita insegurança, né? Às vezes... Pra mim a questão era: "Gente, eu não consigo lidar direito nem com os meus conflitos, como é que eu vou querer meter o bedelho no conflito do outro e achar que eu consigo facilitar o conflito do outro". Porque também a gente tem esse ideal, né? De que pra ser facilitador... Você tem que, nossa... Ser uma pessoa muito calma... E que você vai chegar lá com a solução dos problemas e não é, né? Mas a gente tem esse, essa ilusão, esse, sei lá... Esse tipo ideal na nossa cabeça e, pelo menos pra mim, eu só consigo começar porque eu fui, fiz o primeiro caso com a B. E aí eu falei: "Tudo bem, né?" Se eu fizer qualquer merda, ela sabe o que fazer de olho fechado. Então eu tô de boa, tô indo. Porque é muita insegurança. E eu acho que é sempre bom você trabalhar com outro, não trabalhar sozinho, ter a visão do outro. Essa coisa da troca, da confiança, do compartilhar, e do estar junto, fazendo as coisas junto.

CAROLINA: Entendi.

JULIE: Eu tô respondendo tudo viajando, mas tudo bem.

CAROLINA: (risos). Que isso. Então, você acha que a justiça restaurativa funciona?

JULIE: Eu acho.

CAROLINA: Como que ela funciona? Por que ela funciona?

JULIE: Ela funciona, porque as pessoas saem daqui fortalecidas. As pessoas saem daqui sentindo que foram contempladas. As pessoas têm melhoras físicas, muitas vezes. Então, nesse caso da menina do vídeo: a mãe tava super arrasada, muito mais arrasada que a própria filha. Então, a mãe não dormia, a mãe tinha dor de cabeça, a mãe achava que a filha ia se matar, a mãe achava que não ia sobreviver, que o mundo tinha acabado. E depois do círculo, quando a gente volta pra, né? A ter contato com essa mãe, pra ver como ela tá, ela não tem mais insônia, ela se sentiu contemplada pelo acordo, ela tinha criado milhares de fantasmas na cabeça dela, que a gente gosta muito de fantasiar, né? A gente gosta muito de criar história. Então, ela tinha criado milhares de histórias na cabeça dela, que quando ela se depara com a realidade, aquilo tudo vai embora, então você vê de como a mulher que há um mês atrás tava surtando, louca, achando que, sei lá... Milhares de coisas na cabeça dela. E você encontra com ela de novo e ela fala "Tudo bem, tô conseguindo dormir, essa história eu ainda lembro, mas eu não lembro mais com dor, não lembro mais com raiva. É uma história que aconteceu, mas agora ficou pra trás. Agora é daqui pra frente, coisa que eu não tava conseguindo enxergar a um mês atrás porque eu tava fantasiando milhares de coisas". Então... Quando eu vejo essas coisas e quando eu vejo também... Até as pessoas que passam pelo curso, ou as pessoas que conversam com a gente e que passaram também pelo processo, eu super acredito que funciona. É um processo que dá muito trabalho, que demanda muito tempo, é um trabalho de formiguinha, mas que funciona.

CAROLINA: Tá. É... Então, que tipo de transformação você acha que a justiça restaurativa provoca nessas pessoas que entram em contato com ela e participam do processo? Que fazem a formação, que facilitam casos?

JULIE: Eu acho que é meio essa transformação de você passar a prestar mais atenção em si. É... Passar a prestar mais atenção na forma como você age com os outros, assim... Não tô dizendo que tipo, a gente consegue, mas a gente tenta. E... Eu acho que essa maior... Essa maior atenção que a gente dá é fundamental, porque a gente, a gente também... Quando a gente tá em algum, sei lá... As pessoas que passaram pelo processo ou as pessoas que passaram por uma formação, quando passam por um outro conflito começam a pensar assim. Eu passei pela formação, nunca fiz... Fiz o processo como facilitadora, nunca passei no processo, sei lá, com um conflito meu. Mas os meus próprios conflitos eu... Agora eu consigo ver, eu consegui ver quanto que eu era a ma.... Você fez, né? O ESPERE. Mártir. Então, eu sou total mártir. Tipo: “ah, coitada de mim, pobre de mim, ah meu deus do céu, tô aqui sofrendo, o mundo é muito ruim”. E a partir disso, eu consigo prestar mais atenção nisso e quando eu tô num conflito com as pessoas eu também... Às vezes, né? Tipo, você, claro, explode, enfim, fode tudo. Mas você pensa sobre isso depois. Nossa, que merda que eu fiz e aí é um processo. Acho que as pessoas que passam pelo processo através de casos também começam a ter um pouco mais dessa percepção, de que existem outras formas de transformar, né? Não é solucionar, mas de transformar os conflitos e que acho que o maior aprendizado é que os conflitos fazem parte da vida, né? Então a gente não precisa ter medo dos conflitos, os conflitos vão existir sempre. O problema é o que a gente faz com eles. Acho que, você entendendo isso, acho que já é uma grande transformação.

CAROLINA: Tá. Então pra você, você acha que justiça restaurativa teve um impacto na sua vida diária?

JULIE: (imediatamente) Teve, muito. Muito, muito, muito, sim. Eu vejo grande mudança. Agora, é... trabalhando mais perto, mais. Mas desde que eu fiz o curso no ano passado, tipo, saí daqui: “Gente, eu sou muito malvada”. Eu saí um pouco culpada: “Nossa senhora!”. E eu começo a prestar mais atenção, assim. E eu acho que eu consigo, é... Estabelecer diálogo com pessoas e sobre assuntos que era muito difícil pra mim. Que eram muito difíceis pra mim. E agora eu consigo minimamente estabelecer um diálogo sem surtar, sem xingar, sem rodar baiana, sem, sabe? Assim... Eu tinha vários conflitos pessoais, assim... Que eu acho que, depois do curso... É um processo, né? Ainda tô. Mas assim... Eu acho que melhorei... Acho que melhorei muito. Eu sempre pego feedback das pessoas com quem mais eu brigo, que no caso é minha família, meu companheiro. Eles: “Não, tá ótimo, vai assim que tá ótimo” (risos). Então acho que tá mudando.

CAROLINA: Eles dizem que melhorou? (rindo)

JULIE: Melhorou! É.

CAROLINA: Tá. Acho que você já falou um pouquinho, mas... Você acha que a justiça restaurativa, ela pode realizar transformações em um nível mais amplo? Na sociedade, na comunidade?

JULIE: Eu acho. Eu acho que pode muito, e eu acho que é um super potencial que a gente ainda não pensou muito sobre. Assim... Eu não sei exatamente porque... É... Na minha opinião, assim, a gente não pensou muito sobre isso e eu acho que... É um trabalho que dá, pode dar muito pano pra manga pra essa coisa das transformações sociais mais amplas, né? Porque pra mim a mudança social é feita a partir de cada um, né? E se a gente muda as nossas relações, consequentemente a gente muda tudo ao nosso redor. É. Não sei, pelo menos eu acredito nisso. Se a gente muda as nossas, né? Tudo vai mudando, as coisas vão mudando e você vai se colocando de outra forma no mundo e como é que... Essas... Essa sua colocação de outra forma... As coisas vão refletindo isso também. Então eu acho que a gente po... que a gente tinha que aproveitar. Também porque, pra mim, fazer justiça restaurativa, fazer as práticas restaurativas, elas não se resumem só aos casos, só, por exemplo, a um círculo, a um vítima-ofensor comunidade. A gente pode fazer tantas coisas, por exemplo, é... Muitos dos casos que chegam aqui, que tão chegando, tem um fator comum, que é essa coisa da construção da figura da feminina. Então são casos que, assim, chegam no projeto de gênero, mas que chegam pra outros projetos. Tem essa figura feminina, a mãe, que tem seus filhos, que não sabe mais o que fazer com esses filhos e que se sente super culpada, e que tem vários conflitos em casa por causa disso e eu acho que a justiça restaurativa, ela também dá oportunidade...

“Poxa, vamos pensar coletivamente sobre isso. Vamos fazer um círculo com essas, várias mulheres que tão passando pela mesma situação, pra elas verem que elas não estão sozinhas”. E o quanto isso também é... Pensar um pouco criticamente sobre isso, o quanto essa construção dessa maternidade, dessa feminilidade é uma coisa construída. Vamos pensar junto. Pra mim, justiça restaurativa é o encontro entre as pessoas, mas do que as práticas, pra mim essa coisa da restauração. É mais você se encontrar com o outro e você ser, é... Mais forte no coletivo, mais forte com o outro. Então eu acho que, é... As práticas não se resumem só aos casos, acho que pode ter várias outras coisas que a gente ainda não faz, mas eu acho que seria super legal. Eu acho que daria muito... Pessoas com histórias semelhantes... Não uma terapia de grupo ou grupo de apoio, mas um... Eu não sei exatamente o que seria, sabe? Mas assim... Essa força do coletivo, pra que mudanças coletivas sejam feitas, também. Não fique só no plano individual.

CAROLINA: Você consegue pensar o que da justiça restaurativa que tem esse potencial? O que da justiça restaurativa pode ajudar a promover essas transformações?

JULIE: Eu acho que é essa outra forma de se colocar no mundo. Porque através desse processo eu acho que as pessoas saem daqui minimamente conseguindo, pelo menos naquele caso se colocar no lugar do outro. Então, sair do eu colocar... Vou me colocar no lugar da Carol, o que a Carol pensou, o que que a Carol sentiu, o que que eu... O que eu fiz, de que forma afetou a Carol ou outras pessoas. Só isso, tipo... Já... Se as pessoas realmente pegarem isso pra si. Acho que só isso já ia melhorar muita coisa assim.

CAROLINA: Tá bom. Agora, pensando um pouco nesse tempo, desde que você fez a formação, as experiências que você tá tendo com justiça restaurativa, né? É, o que você acha que mudou na sua maneira de ver a justiça restaurativa naquele começo e agora?

JULIE: No começo, eu achava que era uma coisa tipo bonita: “Ah, é muito legal” – eles falavam isso, “mas muito distante, assim. Ah, legal, nossa, que bonito, nossa, muito bom”. Mas muito distante, que não era qualquer coisa que poderia fazer, inclusive eu não poderia fazer. Era uma coisa que era para os outros. Era pra M., pra B. que eram... Religiosas e missionárias. E pessoas, né, mais evoluídas. Aí eu falei: “Aí gente eu vou fazer o que nesse negócio, tipo, não sei fazer, acho. Dou todo apoio, vou divulgar, mas não consigo fazer, não é para qualquer pessoa fazer. E o que mudou... E esse ano eu tenho visto, eu vejo que não, né? Pra você... Qualquer um pode ser facilitador, qualquer um pode, desde que tenha a vontade de estar com outro e de... A vontade de se importar com o outro e de querer ouvir o outro e de estar ali inteiro pro outro. Você se entregando, não inteiro no sentido da adesão, porque, né? Porque é importante o facilitador tá 50% consigo e 50% com o outro pra ter essa, né? Você não pode se entregar totalmente pro outro, separar muito o que é seu e o que é do outro. Mas nessa entrega verdadeira, a gente fala “Putá, eu me importo com a sua história. E quero estar com você, e eu me importo com você.” Pronto. Aí eu acho que isso mudou, porque eu achava que, aí gente, só pessoas especiais podem fazer isso. Mas não, se você, tipo, se importa com a história do outro e você quer ajudar o outro. Tá ali, inteiro, pronto. Você já, e... Você já pode ser facilitador. Que a gente já é facilitador em vários lugares na nossa... Na nossa vida cotidiana e às vezes a gente não dá conta. A gente pode ser facilitador como a gente pode ser dificultador, também, né? Da nossa própria vida. Então, a partir do momento em que a gente consegue ser facilitador da nossa vida, dos nossos relacionamentos, dos nossos conflitos e a gente tá disposto a estar inteiro no lugar que você tá, pronto, você já é facilitador.

CAROLINA: Hoje em dia, que lugar que você acha que a justiça restaurativa pode ocupar no mundo?

JULIE: Nossa, bom... Meu plano de dominar o mundo, pode dominar, ocupar tudo (risos). Eu não sei, eu acho que, seria muito import... muito muito importante, assim, eu não sei onde ele poderia ocupar, eu acredito na educação, nas escolas e acredito muito nas crianças também assim, pra mim as crianças são pura potência, né? Então acho que você ensinar essa coisa de como você lidar com os conflitos com as crianças, né, então elas vão crescer já sa..., já naturalizando isso, porque na verdade a gente trata os conflitos da maneira que a gente aprendeu. Ah, não sei, né, você é da psicologia, mas eu sou das ciências sociais, pra mim tudo é construção (risos). Então você aprendeu, de alguma maneira, sei lá, que era assim. Você aprendeu a lidar, eu não sei como é que vocês falam em psicologia, você aprendeu a lidar dessa forma, então se você ensina as crianças desde, né, desde sempre, a ter uma fala assertiva, a saber colocar os limites amorosamente, a ter essa comunicação não violenta, pra mim um lugar que a justiça restaurativa poderia muito ocupar é... é a

educação, assim. As crianças, né. E, ah, sei lá, acho que todo m..., em todos os lugares, mas acho que a educação é um lugar bem fundamental, assim. Bem fundamental mesmo. E eu acho também que esse trabalho com jovens, com... vários casos aqui que o CDHEP já fez, com jovens que estão cumprindo liberdade assistida, esses jovens em conflito com a lei eu também acho que é um espaço muito importante, muito interessante também de trabalhar. Esses jovens... de vulnerabilidade social, sei lá, eu não gosto de vulnerabilidade, mas em vulnerabilidade social eu acho, também é muito, muito importante trabalhar com eles, assim, são lugares meio estratégicos, né? Que a justiça restaurativa esteja.

CAROLINA: Tá bom, essas eram as perguntas que eu tinha pensado.

JULIE: Ah, já!

CAROLINA: Tem mais alguma coisa que você gostaria de falar, sobre justiça restaurativa, sobre alguma coisa que você tem pensado sobre ela, alguma coisa que tá na sua cabeça, assim, sobre...

JULIE: Não, o que eu tenho pensado muito é essa coisa mesmo da esfera coletiva, e uma coisa também que eu tava conversando com a M., que eu tenho pensado muito é sobre essa importância da fala, né, ess... essas, é, a importância desses espaços de fala, a importância da fala pra dar significado e pra dar sentido pras coisas, né, que a justiça restaurativa... é isso só, né? As pessoas falarem e, o quanto a gente não tem lugar pra falar, né. E o quanto a gente não tem lugares onde a nossa história seja importante e respeitada, porque quando você judicializa casos, puff, cabou, né, cabou sua história, você é um número, um processo, enfim, você tá lá. E o quanto esses espaços de que a sua história é legitimada, sua dor é legitimada, é respeitada e a sua fala é importante, como isso é... é foda né, e não existem outros lugares que a gente pode expressar isso. Acho que é isso.

Anexo D – Entrevista com Catherine

CAROLINA: Tá, então primeiro eu queria perguntar informações mais gerais sobre você, sua idade, onde você mora, onde você trabalha e onde você atua como facilitadora.

CATHERINE: Bom, eu sou a Catherine, tenho 27 anos, moro na região do Jardim Ângela, sou professora da rede estadual de ensino, e sou facilitadora no CDHEP, atuando nos cursos, então eu participo na elaboração e na aplicação dos cursos, e também no núcleo fazendo a facilitação de casos.

CAROLINA: Aqui com o CDHEP você tem algum contrato, você é funcionária aqui do CDHEP?

CATHERINE: Eu sou funcionária, eu sou educadora aqui do CDHEP.

CAROLINA: Há quanto tempo você trabalha com a justiça restaurativa?

CATHERINE: Ahn, fazem aproximadamente um ano.

CAROLINA: E qual é a sua formação geral, e a sua formação específica pra justiça restaurativa?

CATHERINE: Então, geral eu sou formada em educação física com especialização em dança e consciência corporal. E da justiça restaurativa minha formação foi participando dos cursos oferecidos pelo CDHEP e aí eu me tornei facilitadora pelos cursos.

CAROLINA: E porque você começou a trabalhar com esse tema da justiça restaurativa?

CATHERINE: Bom, ao longo da vida, de vários trabalhos, lugares que eu estive, eu sempre me interessei por temas relacionados a direitos humanos, já trabalhei em outras instituições que tinha a temática, e aí eu gostei da justiça restaurativa por complementar várias coisas que eu já conhecia, várias vivências, e também ao mesmo tempo que complementava trazia algo novo, uma nova perspectiva de como lidar com a punição, de como... do entendimento da justiça que é algo que eu nunca tinha visto.

CAROLINA: Que tipo de coisas que você conhecia que a justiça restaurativa pode complementar?

CATHERINE: É, acho que a principal é a questão da valorização do ser humano né, que a justiça restaurativa diz em primeiro lugar que um ato ele é separado da pessoa, né, então, uma pessoa não é aquele ato que ele cometeu. Então o que eu tinha aprendido nas vivências era olhar o ser humano, a ver potencialidades, às vezes a me comunicar de uma maneira melhor, e a justiça restaurativa complementou no que diz respeito à punição, à maneira de lidar com os conflitos, que aí acho que foi o maior aprendizado, e a maneira de comunicar também, né, uma comunicação não violenta, sem punição. Então uma coisa que eu acho muito bacana é a questão da gente identificar como você é violento, como eu sou violenta, pra não reproduzir isso. E aí essa, esse olhar em específico eu nunca tinha visto por aí né, uma metodologia que eu olhasse primeiro pra mim, pras minhas próprias ações pra depois eu pensar em aplicar ou fazer algo com alguém.

CAROLINA: Essas vivências que você fala você está falando da consciência corporal, da dança?

CATHERINE: Da dança, da consciência corporal também. Mas também outras ONGs que eu já trabalhei, já trabalhei com medida socioeducativa, nessa perspectiva de resgate dos valores, da perspectiva de... de pensar no humano mesmo, como educadora também, outros cursos em outras áreas, ao longo do tempo foi acumulando essas vivências, né, principalmente na área social, que aí tá só complementando uma coisa com a outra.

CAROLINA: Tá, você já trabalhou então como educadora em outras ONGs, outros projetos sociais?

CATHERINE: Isso, tem aproximadamente 10 anos que eu trabalho em ONGs, em instituições. E aí eu já fui educadora de cursos, já trabalhei com crianças, com a medida socioeducativa... trabalhei num

projeto chamado Vivendo Valores na Educação, que é o que tinha uma metodologia próxima da justiça restaurativa, e aí nesse trabalho o que eu fazia com a medida socioeducativa, com educadores, era pensar na perspectiva dos resgates dos valores, do resgate dos valores humanos, então de através de algumas atividades ajudar as pessoas a perceberem o quanto elas tinham dentro de si e que elas podiam multiplicar.

CAROLINA: E como você ficou sabendo a justiça restaurativa, quando você ouviu falar? Você ouviu do curso aqui do CDHEP?

CATHERINE: É, eu fiquei sabendo, eu já conhecia há um tempo, numa instituição que eu trabalhava todos os educadores fizeram, mas na época eu não tive a oportunidade. E aí, ano passado eu vi na internet, né, um edital, é, falando sobre o CDHEP, sobre uma vaga de articuladora. Aí eu me inscrevi, passei pelo processo seletivo e vim trabalhar aqui, e aí aqui a gente, toda a equipe tinha que passar pela justiça restaurativa, até pra poder entender melhor o processo, saber como lidar, né? E aí depois de participar de alguns cursos, aí eu fui contratada como educadora.

CAROLINA: Tá certo. Fala um pouco pra mim sobre a justiça restaurativa, o que é a justiça restaurativa? Da maneira como você entende.

CATHERINE: A justiça restaurativa, pra mim é... é uma metodologia que , que trata de forma... é, adequada ou, sei lá como eu poderia dizer, a punição, né? É olhar, acho que uma das principais questões é olhar o quanto a punição não dialoga com as necessidades de ninguém. Então é... ah, o que, pra mim, o primeiro paradigma que quebra é quando a gente pensa que eu, alguém pune pra educar, alguém pune pra que aquela pessoa se torne melhor e a justiça restaurativa mostra que não, q eu a punição só faz sujeitos mais estigmatizados e menos responsáveis. Então pra mim a justiça restaurativa ela é isso, essa forma de... de cada vez mais é... trazer pessoas, fazer com que as pessoas se tornem responsáveis pelos seus atos, se tornem sujeitos e protagonistas das suas vidas, entendendo que todos cometem atos e que... existe sim uma maneira de eu me separar desse ato, eu posso ser muito mais do que isso. E a metodologia da justiça restaurativa, principalmente com a ESPERE é o que faz a gente realmente se tornar protagonista de si, de eu conseguir olhar pra mim, conseguir olhar, me olhar como sujeito capaz, como pessoa que tem responsabilidade, que tem ação, então pra mim a justiça restaurativa entre, sei lá, muitas outras coisas, o que mais ressoa é isso.

CAROLINA: Fala pra mim um pouquinho sobre o projeto no qual você atua.

CATHERINE: Esse projeto Jovens Facilitadores de Práticas Restaurativas é um projeto que tem como objetivo capacitar jovens participantes de coletivos, jovens atuantes na região do Jardim Ângela, Campo Limpo, Capão Redondo, formar esses jovens e fazer com que eles é... e a partir da formação eles se tornarem facilitadores. Pra que esses jovens possam nas suas comunidades implantar núcleos comunitários. Porque? A justiça restaurativa também entende que os problemas podem ser resolvidos, os conflitos, de maneira horizontal e comunitariamente. Então a ideia é formar esses jovens pra que eles é, voltem pras suas comunidades pra que consiga se implementar esses núcleos, são cinco núcleos que o projeto prevê, e que nesses núcleos aconteça tanto as formações da ESPERE quanto núcleo de estudos, núcleos de empoderamento das pessoas em torno dos seus conflitos, em torno das suas práticas, em torno das desigualdades, que seja lugares também que esses jovens reflitam sobre isso.

CAROLINA: Nesse projeto você já facilitou algum caso?

CATHERINE: Já, já facilitei, atualmente eu to facilitando dois casos?

CAROLINA: Por conta desse projeto ou de algum outro que você tá envolvida?

CATHERINE: Por conta desse projeto.

CAROLINA: E como que você escolhe as pessoas que vão ser atendidas nesse projeto? Por exemplo, pra esses casos que você está facilitando, como eles chegaram, como, quem decidiu que ele ia ser atendido aqui?

CATHERINE: É, no CDHEP geralmente as pessoas, alguém liga, né, pro CDHEP, contando de um caso, e aí a gente conversa entre nós, e aí, é... geralmente alguém faz a triagem, então não precisa nem sempre, a triagem nem sempre é feita por... pra determinado projeto, mas tem tá mais disponível faz a triagem e nesses casos em específico, na reunião de supervisão a gente decidiu quem iria atender e aí a gente olha um pouco pelo perfil, se é um caso que envolve mais juventude, se é um caso que envolve gênero, e aí é nesse perfil que a gente seleciona, não se essa é a palavra, mas no perfil de jovem, porque o projeto jovens facilitadores é voltado para jovens, tanto jovens que venham ser facilitadores e protagonistas no projeto, quanto jovens que precisam de uma intervenção de uma facilitação de caso.

CAROLINA: É, como é um encontro de justiça restaurativa? O que você faz quando você está facilitando um processo?

CATHERINE: Quando eu tô facilitando um processo? A gente sempre tem, faz a triagem, e aí a gente sempre conhece né, quem encaminha o caso sempre diz qual é o conflito. E aí no processo a gente anuncia o conflito pras pessoas envolvidas, sempre separadamente, então um conflito sempre envolve mais que uma pessoa, né? E aí essas pessoas, da maneira com que elas chegam ao CDHEP, então... se é... tem o agressor e tem a vítima. Geralmente, e aí, a vítima geralmente procura, procura o CDHEP e aí a gente com versa com essa vítima que o processo depende também do agressor, e aí a gente faz essa conversa com o agressor pra saber se ele quer, se ele topa participar de um processo restaurativo. Quando ele vem, é a gente anuncia o conflito, e também existe algumas perguntas, e, que fazem parte da metodologia, que são perguntas que elas ajudam a pessoa a entender melhor um pouco esse conflito, a dissolver, e aí essas perguntas elas são feitas com todas as pessoas envolvidas no conflito. Pra que, é... posteriormente essas pessoas possam se encontrar e conversar sobre esse conflito, no que a gente chama de círculo. Num círculo essas pessoas vão conversar, depois do que já foi trabalhado no que a gente chama de pré-círculo, que é onde individualmente essas perguntas são feitas, essas pessoas vão elaborando melhor o que aconteceu, como elas se sentiram, o que elas esperam, né, do... daqui pra frente, e aí feito isso no momento de um círculo é onde vai ser feito um acordo também, e esse acordo, ele não tem a participação do facilitador, esse acordo ele é decidido pelas pessoas, ele é elaborado pelas pessoas que estão envolvidas no conflito. E aí depois a gente tem os encontros de pós-círculo pra saber se os acordos foram cumpridos ou não.

CAROLINA: E qual é o objetivo da sua atuação nesses encontros de justiça restaurativa? Nas partes do processo? Quando você vai fazer o pré-círculo, qual é o objetivo que você tem, pra você, daquilo, e aí no círculo...

CATHERINE: É... o objetivo é sempre, é... ajudar essas pessoas a... elas mesmo conseguirem olhar pros conflitos delas, conseguirem, é... se perceberem como parte integrante daquilo e perceberem que elas não são só aquilo, que existe algo além daquele conflito. Então... acho que o papel do facilitador e o que eu vejo é muito isso né, tá ali, ele sai um pouco, não, sai totalmente do protagonismo daquele processo e se... se torna um apoio, alguém que tá ali, conhece uma metodologia, alguém que tá ali, pensa e elabora as perguntas, mas que o processo todo depende só das pessoas que estão envolvidas.

CAROLINA: Você acha que você consegue atingir esses objetivos? No seu trabalho, quando você tá facilitando...

CATHERINE: Olha, eu acho que sim, mas, é... cada caso é muito particular né, então, não existe... é... eu acho que uma regra, de dizer que vai ser ou não, até porque eu acredito que cada pessoa tem um tempo, então, às vezes num processo aqui aquilo que a gente converse não ressoe, num outro momento pode ser que sim. Então eu acho que mesmo que um caso não vá, não chegue a um círculo e um acordo, eu acho que sempre faz uma diferença na vida de uma pessoa. Pelo menos ela conseguir olhar, dela conseguir é... pensar que em algum momento alguém olhou, percebeu ela além do que ela fez, ou além daquilo que ela tá envolvida. E simplesmente pela experiência que eu tenho tido, o fato da pessoa, seja o agressor, seja a vítima, ter um espaço onde ela possa falar de si sem ser julgado, isso já é muito libertador. Independente do processo chegar a um acordo ou não, mas o fato de ter um espaço de escuta e de acolhimento faz muita diferença.

CAROLINA: Você consegue pensar em exemplos a partir da sua experiência, um momento em que você teve essa sensação, nossa aqui funcionou, aqui foi cumprido o objetivo, ou talvez um outro momento em que você pensou ah, aqui talvez não tanto...

CATHERINE: É, tem um... um caso que... que eu tô co-facilitando, e aí, assim só numa primeira, um caso de uma mãe e filha e... assim, as duas estavam com muito medo então, antes quando a gente foi encontrar a mãe, a filha já falou, aminha vai estar assim, vai tá muito nervosa e tal. E a gente chegou pra conversar e fazer as perguntas e foi muito gratificante, e a mãe, assim, ficamos horas conversando e a mãe... é... assim, ela conseguiu expor, e aí ela mesma disse né, que ela nunca tinha tido um espaço pra falar, falar dela, de como ela se via naquela relação com a filha, como eram as angústias e os medos, e só de uma primeira conversa, que geralmente o processo tem umas 3, 4 conversas, né? Só de uma primeira conversa... é, ela, a filha, principalmente, veio relatar que a relação mãe e filha mudou muito, assim, só de um momento que a mãe conseguiu refletir e pensar um pouco sobre... sobre a relação com a filha a filha já relatou o quanto tinha mudado, o quanto tinha sido transformador. Acho que esse é um exemplo do quanto esse espaço de acolhimento, esse espaço de elaboração e esse espaço de apoio é importante.

CAROLINA: Você mudaria alguma coisa no jeito como você tem facilitado os casos, no seu modo de fazer justiça restaurativa?

CATHERINE: Ah, mudaria, sim. Por que... a gente quando vai, tá diante do conflito do outro, a gente tem muito medo do outro. Então às vezes, eu, por exemplo, tive medo de anunciar o conflito, com medo do que... “ah, será que eu poderia estar sendo invasiva, será que isso...”, quando na verdade o medo é meu e não do outro, né? Então eu acho que eu mudaria é... o confiar mais no processo, confiar mais no outro, não ter medos por ele.

CAROLINA: Você costuma trabalhar com co-facilitador?

CATHERINE: Sim, no CDHEP sempre se trabalha com facilitador e co-facilitador, nunca sozinho né...

CAROLINA: Por quê?

CATHERINE: Até por que... o co-facilitador, ele é muito importante porque é ele que capta tudo que tá acontecendo no ambiente, né, ele é o... braço direito do facilitador, então às vezes, se alguma pergunta o co-facilitador percebe que o facilitador não fez, que ele poderia fazer, o co-facilitador auxilia. É, no olhar do ambiente, até depois pra se ter uma devolutiva de como foi o processo, então o facilitador ele é, o co-facilitador é de extrema importância, e... até muitas vezes pra dar uma segurança pro facilitador né, porque às vezes, dependendo do conflito você tá diante e... se vê sozinho, pode ser muito angustiante, tendo um co-facilitador, que você sabe que se você... falhar, não falhar né, mas é muito imprevisível, você nunca sabe o que vai acontecer, e ter alguém que vai lá, vai te apoiar, faz muita diferença.

CAROLINA: Pra você como é né, ser facilitadora ou co-facilitadora, é diferente, você prefere fazer um do que o outro?

CATHERINE: Olha, eu acho que o co-facilitador é muito mais fácil, né, que embora você é também integrante daquele processo, você fica mais na observação. O facilitador eu vejo que é... uma entrega muito maior, porque o facilitador ele que conduz ali, e acontece né, o facilitador fala uma coisa que não era... correto ali pro momento, então às vezes pode ser difícil de consertar, então eu acho mais fácil ser co-facilitadora. Embora ser facilitadora traga sensações, experiências também muito marcantes.

CAROLINA: Você acha que a justiça restaurativa funciona?

CATHERINE: Eu acho que funciona. Eu acho que ainda temos muito a aprender, muito a estudar... mas, é... eu não acredito na maneira como a justiça, seja a justiça estabelecida entre as pessoas, seja a justiça criminal, eu acho que é provado que não funciona. E a justiça restaurativa eu acho que, partindo dessa perspectiva comunitária, de pessoas que querem, é... ser protagonistas da sua vida eu acho que isso. Funciona muito mesmo, funciona na maneira como a gente se relaciona, na maneira como a gente vê o mundo, na maneira como a gente vê as pessoas, então eu acho que

precisa ainda de muito estudo, precisa ainda, sei lá, de mais disseminação... dessa prática porque aí a gente acaba virando é... trabalho de formiguinha, né, poucas pessoas tentando enfrentar um universo punitivo. Mas que acho que funciona bastante.

CAROLINA: E que tipo de transformação então você acha que a justiça restaurativa provoca nas pessoas que entram em contato com ela, que participam do processo...

CATHERINE: Ah, eu ... a transformação... primeiro do olhar pra si, depois eu acho que do olhar por, pro mundo mesmo de você ver... ver em todo, ver no outro também um ser humano que pode ser igual a você, que pode sentir as mesmas coisas independente do que ele tenha feito ou não. Eu acho que uma prática, traz essa prática da generosidade, do olhar humano, do olhar acolhedor talvez, né, e essa coisa de que cada um é responsável pelo seu processo, que eu não sou responsável pelo processo do outro. Eu posso tá junto, mas que cada um trilha sua vida, seu caminho e que há uma escolha do outro, e que eu posso, talvez, mostrar pra ele que existem outras alternativas, mas eu não posso fazer ele seguir as alternativas que eu quero.

CAROLINA: Porque você acha que a justiça restaurativa? Porque funciona e porque você acha que ela consegue produzir essas transformações nas pessoas?

CATHERINE: Funciona porque... porque ela traz, a justiça restaurativa funciona porque ela traz uma nova maneira de se relacionar. É uma vez que parte de mim reverbera nas pessoas à minha volta. Né, não tem como, porque se em mim faz essa transformação, na maneira de eu olhar pra vida, de eu olhar pros conflitos, de eu olhar pras pessoas, isso é... em escala muito pequena traz uma transformação grande, então... fico pensando isso em... como prática constante de vida mesmo, com as pessoas, independente da onde elas estão, elas deixarem de delegar as suas questões pra outros, mas elas, elas mesmo quererem assumir as suas questões os seus conflitos, né, então... deixar que... o policial resolva, que a mãe resolva, que o diretor resolva, mas cada um, eu acho que a justiça restaurativa é muito importante nisso assim, cada um conseguir enxergar qual o seu papel no mundo... e o que que aquele papel no mundo pode é... tocar na vida das pessoas assim, e, e isso muda, porque aí eu penso nas minhas relações de poder que eu tenho com as outras pessoas, e eu com o olhar restaurativo, com o olhar humano eu não vou minimamente não passar por cima dessas pessoas feito um trator, mas eu vou ter esse olhar humano, saber que eu tenho aquela posição, mas que eu não sou melhor ou mais que o outro. E que todos juntos podemos, podemos transformar.

CAROLINA: Você acha então que o contato com a justiça restaurativa teve um impacto na sua vida diária?

CATHERINE: Teve. Muito. Principalmente... no fato de eu conseguir falar mais sobre as coisas que me incomodam, sobre as coisas que eu gosto, que eu não gosto, acho que abriu o canal da comunicação assim. Primeiro de pensar de que forma eu me comunico com as pessoas e refletir de que... se essa forma é violenta, se essa forma é punitiva eu acho que isso, já assim, agrega, principalmente na minha função de professora, que querendo ou não é uma relação de poder e que ali é... um comportamento violento, um comportamento punitivo pode estigmatizar ali um aluno, e aí essa transformação na função de professora foi assim, evidentemente, de eu perceber que eu podia conversar com os alunos, de que podia ser entre nós, de que não precisava delegar as nossas questões a terceiros, e eu acho que essa questão, com a justiça restaurativa, com a metodologia que traz é, é muito perfeito, de eu perceber que eu tô entre nós, o conflito tá aqui, vamos resolver entre nós, e nós todos, independente de quem seja independente de eu achar que um aluno, "ah, ele é muito novo, ele é isso, é aquilo", ele também é capaz de assumir seus atos e de juntos conseguirmos fazer um processo.

CAROLINA: Você consegue pensar assim em um exemplo, de alguma coisa que os alunos faziam e antes você agia de um jeito e agora você faz um pouco diferente?

CATHERINE: Ah, é... tenho exemplos, assim, por exemplo... os... um aluno que, um grupo de alunos que roubou o material, roubou não, que pegou o material esportivo, alguém deixou aberto e eles pegaram, e aí depois acho que uma atitude comum minha antes seria ir chamar a direção, chamar os pais e... aquela coisa toda, e advertência, e depois desse processo restaurativa a minha atitude foi chama-los, conversar, falar qual era o problema que tinha causado e agente estabeleceu um acordo. O acordo era devolver os materiais e não tinha mais nada, então, no cotidiano o que eu tenho

aprendido é isso assim, e é uma prática difícil porque quando a gente vai ver, você tá fazendo, por mais que você pense, um exercício constante mesmo, uma prática constante. Mas o que eu mais eu tenho tentado e talvez, que tenha conseguido é... tentar resolver as coisas entre a gente sem a necessidade do algo a mais, da punição. Tipo ah, você... né, acertou uma bolada, não preciso ir lá chamar a direção, chamar sua mãe, tá aqui, eu acho que o exercício da tolerância também. Algo que a justiça restaurativa me trouxe.

CAROLINA: É, na escola especialmente, né, que é um ambiente tão punitivo no geral né?

CATHERINE: Tão punitivo, e hoje, no geral, na escola em alguns momentos a direção me chama pra gente conversar sobre algumas coisas que acontecem na escola, de que maneira a gente poderia lidar, então... lá, o caso de um aluno que bateu no outro, assim, então a escola já tem começado a pensar sobre maneiras menos punitivas, né. Lógico que é pouco ainda pelo potencial punitivo que a escola tem, mas eu acho que é isso, já esses pequenos reflexos da experiência minha, em mim, da justiça restaurativa, ah, e que provoca essa mudança de comportamento minha com os meus alunos que reverbera também na direção né. Eu tive um problema com uma sala, e aí, e eu já tava tendo problema com eles e tal, e aí num momento eu conversei, eu falei gente "olha, eu não consigo mais entrar aqui pra dar aula, porque eu tô me sentindo desrespeitada e tal", e aí um dia eu não entrei e eles me chamaram pra conversar e aí a gente pode, eu falar como eu me sentia diante do comportamento deles e eles também poderem falar como eles se sentiam, e a gente estabeleceu os acordos e depois disso a relação mudou. Então, e aí, é... e é muito difícil né, você diante de uma sala problemática, você não quer chamar os pais, você não quer a punição, mas eu entendi que a punição não ia responsabilizá-los, e talvez eu dizendo como eu me sentia era uma maneira de todo mundo poder compartilhar, porque eles também em algum momento se sentiam assim.

CAROLINA: Você acha então que a direção tem visto isso positivamente?

CATHERINE: Tem visto positivamente e, em alguns momentos me chama pra... pra decidir junto o que fazer em determinados casos, o que é possível, da gente poder conversar e poder, então isso tem tido uma abertura dentro da escola, dentro...

CAROLINA: A gente falou um pouquinho, mas você acha que a justiça restaurativa pode realizar transformações num nível mais amplo, na sociedade, na comunidade?

CATHERINE: Eu acho que pode, mas ainda tem um caminho árduo pela frente. Porque a gente vive numa sociedade extremamente punitiva, de estímulo do ódio, de estímulo da reação imediata. Mas eu acho que pode sim, é, principalmente chegando na mídia, chegando mesmo, acho que uma coisa que a justiça restaurativa tá inserida e que é muito valioso, só que talvez precisa repensar um pouco como tá sendo, é a inserção nos presídios, né, porque pensar a justiça restaurativa no presídio, nessa lógica punitiva é um viés assim pra muita transformação, tanto de quem tá lá no presídio quanto quem tá fora assim, de... e acho que isso é um caminho também, que é o extremo, o extremo da punição, o extremo de tudo e você conseguir implantar uma lógica restaurativa dentro de um lugar que é o extremo, isso com certeza traz, vai trazer transformações e vai trazer uma mudança de pensamento. Um outro lugar que pode trazer essa transformação também, se disseminado, é na educação, né. Se você consegue colocar o conceito da justiça restaurativa, dentro da educação, você vai cada vez formar pessoas menos punitivas, pessoas mais responsáveis, então nesses campos hoje eu veria como um local crucial de implantação da justiça restaurativa.

CAROLINA: Agora, recuperando um pouco tudo o que a gente falou na entrevista, e pensando um pouco no momento em que você entrou em contato com a justiça restaurativa, começou a trabalhar com esse tema, né. Hoje que papel que você vê pra justiça restaurativa no mundo?

CATHERINE: Papel que eu vejo?

CAROLINA: Qual é o lugar dela?

CATHERINE: Olha, tinha que... estar em todo lugar (risos). Mas o lugar que eu vejo... é esse lugar assim de transformação da sociedade, do pensamento, uma revolução, né, eu acho, que a justiça restaurativa hoje no modelo de sociedade que a gente vive, ela tem um caráter revolucionário, da gente conseguir inverter uma lógica, mais do que uma lógica de punição, mas uma lógica de

sociedade através desse pensamento restaurativo. Talvez é voltar no tempo onde as pessoas, elas resolviam seus problemas, seus conflitos de outra maneira, e não delegavam tudo ao estado. Então eu acho que o papel da justiça restaurativa no mundo é um papel de revolução.

CAROLINA: De revolucionar o que no mundo?

CATHERINE: De revolucionar a maneira como a sociedade... pensa as pessoas, assim, mais do que pensa os conflitos, mas a maneira como pensa... a maneira como a sociedade coisifica as pessoas, eu acho que a justiça restaurativa tem esse papel de dignificar as pessoas. E essa revolução é exatamente conseguir impactar nessa coisificação das pessoas, então cada ser tem seu valor, sua dignidade e não é mais uma coisa a serviço de qualquer coisa.

CAROLINA: O que, você consegue pensar um pouquinho assim, eu estou complementando agora, mas você consegue pensar assim o que da justiça restaurativa tem esse papel de impactar na coisificação das pessoas?

CATHERINE: O que da justiça restaurativa, principalmente quando a gente pensa nas formações ESPERE, quando as pessoas elas olham pra elas e percebem como elas agem, na simples pergunta como você é violento e de que forma essa violência impacta nas pessoas, já é uma maneira da pessoa se olhar, enquanto indivíduo e olhar o outro, porque ela começa a perceber que as ações dela impactam sobre o outro. Então isso já é, talvez um primeiro processo de, descoisificação das pessoas, né, quando eu consigo olhar pra mim como um ser humano, como um ser de direitos, um sujeito... um sujeito humano inteiro, o meu olhar pro outro muda. Porque dificilmente eu não vou olhar, se eu consigo olhar como um ser humano, dificilmente eu vou olhar pro outro como um qualquer. Como um qualquer coisa.

CAROLINA: Isso também não estava previsto, mas como você falou tantas coisas interessantes, você tem bastante os cursos, né? Da ESPERE, das práticas, como que é o curso? Qual a importância de dar o curso, como você se sente dando o curso, vendo como aquilo está impactando nas pessoas?

CATHERINE: Cada vez que a gente dá o curso é como se a gente fizesse de novo. Porque é um processo muito do grupo, então cada grupo, por mais que a gente tenha a metodologia, cada grupo com as suas vivências, com a sua história, ele molda aquele processo. Então é muito na perspectiva da educação popular, assim, que o processo é feito a partir das pessoas que está ali. Então cada vez que a gente fez o curso, cada vez que estive diante das pessoas, é como, não me sinto como alguém que tá ali superior no curso, me sinto como alguém que sabe o roteiro, que vem primeiro, o que vem segundo, mas que junto com aquelas pessoas constrói um processo. E cada vez que eu to no curso eu me transformo também. Cada vez eu vou pensar num conflito novo, eu vou estar diante de uma questão nova. Cada vez eu vou me emocionar diante do outro, cada vez eu vou... abrir o olhar pra novas possibilidades, novas situações. Coisa que talvez eu nunca tivesse pensado antes, então estar nos cursos, estar diante das pessoas... é isso assim, as pessoas é a matéria prima pro processo acontecer e só acontece, só é tão rico porque elas se deixam participar, porque elas se envolvem também, porque elas se deixam ser inteiras ali, então eu acho que é extremamente impactante valioso sim, cada curso acho que eu fui com uma coisa nova pra casa e acho que se tiver mais 10 cursos serão mais 10 coisas novas.

CAROLINA: E você acha que dá pra perceber uma mudança nas pessoas que estão fazendo o curso? Como coordenadora do curso assim, quando você tá lá dando o curso você consegue perceber?

CATHERINE: Dá pra perceber, porque é muito impactante, né? Você sair desse universo conturbado de, como eu falei de coisificação, de consumo, de... de tudo muito acelerado, tudo mui... assim, muito de produção, que é essa lógica de produção e tal, e você chegar num lugar... o primeiro impacto das pessoas quando elas vêm pra ESPERE, elas acham que elas vão fazer um curso sobre o conflito do outro. E o primeiro impacto crucial é quando ela percebe que ela vai falar na verdade dos conflitos dela e dela. E isso abre um canal de... de mudança de olhar, né, porque a gente nunca pensa que a gente tem coisas pra aprender, que a gente tem coisas pra mudar, é muita gente acha que... não, eu tô... eu já aprendi tudo que eu tinha que aprender, hoje eu sou uma pessoa, sou assim e pronto, e quando ela vê que ela não é tão, tão boa quanto ela pensava, né? Ou tão má quanto ela pensava, né, quando ela "nossa, outras pessoas também sentem a mesma coisa", isso é um impacto de

aproximação assim, de que eu consigo, “opa, existe pessoas iguais a mim” e isso traz essa humanização né, de, e esse conforto, e aí talvez... a dor das pessoas, a dor de cada um, a minha dor me aproxima da sua dor e isso faz uma relação quase que transcendental assim da gente é... abrir esse canal de solidariedade de possibilidade que a gente não tem muito espaço. A gente não tem muito espaço pra solidariedade, pro conforto nos nossos espaços de trabalho, a gente precisa sempre mostrar que é forte, que sabe, que é superior, e aqui quando as pessoas chegam no espaço, no curso, elas tem o momento, o espaço delas mostrarem como elas verdadeiramente estão se sentindo. E isso, desaba o mundo.

CAROLINA: A gente estava falando um pouquinho da justiça restaurativa, do papel dela na transformação do mundo. E qual você acha que é a importância desses cursos, da formação de justiça restaurativa? Que é um pouco diferente de você fazer a formação e participar do processo, né?

CATHERINE: Facilitar, né? A gente tem pensado que é... assim, pra facilitar o caso a pessoa tem que se identificar muito, então nem sempre é a dela ser um facilitador. Mas a ESPERE é talvez o... aquilo que eu falei da educação, talvez seria uma possibilidade, um canal de levar essa metodologia pra educação. Desde os alunos, a direção, e todos, pra que se mude essa maneira né, maneiras tão verticais de se relacionar, pra buscar minimamente relações mais horizontais, onde as pessoas possam se escutar. E os cursos, ele abre essa possibilidade. De você, ao mesmo tempo que você tá no processo ali aprendendo novas maneiras de se relacionar, e ao mesmo tempo você tá olhando pra si, então é uma mão dupla ali né, de aprendendo com o outro, aprendendo comigo, e aí ter essa troca e essa devolutiva, então os cursos eles trazem esse impacto de educação pro outro e também pra mim e eu acho que isso poderia ser disseminado em muitos outros lugares, que essa metodologia poderia ser levada... sei lá, fosse formação básica... ou que não fosse a metodologia, mas esses conceitos pelo menos né, a maneira básica das pessoas olharem as relações, das pessoas se relacionarem.

CAROLINA: Tá bom. Era mais ou menos isso, tem mais alguma coisa que você queria falar sobre a justiça restaurativa? Alguma coisa que você tem pensado sobre ela, alguma coisa que você gostaria de fazer com isso agora?

CATHERINE: hm... é, acho que, sei lá, são tantas coisas, mas, acho que é isso sim, talvez eu ainda estou muito impactada ainda com todas essas coisas assim, mas que a justiça restaurativa veio assim num momento muito importante, e que tem cada vez mais revolucionado a maneira de eu pensar, maneira de eu olhar, encarar as coisas, da maneira de eu olhar as pessoas, e que isso é uma coisa que gostaria de continuar propagando por aí, independente de eu estar no CDHEP ou não, mas é algo que pra mim é algo que foi tão importante que é uma coisa que eu quero sempre estar nisso, nem que seja num... uma coisa mínima, mas de poder levar o que eu aprendi ou o que impactou em mim da justiça restaurativa pras outras pessoas, que foi muito, muito transformador.

Anexo E – Entrevista com Gil

CAROLINA: Eu queria que você falasse um pouquinho pra mim algumas informações gerais sobre você, né, onde você mora, onde você trabalha, onde você atua como facilitador e quantos anos você tem.

GIL: Sou o Gil, tenho 27 anos, moro aqui na região mesmo, aqui no Vaz de Lima, trabalho aqui no CDHEP num projeto exclusivo de Gênero e Sexualidade e Práticas de Justiça Restaurativa, que é dentro do qual eu atuo como facilitador ou co-facilitador, dependendo do caso.

CAROLINA: Você está trabalhando só aqui no CDHEP?

GIL: Só aqui no CDHEP.

CAROLINA: Então você é funcionário contratado aqui?

GIL: Sim?

CAROLINA: Como educador?

GIL: Como... articulador.

CAROLINA: Como articulador.

GIL: Isso, só que aí eu faço tudo, né, faço tudo nesse CDHEP (risos).

CAROLINA: E quanto tempo você trabalha aqui?

GIL: Aqui? Bom, eu trabalhei aqui, eu entrei aqui no CDHEP em 2010, foi quando eu tive o primeiro contato né, com o ESPERE, com a justiça restaurativa, só que saí em 2012, porque não tinha verba. E aí retornei agora no começo de 2014. E tô aí né. Então tem uns três anos já.

CAROLINA: E o tempo que você trabalha com justiça restaurativa, desde que você entrou? Da primeira vez você já trabalhava com justiça restaurativa?

GIL: Não, não trabalhava, eu trabalhava como educador. Eu sempre trabalhei em organização social, né? Mas não tinha essa perspectiva, da justiça restaurativa. Foi a partir de 2010 que eu comecei a trabalhar especificamente.

CAROLINA: Tá, então a partir de 2010 você já está trabalhando com justiça restaurativa?

GIL: Sim. Porque quando eu fazia o ESPERE eu... é... eu já tinha trabalhado em abrigos né? Então aí eu sa... trabalhava aqui, fiz o curso aqui do ESPERE, quer dizer elementos, e ia replicar num abrigo também, onde a minha amiga trabalhava. Então eu facilitava ali uns círculos. Fui experimentando, é, já fui experimentando pra saber. E depois eu acho que bateu muita culpa, eu acho, né, porque tinha uma outra perspectiva né, e depois com... “ah, eu preciso reparar isso de algum jeito!” (risos).

CAROLINA: Então a sua formação de justiça restaurativa foi aqui no CDHEP?

GIL: Sim.

CAROLINA: Tá, então foi em 2010 né?

GIL: 2010.

CAROLINA: E você tem outra formação, você fez faculdade, algum curso assim?

GIL: Tô terminando agora o serviço social. No final do ano agora, no comecinho do outro, que eu entrego o TCC no começo do ano que vem.

CAROLINA: E porque você começou a trabalhar com justiça restaurativa?

GIL: Olha, na verdade assim foi um convite, assim, da Andrea, que ela falou “Ai, tem um curso novo super legal, vamos lá fazer. Pra você entrar em contato, porque você... é violento”, então eu “ah, vamos lá fazer”. Aí fiz o curso, aí comecei... toda aquela parte do curso que o CDHEP faz, tem uma parte que entra muito em contato, né? Acho que foi uma maneira de... tentar superar a violência. Não sei se superar, mas... tentar lidar de uma outra forma com a violência.

CAROLINA: E agora, sobre a justiça restaurativa, o que você entende que é a justiça restaurativa? Como você entende ela?

GIL: Como entende? Tá, essa pergunta é difícil, né? (risos) Não, a, eu acho que, acho que uma outra maneira de poder lidar com as questões das relações. De uma maneira que acho que... seja, seja boa pra ambas as partes, né? Ah, eu entendo isso, que acho que é uma outra forma de lidar com os conflitos, até mesmo com as nossas questões, mas acho que não precisa ser um conflito onde teve uma briga, mas de entendimento, de reconhecer o outro, acho que tem muito essa... essa pegada que é muito mais de somar do que... de excluir.

CAROLINA: Então fala um pouquinho pra mim sobre o projeto em que você atua. Agora, aqui no CDHEP?

GIL: Ah, esse projeto? É um projeto também, financiado pela Secretaria de Direitos Humanos... e aí prevê... é uma formação de 100 horas entre ESPERE, as práticas de justiça restaurativa e gênero e sexualidade. Terminou as 100 horas, tem uma articulação com a rede, né, que é a rede que atua no sistema de garantias da criança e do adolescente, tem o atendimento de casos, tem que atender... 40 casos. 40 casos, acho que 40 casos, por aí. Cerca de 90 pessoas, tem que ser atendida, com esse recorte de gênero e sexualidade. Os casos têm que ter esse recorte. E prevê também uma publicação, é, uma cartilha de apoio pra educadores, educadoras que atuam na rede, então, o que eles podem trabalhar, alguns módulos da ESPERE, até as próprias práticas de justiça restaurativa, com essa perspectiva de gênero.

CAROLINA: Então como você fazem pra definir, né, qual caso que tá dentro?

GIL: Ah, tá. Então, isso também é com, a gente tá em constante, né, reflexão sobre isso. As pessoas que fizeram o curso são daqui, né, são, participam da rede, então tem gente da saúde, da educação, da assistência, e as pessoas mesmo trazem os casos. A gente define por esse recorte de gênero, é, se o conflito ele aparentemente, né, que quando traz o caso aqui aparentemente já tá bem claro que é um conflito que envolve gênero e sexualidade a gente já pega, então a gente já vai meio que sondando pra começar a... o G. por exemplo, teve um CCA, que o conflito era que os educadores e o... a equipe do CC Atava com dificuldade de lidar com um menino que era homossexual, né, um adolescente, uma criança. E que isso também repercutia nas próprias crianças. Então eles chamaram a gente pra fazer um círculo, na verdade eles queriam uma oficina, só que quando a gente chegou a gente pensou num círculo de entendimento, onde cada um, cada pessoa participante ali podia falar, do que elas entendiam até então da homossexualidade e... e do que elas poderiam fazer com aquilo, e aí a gente ia se entendendo ali. Ficou meio uma formação, com círculo assim, a gente deu uma misturada.

CAROLINA: Então como que é o encontro de justiça restaurativa, como que é, o que você faz?

GIL: O encontro o círculo, você diz?

CAROLINA: É, ou o processo todo, quando chega um caso, como que vocês trabalham....

GIL: Ah, sim. Quando chega um caso normalmente alguma pessoa que traz o caso, né? E eu particularmente nunca peguei uma pessoa que chegou, “ai eu preciso de um caso, preciso de um atendimento de justiça restaurativa agora”. Alguma pessoa traz esse caso, traz esse contato, e aí vai fazendo essa ponte, né, a gente entra em contato com a pessoa, aí eu me apresento, falo que trabalho aqui, falo por telefone minimamente do que... é justiça restaurativa, e, aí convida a pessoa pra vir aqui, pra gente com versar um pouco. Aí quando a pessoa chega, faço uma acolhida, né, explico novamente, bem simplesmente o que é ali, o que que a gente, qual é a proposta e peço pra

ela me contar um pouco o que aconteceu, se ela tem interesse de participar. O que aconteceu, e aí faço umas perguntas né, o que a pessoa pensou sobre isso, o que que a pessoa sentiu, do que ela pode fazer, se ela gostaria de fazer alguma coisa pra... junto com as outras pessoas, os outros envolvidos. E aí a partir daí a gente vai montando os pré-círculos, que isso na verdade seria a triagem, esse primeiro contato. E aí a partir dali que a gente montaria quem são as pessoas, os envolvidos, e de quando a gente iria se encontrar, fazer os pré-círculos até se encontrar todo mundo junto.

CAROLINA: E qual é o objetivo dessas partes, dessas fases?

GIL: Eu acho que é entender, pro facilitador entender que conflito é esse, qual a dimensão desse conflito. Bom, acho que também pra própria pessoa entrar em contato, normalmente a gente não tá acostumado “ah, o que que eu senti”, né? “O que eu pensei sobre isso? Qual a minha necessidade por trás de todo esse conflito, o que que eu quero?”. Eu acho que, que também ajudar é... as pessoas a... a pensarem também, né? Acho que não ajudar, não gosto muito dessa palavra ajudar, mas estar ali como apoio pra pessoa entrar em contato, porque a gente também não faz para a pessoa, a gente faz com a pessoa. Eu acho que isso faz toda a diferença também.

CAROLINA: E você acha que, você acha que você consegue cumprir esses objetivos? Na sua atuação como facilitador?

GIL: Nos casos que eu... que, que... eu participei sim. Achei que consegui cumprir sim.

CAROLINA: É, você tem um exemplo pra... que ilustre isso?

GIL: Tenho, tenho. Tive... foi logo no começo assim, acho que foi em 2011, assim, 2012, não lembro direito. Tinha uma escola, aqui no Jardim Ângela, que uma sala inteira era dita como rebeldes. Então a sala inteira estava em conflito com o grupo de professores. E aí a gente... pensou, né, a diretora da escola chamou a gente, fez o curso, e ela perguntou se eu e a Andrea poderíamos ir lá, né, conversar, entender. Então a gente fez um programa de trabalho com os alunos e professores, de que um dia na semana a gente faria pré-círculos com os alunos e depois, no outro dia da semana, com os professores. E a gente ficou de 6 a 8 encontros assim, a 8 pré-círculos. Então a gente fazia algumas atividades. Os alunos pra entrar em contato com... a raiva, todos esses sentimentos que tavam lá e... até pra se preparar mesmo, né, identificar o que eles estavam sentindo, o que eles queriam e a mesma coisa com os professores. E aí a gente, como era uma turma grande a gente dividiu a turma em duas, e aí eu ficava com um grupo e a S. ficava com outro. Só que os professores a gente ficava junto. E aí a gente marcou dois círculos, um meu dentro do..., da roda, e o grupo dela fora olhando, e aí outro, outro, outro dia, que o grupo dela inverteu. É, eu... naquele momento achei bem... fiquei meio, né, com medo, né, porque era bastante gente, foi um círculo bem grande. Mas, depois quando a gente foi fazer o pós-círculo acho que eu tive um feedback bem legal assim, acho que pod... acho que eles ouviram melhor, puderam se colocar um pouco no lugar dos professores, depois os professores também se colocaram no lugar deles. E aí esses dias eu de novo voltei na escola, recentemente, uns 15 dias, é, pra desenvolver um projeto novo lá na escola, e os professores que estavam lá na época me reconheceram, e falaram de como... de como foi importante essa experiência pra eles, né, de enxergar o aluno não só como aluno, mas como uma pessoa. Tirar um pouco também essa capa de “ai, esse ser aqui”, às vezes e... e acho que enxergar o outro como um ser humano, como pessoas que tem necessidades, estão sendo afetadas por alguma coisa, e conseguir lidar com isso de uma outra forma.

CAROLINA: Você acha que você mudaria alguma coisa na maneira como você atua como facilitador?

GIL: Mudaria alguma... ah, eu acho que é uma constante formação, acho que é uma coisa continuada por algum tempo, porque... ah, eu acho que depende muito também e caso pra caso, tem caso que são mais complexos, podem me afetar também, e talvez isso, acho que a gente sempre vai, essa mudança pode ser mais... de como aprender a mudar mesmo.

CAROLINA: Teve algum caso específico que você sentiu muita dificuldade ou que foi mais complicado?

GIL: Quando eu, quando eu acho que é complexo pra mim, eu não me disponho a pegar, talvez outra pessoa, né, junto comigo, mas quando é alguma coisa muito complexa assim, eu não me arrisco pegar, porque eu acho que tem que ser uma pessoa mais experiente, acho que a gente tem que ver o nosso limite também. Eu acho que isso é mais uma coisa que a justiça restaurativa faz a gente pensar também, né, não é porque eu sou facilitador que eu vou sair facilitando tudo por aí. E de pensar também onde é o limite, então estar um pouco comigo mesmo e um pouco com o outro. Eu acho que isso a própria... dinâmica dessa metodologia faz a gente... que que eu tô sentindo, quando tá contando também, até onde eu posso ir, até não...

CAROLINA: Então, e você costuma trabalhar então com co-facilitador?

GIL: Eu costumo, como co-facilitador, ou como facilitador, porque, esse papel nunca tá muito definido, pra gente, né? Talvez naquele primeiro momento ali, naquela conversa, naquele dia, você está sendo co-facilitador, tá mais um pouquinho ali, tá sendo, mas aí em um momento você fala ali, a gente tem total liberdade de... esse papel de facilitador, de co-facilitador ele não é muito engessado, eu acho.

CAROLINA: É, qual é a importância de ter os dois?

GIL: Eu acho que é mais de... de que se um, o outro não tá, ou pra anotar né, porque aí a gente sempre pergunta pra pessoa se a gente pode fazer algumas anotações ali, mais pra gente pensar mesmo. Acho que pra anotar, porque conversar com alguém anotando acho que é meio, chato, né? Aí fica um sempre anotando, mas prestando atenção, né, então. Às vezes o facilitador ele esqueceu de fazer uma pergunta o co-facilitador vai ali e faz uma pergunta abertamente, assim, né. Acho que essa é a importância. Você tá em [ruído externo] e o outro tá, “ai não”, e o outro faz uma pergunta que puxa de novo praquela situação ali.

CAROLINA: E você tem uma preferência, ser um ou outro?

GIL: Não tenho. É, eu normalmente quando eu faço com as meninas assim... a gente é muito, a gente tem o nosso caso, a gente tá atendendo o caso junto né, então acho que... não tem, acho que dependendo, sei lá, depois me sinto confortável, dependendo da situação como co... Mas aí também não é muito... porque aí você pode fazer uma pergunta, né, como co-facilitador.

CAROLINA: Tá, não é uma coisa tão fixa?

GIL: É, é.

CAROLINA: Tá, então você acha que a justiça restaurativa funciona?

GIL: Eu acredito que sim. Acredito que sim.

CAROLINA: Porque que você acha isso?

GIL: Olha eu acho... eu acho, primeiramente porque eu passei, é por uns problemas na minha casa..., eu tinha vários problemas na minha casa, que mora... na época morava eu, a minha mãe e a minha irmã. A minha irmã era adolescente, assim, aquela coisa da lôca, aquela coisa, e a comunicação não funcionava muito lá em casa. A minha mãe tava sendo muito afetada, principalmente a minha mãe, porque achava que não tava dando conta da minha irmã. E aí eu acho que, a minha irmã passava a noite fora, não sei o que, aí eu fiz o curso aqui e aí eu falei “ai, vamos tentar fazer umas perguntas restaurativas aqui em casa”. Aí teve um dia que a gente tava lá em casa e a gente começou a conversar. Mas conversar de verdade, né, que não é aquela conversa só a mãe fala, os filhos ficam ouvindo, aquele sermão. Aí acho que eu meio que conduzi ali, meio que fazendo parte, meio que... mas a gente tipo, acho que daquele momento ali, que a gente começou a fazer aquela pergunta, acho que isso, olhar também, não sei qual foi o momento exato, mas acho que... daquele mom..., modo que a gente conversou, com aquela... com aquela uma outra perspectiva não só de acusação, com os olhos de vitimização, acho que uma outra... e aí a partir daquele momento vi que a comunicação... que acho que o... o grande viés da justiça restaurativa é essa comunicação, de como é feita essa comunicação. E aí a partir daquele dia... fui acreditando mais e mais.

CAROLINA: Você acha então que a justiça restaurativa provoca uma transformação, uma mudança nas pessoas?

GIL: Ah, eu... eu acho que sim. Talvez não... não possa ser tão momentâneo assim, né, você construir instantâneo, mas eu acho que sim. Eu acho que, sei lá, eu acho que vai num lugarzinho ali que você, nem você acho que dava conta disso, dava conta que tinha aquilo ali, tinha mexido ali com você, faz você pensar também, se refletir... eu acho que uma autorreflexão.

CAROLINA: Então você acha que na sua vida diária teve um impacto também?

GIL: Teve, com certeza. Princi... coisa de vida pessoal, assim, de, de... como eu me relaciono com a minha família, com meus amigos. No de... profissional, aqui no CDHEP, mesmo com... é um outro olhar, acho que fica com um outro olhar.

CAROLINA: Você consegue pensar em algum, alguma coisa assim, pode ser na vida profissional que mudou?

GIL: Ah, eu acho, na pessoal também, a comunicação. A escuta, né. Escutar o outro também, entender que o outro também tem as suas necessidades, que não é só as minhas necessidades, tem as necessidades do outro. Como a gente faz ali pra, que as duas necessidades sejam atendidas.

CAROLINA: Você falou que você sempre trabalhou com movimento social, essas coisas, né? Então você consegue pensar como vocês escutava antes e um dia em que você se deu conta, nossa, hoje eu estou escutando diferente.

GIL: Foi no... é, foi exatamente no abrigo, quando eu trabalhei no abrigo, que na época chamava CRECA, era o Centro de Referência da Criança e do Adolescente, lá do Butantã. Então as crianças que tavam, as crianças e adolescentes que tavam na região da cracolândia, naquela época era mais um, mais no aglomerado ali, iam direto pra lá. E ali funcionava meio que como uma extensão da Fundação Casa também, porque a disciplina, porque era uma casa que viviam crianças e adolescentes, que..., era aquela coisa, né, vítima. E aí, como funcionava ali, aquela regra rígida, aquela... e quem desviasse da, da regra, da conduta, ia ser punido de alguma forma. E aí depois que eu fiz o curso... e aí eu tava ali naquele ciclo, né, nem parava pra pensar se aquilo tava certo, se aquilo... se não correspondeu a regra, então... tá bom pra você. E aí, depois que o fiz o curso acho que... essa percepção mudou. De que não era... não era a regra que tem que ser... é, mudou tudo, acho que desconstruí tudo, por isso que eu fui lá treinar, os círculos lá quando eu fazia o curso, porque... era um outro jeito, né, acho que era mais humano.

CAROLINA: Que tipo de círculo você fez lá?

GIL: Lá eu... eu fiz vários tipos, assim. Eu fiz um círculo de, de diálogo, né? Onde as pessoas foram falando, o que elas estavam pensando na hora e aí, porque ali, quando eu tava ali não dava pra eu ficar fazendo círculos com conflitos específicos, porque ali dormiam 20 pessoas, mais os trabalhadores de lá, então isso era... tinha um conflito novo cada minuto. Então a gente pegava, é... conflitos mais assim, ah, a organização da casa. E a gente, cada um ia, e eu conduzia, cada um ia falando ali o que achava, o que pensava, o que sentia, quando o outro fazia... acho que introduzi também essa questão de escutar um pouco o outro. Né, que, ah... um da equipe eu olho pra ele, e "ah, ele não faz nada", mas não sabe ali... talvez ele já tenha feito no outro dia, então, sei lá, acho que era umas coisas... mas nesses círculos, eram uns círculos mais assim né, não conflitos muitos específicos, era uma coisa mais de convivência ali.

CAROLINA: E você acha que teve um impacto, na hora?

GIL: É, t..., n... Nessa época eu não acompanhei também tão de perto assim, né, porque eu ia lá uma vez na semana. Durante um mês eu fiquei indo. E de... também que muda também, muda muito, é constante, né. Aí depois mudou o serviço, agora chama SAICA, não era mais, não mais de um... mais um lugar de passagem agora ficou permanente. Então normalmente saía assim, ou as crianças e adolescentes evadiam, ou voltavam pras famílias, ou eram transferidas. Então acho que não pra mim teve, ter esse... eu não fiz com todos os educadores, eu fiz com os educadores do plantão que eram da minha amiga. Que eu só ia nesse dia. Então... eu não consegui ver ali se teve uma...

CAROLINA: Mas você acredita que sim?

GIL: Ah, eu que minimamente sim, né? Talvez não, não como da forma que... o ideal, mas nem sei que ideal é esse né? Quem desenha esse ideal. Eu acho que toca sim as pessoas. Acho que a partir do momento que você senta em círculo, vê que tem um outro jeito de funcionar ali, uma outra dinâmica de funcionar, já é... só disso daí já é... o que é mais humano, já que... uma relação mais humana.

CAROLINA: Nesse projeto que você tá trabalhando aqui no CDHEP, você falou que tem uma carga grande de formação também, né?

GIL: Teve, teve já, já passou já.

CAROLINA: Já fizeram?

GIL: Já, já fizemos já.

CAROLINA: Porque tem essa preocupação com essa formação?

GIL: É porque, a formação é prevista pros educadores da... da rede, né? Então a gente pensou, que os fundamentos da justiça restaurativa a gente entende como ESPERE, essa escola de perdão. E... a gente entende que essa escola de perdão e reconciliação são os fundamentos, e fazer muito o contato com a sua... com a sua violência, muitas vezes. E posteriormente as práticas... você perguntou porque a formação é longa ou porque...

CAROLINA: Não, porque vocês pensaram em fazer esse projeto com essa formação? Qual a importância da formação.

GIL: Ah, tá. Essa formação do, do CDHEP sempre tem né? Sempre é a ESPERE e é só a jus..., as práticas de justiça restaurativa. São as duas metodologias formais, né, os círculos de paz e o vítima-ofensor-comunidade. E aí a gente, nesse, nesse fomos escrevendo o projeto pensando nesse recorte de gênero. De como a, essa relação machista, sexista, homofóbica é reproduzida e a gente nem se dá conta. Né, e... é um... esses discursos a gente vive reproduzindo e nem se dá conta, e acho que quando a gente pensou em introduzir mais 20 horas pra, pra gênero e sexualidade, deu uma outra dimensão aí também, né, nas diversas formas da violência.

CAROLINA: Você deu essa formação?

GIL: Dei, eu também dei.

CAROLINA: E como que foi, dar a formação?

GIL: Olha. Foi... Toda vez que, eu já dei várias formações aqui no CDHEP, sempre ajudei a dar. É, cada vez que passa, cada vez é uma coisa nova porque... sei lá, uma coisa que você não tinha olhado lá quando você fez, aí você olha agora, né? Tem uma coisa, a gente é tão cheio de coisa e... foi bem interessante, principalmente quando é... lidou na, que abordou esse tema da sexualidade e do gênero, porque paralelamente ao trabalho aqui no CDHEP também desenvolvi um projeto de diversidade sexual, né, e toda a minha vida foi pensando, desde quando me entendi assim, homossexual, foi também pensar nessa perspectiva de gênero, né, de sexualidade. Então... isso acho que foi assim, ponto chave assim pra, pra minha vida mesmo.

CAROLINA: E você acha que esse impacto que tem a formação é diferente do impacto das pessoas que participam do círculo, por exemplo?

GIL: Ah, com certeza. Eu acho que quando, é... embora eu acho que a formação também, ela instrumentaliza as pessoas né? Ah, até um certo ponto também. E acho que quando a pessoa só vem participando do círculo... É, não sei também né, tão como que isso vai impactar na vida dela, né, talvez quem fez só, fez só como participante do círculo teve... tenha tido mais impacto do que uma pessoa que só tenha tido feito a formação daqui. Talvez nem entrou em contato. Isso também é muito [palavra não identificada].

CAROLINA: Você acha que a justiça restaurativa então pode promover transformações mais amplas na sociedade, na comunidade? Pra além do nível individual?

GIL: Eu acho que sim.

CAROLINA: Que tipo de transformação?

GIL: Eu acho que é as relações humanizadas, né? Acho que relações mais humanizadas, mais respeitadas. E da forma acho que... e da forma como a gente lida com os problemas.

CAROLINA: E como que ela pode fazer essas transformações então, num nível mais amplo?

GIL: Olha, mais amplo... É eu acho que... quando a gente pensa assim, por exemplo, na, nesses conflitos que tem essas dimensões mais estruturais, por exemplo, né, como racismo, a homofobia, que é estrutural e cultural também né? Eu acho que dá conta de... de lidar com esses conflitos que são mais estruturais e culturais. Por exemplo, como o machismo, a homofobia, o racismo que... é, eu acho que é ir humanizando sempre tem... não sei bem explicar isso, mas... eu acho que, que um movimento também de... de fora pra, de dentro pra fora também, acho que tem essa, pessoal, aí entendendo suas relações interpessoais, aí vai indo né, eu acho que... acho que vai...

CAROLINA: É dessa maneira que, a partir das pessoas, você acha que vai...

GIL: Isso! Porque o que fazem o todo, né, são as pessoas, que são as relações né? De que forma que as relações estão dadas que faz com que... seja tão violento, né? Conflituoso.

CAROLINA: Pensando então desde aquela época, 2010, que você teve os primeiros contatos com a justiça restaurativa, hoje como você entende, qual é o papel da justiça restaurativa no mundo? Na sociedade?

GIL: (silêncio) Nossa, gente, que difícil. Qual é o papel da justiça restaurativa? Olha, eu acho que o papel... ai, não sei, já...

CAROLINA: Ela tá aqui pra fazer o que, nesse mundo, assim?

GIL: Eu acho que, eu acho que é uma forma, também, né de... que não tá bom pra ninguém, acho que da forma que sei lá, a gente se une, a gente se movimenta, vive, não tá bom pra nenhum dos lados. Que... a violência sempre tá aí, e vem arrastando, abarcando mais as pessoas. Eu acho que ela vem como uma resposta. Contra essa violência, né. Eu acho que... mais isso, vem como essa resposta de que, de como que ela vai tá, vai se encaixar no mundo eu não sei. (risos) Aí depende eu acho, da forma como conduz, da forma acho que é vi..., como é vista, de como é introduzida. Que não adianta, "ai, eu faço justiça restaurativa", daí chega aqui "ai, é isso, isso e isso" também... isso não é justiça restaurativa. Justiça Restaurativa acho que é mais chamar, acho que é o todo também, envolvido, acho que todo mundo tem uma, certa parte de responsabilidade, de...

CAROLINA: Como assim, todo?

GIL: Por exemplo, dos envolvidos, ai eu vou fazer uma justiça res... uma prática de justiça restaurativa e aí eu... chamo as pessoas e imponho a justiça restaurativa, essas práticas, do jeito que eu acredito, e não levo em consideração a necessidade das pessoas que estão ali. E isso não é justiça restaurativa no meu ponto de vista. Acho que tem que incluir as pessoas também, acho que todo mundo que vai fazer parte tem que tá, se sentir pertencente. Se não, não funciona.

CAROLINA: Então é uma construção coletiva?

GIL: É, coletiva. E acho que cada caso, cada maneira, vai ser diferente da outra. Porque as pessoas tem necessidades diferentes, as pessoas pensam diferente, sentem coisas diferentes.

CAROLINA: Tá certo, as perguntas que eu tinha eram essas, tem alguma outra coisa que você gostaria de falar? Que você tem pensado sobre justiça restaurativa? Coisas que você gostaria de fazer daqui pra frente usando a justiça restaurativa.

GIL: Não, acho que, ah, acho que a justiça restaurativa já tá, uma coisa que eu me identifiquei assim. Nessa, acho que até no modo de viver, essa questão mais humanizada, mais... eu acho que é continuar, estar sempre aprendendo mais porque tem sempre que aprender mais, é sempre constante o aprendizado.